

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA

6



FILOLOGIA E
LINGÜÍSTICA
PORTUGUESA

6



USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz



**FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretora: Prof. Dr. Sandra Margarida Nitrini

**DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS
E VERNÁCULAS**

Chefe: Prof. Dr. Benjamin Abdala Junior

Suplente: Prof. Dr. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Prof. Dr. Leda Maria Alves

Membros: Prof. Dr. Ana Rosa Ferreira Dias

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho

Prof. Dr. Heitor Megale

Prof. Dr. Oswaldo Ceschin

CONSELHO EDITORIAL

Anthony Julius Naro (UFRJ)

Evanildo Bechara (UERJ e UFF)

Graça Maria Rio-Torto (Univ. de Coimbra, Portugal)

Ingedore S. V. Kock (Unicamp)

João Wanderley Geraldi (Unicamp)

Leda Bisol (UFRS)

Leonor Lopes Fávero (USP)

Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)

Maria Antonieta A.M. Cohen (UFMG)

Maria Cristina Altman (USP)

Maria Helena de Moura Neves (UNESP, Araraquara)

Maria Tereza de Camargo Biderman (UNESP, Araraquara)

Maria Teresa Lino (Univ. Nova de Lisboa, Portugal)

Mary Kato (Unicamp)

Pedro Caruso (UNESP, Assis)

Rodolfo Ilari (Unicamp)

Rosa Virginia Mattos Silva (UFBA)

Suzana Alice M. Cardoso (UFBA)

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei n.º 9.610, de 19.02.98).

HUMANITAS FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-080 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 3091-2920 / Telefax: 3091-4593
e-mail: editorahumanitas@usp.br
<http://www.fflch.usp.br/humanitas>

Foi feito o depósito legal
Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Outubro 2004

ISSN 1517-4530

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA PORTUGUESA

6

Humanitas
FFLCH-USP

São Paulo, 2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP

Filologia e lingüística portuguesa / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.- n.1 (1997) .- São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1997-

ISSN 1517-4530

Periodicidade: anual

1. Lingüística 2. Filologia 3. Língua portuguesa I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

CDD 410
469

HUMANITAS FFLCH/USP

Editor Responsável

Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial

M^a. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Diagramação

Selma M. Consoli Jacintho – MTb n. 28.839

Preparação de Originais

e Revisão de Provas

Thaís Totino Richter

SUMÁRIO

ARTIGOS

Aspectos da formação dos substantivos postverbiais do português

Alexandra Soares Rodrigues 7

Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto

Américo Venâncio Lopes Machado Filho 39

Locativos, fóricos, articuladores discursivos e conjunções no português medieval

Gramaticalização de *ende/en* e de *porende/porém*

Célia Maria Moraes de Castilho 53

A circulação do *Livro de Isaac* em Portugal

César Nardelli Cambraia 101

O cânone lingüístico-literário das gramáticas de Celso Cunha

Claudio Cezar Henriques 115

Filologia e Lingüística – outra vez

Cristina Altman 161

A concordância de número entre verbo e sujeito em textos escritos por negro forro na Bahia do século XIX

Ilza Ribeiro e Tânia Lobo 199

Um modelo para a análise da referência nominal em narrativas orais e escritas do português brasileiro

Karin Gutz Inglez 221

O discurso da imprensa na formação da identidade nacional portuguesa. reflexões a partir <i>A jangada de pedra</i> , de José Saramago	
Lineide Salvador Mosca	255
O gênero crônica e a prática escolar	
Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade	267
A língua e a fé: origens da escolarização em língua portuguesa no império luso	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	281
Empréstimos lingüísticos em textos quinhentistas portugueses	
Sônia Bastos Borba Costa	297
A produção de sentidos e a palavra poética em <i>A ponte</i> , de Dante Milano	
Sonia Breitenwieser Alves dos Santos Castino	317
O estudo do sentido no Brasil: a língua em uso como critério de análise	
Tatiana Piccardi	331
RESENHA	
BEARZOTI FILHO, Paulo. <i>Formação lingüística do Brasil</i> . Curitiba, Nova Didática, 2002. 91 p.	
Marcelo Modolo	357
NOTICIÁRIO	369
NORMAS PARA OS COLABORADORES	375

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DOS SUBSTANTIVOS POSTVERBAIS DO PORTUGUÊS

Alexandra Soares Rodrigues*

RESUMO: Com este trabalho, pretendemos demonstrar que a conversão é o mecanismo mais adequado para a descrição da formação dos postverbais do português. Devido à semelhança formal entre estes substantivos deverbaís e os substantivos derivantes de verbos não-afixados, analisaremos alguns critérios morfofonológicos, sintático-temáticos e semânticos que, quando usados conjuntamente, permitem a distinção entre os dois tipos de substantivos.

Palavras-chave: Derivação Regressiva, Postverbal, Deverbal Não-afixado, Conversão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa descrever e analisar o processo de formação dos substantivos postverbaís ou deverbaís não-sufixados do português, do tipo *engorda*, *aconchego* ou *esforço*, que na tradição gramatical são encarados como derivados regressivos. Na seção 1.1 analisaremos a concepção tradicional do processo que está na base da formação destes produtos, e que nela é indevidamente encarado como subtrativo, e procuraremos avançar argumentos em favor da rejeição da sua interpretação como derivados regressivos. Na seção 1.2 serão analisadas propostas mais recentes de abordagem destes produtos deverbaís. Na seção 1.3 avançaremos alguns argumentos que sustentam a conversão como responsável pela génese destes substantivos.

Atendendo à semelhança formal entre postverbaís (*balanço*, derivado de *balançar*, com o significado de “movimento oscilatório”) e substantivos derivantes (*balança* “utensílio para fazer pesagens”) de verbos não-afixados (*balançar*), sugeriremos alguns critérios assentes nas estruturas acentual, morfológica, temático-sintáctica e semântica dos produtos deverbaís que possibilitam a identificação dos substantivos em análise, no item 2.

1 O PROCESSO DE GERAÇÃO DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS NÃO-AFIXADOS

1.1 Concepção regressivista

A tradição gramatical descreve os substantivos deverbaís não-sufixados do português como produtos da derivação regressiva.

Segundo Said Ali, produtos lexicais do tipo *amparo*, *embarque*, *afronta*, são derivados regressivos, porque se obtêm “não por adição, mas por subtracção do elemento formativo” (SAID ALI, 1964, p. 256). No entanto, a perspetivação diacrónica que Said Ali utiliza para estudar a língua, e que lhe permite conhecer os mecanismos interpretativos que fundamentam alguns dos seus fenómenos, leva o autor a esclarecer que:

[esta análise se dá] [...] por um erro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim vai-se-lhe criar um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos. (SAID ALI, 1964, p. 256)

Isto significa, pois, que *jantar* ou *engordar* são efectivamente preexistentes a *janta* e *engorda*, mas em virtude de uma falsa analogia, atribui-se-lhes o estatuto de derivados.

A mesma inclusão dos postverbaís em análise no conjunto dos derivados regressivos é apresentada em Cunha & Cintra (1991). Mas a caracterização que fazem dos derivados regressivos induz a algumas contradições que importa desmontar.

A derivação regressiva é definida como o processo de formação de palavras “que consiste na redução da palavra derivante por uma falsa análise da sua estrutura” (CUNHA & CINTRA, 1991, p. 104). Os autores explicitam o modo de actuação dessa “falsa análise” por meio do exemplo do lexema *gajo*. Segundo Cunha & Cintra (1991, p. 104), *gajo* é derivado regressivo de *gajão*, que, devido ao “sentido pejorativo e [à] presença da final -ão, passou ele, com o tempo, a ser considerado simples aumentativo de um suposto substantivo *gajo*, que é hoje a forma corrente” No âmbito deste mecanismo derivacional Cunha & Cintra incluem ainda uma série de substantivos deverbais, como *abalo*, *busca*, *caça*, *debate*, *toque*.

Esta concepção permite que sejam encarados como derivados regressivos todos os vocábulos cujos significantes tenham sido objecto de encurtamento, manifestado na truncação de um elemento interpretado como formativo. A classificação de um dado lexema como regressivo está, pois, alicerçada numa comparação entre o comprimento da forma do derivado e o da forma do derivante, independentemente do carácter de iso ou de heterocategorialidade inerente à relação entre cada base e o seu produto. É esta concepção tradicional que é adoptada pelos dicionários de uso comum.

Assim, esta concepção é adoptada no *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora relativamente a produtos isocategoriais, como *tânger* (< *tangerina*), *sarampo* (< *sarampão*) e a produtos heterocategoriais – os substantivos deverbais não-afixados –, como *arejo* (< *arejar*), *começo* (< *começar*), *colha* (< *colher*). A mesma classificação surge no *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, relativamente a *rosmano* (< *rosmaninho*), *gajo* (< *gajão*), *janta* (< *jantar*), *talha* (< *talhar*) e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, relativamente a *aço* (< *aceiro*), *amónio* (< *amoníaco*), *balbucio* (< *balbuciar*), *abafo* (< *abafar*).

Muitas questões se levantam relativamente à natureza deste processo derivacional, à sua compatibilidade com mecanismos isocategoriais e/ou heterocategoriais, às suas relações com os processos que envolvem truncação ou supressão de constituintes. Não

sendo este o momento de dissecar toda essa complexa problemática, deixamos para momento posterior a sua abordagem. Assim, neste texto, centrar-nos-emos apenas nos produtos heterocategoriais, mais especificamente, nos deverbais. É, no entanto, de assinalar o carácter contraditório da análise levada a cabo por Cunha & Cintra, quando afirmam que, produtos deverbais (e, para os autores, regressivos, do tipo *abalo*, *debate*) são “formados pela junção de uma das vogais, -o, -a ou -e, ao radical do verbo” (p. 104). Estas palavras, que aproximam claramente os deverbais dos produtos formados por adjunção de constituintes, logo aditivos, fazem-nos pensar que os autores terão oscilado na análise dos mesmos ou terão entrevisto a possibilidade de haver uma forma de recategorização, no sentido de [+ verbal] para o [+ nominal].

Essa oscilação mostrada em Cunha & Cintra indicia que a concepção regressivista não é adequada à descrição da génese dos postverbiais.

De facto, uma análise mais atenta da componente genolexical do português permite compreender que o mecanismo de formação dos substantivos deverbais não-sufixados não é regressivo. Na verdade, a marca de infinitivo que as gramáticas tradicionais indicam como elemento suprimido não intervém na componente derivacional da língua, pois se trata tão-só de um morfema indicador da categoria morfo-sintáctica modo-temporal (VILLALVA, 2000, p. 184). O maior entrave à compreensão da operação que gera este tipo de substantivos reside na visão concatenativista e superficialista que coloca num mesmo nível estruturas de flexão e de derivação e que confunde forma citacional com base de derivação.

Algumas incongruências no modo como a tradição gramatical estabelece as formas de base relativamente às formas derivadas permitem-nos compreender melhor que o infinitivo não se localiza no *input* derivacional para os substantivos em jogo. Esse estabelecimento baseia-se na comparação do comprimento de derivante e derivado nas formas citacionais. Se o derivado é mais longo do que o derivante, como é o caso dos deverbais sufixados, a tradição gra-

matical não delimita a forma de base pela forma citacional. Contudo, se o derivado é, aparentemente, mais curto do que o derivante, a tradição gramatical indica a forma citacional como forma de base. O Quadro 1 mostra quais as bases estabelecidas pela tradição gramatical para a formação de substantivos deverbais.

BASE	Deverbais sufixados	Deverbais não-sufixados
Infinitivo		arejar>arejo; sorver>sorvo
Tema	<i>desratiza</i> > <i>desratização</i> <i>entorpeci</i> > <i>entorpecimento</i>	

Quadro 1. Bases estabelecidas pela tradição gramatical

Se nos deverbais sufixados não se concebe uma primeira operação de truncção do morfema de infinitivo seguida de uma operação de adjunção do sufixo derivacional, não há nenhum argumento que sustente a necessidade da operação de subtracção para a produção dos deverbais não-sufixados. A componente de base da formação de palavras é constituída por objectos que não se apresentam necessariamente em formas de imediato co-textualizáveis, como é evidenciado pelo derivante *entorpeci-*, tema do particípio de *entorpecer*, mostrado no Quadro 1. Assim, também nos deverbais não-sufixados a base não pode ser medida pela forma usada citacionalmente para as línguas ocidentais modernas (KERLEROUX, 1997, p. 164). Conforme esclarece Corbin (1987, p. 124), “Il est probable que l’assimilation de l’affixe d’infinitif à un suffixe provient en partie d’une confusion entre la langue et la métalangue [...]”

Outra questão que se levanta da análise tradicional prende-se com o não tratamento da vogal temática (VT) do verbo e do marcador de classe (MC) do substantivo. A tradição gramatical refere apenas que há uma supressão do infinitivo verbal e esquece que também a situação da VT e do MC tem de ser analisada, visto que, na maior parte dos casos, as duas vogais, no verbo e no substantivo, não coincidem.

Conceber uma operação de subtracção do infinitivo para os postverbais não permite explicar a não coincidência, em muitos destes substantivos, entre a vogal temática do verbo e o marcador

de classe do produto (Quadro 2). Na verdade, as gramáticas tradicionais também não solucionam este não-paralelismo.

VT do verbo		MC do substantivo	
-a-	<i>fartar</i>	-a	<i>farta</i>
-a-	<i>embarcar</i>	-e	<i>embarque</i>
-a-	<i>começar</i>	-o	<i>começo</i>
-e-	<i>colher</i>	-a-	<i>colha</i>
-e-	<i>embater</i>	-e-	<i>embate</i>
-e-	<i>sorver</i>	-o	<i>sorvo</i>
-i-	<i>zurzir</i>	-a	<i>zurza</i>
-i-	<i>cuspir</i>	-e	<i>cuspe</i>
-i-	<i>zumbir</i>	-o	<i>zumbo</i>

Quadro 2. Relação entre VT do verbo e MC do substantivo deverbal

A haver um processo subtractivo de parte do derivante, este também afectaria a VT do verbo, pois, conforme deixa perceber o Quadro 2, não existe absoluta coincidência entre a VT do verbo e o MC do derivado. O facto de em alguns lexemas haver coincidência entre as duas vogais não deverá ser encarado como uma manutenção da VT do derivante. Essa opção acarretaria um fraccionamento no mecanismo de formação dos postverbiais que o tornaria pouco económico.

Condensando os argumentos contra a regressividade do processo de formação dos postverbiais: a) o infinitivo não é aceitável como forma de base, por não emergir no derivado e por ser não um sufixo derivacional, mas um morfema flexional realizador de uma categoria morfo-sintáctica (tempo-modo); b) a vogal que funciona como MC no substantivo não apresenta isomorfismo relativamente à VT verbal, pelo que não seria possível manter que apenas o infinitivo sofreria truncação. A regressividade teria de afectar também a VT; no entanto, a tradição gramatical não foca este problema; c) o sistema resultaria demasiado oneroso se fosse concebida subtracção das vogais não coincidentes com posterior acrescentamento de outra vogal e manutenção das vogais coincidentes sem acrescentamento de outra vogal.

A solução está, pois, em colocar o radical do verbo derivante como forma base e entender que as vogais que constituem o MC dos produtos lhes são posteriormente acrescentadas. Este é o ponto de partida de abordagens mais recentes dos postverbais, que passaremos a analisar em 1.2.

1.2 Concepções não-regressivistas

Nesta seção, abordaremos de forma resumida algumas concepções que negam o carácter regressivo do processo de formação dos postverbais do português.

Estas concepções baseiam-se sobretudo no quadro teórico da gramática gerativa e todas praticam uma análise que não se fundamenta na visão superficialista dos produtos lexicais. Por esse facto, elas rejeitam a integração dos postverbais na derivação regressiva. Contudo, trata-se de abordagens que, perante a semelhança entre os postverbais e os substantivos básicos derivantes de verbos não-afixados, tentam solucionar a questão da direccionalidade entre os membros de pares V(erbo)/S(ubstantivo) não-afixados.

Uma dessas abordagens encontra-se em Basílio (1980). Neste trabalho, Basílio integra a relação entre formas como *escolher/escolha*, *abandonar/abandono* ou *tocar/toque* nas nominalizações. O que há de relevante nesta abordagem é o próprio conceito de “nominalização”. Para a autora, a nominalização é entendida não como uma relação derivacional entre verbo e substantivo deverbal, mas como um “processo de associação lexical sistémica entre nomes e verbos” (BASÍLIO, 1980, p. 74).

Esta concepção resulta cómoda perante a dificuldade em estabelecer se é o verbo ou se é o substantivo a ser básico ou derivado. Essa dificuldade, de acordo com a autora, não se limita à ausência de operadores afixais no substantivo e no verbo. Na verdade, Basílio entende que, mesmo em termos semânticos, a semelhança entre substantivos básicos e derivados é tão forte que se torna impossível con-

cluir com segurança a sua natureza derivacional. É que os substantivos derivados, para além da interpretação verbal, também ostentam interpretação nominal. Tal característica semântica aproxima os deverbais dos substantivos básicos. Assim, Basílio (1980, p. 75) considera que “[...] a questão de saber se um nome é morfologicamente básico ou morfologicamente derivado de um verbo é irrelevante em relação às possíveis interpretações deste nome” Desta forma, Basílio enfatiza o carácter paradigmático da relação entre verbo e substantivo e abandona a relação direccional de derivação entre eles.

Uma outra abordagem situada no domínio da gramática gerativa é oferecida em Lobato (1995). A autora começa por enumerar os três tipos de problemas que a concepção regressivista dos postverbiais faz surgir. O primeiro problema é de tipo morfológico e relaciona-se com a não coincidência entre a VT do verbo e o MC do substantivo. Para a autora, a questão da VT é um obstáculo à concepção de que “[...] os deverbais provêm dos verbos cognatos” (p. 206). O segundo problema é de tipo lexical e fundamenta-se no facto de existirem substantivos derivados que corresponderiam a verbos inexistentes. Nesta situação, encontram-se substantivos criados por Guimarães Rosa. Por último, o terceiro problema é de tipo semântico e tem por base a constatação de que existem substantivos derivados que, para além de denotarem acção, o que estaria de acordo com a sua formação deverbal, também denotam objecto, o que os aproxima dos substantivos básicos.

Para solucionar estes problemas, que são a base da dificuldade em estabelecer uma direccionalidade derivacional entre V e S, Lobato (1995) parte da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970). Esta Hipótese Lexicalista apresenta um avanço considerável no modo de conceber o Léxico no âmbito da gramática gerativa, pois se destaca das visões estritamente transformacionalistas (LEES, 1960) da formação de palavras. De acordo com a proposta de Chomsky (1970), o V e o S têm lugar no Léxico na mesma entrada lexical sob a forma de radical. Este radical, porque comum a V e a S, não está especificado, em termos morfológicos, relativamente nem a uma nem a

outra categoria. Assim, está anulada a direccionalidade derivacional, quer de tipo morfológico, quer de tipo semântico, entre V e S. Quando se insere o radical num sintagma, então há actualização das marcas morfológicas próprias ou do V ou do S, de acordo com as necessidades de gramaticalidade do co-texto. Ou seja, o radical é actualizado como V se lhe forem associadas a VT e os morfemas flexionais modo-temporais e número-pessoais. O radical é actualizado como S se lhe for associado o MC.

Embora partindo da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970), Lobato (1995) desenvolve adaptações que permitam explicar uma característica que a autora considera inegável. Falamos da presença de estrutura argumental e de interpretação verbal que a autora considera determinantes nos substantivos deverbais. Quer a estrutura argumental quer a interpretação verbal existem no S porque este é derivado de um V. Como tal, Lobato (1995) preconiza a necessidade de não abandonar a estipulação da direccionalidade entre verbo e substantivo. A direccionalidade vai ser marcada semanticamente, não morfológicamente. O radical partilhado no Léxico, segundo Lobato (1995), deverá estar marcado semanticamente como verbal, pois só assim se explica a presença da estrutura argumental e da interpretação verbal nos substantivos deverbais e a sua ausência dos substantivos básicos.

Se Lobato (1995) apresenta um contributo importante para a compreensão da formação dos deverbais não-sufixados, posteriormente (LOBATO, 1999) assistimos a um desenvolvimento dessa compreensão. Lobato (1999) continua a conceber uma partilha de uma estrutura formal abstracta entre V e S deverbal, de modo a manter a relação semântica entre as duas formas. No entanto, neste trabalho, a autora mostra uma solução para a interpretação nominal que muitos substantivos deverbais possuem a par da interpretação verbal.

A solução encontrada está em conceber um molde morfológico abstracto comum ao V e ao S. Esse molde localiza-se no módulo da Sintaxe, definida paradigmaticamente. A formação do V ou do S

em termos fonológicos está dependente das conexões de teor semântico que o molde morfológico abstracto estabelece no domínio da Sintaxe e/ou no domínio do Léxico. Se na versão de 1995 as manifestações fonológicas das VT e demais morfemas flexionais eram responsabilizadas pela formação do V e do S, a versão de 1999 coloca essas realizações fonológicas como posteriores e conseqüentes à categorização do radical morfológico como V ou S. Para Lobato (1999), a categorização do molde abstracto como V dá-se se o molde estabelecer interface semântica com a Sintaxe. Por sua vez, a categorização do molde como S dá-se se o molde estabelecer interface semântica com a Sintaxe e com o Léxico. A interface com a Sintaxe explica a interpretação verbal do substantivo, enquanto a interface com o Léxico explica a sua interpretação nominal.

É inegável o valioso contributo que estas concepções trouxeram ao modo de compreensão da formação dos deverbiais não-sufixados. Ao basearem a sua análise em perspectivas não confinadas à superficialidade, as abordagens aqui sintetizadas tornam clara a inadequação da concepção regressivista e lançam pistas para novas soluções baseadas na possibilidade de haver derivação sem manifestação morfológica, ou seja, sem a acção de operadores afixais (LOBATO, 1999, p. 48).

Contudo, por serem visões radicadas num quadro teórico demasiado sincronicista, negam o carácter derivacional da relação lexical entre um V e um S e defendem que o relacionamento de formação entre os dois lexemas é de âmbito paradigmático. Isto vem dificultar a solução do problema da direcionalidade, porque continua a impedir a compreensão das diferenças entre substantivos derivados e derivantes de verbos e a não explicar por que razão substantivos relacionados paradigmaticamente com verbos (como *influência/influenciar/influir*) apresentam dependência semântica relativamente a um e não a outro verbo. Entretanto, ao conceberem a partilha da mesma forma abstracta pelo S e pelo V dificultam a explicação de algumas diferenças entre o modo como o V e o seu deverbal se relacionam com as suas estruturas argumentais, bem

como a da possibilidade de ocorrerem deverbais que apenas apresentam interpretação verbal e não nominal (por exemplo, *guerreia*, que significa “luta”) ou cuja interpretação verbal foi sofrendo diacronicamente um apagamento (por exemplo, *condessa* “pequena cesta”, deverbal do verbo *condessar*, e não *condessa* feminino de *conde*).

Um quadro explicativo mais adequado da formação dos postverbaís deverá deixar espaço para a autonomia do derivado relativamente ao seu derivante, sem que, contudo, negue o carácter derivacional, e a sua direcionalidade inerente, quer de âmbito morfológico quer semântico, da relação entre V e S. É na linha desses imperativos que se situa a hipótese que procuraremos defender na próxima seção.

1.3 A hipótese da conversão

A hipótese da conversão que aqui defendemos procura, por um lado, responder ao modo como se processa a recategorização do radical verbal em nominal sem o auxílio de sufixos derivacionais. Por outro, procura salvaguardar a autonomia quer do derivante quer do derivado, como elementos do Léxico, e simultaneamente marcar a direcção derivacional que os relaciona.

Apesar de dilucidada em 1.1 a forma de base dos postverbaís, não fica ainda completamente compreendido o mecanismo que os gera. Estabelecer que o radical é a forma que o derivante toma e que o MC é adicionado a esse radical não dilucida se o elemento activador da transcategorização de V para S é o MC ou se, na ausência de poderes heterocategoriais por parte deste e de outros sufixos que os pudessem desempenhar, a transcategorização se deve a um processo de conversão.

Para solucionarmos esta questão é necessário compreender o estatuto do MC do S. Um bom argumento a favor da conversão seria suportado se se estabelecesse o MC como posterior, logo ex-

terior, ao processo derivacional. Se o MC constituísse um elemento de flexão como índice de género, seria fácil comprovar a sua inactividade no processamento heterocategorial $V > S$. No entanto, este argumento é imediatamente derrubado quando analisada a correspondência entre género e MC dos postverbiais e pela observância da indicação de Villalva (2000, p. 233) de que, em português, “o género, nos nomes, não é uma categoria de flexão, mas sim uma categoria morfo-sintáctica cuja especificação é lexicalmente determinada ou resultante da intervenção de um processo morfológico não-flexional” Assim, se tivermos em conta que mesmo em palavras básicas o MC -o não ocorre exclusivamente em formas masculinas, como comprovam os substantivos (a) *tribo* ou (a) *virago*, nem o MC -a em formas femininas (o *poema*, o *planeta*), torna-se óbvia a necessidade de exclusão do género das categorias determinadas flexionalmente (RIO-TORTO, 2001, p. 262-3).

A mesma indeterminação quanto ao género ocorre nos postverbiais. Exemplos como *fura*, *pica*, *caça*, ocorrentes com género feminino e masculino,¹ e como *rapa*, *atiça*, *espalha*, que apenas ostentam género masculino, ilustram bem que os MC não podem ser desenhados como indicadores de género. Comprovar a sua exterioridade relativamente ao processo derivacional torna-se, assim, uma tarefa mais arrojada. No entanto, podemos fazê-lo negativamente, procurando negar a sua interioridade relativamente ao processo derivacional.

Os MC -a, -e e -o ocorrentes nos postverbiais correspondem aos mesmos elementos ocorrentes nos substantivos básicos do português. Perante as formas *monte*, *pedra*, *prato*, *suborno*, *ataque* e *queima* não é possível determinar quais os substantivos básicos e

¹ *Fura* apresenta género feminino quando ocorre com as significações de “ação de furar” e “furo” e género masculino quando ocorre com a significação de “indivíduo que fura greves”. *Pica* apresenta género feminino quando ocorre com o significado de “ação de picar” e género masculino quando ocorre com o significado de “revisor de transportes públicos”. *Caça* apresenta género feminino quando ocorre com as significações de “ação de caçar” e de “animais caçados ou a caçar” e género masculino quando ocorre com a significação de “avião para destruir os aviões inimigos”

quais os postverbais, se atendermos somente à observação da sua estrutura externa. Essa dificuldade torna-se talvez mais evidente se em jogo estiverem lexemas como *enxofre/enxofra*, *balança/balanço*, *ferro/ferra*, *galgo/galga*, *galo/gala*, em que a distinção do MC não aponta por si só que o primeiro elemento de cada par é básico e que o segundo é um deverbal, e lexemas como *alcance/alcanço*, *corta/corte*, *topa/tope/topo* em que todos os elementos são produtos postverbais. Esta inoperância do MC sai ainda reforçada perante homónimos como *fada* “ente imaginário”/*fada* “acção de fadar”, *gala* “pompa”/*gala* “galadura”, *vela* “lona”/*vela* “acção de velar”, *pega* “ferro para prender os pés dos escravos”/*pega* “acção de pegar”, *traça* “insecto”/*traça* “acção de traçar”, sendo o primeiro elemento dos pares básico e o segundo postverbal.

De acordo com estes exemplos, o MC não apresenta capacidade para determinar o carácter compósito dos lexemas, ao contrário dos sufixos derivacionais presentes em, por exemplo, *engessadura*, *secagem*, *mudança*, *trepadeira*, *miradouro*, *criogenização* etc.

Esta lateralidade do MC parece ser evidenciada pela existência de substantivos atemáticos (e.g. *pai*, *romã*) e de tema Ø (os terminados em *-r*, *-l*, *-s* e *-z*), cuja categoria sintáctica não está dependente da determinação desse constituinte. Ou seja, a pertença à categoria dos substantivos por lexemas como *mar*, *animal*, *lápiz*, *rapaz*, *mão* prescinde da existência do MC. Assim, o MC parece estar desprovido de poderes heterocategoriais, ainda que mantenha uma função de actualizador léxico e de integrador paradigmático (RIO-TORTO, 2001, p. 263; CARVALHO, 1984, p. 530-2).

O mecanismo de transcategorização de V para S parece ser *devedor* de uma operação de conversão do próprio radical. Deste modo a adjunção do MC ao radical já converso é desenhada como exterior ao processo de derivação.

O processo de conversão como instanciador da nominalização deverbal não é um fenómeno que opera apenas com a palavra na sua forma citacional, ou seja, no infinitivo, como é ilustrado por

[*olhar*] V > [*olhar*] S. De facto, ocorrem em português substantivos conversos a partir de formas não citacionais do verbo base, como *o entretém*, *o retém*, *o deve*, *O acontece*.² Esta possibilidade, segundo nos parece, dá ênfase à hipótese de que a transcategorização obtida nos postverbais tem como responsável a conversão de uma categoria morfológica – o radical – que não tem de coincidir com a forma citacional da base.

2. COMO RECONHECER UM POSTVERBAL

Quando no item 1 discutimos a função do MC do postverbal, utilizámos alguns exemplos que deixam implícito um outro problema amplamente discutido pela bibliografia da especialidade (BASÍLIO, 1980; BASÍLIO, 1987; LOBATO, 1995; BASÍLIO & MARTINS, 1996; BARRETO, [1922] 1982; KEHDI, 1998). Esse problema diz respeito à distinção entre um S derivante de um V e um S derivado de um V. Em causa estão, pois, pares derivacionais S/V em cuja formação, quer no caso de V>S quer no de S>V, não intervieram sufixos derivacionais e em que, subseqüentemente, não existe à direita um segmento capaz de determinar o carácter de derivado de um dos lexemas e de estabelecer o outro como derivante.

O Quadro 3 apresenta verbos e substantivos que mantêm entre si uma relação de derivação em que o produto não é afixado, sem que se especifique a direcionalidade derivacional existente entre ambos.

² *O acontece* é o nome de um programa televisivo de carácter cultural da Rádio Televisão Portuguesa.

Verbo	Substantivo
<i>ancorar</i>	<i>âncora</i>
<i>casamentar</i>	<i>casamento</i>
<i>juramentar</i>	<i>juramento</i>
<i>animar</i>	<i>ânimo</i>
<i>acamar</i>	<i>acama</i>
<i>aninhar</i>	<i>aninho</i>
<i>encaixar</i>	<i>encaixe</i>
<i>esgalhar</i>	<i>esgalha</i>
<i>ferrar</i>	<i>ferra</i>
<i>ferrar</i>	<i>ferro</i>
<i>balançar</i>	<i>balanço</i>
<i>balançar</i>	<i>balança</i>
<i>pagar</i>	<i>paga</i>

Quadro 3. Pares V>S e S>V em que o produto é não-afixado

Para a determinação dos substantivos postverbiais concorre uma série de critérios cuja aplicação deve ser feita conjuntamente. Esses critérios baseiam-se na observação das estruturas acentual, morfológica, temático-sintáctica e semântica dos produtos de derivação (RODRIGUES, 2001), assim encarados polidimensionalmente (RIO-TORTO, 1993).

2.1 Estrutura acentual

Se um postverbal é um lexema construído, apresentará estruturas que espelham esse seu carácter. Um dos traços que permite filtrar pares S/V não-sufixados rege-se pelo tipo de acento ostentado pelo substantivo. Enquanto vocábulo construído, o postverbal integra-se ao conjunto dos substantivos portadores de acento não marcado, ou seja, de acento localizado na sílaba cujo núcleo é a última vogal do radical (PEREIRA, 1999). Como o acento marcado, ou seja, o acento localizado na sílaba em que se situa a penúltima ou a antepenúltima vogal do radical (PEREIRA, 1999) é muitas vezes devido a motivações históricas, a construção de substantivos regula-se pelo parâmetro geral que é o do acento não marcado.

Dos substantivos listados no Quadro 3, é possível excluir de imediato dois deles do conjunto dos postverbiais, por não se coadunarem com o padrão da acentuação não marcada. Falamos de *âncora* e de *ânimo*. Na verdade, conciliando a análise da estrutura acentual com informações de carácter histórico, conclui-se que se trata de substantivos não gerados no português, já que *âncora* e *ânimo* remontam ao latim *ancōra* e *anīmus*, respectivamente (Corominas & Pascual, 1991).

A aplicação do critério acentual na filtragem dos substantivos postverbiais vs. substantivos derivantes de verbos não-afixados revela-se preciosa na presença de substantivos com acento marcado. No entanto, a presença de acento não marcado não é suficiente para uma classificação segura do substantivo como postverbal, porque: (i) existem outros substantivos construídos com acento não marcado que não são postverbiais, embora possam ser deverbiais (*casamento*) ou não (*amargura*), e que são derivantes de verbos não-afixados (*casamentar* e *amargurar*); (ii) existem substantivos não-construídos portadores de acento não marcado (*gato*, *rosa*).

Daqui surge a necessidade de aplicação de outros critérios.

2.2 Estrutura morfológica: presença de afixos verbalizadores no substantivo e de afixos nominalizadores no verbo

Para a aplicação deste critério deverá ter-se em mente a hierarquização funcional que pauta os afixos presentes num dado lexema. Por hierarquização funcional queremos tão-só focar a distinção entre afixos formativos da base e afixos formativos do produto.

Assim, numa palavra como *globalização*, o sufixo operante na sua construção foi *-ção* anexado à base *globaliza-*, em cuja formação interveio o sufixo verbalizador *-iz-* agregado à base *global*, em que por sua vez o sufixo operante foi *-al*, anexado à base nominal *glob-*.

A compreensão das Regras de Formação de Palavras do português (Rio-Torto, 1993 e 1998) permite uma mais cuidada avaliação de quais os operadores afixais cuja acção se inscreve na formação

de substantivos e na formação de verbos. Se os objectos lexicais que neste trabalho estão sob análise não devem a sua formação a operadores afixais, a presença destes nessas estruturas constitui um bom indício da categoria sintáctica a que pertence o lexema base dos objectos.

Nos pares *casamento/casamentar*, *juramento/juramentar*, *acama/acamar*, *aninho/aninhar*, *encaixe/encaixar* e *esgalha/esgalhar*, estão presentes unidades sufixais, nos dois primeiros, e unidades prefixais, nos restantes. Determinar o modo de operação desses afixos possibilita compreender qual a categoria sintáctica por eles originada e, conseqüentemente, qual o lexema em cuja formação não intervieram, ou seja, qual o lexema, em cada par, é o produto e qual é o derivante.

Começaremos por abordar os lexemas contentores de unidades sufixais. Em *casamento/casamentar*, *juramento/juramentar*, está presente o sufixo *-ment-*. Sendo *-ment-* um sufixo construtor de substantivos deverbais, a sua presença num V e num S esclarece que o S não é derivado desse V, mas de um outro em que não ocorre o mesmo sufixo. Assim, o substantivo *casamento* não é produto postverbal do primeiro V (*casamentar*), mas deverbal de *casar*. O verbo *casamentar* é que se instaura como derivado não-afixado de *casamento* (1).

(1) *casar* > *casamento* > *casamentar*

* *casar* > *casamentar* > *casamento*

Relativamente ao par *juramentar/juramento*, o mesmo tipo de direcionalidade derivacional é compreendida. No entanto, neste caso o substantivo *juramento* não é um constructo do português, remontando ao latim *iuramētum* (COROMINAS & PASCUAL, 1991), em que o elemento *-mentum-* se constituía já como operador de nominalização.

Nos pares portadores de segmentos prefixais aqui apontados, a derivação é instituída na direcção contrária. Os prefixos *a-*, *en-* e

es- participam na formação heterocategorial de verbos (PEREIRA, 2000). A sua presença em pares V/S permite concluir que os substantivos que os portam não devem a sua génese a esses afixos (RODRIGUES, 2002). Como tal, delimita-se que os verbos desses pares são derivados construídos com os prefixos em foco e que os substantivos são postverbiais desses verbos (2).

- (2) a) *cama* > *acamar* > *acama*
* *cama* > *acama* > *acamar*
b) *ninho* > *aninhar* > *aninho*
* *ninho* > *aninho* > *aninhar*
c) *caixa* > *encaixar* > *encaixe*
* *caixa* > *encaixe* > *encaixar*
d) *galho* > *esgalhar* > *esgalha*
* *galho* > *esgalha* > *esgalhar*

Como vimos, a análise da estrutura morfológica dos substantivos e dos verbos com eles relacionados permite estabelecer com segurança quais os substantivos postverbiais. No entanto, no Quadro 3 apresenta-se uma série de pares S/V cuja direccionalidade derivacional não é solucionável com este critério, devido à inexistência de estruturas afixais. Nesta situação, é necessária a utilização de critérios de ordem temático-sintáctica e semântica, como veremos a seguir.

2.3 Estrutura temático-sintáctica: as heranças argumental e eventiva e sua relação com o semantismo do postverbal

Como foi amplamente demonstrado em Rodrigues (2001, p. 83-91, 145-63 e 197), o carácter mais saliente da relação de deverbalidade entre um produto lexical e a sua base é provavelmente o da herança argumental (GRIMSHAW, 1990). Sendo um V composto pela capacidade de abrir lugares argumentais à sua volta como

forma de completar o estado-de-coisas por si figurado, o reflexo dessa capacidade de predicação emerge no produto substantivo como consequência do processo de nominalização.

A mudança de categoria sintáctica acarretada pela Regra de Formação de Palavras em jogo faz-se acompanhar por uma alteração na forma como o produto lexical exerce a sua capacidade prediativa. Assim, as diferenças mais salientes do modo como o produto nominal funciona como predicador relativamente ao V base têm que ver com (i) a necessidade de mediação entre o S e os seus argumentos por preposições e (ii) a tendencial redução do número de argumentos actualizados sintacticamente, ainda que os mesmos argumentos sejam mantidos em termos semânticos. O compromisso entre a herança argumental e as alterações sintácticas que aquela sofre permite, no plano da estruturação textual, uma versatilidade considerável realizada sob a forma de *cross-referência* (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1984, p. 54).

A par da estrutura prediativa, o substantivo deverbal recebe da sua base uma estrutura eventiva, cuja presença permite que o S seja actualizado co-textualmente com verbos de carga aspectual (GROSS & KIEFER, 1995). As estruturas argumental e eventiva reflectidas no postverbal doam-lhe um carácter de “accionalidade” que não deve ser confundido com um dos tipos de eventividade a par de, por exemplo, “estado”, “actividade” ou “processo”. A “accionalidade” não se limita a apontar um modo de enformação da aspectualidade, pois é antes uma designação equiparável à “estrutura argumental e estrutura eventiva” e que serve, num S, a comprovação de sua génese deverbal.

Os enunciados que se seguem comprovam que os substantivos não-deverbais não podem funcionar como instanciadores de estrutura argumental, pelo que não se integram em co-textos com verbos aspectuais, enquanto os deverbais exercem a capacidade de predicação naturalmente herdada do V base e ostentam estrutura eventiva, o que é mais facilmente perceptível quando co-ocorrentes com verbos aspectuais.

- (3) a) *A ferra do navio deu-se em trinta minutos.*
b) * *O ferro do navio deu-se em trinta minutos.*
c) *O balanço do pêndulo dá-se periodicamente.*
d) * *A balança do pêndulo dá-se periodicamente.*
e) *A paga da dívida deu-se ao fim de dois anos.*

Os complementos introduzidos por preposição dependentes do predador substantivo deverbal são, de facto, verdadeiros argumentos. Este seu carácter não deve ser confundido com o estatuto não argumental de complementos oracionais de substantivos, quer deverbais quer básicos. Falamos de complementos dependentes não só de nominalizações de verbos ocorrentes com orações integrantes, mas também de substantivos não-construídos, cuja significação tem sobretudo um pendor de funcionalidade cognoscitiva.³ Utilizamos exemplos de deverbais sufixados para tornar mais clara a demonstração (4 e 5).

- (4) a) *O João construiu a casa em dois anos.*
b) *A construção da casa pelo João deu-se em dois anos.*
c) *O João administrou a empresa durante dois anos.*
d) *A administração da empresa pelo João durou dois anos.*
- (5) a) *Hamlet constatou que o rei era o culpado.*
b) *A constatação de que o rei era o culpado.*
c) *Claudius indiciou que o rei era o culpado.*
d) *A indicição de que o rei era o culpado.*

Uma observação superficial das nominalizações ocorridas em (4) e (5) poderá levar ao estabelecimento de uma igualdade funcio-

³ Veja-se, por exemplo, o estudo de Schmid (2000) acerca dos substantivos abstractos do inglês como *idea*, *fact*, *problem*, *assumption*, *attempt*, etc. que ocorrem com complementos oracionais, não argumentais, a que o autor chama "shell nouns".

nal entre a herança argumental projectada em *construção* e *administração*, por um lado, e em *constatação* e *indiciação*, por outro. Em ambas as situações considerar-se-ia que os complementos introduzidos pela preposição *de* corresponderiam a argumentos verdadeiros, na medida em que, se em (4) os deverbais mantêm estrutura argumental herdada do V, em (5) os complementos oracionais dos substantivos que correspondem aos complementos oracionais dos verbos surgiriam igualmente como argumentos. Estas conclusões precipitadas podem ser enfatizadas se tomarmos o mesmo V e o mesmo deverbal em diferentes co-textos. Retomemos os enunciados de (5) e comparemo-los com (6):

- (6) a) *Hamlet constatou a verdade.*
b) *A constatação da verdade por Hamlet.*
c) *Claudius indiciou o culpado.*
d) *A indiciação do culpado por Claudius.*

Assim, se os exemplos de (6) representam nominalizações deverbais em que ocorre preservação dos argumentos previstos na estrutura argumental dos verbos base, estando os verbos em (5) actualizados com argumentos oracionais, parece que os complementos oracionais contidos nas construções com os substantivos mantêm o estatuto de verdadeiros argumentos ocorrentes na predicação verbal.

Até aqui não parece haver nada que contradiga o estabelecimento deste paralelismo. O problema (que, afinal, não é problema porque se revela como anunciador do falso paralelismo) surge quando comparamos enunciados como *A indiciação de que o rei era o culpado* ou *A constatação de que o rei era o culpado* com enunciados como os de (7).

- (7) a) *A ideia de que o rei era o culpado.*
b) *O boato de que o rei era o culpado.*

c) *A história de que o rei era o culpado.*

d) *A imagem de que o rei era o culpado.*

O funcionamento análogo dos enunciados (5b e 5d) e dos de (7) levanta uma questão: substantivos como *ideia*, *boato*, *história*, *imagem* ou, podemos ainda acrescentar, *mania*, *medo*, *teoria*, *hipótese* co-textualizáveis com complemento oracional introduzido por *de* estabelecem com esse complemento uma relação argumental? Se tivermos estabelecido que em *a constatação de que o rei era o culpado* o complemento oracional é um argumento de *constatação* e olhando a equidade entre *de que o rei era o culpado* e *constatação* e *de que o rei era o culpado* e, por exemplo, *ideia*, concluiremos (erradamente) que estes complementos oracionais são verdadeiros argumentos.

Esta conclusão conduziria à negação de uma das características essenciais, porque distintiva, dos substantivos deverbiais – a da ostentação de estrutura argumental não presente em substantivos básicos. Neste ponto, surgem, pois, duas hipóteses: (i) nem só os deverbiais têm capacidade de predicação por manutenção de estrutura argumental e, afinal, substantivos básicos como *ideia*, *imagem* e *teoria* também possuem estrutura argumental; (ii) os complementos oracionais não são argumentos e só os deverbiais actualizados com significação eventiva possuem estrutura argumental.⁴

Se analisarmos comparativamente de uma forma mais aguda as estruturas exemplificadas por *A constatação de que o rei era o culpado* e *A constatação da verdade por Hamlet*, é possível compreender que a segunda hipótese é aquela que se revela mais sólida.

⁴ Não fazemos referência aos substantivos essivos, como *certeza*, *tristeza*, que também mantêm capacidade predicativa herdada das bases, porque o seu estudo não se localiza no âmbito deste trabalho.

Começaremos por observar uma discrepância existente entre as construções dependentes de substantivos deverbais do português (*constatação*, *indiciação*) e aquelas que são atracáveis a substantivos não-construídos no português (*hipótese*, *teoria*). Como já vimos em (5) e (6), *constatação* e *indiciação* admitem dois tipos de construções: uma correspondente à actualização da estrutura argumental não oracional do verbo e outra correspondente à vertente oracional. Quanto a formas como *hipótese* ou *teoria*, estas admitem apenas uma construção de tipo oracional (8).

- (8) a) *A hipótese de que o rei era o culpado.*
b) * *A hipótese da verdade por Hamlet.*
c) *A teoria de que o universo está em expansão.*
d) * *A teoria da expansão do universo pelos físicos.*

Os exemplos de (8) permitem-nos compreender que, se em *A constatação da verdade por Hamlet* estamos perante um S, cuja leitura eventiva está indiciada pela existência de estrutura argumental, *hipótese* ou *teoria* não apresentam o mesmo tipo de funcionamento. A ausência de capacidade argumental nestes lexemas é corroborada pelo seu carácter não-construído, ou seja, pela inexistência de relação derivacional com uma base predicadora de que herdassem a estrutura argumental. Se *hipótese*, *teoria*, *ideia*, *história*, *imagem* e *boato* não possuem estrutura argumental, as estruturas oracionais que dependem destes lexemas não são argumentos, mas elementos meramente modificadores. Assim, se as orações integrantes agregáveis a este tipo de substantivo não são argumentos (GRIMSHAW, 1990, p. 74), e se estas orações são funcionalmente equivalentes às orações também integrantes de substantivos deverbais como *constatação* e *indiciação*, podemos sustentar que as orações dos deverbais também não são argumentos, apesar do carácter argumental dos mesmos elementos quando dependentes dos verbos base.

Procuraremos demonstrar com critérios co-textuais que as orações integrantes de *constatação* e *indiciação*, comportando-se como as que estão dependentes dos substantivos não-construídos, não têm estatuto argumental, mas (HOEKSTRA & PUTTEN, 1988, p. 170).

De acordo com Rigau (1999, p. 364), as completivas de substantivos introduzidas pela preposição *de* são equivalentes a expressões como *Un horror de manifestación* ou *La ciudad de Toledo*, em que a preposição manifesta uma relação atributiva entre os dois substantivos. Essa relação é manifestada pela construção predicativa (9b, d):

- (9) a) *Um horror de manifestação.*
b) *A manifestação foi um horror.*
c) *A cidade de Toledo.*
d) *Toledo é uma cidade.*

que é passível de ocorrer nas estruturas completivas de substantivos não-construídos (10), mas não nas estruturas de carácter argumental (11):

- (10) a) *A hipótese de que o rei é o culpado.*
b) *Que o rei é o culpado é uma hipótese.*
c) *A teoria de que o universo está em expansão.*
d) *Que o universo está em expansão é uma teoria.*

- (11) a) *A apanha da azeitona pelo João.*
b) **A azeitona é uma apanha.*
c) *A galga do muro pelo cão.*
d) **O muro é uma galga.*

Comparando o mesmo deverbal em diferentes co-textos, deparamo-nos com o mesmo tipo de (im)possibilidade. Apenas a construção com oração integrante comporta uma leitura atributiva (12), enquanto a construção argumental não a admite (13).

- (12) a) *A constatação de que o rei é o culpado.*
b) *Que o rei é o culpado é uma constatação.*
c) *A indicição de que o rei é o culpado.*
d) *Que o rei é o culpado é uma indicição.*
- (13) a) *A constatação da verdade (por Hamlet).*
b) **A verdade é uma constatação.*
c) *A indicição do culpado (por Claudius).*
d) **O culpado é uma indicição.*

Essas diferenças no funcionamento do mesmo deverbal consoante o tipo de complemento (argumental ou modificador) são facilmente explicáveis à luz dos semantismos actualizados. De facto, *constatação* e *indicição* não apresentam sempre o mesmo semantismo.

Tendo um deverbal a possibilidade de aglomerar uma série de significações polissémicas sintetizáveis num semantismo eventivo e num concreto, e partindo do pressuposto de que só o semantismo eventivo pode acarretar a actualização da estrutura argumental, compreendemos que só nas estruturas de (13) *constatação* e *indicição* assumem uma significação abstracta eventiva.

Por sua vez, em *A constatação de que o rei era o culpado* o deverbal emerge sob uma leitura não eventiva, razão pela qual o complemento oracional não é um verdadeiro argumento.⁵ Note-se que neste caso o referente de *constatação* equivale ao referente de

⁵ Relativamente ao carácter não argumental, mas de meros modificadores, dos complementos oracionais deste tipo de substantivos, veja-se Grimshaw (1990, p. 73-80 e 91-101). Grimshaw (1990, p. 100) soluciona a aparência de argumento destes complementos da seguinte forma: "Sentential complements to nouns like *conclusion* and *decision* are really nothing more than modifiers, but because of the semantics of the nouns they modify, they eventually specify the content of an l[exical]c[onceptual] s[tructure] argument of the noun, an argument that corresponds to the internal argument of the base verb."

que o rei era o culpado. É esta equivalência, suscitada pela possibilidade de alguns deverbais denotarem o ponto de culminação da acção e até o produto concreto resultante da acção, que permite a construção apositiva. É por este motivo que nominalizações de verbos de *accomplishment* como as de (14c) não vêm pôr obstáculos à ideia que estamos a tentar demonstrar de que a estrutura argumental ocorre com leitura eventiva e de que a aposição ocorre numa contextualização concreta.

- (14) a) *O João construiu a casa em dois anos.*
b) *A construção da casa pelo João demorou dois anos.*
c) *A casa é uma construção.*

De facto, em (14c), *construção* não apresenta leitura eventiva, mas concreta, coincidindo esta com o produto que resulta da acção de *construir*.

A equivalência referencial entre o deverbal ou o substantivo não-construído e o seu aposto oracional é salientada pelos seguintes co-textos:

- (15) a) *Chegou a uma constatação: o rei era o culpado.*
b) **Chegou a uma constatação: a verdade.*
c) *Fez uma indiciação: o rei era o culpado.*
d) **Fez uma indiciação: o culpado.*
e) *Chegou a uma hipótese: o rei era o culpado.*
f) *Construiu uma teoria: o universo está em expansão.*

Os complementos apositivos correspondentes a orações integrantes são ainda convertíveis em construções com o verbo no infinitivo (16):

- (16) a) *A indiciação de que o rei era o culpado.*
b) *A indiciação de o rei ser o culpado.*
c) *A constatação de que o rei era o culpado.*

- d) *A constatação de o rei ser o culpado.*
- e) *A hipótese de que o rei era o culpado.*
- f) *A hipótese de o rei ser o culpado.*
- g) *A teoria de que o universo está em expansão.*
- h) *A teoria de o universo estar em expansão.*

Perante substantivos derivados de verbos psicológicos com dois argumentos, como *anelo*, *almejo* ou *estima*, torna-se mais óbvia a distinção dos argumentos e dos modificadores. Esta distinção pode, nestes casos, ser feita com base na preposição que medeia o deverbal e os seus complementos. Neste tipo de deverbais, o argumento correspondente ao sujeito verbal que é ocupado pelo papel de Experienciador é introduzido pela preposição *de* e o argumento correspondente ao objecto do verbo que é preenchido pela Causa é introduzido pela preposição *por* (PICALLO, 1999, p. 390). Os enunciados (17) exemplificam estas nominalizações:

- (17)
- a) *Tristão anela Iseu.*
 - b) *O anelo de Tristão por Iseu.*
 - c) *Tristão almeja Iseu.*
 - d) *O almejo de Tristão por Iseu.*

Se utilizarmos deverbais de verbos psicológicos com complemento com infinitivo, observamos que ocorre o câmbio da preposição *por* pela preposição *de* (18).

- (18)
- a) *Tristão almeja estar com Iseu.*
 - b) *O almejo de estar com Iseu.*
 - c) **O almejo por estar com Iseu.*
 - d) *Tristão anela estar com Iseu.*
 - e) *O anelo de estar com Iseu.*
 - f) **O anelo por estar com Iseu.*

De acordo com Leonetti (1999, p. 2092), a ocorrência da preposição *de* em complementos de substantivos que seleccionam outra preposição aponta para o carácter apositivo desses complementos. Pelo contrário, se os complementos forem introduzidos pela preposição seleccionada pelo substantivo constituem-se como verdadeiros argumentos.

Esta incursão pelo domínio geral dos deverbais teve como objectivo mostrar que, de facto, a herança da estrutura argumental tem uma força probante bastante sólida do carácter de deverbais de um S. No entanto, para que este critério possa mostrar resultados fiáveis, é necessário distanciar os sintagmas em que se desenham os argumentos verdadeiros daqueles que podem assemelhar-se a argumentos, mas que, na realidade, são apenas adjuntos ou modificadores. O estabelecimento de modificadores como argumentos pode acarretar, como vimos, a negação da própria intrinsecidade dos deverbais e a impossibilidade da sua distinção relativamente a substantivos básicos.

Como deixámos perceber, a estrutura argumental do deverbais não é manifestada em todo e qualquer co-texto em que aquele ocorra. Na verdade, exemplos como os de (14) deixam patente a variabilidade semântica dos produtos lexicais e da interdependência entre a carga semântica, a ocorrência ou não de estrutura argumental e o próprio co-texto. Só à luz de alguns critérios de co-textualização (RODRIGUES, 2001, cap. 4) é possível determinar se do deverbais está a ser projectada uma vertente polissémica eventiva e, logo, se os complementos que o acompanham são argumentos, ou se a polissemia em jogo é antes concreta e, logo, os complementos co-ocorrentes não são argumentos.

3. SÍNTESE

Neste trabalho, procurámos defender que os substantivos deverbais não-sufixados do português são o resultado de um pro-

cesso de conversão do radical verbal. Assim, sendo, ficam excluídas explicações como a da gramática tradicional que os caracteriza como produtos da “derivação regressiva” ou como a que prevê que a trans-categorização do V em S esteja a cargo do MC -a, -e ou -o do S.

Diante do paralelismo entre estes substantivos deverbais e outros substantivos relacionados com verbos, aduzimos alguns critérios, que procuram ter em linha de conta a polidimensionalidade dos produtos lexicais, que possibilitem a identificação dos primeiros. Essa polidimensionalidade é destacada sobretudo pela inter-relação entre estruturas de ordem eventiva, argumental e semântica que definem qualquer deverbal, destacando-o dos restantes tipos de substantivos.

BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA; INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BARRETO, Mário ([1922] 1982). *De gramática e de linguagem*. Rio de Janeiro: Presença.
- BASÍLIO, Margarida (1980). *Estruturas lexicais do português. Uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- ____ (1987). *Teoria lexical*. São Paulo: Ática.
- ____ & MARTINS, Helena. Verbos denominais no português falado. In: KOCH, Ingedore Villaça (Org.) (1996). *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp/Fapesp, v. VI– *Desenvolvimentos*, p. 371-91.
- BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang (1984). *Introduction to text linguistics*. London: Longman.
- CARVALHO, José Herculano de (1984). *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora, v. II.
- CHOMSKY, Noam (1970). Remarks on nominalization. In: CHOMSKY, Noam. *Studies on semantics in generative grammar*. Paris; New York: Mouton Publishers, p. 11-61.
- CORBIN, Danielle (1987). *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- COROMINAS & PASCUAL (1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.
- COSTA, J. Almeida; MELO, Sampaio A (1998). *Dicionário da língua portuguesa*. 8.ed. Porto: Porto Editora.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1991). *Nova gramática do português contemporâneo*. 8.ed. Lisboa: Sá da Costa.

RODRIGUES, Alexandra Soares. Aspectos da formação dos substantivos postverbais do português.

GRIMSHAW, Jane (1990). *Argument structure*. Cambridge: The MIT Press.

GROSS, Gaston; KIEFER, Ferenc (1995). La structure événementielle des substantifs. *Folia Linguistica*, XXIX, n.1-2, p. 43-65.

HOEKSTRA, Teun; PUTTEN, Frans Van Der. Inheritance phenomena. In: EVERAERT, Martin et al. (1988). *Morphology and modularity*. Dordrecht: Foris Publications, p. 163-86.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

KERLEROUX, Françoise (1997). De la limitation de l'homonymie entre noms déverbaux convertis et apocopes de noms déverbaux suffixés. *Silexicales. Mots possibles et mots existants* (Forum de morphologie; Actes du colloque de Villeneuve d'Ascq, 28-29 de Abril de 1997), n. 1, Pub. de l'U.R.A., 382 du C.N.R.S., Université de Lille III, 9. p. 163-72.

KEHDI, Valter (1998). A derivação regressiva em português. *Filologia e Linguística Portuguesa* 2, p. 205-13.

LEES, R. (1960). *The grammar of english nominalization*. The Hague: Mouton.

LEONETTI, Manuel. La subordinación sustantiva: las subordinadas enunciativas en los complementos nominales. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. II, p. 2083-104.

LOBATO, Lúcia (1995). A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 205-30.

_____. Particípios rizotônicos de primeira conjugação e deverbais não afixais no português. In: BASÍLIO, Margarida (Org.) (1999). *Palavra*. Rio de Janeiro: Grypho, v. temático I – A delimitação de unidades lexicais, p. 29-68.

PEREIRA, Isabel (1999). *O acento da palavra em português. Uma análise métrica*. Coimbra. Dissertação (Doutoramento) (inédita).

PEREIRA, Rui (2000). *Formação de verbos em português: a prefixação com a(d)-, en- e es-*. Coimbra. Dissertação (Mestrado) (inédita).

PICALLO, M. Carme. La estructura del sintagma nominal: las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. I, p. 363-93.

RIGAU, Gemma. La estructura del sintagma nominal: las modificaciones del nombre. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. I, p. 311-62.

RIO-TORTO, Graça Maria (1993). *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra. Dissertação (Doutorado) (inédita).

_____. (1998). *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

_____. (2001). Classes gramaticais: sua importância para o ensino da morfossintaxe. *Máthesis*, 10, p. 259-86.

RODRIGUES, Alexandra Soares (2001). *A construção de postverbaís em português*. Porto: Granito Editores e Livreiros.

____ (2002). The importance of prefixes in the identification of postverbal nouns (Trabalho apresentado ao 10th Morphology Meeting, 9-12 de Maio de 2002, Budapeste).

SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos.

SCHMID, Hans-Jörg (2000). *English abstract nouns as conceptual shells. From corpus to cognition*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

VILLALVA, Alina (2000). *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

ABSTRACT: With this work, we intend to demonstrate that conversion is the most adequate mechanism to the description of the formation of Portuguese postverbal nouns. Due to the formal resemblance between these deverbal nouns and the nouns which are the base of non-affixed verbs, we will analyse some morphophonological, syntactical-thematic and semantic criteria that, when applied jointly, permit the distinction between both kind of nouns.

Keywords: Back-formation, Postverbal Noun, Non-suffixed Deverbal Noun, Conversion.

TRÊS DOCUMENTOS MEDIEVAIS TRECENTISTAS EM CONFRONTO: INDÍCIOS PALEOGRÁFICOS E LINGÜÍSTICOS RECORRENTES E DIVERGENTES NOS MANUSCRITOS SERAFIM DA SILVA NETO

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

RESUMO: Confronto entre os três mais antigos documentos medievais escritos em língua portuguesa existentes no Brasil, trazidos para o país por Serafim da Silva Neto há mais de meio século, com que se procuram demonstrar recorrências e divergências, quer paleográficas, quer lingüísticas, que possam sinalizar ou confirmar situações de variação ou mudança na língua portuguesa do século XIV, assim como hábitos de escrita dessa época.

Palavras-chave: Lingüística Histórica, Português Arcaico, Manuscritos Medievais em Língua Portuguesa.

Serafim da Silva Neto (1977, p. 17), na *Explicação* introdutória de seu *Manual de filologia portuguesa*, cuja primeira edição data de 1952, diz, numa evidente inspiração religiosa, explicitamente bíblica, que, nas “atividades filológicas, há Marta e há Maria”

Via a Filologia – em suas próprias palavras – como “todos os estudos possíveis acerca de uma língua ou grupo de línguas”, que, na qualidade de *Marta*, reuniria o que chamava de “modernos estudos dialectológicos” e, na personificação de *Maria*, “a meditação sossegada dos trabalhos de gabinete” sobre um “antigo texto da língua” (SILVA NETO, 1977, p. 17).

* Universidade Federal da Bahia / Grupo PROHPOR.

Talvez houvesse hoje outros batismos igualmente possíveis para a Filologia, mas seu campo de atuação no Brasil, desde a ascensão da Lingüística, principalmente a partir da década de 1960, é bastante menos amplo do que o julgava ser Serafim da Silva Neto até então, conquanto muito mais coeso e não menos relevante.

O trabalho científico de edição de textos, antigos ou contemporâneos, tornou-se uma necessidade premente, como suporte inalienável para boa parte dos estudos lingüísticos de base empírica, nomeadamente para os que se fundamentam exclusivamente na modalidade escrita da língua, substituindo pela tinta e papel ou pergaminho a voz diáfana e extemporânea de seus supostos informantes.

E tem cabido à Lingüística Histórica, especialmente em seu sentido de atuação mais estrito, o papel de interlocutor principal da relação entre essas duas ciências complementares no tocante aos estudos sobre a língua: a Lingüística e a Filologia.

Boas edições de textos têm, há muito, servido de fonte precisa de informação e fonte de análise para o trabalho filigranado que é o da constituição ou reconstrução da história da língua portuguesa.

De seu passado mais remoto, ou seja, de textos do período arcaico do português, podem-se citar as edições das *Cantigas d'escarnho e de mal dizer*, de Rodrigues Lapa (1965); das *Cantigas de Santa Maria*, de Walter Mettmann (1972); ou do *Testamento de Afonso II (1214)*, de Padre Avelino de Jesus da Costa (1979).

Dos mais antigos documentos medievais em língua portuguesa que se encontram fora de Portugal, existe no Brasil um conjunto de manuscritos, datado do século XIV, que foi trazido para o país pela oportuna mão de Serafim da Silva Neto, há mais de 50 anos, e que se encontra depositado na Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Esse conjunto de fólhos soltos, provavelmente integrantes de um único códice fragmentário, é conhecido como manuscritos

Serafim da Silva Neto, em sua homenagem, e constitui-se de três textos: *O Livro das Aves*, *Os Diálogos de São Gregório* e um *Flos Sanctorum*.

Como se sabe, dos dois primeiros foram apresentadas, por Nelson Rossi et al. (1965) e Rosa Virgínia Mattos e Silva (1971), suas respectivas edições, tendo ficado, até recentemente, o *Flos Sanctorum* à espera de um autor, mas cujo trabalho de leitura integral fará parte de tese de doutoramento a ser em pouco tempo defendida na Universidade Federal da Bahia.

Observe-se, entretanto, que o próprio Silva Neto (1977[1952], p. 218) chegou a anunciar estar em andamento seu trabalho de edição sobre esse manuscrito, que na altura era identificado como *Vidas dos Padres Santos*. Mas de seu resultado não se tem notícia.

Pretende-se aqui apresentar, com base nas leituras dos três documentos, mas com o suporte dos respectivos fac-símiles – de que se dispõe –, recorrências e divergências de natureza paleográfica e lingüística, com vistas a procurar revelar, mesmo modestamente, hábitos codicológicos de sua época de produção, assim como flutuações de ordem lingüística, que possam sinalizar ou confirmar situações de variação ou mudança na língua portuguesa de trezentos.

O CONFRONTO PALEOGRÁFICO DOS DOCUMENTOS

Segundo o próprio Serafim da Silva Neto (1956, p. 105), quando foram trazidos para o Brasil, os três documentos integravam um conjunto de “pouco mais de duzentas folhas sôltas de pergaminho”

Se se considerar essa informação, parece que parte desse valioso material se tenha perdido já no Brasil, posto que dos *Diálogos de São Gregório* restam 79 fólios, do *Livro das Aves*, 8 e meio, e do *Flos Sanctorum*, 81, o que perfaz um total de 168 fólios e meio, apenas, e que justifica o estado fragmentário da narrativa de todos os textos.

Um comentário de José Joaquim Nunes sobre esses manuscritos, publicado na *Revista Lusitana*, em 1925, serve, todavia, para reconduzir a questão.

O autor, que teve acesso aos *Diálogos de São Gregório* e ao *Flos Sanctorum*, concomitantemente, no período em que estiveram na Biblioteca Nacional de Lisboa, por empréstimo do proprietário anterior a Serafim da Silva Neto, o Sr. Jorge de Farias, relatou na altura restarem “ainda 161” folhas “de bom pergaminho”, dado que, feitas as contas, condiz plenamente com o espólio existente hoje dos dois manuscritos no Brasil.

Como terá chegado Silva Neto ao número de “pouco mais de duzentas folhas” é uma nova investigação a se empreender.

Se composto apenas pelos textos mencionados, o códice deveria obedecer à seguinte ordem: o *Livro das Aves*, o *Flos Sanctorum* e por fim os *Diálogos de São Gregório*. Essa ordenação de certa forma explica o estado bastante avançado de decomposição do primeiro e os fólhos faltantes do final do texto dos *Diálogos de São Gregório*, já que estariam mais expostos às intempéries, conquanto reste “aos vaivens da sorte” – para se utilizar a expressão de José Joaquim Nunes (1925, p. 231) –, senão mais provavelmente à incúria dos homens, o desaparecimento de alguns fólhos iniciais, intermediários e finais do *Flos Sanctorum*.

Note-se que a idéia de terem provavelmente pertencido a um mesmo códice se baseia em alguns índices paleográficos, dentre eles a existência de uma costura desfeita pelo tempo, claramente verificável em seu suporte e a dimensão muito regular do pergaminho utilizado: (320mm X 220mm), indicada para o *Livro das Aves* e para os *Diálogos de São Gregório*, por seus editores, e (330mm X 220mm) para o *Flos Sanctorum*, dimensões apontadas por Silva Neto (1956, p. 105), Askins (1995, p. 40) e confirmada por Machado Filho (2000, p. 32), que embora não sejam perfeitamente idênticas aos outros dois textos, podem ter sua diferença atribuída às condições de medição a que foram submetidos.

A exemplo disso, convém salientar que Nunes (1925, p. 231), anteriormente citado, propõe uma mesma medida para os *Diálogos de São Gregório* e para o *Flos Sanctorum*, que, entretanto, não coaduna com nenhuma das medições anteriores: “0,^m 033 X 0,^m 025”

Escritos em letra gótica francesa ou, como identificou Pedro de Azevedo (apud Rossi et al., 1965, p. 4), em “minúscula do século XIV”, os três manuscritos apresentam a mesma disposição da mancha de texto, em reto e verso, que se distribui em duas colunas de 36 linhas cada, no geral.

Dos três, apenas o *Flos Sanctorum* não dispõe de iluminuras, que, por sua vez, são fartas no *Livro das Aves*, num total de 11, quase todas representando os animais de que fala o texto, e apenas uma nos *Diálogos de São Gregório*, apresentando, dentro da letrina C, no fólio inicial da narrativa, o desenho de uma figura humana masculina, vestida com traje de ordem religiosa, em “vermelho, azul, verde, castanho e preto” (MATTOS E SILVA, 1971, v. I, p. 25), que se pode pressupor como icástico à imagem do próprio papa Gregório Magno.

Não obstante, os manuscritos trazem letrinas geralmente em azul e vermelho, decoradas com filigranas e antenas; as rubricas, isto é, os títulos, em todos os documentos, e os turnos de fala, no caso dos *Diálogos de São Gregório*, são apresentados em vermelho, cor que também serve para indicar as rasuras ou correções nesse texto, assim como no *Flos Sanctorum*.

QUE INDICA A PONTUAÇÃO

A pontuação em manuscritos medievais foi detidamente observada por Machado Filho (2000) em trabalho que, entre outros documentos, confrontou os manuscritos Serafim da Silva Neto.

Sem se procurar aqui empreender detalhamento sobre todos os aspectos pontuais analisados, diante da natureza do presente trabalho, podem-se apontar algumas similitudes e dessemelhanças entre os três manuscritos.

A primeira delas é a ocorrência exclusiva nos três documentos da *vírgula suspensiva*, sinal que não se encontra em nenhum outro texto observado.¹

Representado por uma barra diagonal à direita [/], esse sinal de pontuação era, para Parkes (1993, p. 307), “usado para marcar a pausa mais breve ou hesitação num texto”²

A sua presença nos três manuscritos torna-se relevante quando se observa que esse sinal, segundo demonstrou Machado Filho (2000), consoante, naturalmente, ao que pôde revelar o recorte empreendido no *corpus*, desaparece, ao menos no uso da escrita em língua portuguesa, a partir do século XV, sendo substituída sua função, provavelmente, pelo ponto seguido de letra minúscula.

Essa recorrência nos três documentos, assim como todo o repertório comum de sinais, que inclui, ainda, o *ponto simples*, seguido de maiúscula ou minúscula, o *punctus elevatus* [!] em seu formato canônico de uma barra inclinada à direita sobre um ponto, ou o *caldeirão medieval* [¶], permite reforçar a gênese comum e a datação que se tem atribuído a esses manuscritos. Ademais, são os três, também, regulares na ausência de sinais que aparecem em documentos posteriores à data proposta para sua produção, como, por exemplo, a não-ocorrência de quaisquer uma das variantes gráficas do *punctus elevatus* ou de *sinais de fim de texto*, que em Machado Filho (2000) só foram identificados a partir do século XV, por exemplo.

Por fim, embora na análise de Machado Filho (2000, p. 81), em função do recorte do *corpus*, só se tenha detectado o formato da *positura*³ correspondente a dois pontos seguidos de um til nos

¹ Senão em duas ocorrências dúbias na versão quatrocentista dos *Diálogos de São Gregório* (DSGC) e uma no *Testamento de Afonso II (1214)* (cópia de Toledo), esclarecidas no trabalho em referência (MACHADO FILHO, 2000, p. 61 et seq.).

² Original: “used to mark the briefest pause or hesitation in a text”

³ Esse sinal, integrante do antigo sistema latino de *distinctones*, que tinha a função de marcar o final de parágrafo ou fim de texto, aparece com outra forma [:.] no *Livro das Aves* e no *Flos Sanctorum* na análise empreendida por Machado Filho, em 2000.

Diálogos de São Gregório, pôde o referido autor identificá-lo também no *Flos Sanctorum*, posteriormente.

ASPECTOS PONTUAIS CONTRASTIVOS DA LÍNGUA DOS MANUSCRITOS

Rossi et al. (1965, p. 11), objetivando datar “com relativa segurança” o *Livro das Aves*, para além da avaliação pessoal de paleógrafos e de estudiosos da língua, como Pedro de Azevedo, Mário Martins ou Serafim da Silva Neto, indicam alguns aspectos lingüísticos que pareciam, no nível de conhecimento que se tinha sobre o português arcaico naquela época, caracterizar a língua do período de produção do manuscrito, isto é, o século XIV.

Alguns desses aspectos conduzem a comparação que segue, sem obviamente se pretender uma exaustão quantitativa. Interessa no presente trabalho apontar convergências e divergências de alguns usos lingüísticos, não suas frequências relativas.

A primeira observação se refere à grafia etimologizante das terminações latinas que vieram formar no português contemporâneo o característico ditongo nasal final <ão>

Para Mattos e Silva (1989, p. 137), nos *Diálogos de São Gregório* a representação dessas terminações, segundo suas próprias palavras, é “sistemática, isto é, de acordo com a etimologia (-an < ane, -ant; -on < -one, -unt; -ão < anu)”, cuja mesma regularidade se detecta no *Livro das Aves* que se repete no recorte utilizado como amostragem para o *Flos Sanctorum*:

Encontram-se *mão /mãos* < (lat. *manu*-), *oraçom* < (lat. *ōratiōne*), *razon* ~ *arrazon* < (lat. *rātiōne*-), *pã* < (lat. *pāne*) (...), assim como os itens gramaticais *nõ* < (lat. *non*), *cõ* (lat. *cŭm*), *tã* < (lat. *tam* ~ *tantum* (apocopado)). (MACHADO FILHO, 2001, p. 81-2)

O segundo ponto se refere ao particípio passado de verbos de infinito em -er, que, como se sabe, durante a primeira fase do período arcaico do português faziam a terminação mais regularmente em <-u-

do>, já que, contrariamente ao que se acreditava anteriormente sobre esse período, “as terminações em *-ido* [...] eram já largamente conhecidas no início da segunda metade do século XIII”, para essa conjugação verbal, conforme recentemente demonstrou Carvalho (1996, p. 75).

Curioso notar, entretanto, que no *Livro das Aves*, em todo o *Flos Sanctorum*, sem exceção, e nos *Diálogos de São Gregório* não se registra um único caso de <-i-do>, fato que serve mais uma vez para caracterizar a proximidade genética e a tradição da língua escrita que se utilizou para a confecção desses documentos. Aparecem *estendido*, *estabelecido*, *ascondudo*, *metudo*, *vençudo*, *perdudo*, entre diversos outros exemplos.

No tocante à variação com posterior mudança por síncope do <-d-> intervocálico da segunda pessoa do plural, como em *dizedes* > *dizees* (hiato) > *dizeis* (ditongo); *confortedes* > *confortees* (hiato) > *conforteis* (ditongo), incondicionalmente conservam os três manuscritos esse morfema. Note-se que Carvalho (p. 35) identifica numa carta de confirmação de D. Dinis, de 1295, já o uso inovador da forma verbal sem o <-d->, o que reforça o caráter conservador da linguagem dos manuscritos em foco.

Dentre os fatos lingüísticos de natureza morfossintática que pudessem de alguma forma ser relevantes para o confronto que se vem empreendendo até então, dois propostos por Mattos e Silva (1971, p. 81) para caracterização da linguagem dos *Diálogos de São Gregório* foram, aqui, observados: a morfologia dos demonstrativos e a morfologia dos possessivos.

Em relação aos demonstrativos, em trabalho recente, Machado Filho (2001) apresentou um quadro sinótico sobre um pequeno recorte do *Flos Sanctorum*. Esse quadro é aqui ampliado com esta pesquisa, além de modificado, com vistas a possibilitar, com maior propriedade, o confronto com os outros manuscritos.

Manuscritos	Variáveis				Invariáveis	
	Masculino		Feminino			
	simples	reforçado	simples	reforçado	simples	reforçado
<u>Flos</u>						
Posição 1	este	aqueste	esta	aquesta	esto ~ isto	aquesto ~
Posição 2	esse		essa		esso	aquisto
Posição 3		aquel(e)		aquela		aquelo
<u>Diálogos⁴</u>						
Posição 1	este	aqueste	esta	aquesta	esto ~ isto	aquesto
Posição 2	esse		essa		esso	
Posição 3		aquel(e)		aquela		aquelo
<u>Livro das Aves</u>						
Posição 1	este	aqueste	esta	aquesta	esto	
Posição 2	esse					
Posição 3		aquel(e)		aquela		aquelo

Quadro 1. Morfologia dos demonstrativos no *Flos Sanctorum*, nos *Diálogos de São Gregório* e no *Livro das Aves*

Observe-se que o *Flos Sanctorum* e os *Diálogos de São Gregório* revelam simetria no inventário dos pronomes utilizados, com apenas uma discrepância: a presença do reforçado *aquisto* no primeiro documento. No *Livro das Aves*, talvez pela pouca dimensão de seu texto, não aparecem a forma *essa*, nem as invariáveis *esso* e a forma reforçada *aquesto* e sua variante.

Tampouco em formas preposicionadas apresenta o *Livro das Aves* a variante *isto*, de *esto*, que aparece apenas 15 vezes no *Flos* e três vezes nos *Diálogos*, contra centenas de ocorrências nos dois manuscritos, indicando já o início da variação que iria culminar na “vitória” de *isto* no português contemporâneo, que, por seu turno,

⁴ Os dados relativos aos *Diálogos de São Gregório* foram extraídos de Teyssier (1998[1981], p. 4) e aqui adaptados.

parece começar a travar uma nova batalha com a forma *isso*, fato que, no *corpus* analisado, nem sequer chegou a ocorrer.

Assim, nos *Diálogos*, como no *Flos*, a forma *esso*, que viria a se transformar em *isso*, aparece exclusivamente precedida da preposição *por*, em situação de uso de relação particularmente anafórica (TEYSSIER, 1998[1981], p. 06), como se verifica comumente no português brasileiro.

No tocante à morfologia dos possessivos, apresentam-se os Quadros 2, 3 e 4 seguintes.

Pessoas	<i>Flos Sanctorum</i>			
	Masculino		Feminino	
	Possuidor único	Vários possuidores	Possuidor único	Vários possuidores
1ª	meu(s)	nosso(s)	mha(s) : minha	nossa(s)
2ª	teu(s)	vosso(s)	ta(s) : tua(s)	vossa(s)
3ª	seu(s)		sa(s) : sua(s)	

Quadro 2. Morfologia dos possessivos no *Flos Sanctorum*

Pessoas	<i>Diálogos de São Gregório</i>			
	Masculino		Feminino	
	Possuidor único	Vários possuidores	Possuidor único	Vários possuidores
1ª	meu(s)	nosso(s)	mha(s)	nossa(s)
2ª	teu(s)	vosso(s)	ta	
3ª	seu(s)		sa(s) : sua	

Quadro 3. Morfologia dos possessivos nos *Diálogos de São Gregório*⁵

⁵ Adaptado de Mattos e Silva (1989, p. 174). Observe-se que a análise de Mattos e Silva inclui apenas os dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório*, que como se sabe é composto de quatro.

Pessoas	<i>Livro das Aves</i>			
	Masculino		Feminino	
	Possuidor único	Vários possuidores	Possuidor único	Vários possuidores
1ª	meu	nosso(s)	mha	nossa(s)
2ª	teu	vosso	ta	vossa(s)
3ª	seu(s)		sa(s) : suas	

Quadro 4. Morfologia dos possessivos no *Livro das Aves*

Dos três documentos, o que apresenta o quadro mais completo é certamente o *Flos Sanctorum*. Apenas nele aparece a forma tônica *minha* que viria a se estabelecer no sistema dos possessivos no português contemporâneo. Embora ocorra duas vezes em toda a extensão do texto, no fôlio 1v: “Nõ te avondavam a cidade Deleofila que tempo havia que fora minha” e no fôlio 67v: “falarey com el de proveyto de sa alma e da minha”, seu uso corresponde à distinção geral – embora não categórica segundo alguns autores – que se fazia na língua portuguesa no seu período arcaico, em que, a princípio, formas tônicas poderiam ser utilizadas livremente, sem a necessidade de anteceder um nome, contrariamente às átonas que, nessa época, funcionavam como partículas clíticas que demandavam um substantivo ou um adjetivo a que precedessem, para que fossem atualizadas. Nos três documentos todas essas formas átonas *mha*, *ta* e *sa* seguem categoricamente essa regra.

PARA CONCLUIR

Os manuscritos Serafim da Silva Neto são, pelo que se tem notícia, o maior espólio original do português arcaico existente hoje no Brasil. Embora estejam hoje depositados em um cofre climatizado na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, parecem merecer melhores cuidados nas condições de seu arquivamento, que pelo que se pôde ver, *in loco*, elas são ainda bastante precárias.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos...

A intenção original deste breve trabalho foi, não só divulgar a edição que faltava para completar a leitura integral desses valiosos documentos, mas iniciar um cotejo sistemático sobre a língua portuguesa de trezentos que eles representam.

Fica, por fim, a homenagem a Serafim da Silva Neto, cujo trabalho desbravou muitos caminhos no estudo da língua portuguesa e cuja atitude de bibliófilo permitiu tamanha herança.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Maria José Simões Pereira de (1996). *Do português arcaico ao português moderno: ontributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra. Dissertação (Mestrado) (inédita). Faculdade de Letras.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (2000). *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador. Dissertação (Mestrado) (inédita). Instituto de Letras – UFBA.
- ____ (2001). Aquisse começa huu)) exe)plo perque pode ente)der algu)as diferenças antre dous manuscritos que de consuu) tratam da uida de Tassis mulher que foy muy pecador. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, 4, p. 69-95.
- MARTINS, Mário (1928). A hagiografia como tema literário. *Brotéria, Caminha*, 6, p. 407-14.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos diálogos de São Gregório”*. Edição crítica com Introdução e Índice geral das palavras lexicais. São Paulo. 4v. Tese (Doutorado) (inédita). Universidade de São Paulo, mimeo.
- ____ (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- ____ (1991). *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.
- NUNES, José Joaquim (1925). Textos antigos portugueses. *Revista Lusitana*, Lisboa, 25, p. 231-50.
- PARKES, M. B. (1993). *Pause and effect: an antroduction to the history of punctuation in the west*. Berkeley: University of California Press.
- ROSSI, Nelson et al. (1965). *O Livro das Aves*. Rio de Janeiro: INL.
- SILVA NETO, Serafim da (1956). *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC / Casa de Rui Barbosa.
- ____ (1977). *Manual de filologia portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Presença.
- TEYSSIER, Paul (1998[1981]). *O sistema dos dêiticos espaciais do português nos séculos XIV, XV e XVI*. Trad. de Américo Venâncio Lopes Machado Filho sobre o original (Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*. Paris, 6, p. 5-39). Digitado. 26 p.

ABSTRACT: A comparison of three medieval documents (oldest preserved in Brazil), that were first brought to the country by Serafim da Silva Neto in the 1950's, trying to make a description of their similarities and differences, in order to reveal paleographic evidences of the time they were produced and linguistic variation and change that may have been in course in Old Portuguese, by the fourteenth century.

Keywords: Historical Linguistics, Old Portuguese, Portuguese Medieval Manuscripts.

LOCATIVOS, FÓRICOS, ARTICULADORES DISCURSIVOS E CONJUNÇÕES NO PORTUGUÊS MEDIEVAL

Gramaticalização de *ende/en* e de *porende/porém*

Célia Maria Moraes de Castilho

RESUMO: Este trabalho é parte de uma investigação maior, na qual trato das conseqüências do processo de redobrimento sintático na gramática do Português Medieval. Apresento inicialmente os diferentes tipos de redobrimento sintático: redobrimento por repetição, por topicalização, redobrimento dos pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, locativos e temporais, redobrimento por repetição de quantificadores e de oplementizadores. A seguir, concentro a atenção nos efeitos do redobrimento sobre a gramaticalização de Latim *inde* > Port. Med. *ende*, palavra que operou nos primeiros textos da língua como constituinte oracional, articulador discursivo e introdutor de tópico, e finalmente já no Português Contemporâneo como parte da conjunção contrajuntiva *porém*.

Palavras-chave: Lingüística Histórica do Português, Português Medieval, Redobrimento sintático. Gramaticalização, Argumentos e adjuntos, Articulador Discursivo, Introdutor de Tópico, Conjunção contrajuntiva.

INTRODUÇÃO

Pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado identificaram e descreveram articuladores discursivos tais como *agora, então, aí, daí*: Risso (1993, 1996), Risso; Silva; Urbano (1996). Anteriormente a eles, Fávero; Koch (1983, 1986) e Koch (1987, 1989a, b) tinham investigado os conetivos textuais e o valor argumentativo das conjunções

embora, mas, entre outras. Os itens estudados são derivados etimologicamente de dêiticos locativos (*aí, daí*), dêiticos temporais (*agora, então*), advérbios (*mas*) ou sintagmas preposicionados (*embora*), os quais passaram por diferentes processos de gramaticalização.

Os mais diversos textos da primeira fase do Português Medieval (=PM),¹ sobretudo os poéticos, oferecem rica documentação sobre os advérbios locativos *ende* (e sua variante *en*), e *hi* (e sua variante *desi*), os quais eram empregados igualmente como articuladores discursivos. *Ende*, em sua forma preposicionada *porém*, deu origem a uma nova conjunção contrajuntiva no Português Contemporâneo.²

A descoberta dessas semelhanças me levou a estudar estes itens, compondo assim uma de minhas provas de qualificação para o Doutorado em Linguística na Unicamp, sob a orientação da Profa. Dra. Ingedore G. V. Koch. Surpreende observar que em duas sincronias extremas – o primeiro período do Português Arcaico e a fase contemporânea do Português Falado culto – a língua jogou e continua jogando com os mesmos mecanismos sintáticos e semânticos desencadeados por suas necessidades discursivas: (i) o pré-requisito de que o item seja um dêitico e um fórico, (ii) sofra o processo de redobrimento sintático e (iii) seja preposicionado.

Este trabalho se apóia em vários textos do PM, o que faz dele um estudo de caráter diacrônico. O *objetivo* é mostrar como pode ser a trajetória de um pronome locativo, no caso o pronome *ende*, que começa como um constituinte oracional, assume papéis textuais de articulador discursivo, até se transformar numa conjunção, muitas vezes correlacionada com outras conjunções. Neste particular, *ende* teve uma trajetória exemplar, caminhando de item lexical para palavra gramatical. Minha *hipótese* é de que na fase de romance do português havia um número muito grande de conjunções correlatas, as

¹ Acolhi aqui a divisão do Português Medieval feita por Rosa Virgínia, que divide esse período em duas fases: a primeira, que vai desde o aparecimento dos primeiros textos portugueses escritos até por volta de 1390, e a segunda, que começa por volta de 1400 e vai até 1540, aproximadamente.

² Os advérbios locativos *ende/en* e *hi* serão considerados neste trabalho como pronomes.

quais, com o passar do tempo, foram perdendo esse traço, apresentando-se atualmente como conjunções simples. O redobramento e o preposicionamento desse locativo tiveram um papel central nas alterações constatadas.

No item 1, defino o fenômeno do redobramento sintático, apresentando abundante comprovação empírica de sua presença no PM. No item 2, trato da origem e da gramaticalização de *ende*, mostrando sua difusão ibérica. No item 3, estudo a forma simples desse item como constituinte da sentença. No item 4, estudo sua forma redobrada e preposicionada na qualidade de articulador discursivo. Finalmente, no item 5, mostro como, preposicionada, a forma *ende* deu origem à conjunção contrajuntiva *porém*. As conclusões e referências bibliográficas fecham o texto.

1 O REDOBRAMENTO SINTÁTICO

A leitura dos primeiros textos medievais portugueses mostra uma freqüentíssima ocorrência de estruturas redobradas, entre elas as de locativo redobrado, o que me levou a refletir sobre os diferentes usos do locativo *ende*.

Mas o que é o redobramento, seja no domínio das relações sintáticas, seja no domínio das relações textuais?

Vamos admitir que as relações entre as classes possam ser descritas em termos das dependências sintáticas geradas entre elas. Indo por aqui, teríamos três tipos de relações: a de independência (= coordenação), em que um constituinte oracional não é dominado por outro, dependência (= subordinação), em que ocorre esse domínio, e interdependência (= correlação), em que a relação aparece duplamente articulada. Estas questões estão bem discutidas na literatura.

O redobramento tem seu ninho na relação de *interdependência*, esta nem tão estudada assim em nossas gramáticas e manuais de sintaxe. Vou defini-la assim: uma dada classe X sempre co-ocorre com uma classe Y, de tal sorte que, ocorrendo X, obrigatoriamente

co-ocorrerá Y. X e Y integram classes distintas, mas desempenham na maior parte das vezes uma mesma função. Isso significa que nos enunciados redobrados ou correlatos uma dada função é preenchida mais de uma vez, fenômeno que a gramática tradicional rotula de “anfilogismo”. Em suma, redobramento e correlação correspondem a nomes diferentes para um mesmo fenômeno.

O redobramento se manifesta por meio de recursos sintáticos muito variados, e por isso mesmo nem sempre nos damos conta de que estamos diante de um mesmo fenômeno. Admitirei que as seguintes estruturas manifestam o redobramento sintático, com maior ou menor visibilidade:

X = sintagma nominal (SN), sintagma preposicionado (SP)/Y = SN, SP: redobramento por repetição.

X = construção de tópico/Y = pronome resumptivo: redobramento por topicalização.

X = pronome pessoal, possessivo, demonstrativo/Y = SP: redobramento de clíticos pessoais e de outros pronomes.

X = pronome circunstancial locativo, temporal/Y = SP: redobramento de clíticos locativos e temporais.

X = advérbio de negação/Y = advérbio de negação: redobramento da negação.

X = quantificador/Y = quantificador: redobramento de quantificadores.

X = complementizador/Y = complementizador: redobramento de complementizadores.

Nos itens a seguir, examinarei brevemente as estruturas acima.

1.1 Redobramento por repetição

A manifestação mais evidente da correlação é a repetição das mesmas classes, situação em que $X = Y$. Os estudos recentes sobre a

língua falada se concentraram nesse processo, mostrando sua importância na organização do texto falado: Koch (1990, 1992), Braga (1990), Marcuschi (1992), entre outros. Embora pouco frequentes no português medieval, temos casos de correlação por repetição da mesma classe:

(1) Sintagma verbal (SV), SN ou SP repetidos

- (a) [XV LM 16:8] [...]: ora **ueede se** o ueer que he o mais principal sentido, porque o entender filha com este mais prazer, **ueede se** quando for anoiado, **se** o pode perder, em ueer muytos caualeiros, e escudeiros muy bem encaualgados de bõos cauallos, e outrosi uestidos como compre pera tal mister, [...]
- (b) [XIII FR 187:1] E outrosy **mandamos que** nenhuu iuramento que ome fezer per força subre qual cousa quer ou per medo de seu corpo ou de seu auer perder, **mandamos que** ño uallya.
- (c) [XIII FR 234:4] E outrosy **mandamos que** seya de todo ome que seya dado pera iustiçar ou que lhy seya demandado algua cousa per que aya de seer iustizado, e el rey deua auer todo o seu ou parte del, mandamos que ño possa dõar nada per que al rey mingue nada do seu que deue a auer ou outro senhur qual quer que o deua auer.
- (d) [XIII FR 266:26] Todo uinheyro que guardar uinhas se alguu entrar ennas uinhas e fezer dano, **o vinheyro** tomelhy penhores e sse sse deffender e der apelidos e aos primeyros que chegarem diga como fez dano enha uinha ou iure o uñheyro como lhy fez dano e peytelhy o dano cū todo o couto assy como é foro posto.
- (e) [XV LM 203:19] Ca dizem os logicos que **toda proposiçom que he posta**, se a sua definiçom nom he direita determinaçom, que **toda a proposiçom** nom ual nenhũa cousa [...]
- (f) [XIII:1283 HGP 77:30] [...]; e dou uos y demais a uos sobreditos e a uosos fillos e a uosos netos todalas pesqueyras que som feitas e quamtas mays y poderdes fazer in este foro e in este termio de suso dito que as fazades e que dedes delas sempre áo moesteyro iam dito per seu máórdomo méo e dizemo do pescado que y filarẽ; e se peruẽtura **ĩ este foro** quiserdes fazer casas **in este foro sobredito** e morar in elas fazerdelas e ño uos séer refertado do móésteyro.

1.2 Redobramento por topicalização

As repetições estão na base do redobramento sintático. Entretanto, basta mover o SN ou o SP para a esquerda e retomá-lo por

um clítico pessoal para que ingressemos no redobramento por topicalização. As diferentes funções do SN/SP nos levam às construções de tópico de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto e de adjunto, abaixo exemplificadas.

(2) Redobramento da Construção de Tópico sujeito

- (a) [XIII CSM1 144:15] *Ca Deus en ssi meesmo, ele mingua non á, / nen fame nen sede nen frio nunca ja, / [...]*
- (b) [XIV CGE2 17: 15] *Mas o grande Hercolles (...) este foy muy grãde, muy ligeiro, muy valente mais que outro homem.*

(2') Redobramento de CT objeto direto

- (a) [XIII:1254 IDD 31:27] *It? a aldeya de Gaton trage a por onrra Ffernam Oanes de Gaton da freeguesia de San Oane.*
- (b) [VX LM 28: 18] *E esto nom o queremos mais dizer, porque todos sabem, que he assi como nos dizemos.*

(2'') Redobramento de CT objeto indireto

- (a) [XV VS 50: 24] *E a alma estando em tanto prazer disse-lhe o angeo...*
- (b) [XV VPA1 95:4] *Sam Filipo, estando em Samaria (...) disse-lhe o angio de Nostro Senhor...*

(2''') Redobramento de CT oblíquo e adjunto

- (a) [XIII CSM1 43:22] *[...] ca o demo no seu coração / metera y tan grand' erigia, / que per ren non podia mayor*
- (b) [XIV LLD 122:22] *E esta dona Violante Sanches casou com ela o conde dom Martim Gil de Portugal, [...]*

Os exemplos acima nos mostram muitas coisas. Primeiramente, essas estruturas surgiram para atender a uma necessidade discursiva, bem caracterizada na literatura aqui mencionada, mediante alteração no esquema da repetição, altamente freqüente na conversação.

Em segundo lugar, eles apontam para uma origem muito antiga das Construções de Tópico, consideradas na literatura mais recente uma das marcas de uma emergente gramática do Português Brasileiro. Em Moraes de Castilho (1998, 2001) tratei mais extensivamente da topicalização, mostrando a ocorrência dessa e de outras construções “brasileiras” em documentos quatrocentistas. Quanto às CTs, provavelmente será necessário recuar essa data para a primeira fase do PM.

1.3 Redobramento por duplicação de pronomes pessoais clíticos, possessivos e demonstrativos

(3) Duplicação de pronomes pessoais clíticos, pronomes possessivos e demonstrativos

- (a) [XIII SG 325:8][...] *e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-no a el de muitas chagas.* [duplicação do clítico acusativo]
- (b) [XV CDP 276:25][...] *se este he o seu filho Joane de que me a mim alguuas vezes fallarom.* [duplicação do clítico dativo]
- (c) [XIII CSM1 LXI:8] *Tan grand' [é] a sa merçee | da Virgen e sa bondade, / que sequer nas beschas mudas | demostra sa piadade.* [duplicação do possessivo]
- (d) [XIII CSM1 XXXII:4] *Tanto, se Deus me perdon, / son da Virgen connoçadas / sas merçees, que quinnon / queren end' as bestias mudas. //*
- (e) [XIII DSG 9:35] *E o monge Libertino outrossi deitou-se ante os pees de seu abade e disse-lhi que aquele mal que el recebera non fora per sa crueza do abade, mais fora per sa culpa del mesmo.*
- (f) [XIII FR 129:6] [...], *assy a maldade dos que sô endurados e perfyosos en fazerlhys mal non lha poden toller senõ per grauer p?as, ca o diz a Escripura que o sandeu en sandice guisesse de seer cordo que non suffra pea.* [duplicação do demonstrativo neutro]

Em Moraes de Castilho (2000) descrevi com detalhe o redobramento dos clíticos pessoais no PM.

1.4 Redobramento por duplicação de pronomes circunstanciais locativos e temporais

(4) Locativos e temporais redobrados

- (a) [XIII HGP 77:20] [...] *e que dedes ende i cada ano áo moesteyro de Chouzã per seu maordomo meadade de uino no lagar e meadade de todo pam que y lauorardes na eyra*
- (b) [XIII HGP 77:20] [...] *e que dedes ende i cada ano áo moesteyro de Chouzã per seu maordomo meadade de uino no lagar e meadade de todo pam que y lauorardes na eyra.*
- (c) [XIII FR 167:10] *Outrosy dementres que for en corte del rey, des aquel dya que se en partir de sa casa por todo huu dia seya y seguro (E) el con todas sas cousas, assy como é subretido, [...]*
- (d) [XIII CSM2 131:11] *E disse: “Ay, Groriosa, / a mia ovella me dá, / ca tu **end’** es poderosa **de o fazer.**”* [duplicação do locativo/partitivo *ende*]
- (e) [XIV LLCP 138:10] *E por esta mortiindade, que i foi tamanha que as pedras e o campo foi todo vermelho, poserom-lhe nome ao campo o campo de Arguriega, que tanto quer dizer por seu linguagem de vasconço, como pedras vermelhas pelo nosso; e hoje em este dia assi ha nome.* [duplicação do circunstancial de tempo]
- (f) [XVI BD 21:2] [...] *que nom há i alguu que leixar casas e irmãos ou padre ou madre ou herdades, que nom receba cem-tanto **agora em este tempo**, e depois haverá vida perdurável.* [duplicação do circunstancial de tempo]

Em Moraes de Castilho (2003) trato mais extensivamente do redobramento do locativo *hi*, exemplificado em (4a-b), mostrando as consequências do redobramento desse locativo no surgimento das perífrases de *estar* + gerúndio/infinitivo preposicionado no português.

1.5 Redobramento da negação

(5) Advérbio de negação redobrado

- (a) [XIII CSM1 193:12] *Enton cuidei logo como me partisse / daquela terra que **neun non** me visse, / [...]*

- (b) [XIII SG 4:10] [...] *que nom podia de maior seer e via tam pobre festa e tam pequena lediça em sua cavallaria nem el **nom** no podia **ja mais** cuidar que podesse vir a tam gram cousa como pois veeo.*
- (c) [XIII SG 123:1] *E em seendo tam mal treito ca ja mais nom cuidava a filhar armas, se Deos nom posesse sobre elle mão, quando Calogrenac vio que se combatia com seu irmão, ouve gram pesar; ca se Calogrenac matasse seu irmão ante elle **nunca jamais** seria ledo, tanto o amava de coraçom.*
- (d) [XIII SG 123:9] *E atendeo tanto que Calogrenac ouve a pior da batalha, ca muito era Lionel ardido e arrizado, e Calogrenac avia ja assi seu elmo metudo em peças e seu scudo e sua loriga que nom atendia ja se morte nom; e tanto perdera ja do sangue que **nom** podia **ja** estar.*
- (e) [XIII SG 125:8] *“Ora me dizede o que i faça, irmão”, disse Boorz; “eu **nom** posso aqui **mais** star, mas vos ficade. [...]”*
- (f) [XIII SG 129:17] *E eu **nom** posso **ja mais** star aqui, ca ves aqui Persival, o bem aventurado e gl[or]ioso que te vem aqui buscar ora e veer”*
- (g) [XV VS 39:21] *Ay senhor **nũca** te vy **senõ** agora quando ou / vy tua voz muy saborosa.*
- (h) [XV VS 57:41] *E **nunca** abriã a porta / **sse nom** quando viinha alguũ monge por algũa cousa neçessaria.*
- (i) [XIII-XIV CA 163:18] *Pero faça como quiser’, / ca sempre a eu servirei, / e quando a negar poder’, / todavia negá-la-ei; / ca eu ç por quẽ ei a dizer / o por que m’ ajan de saber / quan gran sandece comecei, // E de que me **non** á quitar / nulla cousa, **se** morte **non**? /*

1.6 Redobramento de quantificadores

(6) Quantificadores redobrados

- (a) [XV VS 47:29] *E o ango rrespondeo aguardemos e veerás a cabo de pouco foy a casa tam escura e **quantos** estavã em ella **todos** (se) tornarom tristes.*
- (b) [XV VS 34:31] *Oo meu senhor / **tudo quanto** queres fazer **todo** fazes asy nos ceeos co / mo na terra e en no mar eẽ nos avisos e nõ ha hy cou/sa que possa contradizer aa tua vôtade eẽ ty e de ti e por / ty som todalas cousas feytas e sem ty nõ ha hy ne / nhũa cousa.*
- (c) [XV VS 47:19] *E **quantos** estavã em aquella casa **todos** ficavã os joelhos ante aquell rrey e diziã hũu vesso do psalteiro / que diz asy.*
- (d) [XV VS 47:29] *E o ango rres / pondeo. aguardemos e veerás. a cabo de pouco foy / a casa tam escura e **quantos** estavã em ella **todos** (se) tor / narom tristes.*

- (e) [XIII SG 3:11] *Entam começaram todos a chorar com prazer quantos no lugar stavam.*
- (f) [XV VS 26:8] *Nom te avondava a cidade de Eleopolis que em / outro tenpo foy mynha e todos quantos ã ela mo / ravam me adoravam e os quaes me tiraste e baptiz / aste e consecraste e deste ao teu Deos?*

1.7 Redobramento de complementizadores

Temos aqui diferentes situações, que vão desde a repetição do complementizador, até os casos de conjunções correlativas aditivas e consecutivas:

(7) Repetição do complementizador

- (a) [XIII CMS1 83:27] *E começou a dizer, / con sanna que avia, / **que** se per força prender / a cidade podia, / **que** faria en matar / o poboo myudo / e o tesour' en levar / que tñian ascondudo. / [...] //*
- (b) [XIII CSM1 146:23] *Este castel' aquel conde | por al fillar non queria / senon pola gran riqueza | que eno logar avia; / poren gran poder / de gent' ali assñara / con que combater / o fez, e que o tomara, / [...] // Se non foss' os do castelo | **que**, pois se viron coitados, / **que** fillaron a omagen, | por seer mais anparados, / da Virgen enton, / Santa Maria, que para / mentes e que non / os seus nunca desanpara. / [...] //*
- (c) [XV VS 50:26] *Convẽ-te que te // tornes ao teu corpo. e contarás todas estas cou / sas que viste. por tal **que** o(s) que te virem e esto ouvirẽ **que** / tomẽ exenplo de bem fazer e guardar-sse de mal.*
- (d) [XIII FR 183:17] *Todo omẽ que demandar erdade a outro ou outra cousa qualquer, se o teudor da herdade ou daquella cousa que lli demandã se quiser emparar per tempo e disser que ha huu ano e huũ dya ia passado que a teue em paz en face daquel que a demanda e que porende nõ deue a responder, (E) se el prouar que huu ano e huũ dya é passado que a teue em paz en face daquel que entrãdo e(n) sayndo o demandador ena uila, mãdamosque nõ lhy responda.*
- (e) [XIV LLCPC 220:37] *[...], temendo-se de cavalgar, com a fraqueza, o que ele encubria mui bem a todos, pedio-lhes **que**, se ele desperecesse naquela lide, **que** ficasse dom Egas Gomez de Sousa em seu logo, que era de boa linhagem e de grande bondades.*

- (f) [XV CA200 47:3] Ora pregunto **se** depois desto **se** non cõfesarse **se** tornam ael aquelles pecados de que la he perdoado.

No pólo extremo do redobramento de complementizadores teríamos o surgimento das conjunções correlatas, estudadas pioneiramente por Oiticica (1955). Esse gramático identificou quatro tipos de correlação: (i) aditivas: *não só ... como também*; (ii) alternativas: *ou ... ou, ora ... ora, já ... já*; (iii) comparativas: *mais ... do que, menos ... do que*; (iv) consecutivas: *tanto ... que*. Exemplifico o primeiro e o quarto tipo de sua taxonomia:

(8) Correlação aditiva

- (a) [XIV DSG 4:10] E tan comprida era a vida que fazia que **non solamente** d'obras maas e desaguisadas, **mais** de palavra sobeja, que non presta nen empeence a nenguu, a que chama a Escritura ociosa, se guardava
- (b) [XIII SG 37:14]E assi como mais maravilhas avirom deste scudo ca doutro, assi averá mais bondade darmas e de santa vida em aquel, que o ha de trazer, ca em outro cavalleiro.

(9) Correlação consecutiva

- (a) [XIV DSG 34:28] Ca **tan sobejo** foi o prazer da carne que ouve **que** aquelo que fez con seu marido fezera-o con outro qualquer.
- (b) [XIV DSG 49:5] E **tanta** foi a coita e a door que ende recebeu **que** todo o deleito e o prazer que ouvera da molher que o enmiigo ant' os seus olhos apresentara perdeu-o e des ali adeante nunca o ouve.

2. ORIGEM E GRAMATICALIZAÇÃO DE ENDE

Como todas as línguas românicas, O PM possuía dois locativos que tiveram uma história muito parecida e entrelaçada: *hi* e *ende*. Esses locativos podiam figurar como formas simples ou como formas preposicionadas.

O locativo *hivem* do Latim *ibi* ou *hic* e suas principais características eram: (i) possuía o traço [- movimento], ou seja, não marcava nem a origem, nem o percurso ou o fim do movimento; (ii) tinha o sentido principal de “aí”, “nesse lugar” (10a-b), além de outro, neutro, “nisso” (10c); (iii) podia ser dêitico ou fórico; (iv) podia vir acompanhado de um sintagma preposicionado (10d), que os gramáticos chamavam de pleonasma; (v) era usado principalmente com verbos estativos como *ser* (b), *estar* (d), *haver*, *ter*; (vi) seu antecedente foi, inicialmente, um sintagma preposicionado locativo com a preposição *em* ou *a* e, posteriormente, passou a ter como antecedente qualquer sintagma preposicionado com a preposição *em*; (vii) se juntou a preposições estativas como *des* (e), *de*, *a*; (viii) foi usado como variante do advérbio *ende* e foi substituído por este em muitas situações; e (ix) teve grande uso no período medieval do Português, mas no século XVI era de uso muito restrito, tendo sobrevivido no Português atual na forma preposicionada *aí*. Não tratarei deste advérbio no presente texto, mas vejamos alguns exemplos:

(10)

- (a) [XIII CSM2 158:5] *Como uun ome de Moriella, que ameude ya a Santa Maria de Salas e tragia sa magestade, viu viir nuveado e pos a Magestade na sa vinna; e non firiu y a pedra, e toda-las outras foron apedreadas en derredor.*
- (b) [XIII SG 13:15] *Elles em esto fallando virom vir pella rebeira ãa donzella sobre ã palafrem branco, e quando chegou a eles, preguntou, se era i Lançarot.*
- (c) [XIII SG 29:11] *Entam tornou a Galuam e disse: “Galuum, cree que tu e Morderet, teu irmão, nom nascestes senam por fazerdes maas aventuras e doorosas. Se os que aqui seem, o soubessem como o eu sei, sacar-vos-iam os corações, ja ainda os vos faredes morrer a door e a marteiro. E estes que me ora nom creem o que lhes eu digo ainda o creerám tal ora que nom poderám i poer conselho”*
- (d) [XIII CSM2 145:6] *Enton deceu a saeta | e feriu no tavoleyro, / toda coberta de sangui; e creede sen dultança / [...] // Que sanguent’o tavoleiro | foi. E quantos y estavam / en redor veend’o jogo | ferament’en s’espantavan, / ca viian fresc’o sangui | e caent’, e ben cuidavan / que algun deles ferido | fora de spad’ou de lança.*

- (e) [XIII CSM2 182:1] *A tormenta aquedada | foi, e seu mast'adubaron / e log' a Santa Maria | de Salas s'acomendaron; / e ouveron tan bon vento, | que na mannã chegaram / a Acr' e perderon medo | e todos maos penssares / [...]*
// *Que ant'avian da morte; | des i quantas merchandias / tragian, todas venderon | mui ben e en poucos dias.*

O advérbio *ende*, oriundo do Latim *inde*, tinha as seguintes características: (i) possuía o traço [+ movimento], que marcava o ponto de origem (11a); (ii) tinha o significado de “daí” (a), “desse lugar”, além de um outro, neutro, “disso” (11b), podia também ter um sentido partitivo; (iii) podia ser empregado como dêitico ou fórico (11b); (iv) podia vir acompanhado de um sintagma preposicionado (11e); (v) aparece sob duas formas: *ende* (11b-c), mais próxima de sua etimologia, e *en* (11a), forma reduzida; (vi) com o sentido de locativo era usado com verbos de movimento como *sair*, *tirar*, *sacar*; (vii) seu antecedente era principalmente um sintagma preposicionado iniciado com a preposição *de* (11e); (viii) se juntou a preposições como *des*, *pro*, *por/per*; (ix) foi usado como variante do advérbio *hi*, tendo os dois se substituído em muitas situações; (x) teve grande uso na primeira fase do PM e seu uso foi decaindo até desaparecer; e (xi) sobreviveu na forma preposicionada *porém*. Vejamos alguns exemplos:

(11)

- (a) [XIII CSM2 29:24] *Mais a Madre do onrrado / Jeso-Crist'a seu chamado / vëo, e o denodado / demo logo fugiu en, / [...]* // *U ela ressucitado / ouv'o morto e sacado / do rio, que ja buscado / fora daquend'e dalen.*
- (b) [XIII CSM2 86:19] *Dentro ena cova gran gente meteu / e tirou a terr' e a pena fendeu; / e pois lles el dentro viv' apareceu, / tirárono ende sen sse detëer. / [...]* // *E quando o viron, deron end' a Deus / graças e loores, chorando dos seus / ollos muito todos, dizendo: “Os teus servos nunca poden mui gran [mal] prender.” [...]* //
- (c) [XIII CSM1 110:17] *Quantos aquest' oyron, log' ali vëeron / e aa Virgen santa graças ende deron, / e os seus miragres ontr' os outros teveron / por mais groriosos. / [...]* //

- (d) [XIII-XIV CA 272:7] *Sempr' ando cuidando em meu coraçõ / com' eu iria mia senhor veer / e en como lh' ousaria dizer / o ben que lh' eu quero; e sei que non / lh' ousarei end' eu dizer nulha ren, / mais veê'-la-ei || pouco, e irei én / con mui gran coita no meu coraçõ, // Tal que, se a vir' quantas cousas son eno / mundo non mi-an de guarecer / de morte, pois lhe non ousar' dizer / o ben que lh' eu quero.*
- (e) [XIII CSM1 46:26] *Tod' aquesto que vos ora dito / ei, San Basil' en sa vison viu; / e Santa Maria deu-ll' escrito / un lyvro, e ele o abryu, / e quanto y viu no coraçõ fito / teve ben, e logo ss' espedyu / dela. E pois da vison foi quito, / ficou en con med' e com tremor.*
- (f) [XIII CSM2 114:2] *Aqueste feito soube logo seu abade, / que bon om' era, e ouv' en gran piadade / e a dous monges disse: "Oy mais aguardade / est' outro de caeda fazer escarnida." / [...] //*
- (g) [XIII-XIV CA 11:8] *Quen oge mayor cuita ten / d' amor eno seu coraçõ / de quantos d' el cuitados son, / Nostro Senhor lhe ponha i / conselho, se a el prouguer' / atal per que lh' a tolha én.*

Esse locativo era muito freqüente nas línguas românicas da Península Ibérica, além do Francês, Italiano e Romeno. Ao longo do tempo sua forma, nas línguas românicas, foi sendo alterada, como se pode ver no Quadro 1:

Quadro 1. O advérbio latino *inde* em algumas línguas românicas³
Observação: as siglas Med. e Mod. significam medieval e moderno, respectivamente.

Português		Castelhano		Aragonês		Catalão		Francês		Italiano	
Med.	Mod.	Med.	Mod.	Med.	Mod.	Med.	Mod.	Med.	Mod.	Med.	Mod.
Ende		Ende		-nde				ind		nde	
		End		end							
		Ent		ent				ent			
En		En		en	En	en/-en	en	en	En		
				ne	Ne	ne/-ne	-ne			ne	ne
n/-n					n/-n	n/-n					
							N'/n		N'	n'/n	n'
An								an			

³ Dados tirados de um quadro de Badia Margarit (1947), p. 35. Os dados do Português foram acrescentados por mim. Quando as formas são antecedidas ou seguidas de (-), significa que elas ocupam uma posição proclítica ou enclítica, respectivamente. Quando as formas são antecedidas ou seguidas de ('), significa que elas ocupam uma posição inicial ou final de palavra.

(12) Castelhana do séc. XIV (a-b),⁴ Aragonês do séc. XIV (c-d),⁵ Catalão dos séculos XIV e XV (e-f),⁶ Provençal (g-h),⁷ Francês medieval (i-j)⁸

(a) ... et que descendió a los infiernos, et que sacó **ende** los padres sanctos...

(b) Non ssé astrologia nin so **ende** maestro ...

(c) ... stuuo cerrado en aquella fuessa VII anyos après el emperador **londe** fizo sacar

(d) ... algunos tractauan enguanyar lemprador entre los cuales fue acusado villisario el cual **ne** era ignocent...

(e) No et pens, però, que aquells qui son condemnats a infern **ne** isquen ...

(f) Veus-ací tot lo meu bé, fet-**ne** a vostra voluntat

(g) en Fransa vos **n'**iretz "você pode ir à França"

(h) mas vostres sui, e no m'**en** vuelh partir "mas eu sou teu, e não quero deixar você"

(i) puis s'**en** alat en Alsis la citet "então ele foi à cidade de Alsis"

(j) ves chi mon fil, qu'**en** feron nous? "aqui está meu filho, o que vamos fazer com ele?"

Conforme dito anteriormente, o locativo figurava no PM como forma simples ou reduplicada, preposicionada ou não preposicionada. Em ambas as roupagens, ele passou por interessantes processos de gramaticalização. Primeiramente, tratarei da gramaticalização do item que estamos estudando, e depois postularei que a estrutura duplicada permitiu o uso desse locativo como articulador discursivo.

Entende-se por gramaticalização um conjunto de modificações de itens lexicais, modificações essas desencadeadas por necessidades discursivas. Essas alterações afetam a fonologia da palavra (= encurtamento drástico, levando um vocábulo com acento tônico a se transformar num clítico), sua morfologia (= mudança de

⁴ Exemplos tirados de Badia Margarit (1947), p. 108-9.

⁵ Idem, p. 146-7.

⁶ Idem, p. 192-3.

⁷ Exemplos tirados de Jensen (1986), p. 317.

⁸ Exemplos tirados de Jensen (1990), p. 437.

classe gramatical, perda da autonomia lexical, reduzindo-se o item a uma forma presa), sua sintaxe (= mudança da combinatória sintática, mudança de sua função oracional – a chamada reanálise gramatical) e sua semântica (em geral, transformação de um sentido concreto em um sentido abstrato). O grau máximo da gramaticalização é o desaparecimento da forma, com o surgimento de outro item em substituição (= lexicalização), o qual, por sua vez, poderá passar pelos mesmos passos da forma substituída: Heine; Claudi; Hünemeyer (1991), Hopper; Traugott (1993), Bybee; Perkins; Pagliuca (1994).

Pesquisas relatadas nessa bibliografia têm demonstrado que em várias línguas a gramaticalização expressa a criatividade lingüística, entendida como a habilidade de conceptualizar domínios abstratos da cognição a partir de termos concretos. Heine; Claudi; Hünemeyer (1991) apontam as seguintes regularidades nessas relações entre concreto e abstrato: o domínio dos espaços em relação ao dos objetos físicos; o domínio do tempo em relação ao dos conceitos espaciais; o domínio das relações lógicas em relação aos conceitos de tempo.

Ora, as palavras latinas *inde* e *ibi/hic* remetiam ao domínio do espaço, e não sabemos se em estágios anteriores ao Latim os antepassados desses itens teriam designado algum objeto concreto. O exame de línguas atuais mostra que as designações de partes do corpo humano são freqüentemente utilizadas para situar o ser humano no espaço, dando posteriormente surgimento a preposições e a conjunções. É esse o caso de *fronte*, no sentido de parte dianteira do rosto, substantivo que, preposicionado, passou a indicar o espaço “defronte”, entre outras derivações. Teriam *inde* e *ibi/hic* tido origem semelhante? Provavelmente nunca saberemos.

Em nosso caso, “pegamos o bonde andando”, e é já uma representação do espaço que encontramos nas primeiras atestações de *ende* e de *hi*. Nesses usos, as palavras atuam como um dêitico locativo, bastante documentado em nossos dados. Na mesma época, ocorrem usos dessas formas como fóricos, o que definitivamente as habilitou a funcionar como articuladores discursivos.

O requisito discursivo de localizar espacialmente determinado participante, ou então localizar o argumento no texto, explica os diferentes percentuais de ocorrências de *ende* no *corpus* de análise, desconsiderando-se as formas apocopadas ou não, preposicionadas ou não. É evidente que os gêneros discursivos implicam a seleção de certos dispositivos gramaticais e a rejeição de outros. Esses dados aparecem na Tabela 1, em que se privilegia uma leitura horizontal dos dados. Não farei, neste momento, uma análise desses textos em correlação com a seleção do locativo.

Tabela 1. Ocorrências de *ende* por tipo de documento

	Forma simples					Forma preposicionada					Total geral
	Ende		En		Sub- total	porende		Poren		Sub- total	
	Ocor	%	Ocor	%		Ocor	%	Ocor	%		
CSM	115	49	118	51	233	126	40	189	60	315	548
CA	104	38	170	62	274	9	6	152	94	161	435
CEM	62	38	102	62	164	13	12	99	88	112	276
*SG	331	59	230	41	561	13	8	150	92	163	724
HGP	66	96	3	4	69	5	83	1	17	6	75
FR	41	82	9	18	50	11	19	48	81	59	109
DSG	54	82	12	18	66	92	88	12	12	104	170
CGE2	38	100	-	-	38	18	17	87	83	105	143
LM	1	100	-	-	1	47	42	64	58	111	112
VPA1	86	100	-	-	86	153	94	10	6	163	249
VS		-	-	-	-	5	26	14	74	19	19
CDP	-	-	-	-		1	2	40	98	41	41
GV	-	-	-	-	-	1	1	82	99	83	83
GLP	-	-	-	-				14	100	14	14
AJS	-	-	-	-		-	-	133	100	133	133
GPLP	-	-	-	-	-	-	-				
Total	898		644		1542	494		1095		1589	3131

Seria igualmente importante indagar-nos sobre a frequência de uso das diferentes formas geradas por *inde*, para refletir sobre como se deu sua gramaticalização. Procedendo a uma “leitura vertical” dessa tabela, obtém-se a Tabela 2.

Tabela 2. Frequência de uso das formas derivadas de *inde*

	Forma simples					Forma preposicionada					Total geral
	Ende		En		Sub- total	Porende		Poren		Sub- total	
	Ocor	%	Ocor	%		Ocor	%	Ocor	%		
CSM	115	13%	118	18%	233	126	25	189	17	315	548
CA	104	12%	170	26%	274	9	2	152	14	161	435
CEM	62	7%	102	16%	164	13	3	99	9	112	276
*SG	331	37%	230	36%	561	13	3	150	14	163	724
HGP	66	7%	3	0.5%	69	5	1	1	0	6	75
FR	41	4%	9	1.5%	50	11	2	48	4	59	109
DSG	54	6%	12	2%	66	92	19	12	1	104	170
CGE2	38	4%	-	-	38	18	3	87	8	105	143
LM	1	0	-	-	1	47	9.5	64	6	111	112
VPA1	86	10%	-	-	86	153	31	10	1	163	249
VS	-	-	-	-	-	5	1	14	1.5	19	19
CDP	-	-	-	-	-	1	0.25	40	4	41	41
GV			-	-	-	1	0.25	82	7	83	83
GLP								14	1.5	14	14
AJS								133	12	133	133
GPLP											
Total	898/ 1542	29%	644 / 1542	21%	1542/ 3131	494 – 1589	15%	1095/ 1589	35%	1589/ 3131	3131
	58%		42%		49%	31%		69%		51%	

Essa Tabela permite várias leituras. Eis aqui algumas delas: (1) as formas preposicionadas manifestam uma ligeira vantagem sobre as não preposicionadas, o que é um indício de regramaticalização de *ende/en*; (2) a forma etimológica *ende* é ligeiramente mais frequente que a forma apocopada, numa proporção de 58% para 42%; seria necessário separar os dados por período do PM para avaliar até que ponto ambas formas eram estáveis na totalidade do período examinado; (3) a preposição *por* escolhe prioritariamente a forma apocopada *en*, numa proporção de 69% de ocorrências de *poren* sobre apenas 31% de *porende*, o que aponta para um fenómeno oposto àquele anotado em (2).

Para melhor avaliar o quadro, separei os dados de acordo com o período do PM de que provinham, obtendo assim a Tabela 3.

Tabela 3.

	Forma simples		Forma preposicionada		Total
	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem	
1ª fase medieval	1417/2337	61%	920/2337	39%	2337
2ª fase medieval	125/564	22%	439/564	78%	564
Século XVI	-	-	97/97	100%	97
Século XVIII		-	133/133	100%	133
Total	1542		1589		3131

A Tabela 3 é bem mais reveladora, como se podia esperar: (1) o percentual de formas simples cai dramaticamente do primeiro para o segundo período, numa proporção de 61% para 22%, anunciando a “morte” de *ende/en*, isto é, o grau zero de sua gramaticalização; (2) num movimento contrário, de regramaticalização, as formas preposicionadas sobem de 38% para 78% nesses períodos, até se tornarem categóricas nos séculos XVI e XVIII, desaparecendo de vez as formas simples.

É tempo agora de estudar o funcionamento dessas formas.

3. ENDE COMO CONSTITUINTE SENTENCIAL

A exemplificação contida no item anterior mostra que o locativo *ende* figura no *corpus* (1) como forma simples ou como forma duplicada – operando, neste caso, como uma estrutura correlata; (2) como forma preposicionada ou como forma não preposicionada. Passo a examinar separadamente essas formas.

3.1 *Ende* como forma simples

O item *ende* podia ter pelo menos dois sentidos: dêitico locativo, indicador de causa, podendo ainda cliticizar-se ao verbo *prazer* como fórico. Operando como um constituinte sentencial, essa palavra assumia os seguintes sentidos:

3.1.1 *Noção de locativo de origem, seu sentido mais primitivo, marcava o início de um movimento, o lugar de origem desse movimento e significava “de lá” ou “daí” Construía-se com verbos de movimento, funcionando geralmente como seu complemento oblíquo:*

(13) Noção de origem

- (a) [XIII CSM2 14:18] [...] / E metérona mais morta ca viva / na eigreja, vestida dun prumaz. / [...] // Assi gemendo e dando carpynnas, / adormeceu. E logo sen tardar / ll' apareceu a Sennor das reynnas / e começou-a muit' a confortar / e disse-ll': "Eu trago a[s] meezys / con que são de fog' e d' alvaraz. / [...] / E leva-t' **en**, ca des oy mais es sãa, / e vai dormir ant' aquel meu altar; /
- (b) [XIII CSM2 118:19] En Xerez, preto d' Aguadalquivir, / foi este miragre, que sen falir, / ouv' l tan gran seca, por que fugir / a gent' **en** toda queria. / [...] /
- (c) [XIII-XIV CA 105:6] O que conselh' a min de m' eu quitar / de mia senhor, porque me non faz ben, / e me por tan poderos(o) ora ten / de m' **én** partir, nunca el ouv' amor / qual og' eu ei, nen viu esta senhor / con que amor fez a min començar.
- (d) [XIII CSM1 206:2] E a destro viu estar da capela / de gran fremosura hũa donçela / que de faizon e de coor mais bela / era que nona neve e a grãa, / [...] // Que lle fez sinas que sse chegasse / ant' o preste e que ss' agẽollasse; / e ao preste fez que o catasse / a Virgen piedosa e louçãa, / [...] // Que lle meteu o dedo na orella / e tirou-ll' **end'** un ve[r]men a semella / destes de sirgo, mais come ovella / era velos' e coberto de lãa. / [...] //
- (e) [XIII CSM2 152:2] Muitos meges y vëeron, | mais non poderon per ren / tira-ll' **ende** o cuitelo | per arte per seu sen. / E ela, quando viu esto, | a Rocamador foi-ss' en / rogar a Santa Maria, | u acha todo crischão / [...] // Bõo e toda crischãa | que lle ben de coraçon / roga mui gran piadade.
- (f) [XIII-XIV CS 226:7] A esta coita nunca eu vi par, / ca esta coita peor ca mort' é; / e por én sei eu ben, per bõa fé, / que non fez Deus a esta coita par; / ca pero vej' u é mia senhor, non / ousei veê'-la isi Deus me perdon! / e non poss' **end'** o coraçon partir, / nen os olhos, mais non ous' alá ir. //
- (g) [XIII SG 105:15] Os outros dous ficarom, porque acharom tam gram sabor no manjar do Santo Graal, que se nam partirom **ende** em nenhũa guisa pois que a ouverom a sua vontade.
- (h) [XIII SG 208:24] E estando em aquel chão muito espantado do que via, viu viir contra si ãa loba que tragia ãu cordeiro na boca e dizia-lhe: "Erec, mata este cordeiro, ca a ti convem a fazê-lo". E elle o matava, mais mui da envidos, e partia-se [e]n logo e leixava a loba.

Como dêitico locativo, *en* constrói-se contíguo ao verbo no interior da oração. Os exemplos mostram como essa palavra atuava na localização do sujeito num lugar de origem, normalmente parafraseável por “dali”, “daí”, “aqui” e “aí”, como se viu.

3.1.2 Noção de causa, parafraseando-se por “disso” “por isso” Constrói-se com verbos de evento e com verbos apresentacionais:

(14) Noção de causa

- (a) [XIII CSM1 16:33] *Quando foron ambos a hũa parte, fillou-s' a chorar / o irmão do Emperador e muito xe lle queixar / de sa moller, que, porque non quisera con ela errar, / que o fizera porende tan tost' en un carcer deitar. / Quand' o Emperador oyu, ouv' en tal pesar, / que se leixou do palaffren en terra caer. / [...]* //
- (b) [XII CSM1 43:14] *Todo-los Santos que son no ceo | de servir muito an gran sabor / Santa Maria a Virgen, Madre | de Jeso-Cristo, Nostro Sennor / E de lle seeren ben mandados, / esto dereit' e razon aduz, / pois que por eles encravelados / ouve seu Fill' os nembros na cruz / demais, per ela Santos chamados / son, e de todos é lum' e luz; / porend' estan sempr' apparellados / de fazer quanto ll' en prazer for*
- (c) [XIII CSM2 78:6] *Quand' est' oyron as gentes, | mui gran maravilla en / ouveron e ar loaron | muito a que tanto ben / fez e nos faz cada dia, | e os crerigos “amen” / responderon e os sinos | mandaron todos sôar. / [...]* //
- (d) [XIII-XIV CA 203:7] *¡Ay eu! Que mal-dia naci / con tanto mal quanto me ven, / querend' ãa dona gran ben / que me fez mal, des que a vi, / e faz, e non s' én quer quitar, / e ora faz-[me] desejar / mia mort' e alongar de si! //*
- (e) [XIII CSM2 124:7] *Ant' abriu sas portas, e seu aver dado / foi mui francamente e ben enpregado / por amor da Virgen de que Deus foi nado, / que non lle ficaro[n] sol dous pepiões, / [...] // Senon esses panos ond' era vestido. / E pois se viu pobre, foi end' esmarrido; / mais à Virgen santa, per com', ey oydo, / que o acoresse fez sas orações. / [..]* //
- (f) [XIII-XIV CA 39:23] *E dê-me poder de negar / sempr' a mui gran cuita que ei / por vos aas gentes que sei / que punham en adivinhar / fazenda d' om' e 'n' a saber. / E os que esto van fazer, / Deu-los leix' end[e] mal achar. //*

Nos exemplos recolhidos em (13), *ende/en* indicam o lugar de onde uma pessoa ou um objeto se deslocou, construindo-se com

verbos de movimento. Uma primeira modificação semântica ocorreu quando esses dêiticos passaram a ser usados com verbos de outra natureza, como em (14). Essa expansão de combinatória sintática representou uma alteração muito forte, cindindo-se *ende/en* em duas interpretações semânticas: (i) mantendo o sentido locativo, agora um genérico “ali”; (ii) desenvolvendo um papel fórico, de retomada de referentes já mencionados, parafraseando-se com “isso”, como em (14). Nestes casos, o item perde a função de complemento oblíquo e assume a função de adjunto adverbial.

3.1.3 Como clítico, *en* constrói-se com o verbo *prazer*, constituindo construções cristalizadas, privativas dessa forma reduzida:

(15) *Prazer* + *en* fórico

- (a) *E pois lles est' apareceu, foi o vento quedado,/ e o ceo viron craro e o mar amanssado,/ e ao porto chegaram cedo, que desejado/ avian; e se lles proug' en, sol dulta non prendades [CSM 108:38]*
- (b) *Com' ajamos algun fillo, | ca se non, eu morreria./ Poren dou-vos por consello | que log' a Santa Maria/ de Salas ambos vaamos, | ca que se en ela fia,/ o que pedir dar-ll-á logo, | aquest' é cousa certa./ [...] Muit' en proug' ao marido, | e tan toste se guisaron/ de fazer sa romaria | e en seu camy' entraron [CSM 125:15]*
- (c) *Se ome fezer de grado | pola Virgen algun ben,/ demostrar-ll' averá ela | sinaes que lle praz en [CSM LVIII:15]*

A reanálise de *ende/en* mostrada nos exemplos (13) e (14) representou uma mudança e tanto: esses pronomes circunstanciais deixam a centralidade da oração e passam para sua periferia, isto é, migram de complementos para adjuntos, e seu sentido muda de locativo para fórico. Com efeito, esses itens deixaram de receber caso ablativo do verbo de movimento, afastando-se do núcleo predicativo duro da oração, e passaram a atuar na adjuncção à oração, construindo-se com verbos não de movimento.

Vejamos agora o que se pode aprender com as formas redobradas.

3.2 *Ende em formas redobradas*

3.2.1 As formas redobradas possuem as seguintes características: (i) sempre são dêiticas, podendo ser locativas (16a) ou não (16b) e (ii) sempre ocorrem na mesma sentença (16a-b). Vejamos alguns exemplos:

(16)

- (a) [XIII CSM2 41:30] [...] / Mai-lo Papa cremente / certamente / lle disse: “Essa ora, / sen demora, / te vai pera Suria; / [...] // Ca un sant’ om’ y está / que **end’** é Patriarcha / **daquela terra** e á / en pode-la comarca, / e consello te dará / bõo, se Deus [me] parca. / [...] //
- (b) [XIII CSM2 129:3] E fez seu doo como faz / moller coitada; mas con fe / disse: “Sennor a que despraz / do mal, v[e]es qual meu fill’ é, / que ante ti desfeito jaz; / porend’ a Deus, teu Fill’ u sé / roga que são e en paz / mio dé; tanto ti peç’ en don. / [...] // Ora verey o que farás / ou se deste meu mal te dol, / ca ben sei que poder **end’** ás / **de o fazer**. E muit’ é fol / o que non cree que darás / ben aos teus e que ssa prol / non queres; ond’ oge sen cras / compri logo mia petiçon.” / [...] //

3.2.2 As formas redobradas podem ocorrer em pelo menos três arranjos:

- todos os elementos da duplicação estão presentes, independentemente da ordem em que aparecem: *en* + PP *en* ... PP e PP ... *en*, como no exemplo (17).
- apenas um dos elementos da duplicação está presente: *en* + (PP), (*en*) + PP, como no exemplo (18).

(17) *en* + PP , *en* ... PP e PP ... *em*

- (a) [XIII:1274 HGP 129:17] Et deuemos e outorgamos **ende** a dar **deste** cassar ao sobre dito moesteiro terza de pan e meo de vyno, et terza de todollos outrros fruitos sacado **ende** choussa e nabal e fruto d’aruores [...]
- (b) [XIV:1310 HGP 89:38] Et que isto sseia çerto e nõ uena *en* dulta, mãdamos uos **en** fazer esta carta **desta** uençõ **feyta per Ares Peres, notario publico en Villa Noua de Lourêzãa**, [...]
- (c) [XV:1414 HGP 107:22] Et por que esto seja çerto et nõ veña *en* dulta, rroquey et mãdey ao notario sub escripto que fezese **ende delo** esta carta de testamêto et que a signase de seu signo.

- (d) [XIII CSM1 106:19] *Disso maestre Bernaldo: | “Esto mui gran dereit’ é/ de vos nenbrar das relicas | da Virgen que con Deus ssé,/ a que fezestes gran torto | guardando mal vossa fe.”/ E non quis **en** mais do terço, | que fez logo coller*
- (e) [XIII CSM1 58:9] *Gran sandece faz quen se por mal filla / cona que de Deus é Madre e Filla. // **Desto** vos direi un miragre fremoso, / que mostrou a Madre do Rei grorioso / contra un ric ome fol e sobervioso, / e contar-vos-ei **end’** a gran maravilla. / [...]*
- (f) [XIII CSM2 51:17] *E quando viu que tod’ esto ren non lle prestava, / aa eigreja de Chartes levar-se mandava, / e ant’ o altar chorando foi tan repentuda / que logo ouve saude; cousa foi viuda / [...] // Per toda aquela terra, que os que a viran / andar tolleita das mãos e pedir oyran / deron graças aa Virgen, a que sempr’ ajuda / aos coitados, ca **desto** muit’ **end’** é tẽuda. / [...]*
- (g) [XIII CSM1 47:10] *E se **daquesto**, pela ventura,/ que digo non me creedes **en**:/ eu fui catar a ssa sepultura/ e das sas armas non vi y ren*
- (h) [XIII CSM1 130:13] *Aqueste **de fazer dano** | sempre-ss’ **ende** treballava, / e a todos seus vezõs | feria e dẽostava; /*
- (i) [XIII:1283 HGP 77:22] [...] *e que a lauoredes e paredes bem e que seyades uassalos do moesteyro de Chouzã seruentes e obedientes e que dedes **ende** ã cada un ano áó moesteyro de Chouzã per seu maordomo meadade de uino no lagar e meadade de todo pam que y lauorardes na eyra, posta a semente de cõsúó, e meas de castanas e de nozes secas e limpias assi comó ás arendarẽ os outros oméés do móésteyro e **de todas as outras cousas que y lauorardes e chamtardes dardes inde** meo saluo ãde que nõ dedes nũca do nabal que y lauorardes [...]*
- (j) [XIII:1283 HGP 77:31] *Et **de todas as outras cousas que uos y ouuerdes e criardes e gáánardes** nũcas ãde a uos mais demãdem do moesteyro de Chouzã por razõ deste foro e desta erdade sobre todo esto; [...]*
- (k) [XIII:1289 HGP 197:41] [...] *por preço nomeado que eu Rodrigo Eanes sobre dicto de uos rreçebj, cõuem a ssaber: duzêtas libras da moeda que corre, quaraenta dineyros por liura e dous dineyros por soldo cõ robora e cõ saiuyzo de quanto a nos e a uos aprougue; e **do preço nẽ da robora nẽ do saiuyzo** nõ ficou **ende nẽ** una cousa por dar nẽ por pagar.*
- (l) [XIV:1348 HGP 285:38] *E a dita Dona Guiomar Gonçalluez, assy tomou e recebeu a dita posse da dita quintãa e dos frujtos e novos e prooes dela pela gujsa e cõdições que o dito senhor arçebispo manda. **Das quaaes cousas** a dita Dona Giomar Gonçalluez e o dito abbade de Santa Ssenhoña pedirõ **ende** senhos esstromentos tal hũu como o outro.*

(18) *en* + (PP), (*en*) + PP

- (a) [XIII HGP 50: 17, ano de 1300] [...] e que pobledes y lauredes e chantedes e aproueyt(e)d(es) ben e compridamente todos esses lugares e esses herdamentos sobreditos en guisa que (n)õ desalescã cõ m̃gua de lauor e dedes ende a nos cada hũ anno en saluo ena villa de Milide cento e çincoenta mrs. d'alffonsíjns [...]
- (b) [XIII HGP 48: 27, ano de 1282] Et por esto séer certo, fezemos ende fazer duas cartas partidas per a. b. c. feitas per Martin Perez, notario da Cruña, [...]
- (c) [XIII 143: 4, ano de 1302] [...] per tal pleyto que o moredes per uos meesmos e que o lauredes e o paredes bẽ commo sse nõ perça per mingua de bõ paramẽto e que nos diades del cada anno per nosso moordomo terça de uino e quarta de toda grãa que Deus y der [...]
- (d) [XIV HGP 59:40, ano de 1367] Et que esto seia çerto mādamos nos as ditas partes dello fazer duas cartas en hũ tenor tal hũa commo outra feytas per notario.

Vou considerar que (17a-d) representa a ordem de base de *en*, *hi* duplicados, sendo (17e-m) o resultado de uma topicalização de SP. Vou postular também que o movimento do SP para a esquerda teve como consequência o desaparecimento de *en* no português clássico e contemporâneo, cujos primeiros momentos aparecem em (18c-d). Outras línguas românicas mantiveram a forma originária de *inde*, como o Francês *je m'en* vais, e o Italiano *me ne* vado.

A partir daqui, radicaliza-se a omissão do locativo, sobrevivendo apenas o SP:

(19) *en* = ∅

- (a) *Quenas coitas deste mundo ben quiser soffrer, / Santa Maria deve sempr' ante si pôer. // E desto vos quer' eu ora contar, segund' a letra diz, / un mui gran miragre que fazer quis pola Enperadriz, / de Roma, segund' eu contar oý, per nome Beatriz, / Santa Maria, a Madre de Deus, ond' este cantar fiz, / que a guardou do mundo, que lle foi mal joyz, / e do demo que, por tentar, a cuydou vencer. / [CMS1 12:7]*
- (b) *Aquel lais que el cantava | era da Madre de Deus, / estand' ant' a sa omagen, | chorando dos ollos seus; / e pois diss': "Ai, Groriosa, | se vos prazen estes meus / cantares, hũa candea | nos dade a que cêemos." / [...] // De com' o*

jogar cantava | *Santa Maria prazer / ouv'* *E fez-lle na viola* | *hũa candea decer;* / *may-lo monge tesoureiro* | *foi-lla da mão toller,* / *dizend'* : "Encantador sodes, | e non vo-la leixaremos. / [...] // [CMS1 26:24]

Em suma, a formulação de (18) explica por que *en* e *hi* desapareceram no português: estando contíguos ao verbo, primeiramente foram duplicados, posteriormente o segundo termo da duplicação se movimentou para a esquerda e, tendo-se afastado do verbo, foi reanalisado como adjunto, elidindo-se as formas locativas.

3.3 *Ende* em formas preposicionadas

Vejamos que preposições podem tomar os locativos como complemento, constituindo-se um SP.

Dentre as preposições que acompanhavam *inde*, apontadas por Ernout-Meillet (1967), *por* e *des* prosseguiram no PM, regramatizando o item e dando surgimento a novas palavras gramaticais. Nos dois casos, *ende* perde o sentido de "ponto de origem", parafraseando-se pelo demonstrativo neutro *isso*, numa mudança semântica um tanto obscura. As mesmas preposicionais acompanharam *hi*. Vejamos alguns exemplos:

(20) Ocorrências de *en* preposicionado com *por*:

- (a) *Todo-los Santos que son no ceo* | *de servir muito an gran sabor* / *Santa Maria a Virgen, Madre* | *de Jeso-Cristo, Nostro Sennor* / *E de lle seeren ben mandados,* / *esto dereit'* e *razom aduz,* / *pois que por eles encravelador ouve seu Fill'* os *nembros na cruz;* / *demais, per ela Santos chamados* / *son,* e *de todos é lum' e luz;* / *porend'* *estan sempr' apparellados* / *de fazer quanto ll' en prazer for.* [CMS1 43:12]
- (b) *Esto fez Santa Maria* / *por hũa pobre moller* / *que a de grado servia* / *come quen ben servir quer;* / e *porend'* *ela un dia* / *valeu-ll' u lle foi mester* / e *mostrou y seu miragre,* | *que vos non foi mui rafez* / [...] // [CSM2 130:14]
- (c) *E logo poren* / *lle perdõou e fez-lle gran ben,* / e os *mezcradores en desden* / *tev'* e *nunca por eles deu ren,* / e *des en,* / *nonos ar quis de tal feito creer.* [CSM1 280:88]

- (d) *Pero mui mais que outra ren / a Reynna esperital / esta dona queria ben, / e que lle seu fillo de mal / guardasse, de todo seu sen / lle rogava mui mais que al, / e comendava-llo poren / ameuð' en ssa oraçon. / [...] //* [CSM2 127:7]

(21) Ocorrências de *en* preposicionado por *des*:

- (a) *Depois, un dia de festa, | en que foron juntados / muitos judeus e crischãos | e que jogavan dados, / enton cantou o menyo; | e foron en mui pagados / todos, senom un judeu que lle quis gram mal des ende. //* [CSM1 22:39]
- (b) *E logo poren / lle perdõou e fez-lle gran ben, / e os mezcraðores en desden / tev' e nunca por eles deu ren, / e des en, / nonos ar quis de tal feito creer. //* [CSM1 280:88]
- (c) *El avia começado / madodõs e rezado / un salm'; e logo fillado / foi do demo feramen. / [...] //* *E pois foi apoderado / de ssa alma, muito irado / foi ao fogo privado / pola y pëar des en. / [...] //* [CSM2 29:19]
- (d) *Metérono en un barco | e passárono alen, / e ýano maltragendo | que lles déss' algũa ren; / e no castel[o] de Nevía | o meteron, e des en / o que o peor julgava | ãia-ss' en por mellor. / [...] //* [CSM2 365:13]

4. *EN* COMO ARTICULADOR DISCURSIVO

O uso discursivo de *en/hi* representa uma extensão natural de seu emprego dêitico e fórico, examinados no item 2. Foi sem dúvida seu redobramento, a que se seguiu a topicalização do SP, o fator desencadeador de seu aproveitamento como articulador discursivo, ao que se soma o caráter fórico assumido pelo item.

Os exemplos encontrados mostram que nessa função *en/hi* sempre aparecem preposicionados. Deve ter havido uma razão semântico-sintática ainda pouco clara para a escolha da preposição *por*.

A razão sintática está indiretamente sugerida por Soares Barbosa (1803, p. 218-36). Depois de definir as preposições, esse notável gramático reconhece nelas duas classes: as preposições de estado e existência e as preposições de ação e movimento. As preposições de estado e existência “exprimem as relações dos objectos por or-

dem ao lugar *onde* existem, ou absolutamente, ou também com respeito a outros objectos que no mesmo se acham” E mais adiante: “As situações podem-se considerar relativamente ou às superfícies horisontaes, ou às perpendiculares” Ele situa aqui as preposições *em, sobre, sob, entre, ante, após, contra, com, sem*. Para definir as preposições de ação e movimento ele mostra que: “Toda a acção é um movimento ou real ou virtual, e todo o movimento tem um princípio *d’onde* parte, um meio *por onde* passa, e um fim *aonde* ou *para onde* se dirige.” Aqui foram dispostas as preposições *de, desde, por* [lugar de onde], *per* [lugar por onde], *a, até, para* [lugar para onde]. Ora, como o sentido primeiro de *inde* era o lugar de onde, nada mais natural que se seleccionassem *des* e *por*, mas foi esta a preferida para as articulações discursivas, adiante exemplificadas.

A propriedade fórica de *en* se exercita sobre dois domínios: um constituinte sentencial, geralmente [+ humano], como vimos em (1), ou todo o conteúdo proposicional, caso em que teremos duas situações: ou *en* anaforiza orações independentes, como em (22) ou orações dependentes, como em (23):

(22)

- (a) *Depois, un dia de festa, | en que foron juntados/ muitos judeus e crischãos | e que jogavan dados,/ enton cantou o menço; | e foron en mui pagados/ todos, senon un judeu que lle quis gran mal des ende [CSM 22:39]*
- (b) *Tod’ aquesto que vos ora dito/ ei, San Basil’ en sa vison viu;/ e Santa Maria deu-ll’ escrito/ un lyvro, e ele o abryu,/ e quant’ y viu no coraçon fito/ teve ben, e logo ss’ espedyu/ dela. E pois da vison foi quito,/ ficou en con med’ e con tremor [CSM 46:120]*

(23)

- (a) *Se ome fezer de grado | pola Virgen algun ben,/ demostrar-ll’ averá ela | sinaes que lle praz en [CSM LVIII:15]*
- (b) *Toller pod’ a Madre de Nostro Sennor/ toda tempestade, se ll’ em prazer [for] [CSM LXXII:8]*

- (c) *Quando foron ambos a hũa parte, fillou-s' a chorar/ o irmão do Emperador e muito xe lle queixar/ de sa moller, que, porque non quisera con ela errar/ que o fezera porende tan tost' en un carcer deitar. Quand' o Emperador oyu, ouv' en tal pesar/ que se leixou do palaffren en terra caer [CSM 16:58]*
- (d) *Se ome fazer de grado | pola Virgen algun ben. demonstrar-ll' averá ela | sinaes que lle praz en [CSM LVIII:15]*
- (e) *Quando foron ambos a hũa parte, fillou-s' a chorar/ o irmão do Emperador e muito xe lle queixar/ de sa moller, que, porque non quisera con ela errar/ que o fezera porende tan tost' en un carcer deitar. Quand' o Emperador oyu, ouv' en tal pesar/ que se leixou do palaffren en terra caer [CSM 16:58]*

Um caso extremo, indicador de quanto o conjunto duplicado se gramaticalizara, ocorre quando *ende* duplica a si mesmo, na forma preposicionada:

(24) Porende ... ende

E porend' un ome bõo | que en Darouca morava, / de sa moller, que avia | bõa e que muit' amava, / non podia aver fillos, | e porende se queixava / muito end' el; mas disse-ll' ela: "Eu vos porei en carreira / [...] // Com' aamos algun fillo, | ca se non, eu morreria. / [CSM1 125:9]

Casos semelhantes a (24) são bastante estudados na literatura sobre gramaticalização. Alguns exemplos: (1) *Ir* torna-se auxiliar dele mesmo quando seu sentido de verbo de movimento, como verbo pleno, apaga-se da memória dos falantes: *Vou ir logo depois de você*. (2) Formas duplamente preposicionadas, como *des* (< *de* + *ex*), voltam a preposicionar-se, dando origem ao moderno *desde*, o mesmo tendo ocorrido com *comigo*.

4.1 Redobramento do locativo, topicalização do termo Y e constituição de *en* como articulador discursivo

O movimento de SP para a posição de tópico mencionado no item 2 produziu um efeito interessante nesta fase do PM: ocupando uma posição inicial no enunciado, ele passou a desempenhar o papel de articulador discursivo. E como já era um fórico, tanto esta propriedade semântica, quanto sua localização sintática, fruto de um movimento "para fora da oração", foram preenchendo os re-

quisitos dos articuladores discursivos, tais como descritos pelos autores que citei na Introdução.

O articulador discursivo apresenta nas *Cantigas de Santa Maria* as seguintes características: (i) aparece logo no início da poesia, retomando um refrão que aparece antes da poesia começar; (ii) se localiza no início da sentença; (iii) pode vir sozinho ou acompanhado de um SP introduzido pela preposição *de*; (iv) tem o sentido de “sobre isto que está dito acima”, “pela razão acima dita”, “disto que foi dito acima”; e (v) pode vir correlacionado com outro *porende*, que aparece no final da poesia, como uma espécie de conclusão.

Para melhor entender o funcionamento desse articulador, convém recordar que as poesias das *Cantigas de Santa Maria* apresentam pelo menos quatro partes: (i) começam com um refrão ou refrão e mais um comentário aumentando esse refrão; (ii) depois vem a proposta para explicar o refrão; (iii) em seguida vem a história; e (iv) por último vem a conclusão. Como exemplo, transcrevo aqui a cantiga 199, do volume 2:

(25) Cantiga 199

Parte 1

Como é o mund'avondado | de maes e d'ocajões, / assi é Santa Maria | de graças e de perdões.

Ca sse Deus soffr'ao demo | que polos nossos pecados / nos dé coitas e doores | e traballos e coitados, / logo quer que por sa Madre | sejan todos perdoados / por creenças, por jajũus, | por rogos, por orações. / Com' é o mund' avondado | de maes e d'ocajões...

Parte 2

Poren direi un miragre | que fez por un peliteiro / que morava na fronteira | en un castelo guerreiro / que Burgos éste chamado, | e demais está fronteiro / de Xerez de Badallouce, | u soen andar ladrões. / Com' é o mund' avondado | de maes e d'ocajões...

Parte 3

*E en aqueste castelo | o peliteiro morava, / que da Madre de Deus santa
| nunca as festas guardava, / e pola festa de Março, | u el sas peles lavrava,
/ e do mal que ll'ende avêo, | por Deus, oyde, varões: / Com'é o mund'
avondado | de maes e d'ocajões...*

*Ca u meteu a agulla | na boqu'e enderençando / as peles pera lavra-las, |
non catou al senon quando / a trociu, e na garganta | se lle foi
atravessando; / ca os que o demo serven | as del taes galardões. / Com'é
o mund' avondado | de maes e d'ocajões...*

*E daquesta guisa seve | muitos dias que deita-la / per nulla ren non podia
| nen outrossi traspassa-la; / demais inchou-ll'a garganta, | assi que perdeu
a fala, / e tornou-ll'o rosto negro | muito mais que os carvões. / Com'é o
mund' avondado | de maes e d'ocajões...*

*E pois el parou [y] mentes | e viu que assi morria, / e fisica que fizesse |
nulla prol non lle fazia, / mandou-sse levar tan toste | dereit'a Santa Maria
/ de Terena, prometendo- | lle sas offertas e dões. / Com'é o mund'
avondado | de maes e d'ocajões...*

*E quando foi na eigreja, | ant'o altar o deitaron / e log'a Santa Maria |
muito por ele rogaron; / e el chorand' e gemendo | dormeceu, e non
cataron / senon quando ll'a agulla | sayu sen grandes mixões / Com'é o
mund' avondado | de maes e d'ocajões...*

*Que fizesse por saca-la; | ca u jazia dormindo, / a Virgen mui groriosa |
lla fez deitar, e tossindo, / envolta en hũa peça | de carn'.*

Parte 4

*E esto oyndo / as gentes que y estavam | deron grandes bẽeições / Com'é
o mund' avondado | de maes e d'ocajões...*

*Aa bẽeita Reynna, | que en ceo e en terra / acorre aos coitados | e perdõa
a quen ll' erra, / e pera aver mercee | nunca a ssa porta serra, / e que os
guarda do dem'e | de sas maas tentações. / Com'é o mund' avondado |
de maes e d'ocajões...*

A seguir, apresento alguns exemplos de *poren* como articulador discursivo:

(26)

- (a) *Quen algũa cousa quiser pedir / a Deus por Santa Maria, / se de seus pecados se repentir, / ave-lo-á todavia. / Poren vos quero contar sen mentir / Quen algũa cousa quiser pedir / como Santa Maria quis oyr / Quen algũa cousa quiser pedir / un poblo, que se lle foi offerir / por chuva que lle pedia. / Quen algũa cousa quiser pedir ... [CSM2 118:5-15]*
- (b) *Macar ome per folia / aginna caer / pod'en pecado, / ben de Santa Maria / non dev'a seer / desasperado. / Poren direi todavia / com'en hũa abadia / un tesoureiro avia, / monge que trager / con mal recado / a ssa fazenda sabia, / por a Deus perder, / o malfadado. / Macar ome per folia ... [CSM1 34:5-19]*

Como já afirmei, o uso discursivo do locativo foi, portanto, licenciado pelo fato de seu redobramento. Isto é, podendo ocorrer *porem* acompanhado de um SP, numa espécie de correlação intra-sentencial, abriu-se caminho a *porem* articulador discursivo, numa construção muito própria das *Cantigas de Santa Maria*. Em outros documentos da mesma fase do português, esse articulador foi substituído pelo SP que o duplicava, dando lugar ao surgimento de outros articuladores tais como *logo*, *então*, etc. Para se ter uma idéia do peso dessas quatro situações foi feita a seguinte tabela:

Tabela 4.

<i>Porem ... SP</i>		<i>Porem ... 0</i>		<i>0 ... SP</i>		Total	
Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
8	4	23	12	157	84	188	75

A Tabela 4 mostra a clara vitória de SP sobre o locativo. Para chegar a esse ponto, é evidente que o SP figurou inicialmente como um redobrador de *porem*, o que é mostrado na Tabela 5:

Tabela 5.

<i>Porem...SP / porende...0 / 0...SP</i>		Outros		Total geral	
Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
188	75	62	25	250	100

Passo a exemplificar as ocorrências esquematizadas acima.

(27) Ende ... SP / poren ... SP: estruturas duplicadas

- (a) Ora verey o que farás / ou se deste meu mal te dol, / ca ben sei o que poder end' ás / de o fazer. [CSM2 129:3]
- (b) Gran piadad' e mercee e nobreza, / daquestas tres á na Virgen assaz, / tan muit' en, que maldade nen crueza / nen descousimento nunca lle praz // [CSM2 11:6]
- (c) [...]; cousa foi viuda / [...] // Per toda aquela terra, que os que a viran / andar tolleita das mãos e pedir oyran / deron graças aa Virgen, a que sempr' ajuda / aos coitados, ca desto muit' end' é tẽuda. / [...] // [CSM2 51:17]
- (d) A moller de sonnar esto | ouv' ende mui gran sabor, / e pois espertou fez logo | como ll' a bõa Sennor / mandara, e pos-ll' o pee | en seu logar; [CSM2 76:1]

(28) Porem correlacionado com um SP, como articulador discursivo

- (a) Fol é a desmesura / quen dulta que tornada / a Ostia sagrada / non é en carne pura. // Mas, como cuidar deve | null' ome que non possa / a Ostia ser carne, | pois que Deus quis a nossa / prender e seer ome | e resurgir da fossa, / por seu poder tod' esto | que [é] sobre natura? / [...] // E porende vos quero | desta razon un preito / contar que ey oydo | mui pouc' á e retreyto; / e creo que terredes | [por estrann' end' o feito] / primeyr' e pois encima | por fremos' aventura. / [...] // [CSM2 134:15]
- (b) Como a demais da gente | quer gãar per fa[l]ssidade, / assi quer Santa Maria | gãar per sa santidade. // Ca se Deus deu aas gentes | jogos pera alegria / averen, todo o tornan | elas en tafuraria, / e daquesta guisa queren | gãar; mais Santa Maria / non lle praz de tal gaança, | mais da que é con verdade. / [...] // E poren contar-vos quero | miragre que ey oydo / desta razon, que a Virgen fez, Madre do Rey conprido, / que por nos guardar d' inferno | foi na cruz mort' e ferido. / E poren, se Deus vos valla, | amigos, ben m' ascoitade: / [...] // [CSM2 286:12]
- (c) Assi como Jesu-Cristo, | estand' ena cruz, salvou / un ladron, assi sa Madre | outro de morte livrou. // E porend' un gran miragre | vos direi desta razon, / que feze Santa Maria, | dun mui malfeitor ladron / que Elbo por nom' avia; | mas sempr' en ssa oraçon / a ela s' acomendava, | e aquilo lle prestou. / [...] / [CSM1 39:7]
- (d) Como pod' a Groriosa | mui ben enfermos sãar, / assi aos que non saben | pode todo saber dar. // E de tal ja end' avẽo | un miragre que dizer- / vos quer' ora, que a Virgen | quis grand' en Seixon fazer, / dun menço pegureiro, | a

que os pees arder / começaram daquel fogo | que salvaj' ouço chamar. / [...] //
[CSM1 151:7]

(29) *Poren / porende ...* (SP = ?)

- (a) *Macar ome per folia / aginna caer / pod' en pecado, / do ben de Santa Maria / non dev' a seer / desasperado. // Poren direi todavia / com' en hũa abadia / un tesoureiro avia, / monge que trager / con mal recado / a ssa fazenda sabia, / por a Deus perder, / o malfadado. / [...] //* [CSM1 34:11]
- (b) *A Madre do que livrou / dos leões Daniel, / essa do fogo guardou / un menço d' Irrael. // En Beorges un judeu / ouve que fazer sabia / vidro, e un fillo seu / - ca el en mais non avia, / per quant' end' aprendi eu - / ontr' os crischãos liya / na escol'; e era greu a seu padre Samuel. / [...] //* *O menço o mellor / leeu que leer podia / e d' aprender gran sabor / ouve de quanto oya; / e por esto tal amor / con esses moços collia, / con que era leedor, / que ya en seu tropel. / [...] //* *Poren vos quero contar / o que ll' avẽo un dia / de Pascoa, que foi entrar / na eygreja, u viia / o abad' ant' o altar, / e aos moços dand' ya / ostias de comungar / e vỹ' en un calez bel. / [...] //* [CSM1 11:27]
- (c) *Com' é o mund' avondado | de maes e d' ocações, / assi é Santa Maria | de graças e de perdões. // Ca sse Deus soffr' ao demo | que polos nossos pecados / nos dé coitas e doores | e traballos e coidados, / logo quer que por sa Madre | sejam todos perdoados / por creenças, por jaiũus, | por rogos, por orações. / [...] //* *Poren direi un miragre | que fez por un peliteiro / que morava na fronteira | en un castelo guerreiro / que Burgos éste chamado, | e demais está fronteiro / de Xerez de Badallouce, | u soen andar ladrões. / [...] //* [CSM2 252:14]

4.2 *En* como introdutor de tópico

Um novo papel discursivo foi assumido por *poren/porende* quando eles introduzem um novo tópico no corpo da composição, ao mesmo tempo em que articulam os novos enunciados ao enunciado anterior:

(30) Articulador discursivo / introdutor de tópico

- (a) *Miragres fremosos / faz por nos Santa Maria, / e maravillosos. // Fremosos miragres faz que en Deus creamos, / e maravillosos, porque o mais temamos;*

/ porend' [= "porisso"] un daquestes é ben que vos digamos, / dos mais piadosos. / [...] // Est' avêo na terra que chaman Berria, / dun ome coyado a que o pe ardia, / e na ssa eigreja ant' o altar jazia / ent' outros coitosos. / [...] // [CSM1 109:10]

(b) Porque é Santa Maria | leal e mui verdadeira, / poren muito ll' avorrece | da paravla mentireira. // E porend' [= "a propósito disto"] un ome bõo | que en Darouca morava, / de ssa moller, que avia | bõa e que muit' amava, / non podia aver fillos, | e porende [= "porisso"] se queixava / muit' end' el; mas disse-ll' ela: | "Eu vos porrei en carreira / [...] // Com^h ajamos algun fillo, | ca se non, eu morreria. / [CSM1 125:7]

(c) A creer devemos que todo pecado / Deus pola sa Madr' averá perdõado. / Porend' [= "porisso"] un miragre vos direi mui grande / que Santa Maria fez; e la mande / que mostra-lo possa per mi e non ande / demandand' a outre que me dé recado. / [...] // Poren direi com' un clerig' aldeão, / de mui santa vida e mui bon crischão, / ouv' un seu feegres sobervio e loução, / que nunca queria fazer seu mandado. / [...] // [CSM1 186:7]

A função de introdutor de tópico, documentada nos exemplos acima, desencadeou um processo de substituição de *porende* por outras classes, que com ele compartilhavam propriedades semânticas comuns. O conjunto de exemplos (31) a (34) mostram essas classes de substituição.

(31) *Poren* substituído por *desto* / *daquesto* e outras formas preposicionadas

(a) Desto contarei de grado / un gran miragre aprovado / que fez por un ordũado / crerig'a dos santos Fror [CSM2 102: 101]

(b) Quenas coitas deste mundo ben quiser soffrer, / Santa Maria deve sempr' ante si põer. // E desto vos quer' eu ora contar, segund' a letra diz, / un mui gran miragre que fazer quis pola Enperadriz / de Roma, segund' eu contar oý, per nome Beatriz, / Santa Maria, a Madre de Deus, ond' este cantar fiz, / que a guardou do mundo, que lle foi mal joyz, / e do demo que, por tentar, a cuydou vencer. / [...] // [CSM1 15:7]

(c) Gran sandece faz quen se por mal filla / cona que de Deus é Madre e Filla. / Desto vos direi un miragre fremoso, / que mostrou a Madre do Rei grorioso / contra un ric-ome fol e sobervioso, / e contar-vos-ei end' a gran maravilla. / [...] // [CSM1 58:7]

- (d) *Muitas vegadas o dem' enganados / ten os omes, porque lle[s] faz creer / muitas sandeces; e taes pecados / desfaz a Virgen por seu gran saber. // E desto contado / vos será per mi / miragr' e mostrado / quant' end' aprendi, / fremos' aficado, / e ben ascuitado será, per meu grado, / e dev' a seer, / que o muit' onrrado / Deus, e acabado / pola de que nado / foi, quiso fazer. / [...]*
// [CSM2 229:9]
- (e) *Quen dona fremosa e bõa quiser amar, / am' a Groriosa e non poderá errar. // E desta razõ vos quer' eu agora dizer / fremoso miragre, que foi en França fazer / a Madre de Deus, que non quiso leixar perder / un namorado que ss' ouver' a desasperar. / [...]*
// [CSM1 49:7]

Enriquecendo-se o número de preposições que tomavam *esto* / *aquesto* como complementos, vários sentidos foram sendo representados, permitindo sua substituição por outras classes. Essa situação foi alterada ainda mais quando expressões de tempo e modo passaram a co-ocorrer: ver (32), (33), (34).

(32) *Porem* substituído por *daquesto/desto* acompanhados de expressões de tempo

- (a) *[...] Pois que Deus quis da Virgen fillo / seer por nos pecadores salvar, / poren[de] non me maravillo / se lle pesa de quen lle faz pesar. // Ca ela e sseu Fillo son juntados / d' amor, que partidos per ren nunca poder seer; / e poren son mui neicios provador / os que contra ela vas, non cuidad' y el tanger. / Esto fazem os malfadados / que est' amor non queren entender / como Madr' 'Fill' acordados / son en fazer ben e mal castigar. / [...]*
// Daquest' avẽo, tempos sson passados / grandes, que o Conde de Peiteus quis batall' aver / con Rey de Franç'; e foron assũados / en Castro Radolfo, per com' eu oý retraer, / un mõeiteiro d' ordĩados / monges qu' el Conde mandou desfazer / porque os ouv' el sospeytados / que a franceses o querian dar. //
[CSM1 111:19]
- (b) *Con seu ben / sempre ven / en ajuda / connoçuda / de nos Santa Maria. // Con ajuda nos vene / e con ssa amparança / contra o que nos tene / no mund' en gran balança / por toller-nos o bene / da mui nobre speranza; / mas vengança / filla a Groriosa / poderosa / del, e sempre nos guia. / [...]*
// Desto no tempo d' ante / achamos que fezera / a do mui bon talante / gran maravilla fera / dũa moller andante / mal que seu fillo dera / e posera, / porque fora pecare, / de o dare / ao dem' / en baylia. / [...]
// [CSM2 38:22]
- (c) *Quen quer que ten en desden / a Santa Maria, / gran mal lle verrá poren. //*

Daquest' avêo assi, / temp' á, en Gasconna, / que hũa dona ouv' y / de pouca vergonna, / que sol non tũa en ren / d' ir en romaria, / atant' era de mal sen, / [...] // A Rocamador, que d' y / mui preto estava. / [CSM2 142:9]

- (d) *Muito á Santa Maria, | Madre de Deus. Gran sabor / d' ajudar quen lle cantares | ou prosas faz de loor. // Daquest' ora un miragre | oý, pouc' á, retraer / que a un arcidiago | avêo, que gran prazer / avia en fazer prosas | de ssa loor e dizer / sa bondad' e ssa mesura | e seu prez e ssa valor. / [...]* // [CSM2 259:9].
- (e) *A Virgen Santa Maria / todos a loar devemos, / cantand' e con alegria, / quantos seu ben atendemos. // E por aquest' un miragre | vos direi, de que sabor / averedes poy-l' oirdes, | que fez en Rocamador / a Virgen Santa Maria, | Madre de Nostro-Sennor; / ora oyd' o miragre, | e nos, contar-volo-emos. / [...]* // [CSM1 26:9]
- (f) *Non é gran cousa se sabe | bon joyzo dar / a Madre do que o mundo | tod' á de joigar. // Mui gran razon é que sábia dereito / quen Deus troux' en seu corp' e de seu peito / mamentou, e del despeito / nunca foi fillar; / poren de sen me sospeito / que a quis avondar. / [...]* // *Sobr' esto*, se m' oissedes, diria / dun joyzo que deu Santa Maria / por un que cad' ano ya, / com' oý contar, / a San Jam' en romaria, / porque se foi matar. / [...] // [CSM1 76:15]
- (g) *Oraçon con piadade | oe a Virgen de grado, / e guard' á de mal por ela | o que ll' encomendado. // Ca aquestas duas cousas | fazem mui conpridamente / gaannar amor e graça | dela, se devotamente / se fazem e como deven; | e assi abertamente / parece a ssa vertude | sobre tod' ome coitado. / [...]* // *E sobr' aquest' un miragre | vos rogo que m[e] ouçades / que fezo Santa Maria; | e se y mentes parades, / oiredes maravilla | mui grand', e certos sejades / que per oraçon mostrada | foi ante muit' om' onrrado. / [...]* // [CSM2 265:14]

4.3 Outros articuladores discursivos motivados por *en*

Construindo-se juntamente com expressões de tempo, conforme comprovado nos exemplos acima, *poren* > *desto* / *daquesto* abriram lugar a novas substituições, aparecendo agora como articuladores discursivos palavras tais como *pois*, *então*, *agora*:

(33) Expressões de tempo como articuladores discursivos

- (a) *Quen polo amor de Santa | Maria do seu fazer / algun ben, dar-vo-ll-á ela | que dé, se o non tener. // Por esto dev' ome sempre | a servir e a guardar / a Virgen Santa Maria | e no seu ben confiar; / ca vos direi un miragre | que quis pouqu' i á mostrar / a hũa sua amiga | que era santa moller. / [...]* // [CSM2 261:9]

- (b) *Quen ouver na Groriosa | fiança con fe complida, / non lle nozirá poçoña, | e dar-ll-á por sempre vida. // Ca ela troux' en seu ventre | vida e luz verdadeira, / per que os que son errados | saca de maa carreira; / demais, contra o diabo | ten ela por nos fronteira / como nos nozir non possa | en esta vida escarnida. / [...] // Pois dizer-vos quer' eu dela | un miragre mui fremoso, / e ben creo que vos seja | d' oí-lo mui saboroso, / e demais pera as almas | seer-voa-á proveitoso; / e per mi, quant' ei apreso, | non será cousa falida. / [...] // [CSM2 305:13]*

(34) Articuladores discursivos formados por expressões de modo

- (a) *Todo logar mui ben pode | seer deffendudo / o que a Santa Maria | á por seu escudo. // Onde [= "por causa de"] daquela razon / un miragre vos quero / contar mui de coração, / que fez mui grand' e fero / a Virgen que non á par, / que non quis que perdudo / foss' o poboo que guardar / avia, nen vençudo. / [...] // [CSM1 83:7]*
- (b) *A Santa Maria mui bon servir faz, / pois o poder ela do demo desfaz. // Ond' avêo desto que en Conturbel / fez Santa Maria miragre mui bel / por un monge bõo, cast' e mui fiel, / que viu de diabres viir mui grand' az. / [...] // [CSM1 238:8]*
- (c) *Torto seria grand' e desmesura / de prender mal da Virgen ssa figura. // Ond' avêo en San Miguel de Tomba, / un mõeiteiro que jaz sobre lomba / dñã gran pena, que ja quant' é comba, / en que corisco feriu noit' escura. / [...] // [CSM1 115:7]*
- (d) *A Virgen Santa Maria | tant' é de gran piedade, / que os peccador colle | por feito a voontade. // E desta guisa avêo | pouc' á a un cavaleiro / fidalg' e rico sobejo, | mas era brav' e terreiro, / sobervios' e mal creente, | que sol por Deus un dñeiro / non dava, nen polos Santos, | esto sabed' en verdade. / [...] // [CSM1 130:8]*
- (e) *De muitas maneiras busca | a Virgen esperital / carreyras en como guarde | os seus de mort' e de mal. // E de tal razon com' esta | en Proença hũa vez / amostrou mui gran miragre | a Sennor de todo pres / contra un seu cavaleiro | que tal promessa lle fez / que lle guerlanda faria | de rosas toda, non d' al. / [...] // [CSM2 58:7]*
- (f) *A Reynna groriosa | tant' é de gran santidade, / que con esto nos defende | do dem' e da sa maldade. // E de tal razon com' esta | un miragre contar quero / que fezo Santa Maria, | aposto e grand' e fero, / que non foi feito tan grande | ben des lo tempo de Nero, / que emperador de Roma | foi, daquela gran çidade. / [...] // [CSM1 198:8]*
- (g) *Ben pod' a Sennor sen par / fazer oyr e falar. // Com' hũa vegada fez / a un mud' a de bon prez / e sordo, que dñã vez / o foi de todo sãar. / [...] // [CSM2 1:6]*

- (h) *De Santa Maria sinal qual xe quer / valrrá muit' a quen en ela ben crever. // Ca que quer que seja daquesta Sennor / valrrá muit' a quen de mal coitada for, / e valer-ll-á contra o demo mayor / ali u sobr' ele gran poder ouver. / [...] // Ben com' en Bitoria guariu hũa vez / a un frade mēor, que de menyēz / entrara na orden e y mui bon prez / vivendo gāara. Mas foi-lle mester / [...] // Que o acorresse, como ll' acorreu, / Santa Maria na ora que morreu, / ca un pouc' enante todo se torceu / e parou-sse negro; [CSM2 63:12]*
- (i) *Quen quer que ten en desden / a Santa Maria, / gran mal lle verrá poren. // Daquest' avēo assi, / temp' á, en Gasconna, / que hũa dona ouv' y / de pouca vergonna, / que sol non tya en ren / d' ir en romaria, / atant' era de mal sen, / [...] // A Rocamador, que d' y / mui preto estava. / [CSM2 142:9]*

Nos conjuntos de exemplos acima, quis demonstrar como pequenas alterações na sintaxe de *en* e *hi* tiveram efeitos inesperados, enriquecendo o quadro dos articuladores discursivos. Uma propriedade semântica comum unifica os itens que assumiram esse papel: são dêíticos, e por isso podem cumulativamente indicar o lugar e o tempo do discurso. São fóricos, e por isso podem retomar o que foi dito e anunciar os novos desdobramentos do texto.

A seguir, estudo a gramaticalização de *ende* como conjunção intersentencial. Aparentemente, *hi* havia desaparecido, e não deu surgimento ele mesmo a uma conjunção.

5. ENDE COMO CONJUNÇÃO CONTRAJUNTIVA

Aparentemente, apenas *poren/porende* assumiram o papel de conjunção, ligando uma sentença a outra, criando o sentido de que a segunda sentença nega os pressupostos contidos na primeira.

São condições para este novo papel do velho locativo *ende*: (1) ser preposicionado; (2) aparecer entre dois enunciados sentenciais – e não mais no início, como é o caso do articulador discursivo; e (3) co-ocorrer com *mais/mas*.

Em sua figuração entre duas sentenças, o sentido liberado por *poren* é ambíguo, podendo ser parafraseado por “por isso”, isto é, operando do mesmo modo que o *en* fórico analisado no item 1 deste texto. Vejamos alguns exemplos:

(35) *Poren* fórico / contrajuntivo

- (a) *E, par Deus, non é de calar / como foy coroãda, / quando seu Fillo a levar / quis, des que foy passada / deste mund' e juntada / con el no ceo, par a par, / e Reÿa chamada / Filla, Madr' e Criada; / e poren nos dev' ajudar, / ca x' é noss' avogada. [CSM1 6:19]*
- (b) *Quand' algum ya mal fazer, / se via omagem seer / de Santa Maria, correr / ya lá sen tardança. / [...] // E pois fazia oraçon, / ya comprir seu mal enton; / poren morreu sen confisson, / per sua malandança. / [...] // [CSM1 68:23]*

(36) *Porende* co-ocorrendo com *mas*, contíguo ou distanciado

- (a) *E porend' un ome bõo | que en Darouca morava, / de sa moller, que avia | bõa e que muit' amava, / non podia aver fillos, | e porende se queixava / muito end' el; mas disse-ll' ela: "Eu vos porei en carreira / [...] // Com' ajamos algun fillo, | ca se non, eu morreria. / [CSM1 125:9]*
- (b) *Muitos gafos sãou a Emperadriz en aquele mes; / mas de grand' algo que poren lle davan ela ren non pres, / mas andou en muitas romarias, e depois ben a tres / meses entrou na cidade de Roma, u er' o cortes / Emperador, que a chamou e disse-lle: "Ves? / Guari-m' est' irmão, e dar-ch-ei grand' aver." / [...] // [CSM1 19:30]*
- (c) *E o ome bõo sempre le rogava / que sse corregesse e o castigava; / mais aquel vilão poren ren non dava, / assi o tragia o dem' engan[a]do. / [CSM1 186] (as duas conjunções devem estar em sentenças diferentes e não na mesma sentença, como na desse exenplo)*

Nos exemplos acima, entende-se que *poren* retirou de *mas* o sentido contrajuntivo que passou a assumir, por metonímia.

(37) *Porem* co-ocorrendo com *porque*⁹

- (a) *Quando foron ambos a hũa parte, fillou-s' a chorar / o irmão do Emperador e muito xe lle queixar / de sa moller, que, porque non quisera con ela errar, / que o fezera porende tan tost' en un carcer deitar. / [CSM1 16:31]*

⁹ Muitas vezes porque pode ter o sentido de "para que": Santa Maria amar / devemos muit' e rogar / que a ssa graça ponna / sobre nos, por que errar / non nos faça, nen peccar, / o demo sen vergonna. // [CSM1 24:8]

[quando o CP é duplicado, no caso que...que, a sentença com porque está numa posição de tópico)¹⁰

- (b) *Porque* trobar é cousa en que jaz / entendimento, poren queno faz / á-o d' aver e de razon assaz, / per que entenda e sábia dizer / o que entend' e de dizer lle praz, / ca ben trobar assi s' á de ffazer. // [CSM1 2:6]
- (c) *Porque* o a Groriosa / achou muy fort' e sen medo / en loar sa preciosa / virgñidad' en Toledo, / deu-lle porend' hũa alva, / que nas sas festas vestisse, / a Virgen santa e salva / e, en dando-lla, lle disse: / "Meu Fillo esto ch' envia." [CSM1 8:11]
- (d) Pois do mundo foi partido / este confessor de Cristo, / Don Siagrio falido / foi Arcebispo, poys isto, / que o fillou a seu dano; / ca, porque foi atrevudo / en se vestir aquel pano, / [porende = 0] foi logo mort' e perdudo, / com' a Virgen dit' avia. [CSM1 8:33]
- (e) pois que a santa doca o fillo do Conde recebeu, / de o criar muit' apost' e mui ben muito sse trameteu;/ mas un irmão que o Cond' avia, mui falss' e sandeu, / Pediu-lle seu amor; e porque ela mal llo acolheu, / [poren = 0] degolou-ll' o menño hũa noit' e meteu- / ll' o cuitelo na mão pola fazer perder. / [...] // [CSM1 17:32]
- (f) Poren dela non me quer' eu partir, / ca sei de pran que, se a ben servir, / que non poderei en seu ben falir / de o aver, ca nunca y faliu / quen llo soube con merçee pedir, / ca tal rogo sempr' ela ben oyu. // [CSM1 3:7]
- (g) Per quant' eu dizer oý / a omães que foron y, / na santa Gessemani / foron achadas figuras / da Madre de Deus, assi / que non foron de pinturas. / [...] / Nen ar entalladas non / foron, se Deus me perdon, / e avia y fayçon / da Ssenhor das aposturas / con sseu fill', e per razon / feitas ben per sas medidas. / [...] // Poren as resprandecer / fez tan muit' e parecer, / per que devemos creer / que é Sennor das naturas, / que nas cousas á poder / de fazer craras de scuras. / [...] // Deus x' as quise figurar / en pedra por nos mostrar / que a ssa Madre onrrar / deven todas creaturas, / pois deceu carne fillar en ela sas alturas. / [...] // [CSM1 88:23]
- (h) Gra dereit' é que fill' o demo por escarmento / quen contra Santa Maria filla atrevemento. // Poren direi un miragre, que foi gran verdade, / que fez en Costantinoble, na rica cidade, / a Virgen. Madre de Deus, por dar entendimento / que quen contra ela vay, palla é contra vento. / [CSM1 100:7]

¹⁰ Dizend' aquesto, a Emperadriz, muit' amiga de Deus, / vyu vñir hũa nave preto de si, chũa de romeus, / de bõa gente, que non avia y mouros nen judeus. / [CSM1 19:10] (que = porque)

CONCLUSÕES

Neste trabalho, estudei a gramaticalização do locativo medieval *ende/en*, mostrando sua origem latina como dêitico locativo, e as alterações sofridas por essa palavra, que foi assumindo novas funções: (i) fórico, em forma simples ou duplicada por SP, como constituinte sentencial, sintaxe que acarretou seu desaparecimento; (ii) fórico, em forma preposicionada, como articulador discursivo, (iii) fórico/contrajuntivo, em forma preposicionada, como conjunção.

Alguns pontos “misteriosos” continuarão a desafiar nosso esforço de entendimento: (1) por que um locativo, portanto dêitico, se transforma num fórico? (2) Ao se preposicionar, *en* teria passado a concorrer com outras formas dêiticas e fóricas da língua? (3) Por que foi necessário preposicionar o clítico *en* para que ele funcionasse como articulador discursivo?

A primeira pergunta pressupõe uma clara separação entre dêiticos e fóricos – e esse ponto não é pacífico na literatura. Um dêitico seria uma sorte de localizador espacial dos indivíduos, seja no espaço físico (*y, aqui, aí, ende*), seja na distribuição dos papéis aos participantes do discurso (primeira pessoa X segunda pessoa), seja por metáfora, no pinçamento de coisas já ditas no espaço do discurso (como em “estive falando *lá naquela seção* sobre a etimologia de *inde*”).

Um fórico seria um retomador ou antecipador de coisas já mencionadas ou a mencionar. Pode ser que ao localizar algo já dito ou a dizer no espaço abstratizado do discurso, uma palavra dêitica enriqueça suas propriedades, atuando simultaneamente como um fórico. A ocorrência transcrita anteriormente “*se foron ende queixa*” mostra uma tênue distância entre dêixis e foricidade, pois tanto podemos parafraseá-la por “foram queixar-se ali”, como por “foram queixar-se disso”. Assim, o trâmite dêixis > foricidade poderia ser encarado como um dos processos de gramaticalização de *ende*, que sendo etimologicamente um locativo, assumiu funções típicas dos pronomes fóricos. Nessa transformação, o sentido mais

concreto de “espaço físico” se tornou mais abstrato, significando “espaço discursivo” Ora, a literatura sobre gramaticalização citada acima oferece muitos exemplos da mudança semântica concreto > abstrato aqui invocada.

O redobramento de *en*, seguido do movimento para a direita de seu “duplo”, é um fenômeno bastante comum no PM, continua ainda hoje altamente freqüente nas línguas românicas ricas em clíticos, e aparentemente se mascarou no Português Contemporâneo. Acredito que a fase zero da gramaticalização de *en*, em que o item desaparece na Língua Portuguesa, tenha sido uma consequência de sua duplicação. Acresce que se poderia enxergar um traço de iconicidade entre as propriedades fóricas dos pronomes e seu pendão para a duplicação. Os fóricos trazem novamente ao nosso espírito o que já se havia mencionado. De uma certa forma, a primeira alusão a determinado referente, seguida de sua retomada pelo fórico, representa uma duplicação no domínio da semântica. Ao reduplicar estruturalmente as expressões, a sintaxe deu uma representação formal à “reduplicação semântica”, por iconicidade.

Poren como articulador discursivo foi um novo passo dado pelo velho locativo *inde*, uma estratégia que voltamos a usar nos dias que correm, quando apanhamos um termo de tempo como *agora*, o movemos para fora da oração e fazemos com que passe a marcar os diferentes tempos do discurso. O velho (= indicar o espaço, indicar o tempo) se junta ao novo (= anunciar e ligar tópicos textuais), sem perdas substanciais de propriedades, apenas enriquecendo-as, com a criatividade própria das línguas naturais.

Finalmente, *porém* como conjunção contrajuntiva pode ter surgido devido a fatos sintáticos e a fatos semânticos.

- Uma explicação sintática
- Perdendo-se um dos elementos do complementizador duplo, se dá lugar a uma grande alteração no comportamento das conjunções: (i) duas conjunções que estavam em sentenças diferentes

passam a ficar juntas e adquirem um outro sentido, diferente do das duas conjunções; (ii) sentenças dependentes, que estavam numa posição de tópico, passam a ser vistas como antecedendo a principal; (iii) duas conjunções que estavam em sentenças diferentes passam a ficar juntas e uma das conjunções desaparece, mas a conjunção remanescente continua com seu sentido original; e (iv) duas conjunções que estavam em sentenças diferentes passam a ficar juntas, uma altera por metonímia o sentido da outra e desaparece, ficando somente a que sofreu alteração semântica.

- Uma explicação semântica

Porém se tornou contrajuntivo por um processo metonímico. Como era freqüentemente usado juntamente com *mas* e *pero*, tomou destes o valor contrajuntivo. Vejamos o comportamento de um de seus parceiros, *pero*.

- *Pero* podia ter vários sentidos: “por isso”, “embora”, “entretanto”

(38) Usos de *pero*

- (a) *Este mong' ordúado | era, segund' oý, / muit', e mui ben sa orden | tÑia, com' aprendi; / mas o demo arteiro | o contorvou assy / que o fez na adega | beber do vúo assaz. / [...] // Pero beved' estava | muit', o monge quis s' ir / dereit' aa eigreja; [CSM1 137:24]*
- (b) *E en aquel gran lum' enton / viron hõa mui bela / moller de corp' e de faizon, / e ben come donzela / lles pareceu; e pero non / siia en sela, / mas tÑia na mã' un baston / que resprandecia. / [...] // [CSM1 142:32]*

- *Poren(de)* combinava-se com diversas formas; ao combinar-se com *mas* e *pero*, assimilou por metonímia seu valor contrajuntivo:

(39) Usos de *poren(de)*

- (a) *Quando foron ambos a hõa parte, filhou-s' a chorar / o irmão do Emperador e muito xe lhe queixar / de sa moller, que, **porque** non quisera con ela*

errar, / que o fezera **porende** tan tost' en un carcer deitar. / Quand' o Emperador oyu, ouv' en tal pesar, / que se leixou do palaffren en terra caer. [CSM1 16:58]

- (b) Est' ome punnou taste de ss' ir / e fez gente da terra vÑir, / que foron o feito descobrir / da verdad' e de quanto mentir / e falir / foran al Rey. E fez-lo escrever / [...] // E enviou-llo. E pois abriu / el Rei aquel escrito e vyu / que ll' end a verdade descobriu, / log' enton todo mui ben sentiu / e cousiu / que falssidade fora[n a]põer / [...] // A aquel om' E logo poren / lle perdõou e fez-lle gran ben, / e os mezcraores en desden / tev' e nunca por eles deu ren, / e des en / nonos ar quis de tal feito creer. [...] // [CMS1 280:22]

Para terminar, gostaria de deixar registradas algumas observações merecedoras de desenvolvimento no futuro.

1. Mudança profunda nos processos dêitico e fórico no período antigo do português. Perda de conteúdo dêitico ou fórico: existência de grande número de formas dêíticas por causa do princípio de duplicação; com a divisão das formas duplicadas (portanto dêíticas) em duas partes, dá surgimento a (i) um tipo de clíticos locativos (formas fracas), que vão ter características de formas fóricas (diga-se que na língua já existia um bom número de formas fóricas) e (ii) um tipo de SP (que muitas vezes perde a preposição) com características de adjunto, que vai ocupar uma posição fora da sentença, ou seja, algumas vezes se localiza depois do fim da sentença (numa posição de antitópico, casos mais ou menos raros), ou outras vezes se localiza no começo da sentença (numa posição de tópico, mais freqüente). Com isso, parece que o processo dêitico no Português ficou extremamente reduzido e o processo fórico teve um aumento muito grande. Nesses casos pode-se, talvez, concluir que alguns tipos de formas fóricas não passam de formas simplificadas de formas dêíticas redobradas. As alterações na representação dos processos dêíticos e fóricos, ainda insuficientemente caracterizadas, vêm sendo propagadas ao longo da primeira e segunda fases do PM e ao longo de

todas as fases posteriores do português, a outros tipos formas pronominais redobradas, o que parece ter dado origem, no PB atual, à construção de tópico do sujeito (*ela, a menina fugiu*). Se isso for verdadeiro, o português, brasileiro, europeu e africano estariam a caminho de se tornar uma língua de tópico.

2. Mudança profunda nos processos de complementação e adjunção no período antigo do Português. Essa mudança atingiu todas as classes gramaticais que podiam selecionar argumento: verbo, nome, adjetivo, advérbio e, talvez, preposição. Uma forma redobrada passou a ser vista como duas formas autônomas: a forma fraca ficou como complemento do verbo e foi se cliticizando a ele, e a forma forte passou para uma posição de adjunção. Todas as formas fortes, num período mais ou menos longo, passaram a ser vistas como adjuntos. Concluindo: (i) o que era a parte fraca de um complemento, numa duplicação, sofreu uma cliticização e desapareceu; (ii) o que era a parte forte de um complemento, numa duplicação, se tornou adjunto e passou a ocupar uma posição fora da sentença; e (iii) o que era adjunto desapareceu.
3. Mudança na regência de uma quantidade significativa de verbos

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO X, O SÁBIO ([1920] 1961). *Cantigas de Santa Maria*, editadas por Walter Metmann. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 2 v.
- BADIA MARGARIT, A. M. (1947). Los complementos pronominalo-adverbialos derivados de *ibi* e *inde* en la Península Ibérica. *Revista de Filología Española*, Anejo XXXVIII, Madrid.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. (1994). *The Evolution of Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine (1967). *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*. 4.ed. Paris: Librairie Klincksieck.
- FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (1983). *Linguística textual: introdução*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1986). O operador *embora*: uma hipótese argumentativa. *Revista das Faculdades Integradas de Uberaba*, p. 58-65.

- HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrich; HÜNNEMEYER, Friedrich (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth C. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUALDE, J. I. (1992). *Catalan*. London: Routledge.
- JENSEN, F. (1986). *The syntax of medieval occitan*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- ____ (1990). *Old french and comparative Gallo-Romance syntax*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- ____ (1994). *Syntaxe de l'ancien occitan*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Vilaça (1987). *Dificuldades na leitura / produção de textos: os conectores interfrásticos*, inédito.
- ____ (1989a). *A coesão textual*. São Paulo: Contexto.
- ____ (1989b). *Mas era primavera*, inédito.
- ____ (1990). *Reflexões sobre a repetição*. Belo Horizonte, Seminário do GT de Análise da Conversação da ANPOLL, inédito.
- ____ (1992). *A repetição como um mecanismo estruturador do texto falado*. Campinas: Unicamp, inédito.
- MACHADO, José Pedro (1952). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio (1992). *A repetição na língua falada. Formas e funções*. Recife: UFPe (Tese de Concurso para Professor Titular).
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria. Seria quatrocentista a base europeia do português brasileiro? In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.) (1998/2001). *Para a História do Português Brasileiro*. São Paulo: Humanitas, v. II, t. 1, p. 57-90.
- ____ (2000). *Redobramento de clíticos no português medieval* (ms. inédito).
- ____ *O redobramento sintático no português medieval. As perífrases de estar + gerúndio e infinitivo preposicionado*. Tese (Doutorado), em andamento.
- RISSE, Mercedes Sanfelice. "Agora... o que eu acho é o seguinte": um aspecto da articulação do discurso no português falado. In: CASTILHO, A. T. de (Org.) (1993). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, v. III, p. 31-60.
- ____. O articulador discursivo "então" In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Org.) (1996). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, v. IV.
- ____; SILVA, Giselle Machline de Oliveira; URBANO, Hudinilson. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.) (1996). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp / Fapesp, v. VI, p. 423-52.
- SOARES BARBOSA, Jerônimo ([1803] 1881). *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 7.ed. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias.

ABSTRACT: This article is part of a broader investigation on the consequences of syntactic doubling in the Grammar of Medieval Portuguese. In the first part I deal with several types of

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Locativos, fônicos, articuladores discursivos e conjunções no português medieval. Gramaticalização de *ende/en* e de *porende/porém*.

syntactic doubling: doubling and repetition , doubling and topicalization, doubled Personal, Possessive, Demonstrative, Locative and Temporal pronouns, doubled Quantifiers and Complementizers. Following I study the consequences of doubling in the grammaticalization of Latin *inde* > Medieval Portuguese *ende*, a lexical item which operated in the early documents as a sentence constituent, a discursive nexus, a topic introducer and finally, in the period of Contemporary Portuguese, as the contrajunctive conjunction *porém*.

Keywords: Portuguese Historical Linguistics, Medieval Portuguese, Syntactic doubling, Grammaticalization, Arguments and Adjuncts, Discursive nexus, Topic introducer. Contrajunctive conjunction.

A CIRCULAÇÃO DO *LIVRO DE ISAAC* EM PORTUGAL

César Nardelli Cambraia *

RESUMO: O presente trabalho¹ tem como objetivo tratar da presença do *Livro de Isaac* em Portugal. Após descrever sumariamente as vias de acesso da obra de Isaac na Península Ibérica, discute-se a sua circulação na Idade Média portuguesa.

Palavras-chave: Filologia Portuguesa, Crítica Textual, Isaac de Nínive, Idade Média.

Não há como não ficar atônito ao tomar conhecimento da obra de Isaac de Nínive e de sua difusão pelo mundo: certamente surpreende o fato de as palavras de um humilde religioso no Oriente Médio do século VII terem sido traduzidas para diversas línguas, atingindo, assim, ao longo dos 13 séculos seguintes, os mais variados países e culturas do mundo ocidental e oriental. A fim de apresentar contribuição para o conhecimento dessa vasta tradição, discute-se aqui sua sorte na tradução para a língua portuguesa.

1 O *LIVRO DE ISAAC* EM LÍNGUAS DA PENÍNSULA IBÉRICA

Das obras que teriam sido compostas por Isaac de Nínive, foi a chamada *Primeira Parte*, composta de 82 capítulos e tida como

* Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no *Segundo Seminário Internacional de Trabalho Filológico: Memória e Fixação: Textos Medievais Portugueses e Documentação Brasileira do Ouro*, Universidade de São Paulo, 18 a 21 de setembro de 2001.

seguramente genuína (BROCK, 1987, p. 43), que logrou maior difusão pelo mundo.² Tendo sido escrita originalmente em siríaco, teria sido traduzida para o grego em fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX e, deste, para o latim entre os sécs. XIV e XV.

Três foram as línguas ibero-românicas para as quais se traduziu, muito provavelmente a partir do latim,³ a obra de Isaac na Idade Média: catalão, espanhol e português – não necessariamente nessa ordem, do ponto de vista cronológico.⁴

Em catalão, subsistem ainda três cópias da obra de Isaac de Nínive. Uma delas, do séc. XV, encontra-se nos fólhos 1r-70r do cód. *n.l.16* pertencente ao Mosteiro de São Lourenço do Escorial; a segunda acha-se nos 118v-127v do cód. *148 (olim 20-5-33)*, do final do século XVI, da Biblioteca Universitária de Barcelona; e a terceira está nos fólhos 1r-185r do cód. *5-3-42* da Biblioteca Capitular e Colombina de Sevilha. Todas elas inéditas até o presente momento.

Em espanhol, o único testemunho manuscrito medieval da obra de Isaac de que se tem notícia é o códice que, segundo Baraut (1962, p. 174), fora descoberto e estaria sendo estudado pelo Reverendo Melquíades Andrés, porém não só o estudo em questão não parece ter sido publicado como o próprio códice se perdeu. Esse testemunho apresentava a tradução para o espanhol feita pelo Frei Bernal Boyl e consta, no próprio códice, ter sido terminada na data de 13 de fevereiro de 1484 no mosteiro de San Cugat del Vallés (*sanctum Cucufatum vallis Aretanae*). Baraut (op. cit.) sugere que teria sido realizada entre 1480-1484. Tal tradução teria sido, segundo argumenta Baraut (1962, p. 178), publicada em Zaragoza, na ofi-

² Uma visão da amplitude de sua difusão pode se ter analisando as descrições da tradição dessa obra feitas por Chabot (1892, p. 54-69), Petit (1924, p. 10-1), Khalifé-Hachem (1971, col. 2041-2054), Miller (1984, p. lxxvii-cxii), Bunge (1985, p. 4-7) e Cambraia (2000a, p. 21-38).

³ Há uma cópia da tradução latina, intitulada *De Vita Solitaria*, nos fólhos 94v-115v do cód. *ALC 387 (olim CCLXI)* da Biblioteca Nacional de Lisboa, datada de 1409 A.D. e copiada por Fr. Martinho de Alcobaça.

⁴ Informações mais detalhadas sobre as tradições catalã, espanhola e portuguesa encontram-se em Cambraia (2002, p. 293-315).

cina de Juan Hurus, em 29 de novembro de 1489. Uma outra edição em espanhol aparece em outro incunábulo: trata-se de uma impressão realizada por Meynardo Ungut e Stanislao Polono, em Sevilha, em 26 de junho de 1497

Em português, tem-se atualmente notícia da existência de apenas três cópias manuscritas medievais da obra de Isaac de Nínive (CEPEDA, 1995, p. 134-5; e ASKINS, FAULHABER & SHARRER, 2001, (BITAGAP MANID 1606, 1141 e 1167)), aparentemente todas elas quatrocentistas:⁵ uma está presente no códice 50, 2, 15 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (editada por MENEGAZ, 1994); outra consta dos fól. 14r-101r do cód. alcobacense 461 (*olim* CCLXX) da Biblioteca Nacional de Lisboa; e a terceira encontra-se nos fól. 13r-20r do cód. CXIII/1-40 da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (estas duas últimas foram editadas por CAMBRAIA, 2000a).⁶ As versões *PR* e *PL* acham-se divididas em 48 capítulos⁷ (embora *PL* esteja acéfala, faltando-lhe os dois primeiros fólios do texto em questão), já *PE* constitui-se fundamentalmente de 37 pequenos excertos presentes nos caps. 3, 4, 5, 6, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 21, 25, 26, 29, 45 e 46 das outras duas cópias portuguesas, somados a dois excertos ausentes destas: uma citação de São Mateus (cap. 19, vers. 27) e uma citação de Santo Ambrósio.

A existência de traduções do *Livro de Isaac* em tantas línguas já na Idade Média suscita a idéia de que, provavelmente, essa obra tivesse uma circulação notável, o que possibilitaria uma relação de diálogo com outras obras. Na seção que se segue será analisado jus-

⁵ Para um estudo sobre as relações entre os testemunhos portugueses do *Livro de Isaac*, consulte-se Cambraia (2000b); e para um estudo contrastivo da linguagem dos três testemunhos portugueses do *Livro de Isaac*, consulte-se Cambraia (2003).

⁶ Em nome da praticidade, utilizar-se-ão siglas para nomear as referidas cópias: cada sigla baseia-se na língua – P[ortuguês] x L[atim] – e na cidade em que se encontram os códices – R[jo de Janeiro] x L[isboa] x E[vora].

⁷ Os 48 capítulos da tradução portuguesa da obra de Isaac correspondem apenas a 25 dos 82 capítulos presentes no texto em siríaco editado por Bedjan (1909), somados a 2 outros presentes apenas na versão em inglês de Miller (1984) – todas apenas da *Primeira Parte* (um quadro de correspondência entre os capítulos encontra-se em Cambraia (2000a, p. 31-2)).

tamente esse aspecto, mas estritamente em relação à tradição portuguesa.

2. O LIVRO DE ISAAC EM PORTUGAL

Especificamente em relação à chegada da obra de Isaac em Portugal na Idade Média, é bem provável que tenha acontecido por obra de alguma ordem religiosa, em função da natureza do seu conteúdo. O fato de pertencerem ao patrimônio do Mosteiro de Alcobaça dois dos quatro exemplares medievais portugueses⁸ desse texto ainda existentes (*LL* e *PL*) parece confirmar essa hipótese.⁹

A doutrina de Isaac é certamente compatível com o movimento de renovação que a Ordem de Cister (a que pertencia o Mosteiro de Alcobaça) representava em relação à Ordem de Cluny. Como lembra Santana Neto (1997, p. 19), a Ordem de Cister, fundada em 1098 no convento francês de Cîteaux (ant. *Cistercium*) pelo monge beneditino São Roberto de Molesme (1027-1111), decorria de um movimento de regresso às origens provocado pela decadência e o mundanismo de Cluny. Tal movimento consistia em uma aplicação mais rigorosa da Regra de São Bento, opondo-se à sua deformação pela Ordem de Cluny.

A aplicação mais rigorosa da Regra de São Bento significava a adoção de hábitos compatíveis com os que eram defendidos pelo

⁸ Embora a história da *PE* não seja ainda conhecida, a história de *PR* parece associar também essa versão ao Mosteiro de Alcobaça – se, naturalmente, essa versão tiver sido a de D. Fernando, o Infante Santo, o qual tomava livros emprestados do referido mosteiro (cf. carta de 1431 com solicitação de empréstimo d' *O Livro de Confissões* de Martim Perez em Boaventura (1827, p. 36)).

⁹ Não se pode, porém, deixar de lembrar aqui as ponderações de Mattoso (1997) acerca dos códices do Mosteiro de Alcobaça: “Em primeiro lugar, não temos a certeza de todos esses códices terem pertencido ao mosteiro desde a data em que foram copiados. Em segundo lugar, podemos apresentar a hipótese de muitos deles terem vindo de outros mosteiros cistercienses e [sido] recolhidos na época moderna. [...] Podiam ser cópias que circulavam entre os vários mosteiros da mesma observância. [...] Os seus livros resultariam de uma concentração de manuscritos espalhados por todos o país.” (MATTOSO, 1997, p. 509-10)

próprio Isaac em sua obra – por exemplo, a solidão ou o “apartamento do mundo” Duroselle (1949, p. 60), ao assinalar que reforma cisterciense se inspirava em São Bento, descreve alguns dos costumes (re-)adotados: supressão da pompa no ofício divino da Ordem de Cluny, restauração do canto gregoriano em toda sua pureza, reabilitação do trabalho manual, retorno ao despojamento, busca pelo silêncio e pela solidão, adoção de hábitos grosseiros de lã branca, proscrição da carne.

A busca da solidão¹⁰ constituía um retorno genuíno às origens do monaquismo: segundo assinala Santana Neto (1997, p. 14-5), os primeiros monges foram anacoretas que, em função do chamado de Deus, viveram na solidão, distantes do mundo. Mesmo com o desenvolvimento de instituições monásticas (como a dos beneditinos), o gosto pela vida eremítica, que se implantou no Ocidente, não cessou ao longo dos primeiros séculos da Idade Média. Desenvolveu-se mesmo um amplo movimento de procura da solidão, na esperança de ganhar o céu expondo o corpo aos tormentos do frio, do calor, do jejum.

A doutrina dos monges do Oriente era bastante condizente com o movimento, representado pela Ordem de Cister, de combate à deformação da ordem monástica de que derivava (Ordem de Cluny), pois era bastante severa, sendo mesmo mais dura que a própria Regra de São Bento: “Enquanto o monaquismo oriental se caracterizava pela dureza de suas regras, pelas proezas ascéticas dos monges, São Bento adotou uma fórmula mais humana: ‘nada de austero demais, nada de pesado demais’” (DUROSELLE, 1949, p. 31; tradução nossa).

Algo que chama a atenção quanto à difusão da obra de Isaac em mosteiros portugueses é o fato de Isaac provavelmente não ter sido considerado um autor heterodoxo, caso contrário a circulação

¹⁰ O fato de a versão latina do *Livro de Isaac* presente no cód. ALC 387 ter como título *De vita solitaria* demonstra claramente que o “apartamento do mundo” pregado por Isaac era considerado um dos aspectos mais valorizados de sua doutrina.

de sua obra poderia ter sido interrompida. Para Martins (1952, p. 154), neste “livro de ascese [o *Livro de Isaac*], com páginas de mística pura, devia ser difícil enxergar, prontamente, qualquer das infiltrações nestorianas de que se enfermou o autor. [...] De facto, ao lermos estas páginas, dificilmente encontramos, nelas, qualquer sombra de nestorianismo, se é que lá existe” A heterodoxia de Isaac, que não é consensualmente aceita pelos estudiosos, consistiria em se ter filiado ao Nestorianismo, vertente da Igreja representada por Nestorius (patriarca de Constantinopla entre 428 e 431), para a qual haveria duas pessoas separadas em Cristo – uma divina e outra humana (por isso, chamada de “difisista”) –, opondo-se à doutrina ortodoxa (“monofisista”), para a qual Cristo era uma única pessoa, ao mesmo tempo Deus e homem (CROSS & LIVINGSTONE, 1974, p. 961-3). Essa polêmica, aliás, acabou por interferir na própria transmissão da obra de Isaac: como já foi dito anteriormente, uma das diferenças entre a família ocidental e a oriental dos códices em siríaco com o texto de Isaac é a mudança na atribuição de citações, que também se verifica, juntamente com supressões, na tradução grega. Para Wensinck (1969, p. xvii), tal artifício tinha como objetivo suprimir os nomes que não eram aceitos pela Igreja monofisista. O mesmo estudioso faz referência ao prefácio da edição em siríaco realizada por Bedjan, no qual o editor demonstra como passagens sobre a natureza de Cristo foram alteradas por escribas e tradutores não-nestorianos.

Voltando à questão da presença da obra de Isaac em vernáculo na Idade Média portuguesa, convém salientar que sua aparição em português não deve ser interpretada isoladamente, pois se deu em uma época em que florescia em Portugal uma literatura religiosa e mística em vernáculo (SARAIVA & LOPES, 1995, p. 149-52). Nessa época, realizaram-se traduções para o português de diversas obras de cunho religioso originalmente redigidas em outras línguas – em especial, o latim: o *Castelo Perigoso*, de Fr. Roberto (cartuxo francês), teria sido traduzido do francês; o *Vergel de Consolação*, de Fr. Jacobo de Benevente (dominicano italiano), teria vindo de tradução castelhana; do latim traduziram-se obras como *Imitação de Cristo*

(de Tomás de Kempis), *Diálogos de São Gregório*, diversas hagiografias, e muitas outras obras. Dentre aqueles textos que foram originalmente escritos em português, podem-se citar *Horto do Esposo* (anônimo), *Laudes e Cantigas Espirituais* (de André Dias, bispo de Ajácio e Mégara), *Corte Imperial* (anônima), *Boosco Deleitoso* (anônimo). Embora estes últimos tenham sido escritos em português, não raramente incorporaram excertos de outras fontes: tal é o caso do *Boosco Deleitoso*, sobre o qual se falará novamente mais adiante.

As traduções de textos religiosos latinos para o vernáculo, de acordo com Mattos e Silva (1989, p. 33), devem ter começado por volta de fins do século XIII e teriam sido paulatinamente incrementadas, atingindo seu ápice no século XV com o incentivo da infantado de Avis, dentre os quais se destaca D. Duarte, que elegeu como seu esmoler-mor o abade de Alcobaça, D. Estêvão de Aguiar, um grande fomentador do enriquecimento cultural do Mosteiro de Alcobaça.

Embora diversas obras medievais de natureza religiosa em português não fossem propriamente originais, mas sim parte de um patrimônio medieval mais geral (eram traduções ou adaptações de outras obras), essas obras, segundo assinala Figueiredo (1960, p. 104), “têm grande importância didática para a história da formação da língua literária, do seu enriquecimento verbal e da aquisição da sua flexibilidade expressiva. Não serão obras originais, mas ajudam o idioma a achar sua original virtuosidade”

Dentre as obras de cunho religioso que circularam em português, é de especial interesse aqui o *Boosco Deleitoso*, pois nesse texto encontra-se presente como personagem o próprio Isaac! A referida obra, impressa em 1515 por Hermão de Campos, mas com linguagem que representa “uma fase lingüística muito mais antiga, dos começos do séc. XV, ou ainda fins do séc. XIV” (VASCONCELOS, 1959, p. 126), constitui um texto em louvor da vida eremítica em que o personagem principal é um “mesquinho pecador” que dialoga com vários interlocutores (um mancebo, que representa um anjo; diversas donas: Justiça, Temperança, Fortaleza, Prudência, Santa Ciência da Escritura; uma donzela: Misericórdia; dentre outros). Em

determinado momento (no cap. IV), porém, toma a palavra no diálogo “ũu santo abade que i estava em vestiduras de ermitam” (MAGNE, 1950, p. 148), o qual é logo identificado como “amigo abade Isac” (idem): sua participação no diálogo restringe-se a uma fala (no texto, um parágrafo) e o conteúdo é perfeitamente compatível com as idéias presentes no *Livro de Isaac* das versões portuguesas. É curioso, no entanto, que no turno seguinte do diálogo, agora de responsabilidade do “nobre solitário”, que também é chamado na obra de “D. Francisco”¹¹ (MAGNE, 1950, p. 150), a sua fala apresenta semelhanças notáveis com o texto do *Livro de Isaac*. A utilização de imagens relacionadas ao mar, tão freqüentes na obra de Isaac, aflora nesse diálogo. Contraste-se, por exemplo, o primeiro trecho abaixo, extraído da fala do nobre solitário no *Boosco Deleitoso*, com o segundo, retirado do *Livro de Isaac* (testemunho PL):

[...] tempo é que tornes a tua barca, em que andas navegando em as tormentas dêste mundo, e que te venhas ao pôrto mais chegado onde lances âncora pera haveres folgança e assessêgo, e leixa aos outros os cercamentos dos andares do mar e das terras, que som cheos de muitos periigos e de muitos trabalhos sem conto. (MAGNE, 1950, p. 149) – *Boosco Deleitoso*, capítulo IV. [Texto crítico]

O mar vil e fedorento que é posto antre nós e o Paraíso podemos passar com a nave da pẽintencia, contanto que hajamos os remos e aparelhos do temor. E se estes remos e aparelhos do temor nom governam esta nave da pẽintencia com que passamos este mar deste mundo até que sejamos passados e aportados ante o Nosso Senhor Deus, afogamos-nos e entramos eno mar fedorento do mundo. Peintencia é a nave, e o temor é o seu governalho, e a caridade é o seu divinal porto. E assi o temor nos faz seer seguros ena nave da pẽintencia, e nos faz passar o mar do mundo fedorento e amargoso, e nos arriba e faz chegar ao divinal porto, que é caridade, ao qual porto aguardam e esperam ṽiir todos aqueles que sofrem trabalhos da verdadeira pẽintencia.” (CAMBRAIA, 2000a, p. 509-11) – *Livro de Isaac*, capítulo XLIII. [Edição interpretativa de PL]

Como já assinalou Magne (1950, p. v), “quási a metade do livro impresso por Hermão de Campos reproduz o *De vita solitaria* [de Petrarca], ou seja, com leves falhas e interpolações, do capítulo

¹¹ Para Magne (1950, p. V), esse D. Francisco seria o próprio Francisco Petrarca.

XVI ao capítulo CXVIII”, o que significa que o capítulo com a fala do abade Isaac, teoricamente, também derivaria da referida obra de Petrarca. Entretanto, uma busca na própria *De Vita Solitaria* (PETRARCA, 1956, p. 285-596) revelou que essa participação de Isaac não parece derivar da obra referida, pois não consta lá. Duas são as menções a Isaac no *De Vita Solitaria* de Petrarca: uma encontra-se cap. I do *Liber Secundus* (“seu Isaac monachum, illius impietatem divini comminatione iudicii retundentem” (PETRARCA, 1956, p. 412)) com sua correspondência no cap. LXXXI do *Boosco Deleitoso* (“e Isaac, monge, que quebrantava a crueza do emperador com a ameaça do juízo de Deus” (MAGNE, 1950, p. 185)) e outra acha-se no cap. II do *Liber Secundus* (“Quid hoc patre satus Isaac? quando sibi de terra longinqua fecunda uxor advecta est, quid putas agebat?” (PETRARCA, 1956, p. 420)) com sua correspondência no cap. LXIII do *Boosco Deleitoso* (“Que cuidas que fazia o santo Isaac, filho dêste Abraão, quando lhe trouveram sua mulher de longa terra” (MAGNE, 1950, p. 167)). Mas a menção a Isaac no cap. LV do *Boosco Deleitoso* não parece ter correspondência no *De Vita Solitaria*, o que sugere que tenha sido elaborado ou extraído de outra fonte pelo autor daquele texto português. Salientar a presença de Isaac no *Boosco Deleitoso* é importante, pois atesta o fato de que a figura de Isaac circularia no imaginário medieval português. Pimpão (1947, p. 234), aliás, assinala que o “tratado do abade Isaac, *De Vita Solitaria* [...] deve ter sido muito lido no tempo [da publicação do *Boosco Deleitoso*], como se conclui do facto de andar junto com obras bem conhecidas” (essas “obras bem conhecidas” a que alude Pimpão são os *Sete Salmos Penitenciais* de Petrarca e as obras de São João Clímaco e de São Bernardo que se encontram, juntamente com a obra de Isaac em latim, no cód. ALC 387).

Uma outra obra em língua portuguesa em que se faz referência a um “santo padre Isaac” durante a Idade Média é a tradução dos *Diálogos de São Gregório*. No Livro III dessa obra, dedicado a contar “os feitos dos outros padres mais antigos e mais alonjados de nós” (MATTOS E SILVA, 1971, v. II, p. 112-6), encontra-se um capí-

tulo (o 15º) que tem por título “De Isaac servo de Deus”: é nesse capítulo que São Gregório conta a seu interlocutor, o “clérigo don Pedro”, os feitos realizados por esse santo padre Isaac. Mas seria ele Isaac de Nínive? A princípio, não; pois o(a) autor(a) dos *Diálogos* escreveu sua obra um século antes de Isaac de Nínive compor a sua: o papa Gregório I (540-604) teria escrito os *Diálogos* depois de 593 (MATTOS E SILVA, 1993, p. 215); já Isaac de Nínive (+ ca. 700) teria composto sua obra por volta de 688 (MILLER, 1984, p. lxiii-lxiv); e (b) no capítulo acima mencionado, diz-se que o santo padre Isaac em questão, embora tivesse nascido na Síria, teria morado na Itália (menciona-se a cidade de Spolete); mas nenhuma das fontes biográficas de Isaac de Nínive faz referência a viagem à Europa. É muito provável que o santo padre Isaac mencionado nos *Diálogos de São Gregório* algum dos outros Isaacs, com os quais Isaac de Nínive freqüentemente é confundido.¹²

A existência, entretanto, de trecho do *Livro de Isaac* em português que é semelhante a uma fala de Isaac nos *Diálogos de São Gregório* abre novamente a discussão sobre a relação entre os textos desses autores. Confira-se inicialmente qual trecho é esse:¹³

O monge que en terra demanda possisson non he monge. (MATTOS E SILVA, 1971, v. II, p. 113) – *Diálogos de São Gregório*, livro III, capítulo 15, frase 28.¹⁴ [Leitura crítica]

¹² Tal confusão se verifica, por exemplo, na tradução da obra de Isaac de Nínive para o francês moderno, feita por Hotman de Velliers (cf. SAINT ISAAC DE SYRIE, 1971, p. 3): o tradutor descreve erroneamente o autor da obra, pois – embora diga que seja Isaac, o Sírio – informa que teria nascido na região da Antioquia por volta do ano 365 d.C. e falecido por volta de 460 – estes dados dizem respeito, na verdade, a um outro autor que é chamado Isaac da Antioquia. Cf. ainda o que Migne (1865, p. 800) fala a respeito das confusões entre os diferentes Isaacs em sua *notitia*.

¹³ Tal excerto não aparece, entretanto, nas duas outras cópias portuguesas do *Livro de Isaac*, isto é, no cód. 50, 2, 15 da BNRJ (cf., em especial, o fól. 111v) e no cód. CXIII/1-40 da BPADE.

¹⁴ Segundo Mattos e Silva (1971, v. III, p. 87), na versão B dos *Diálogos* (cód. ALC 182, da BNL) consta <na> no lugar de <en>. ou seja, aproxima-se ainda mais do excerto presente no *Livro de Isaac*.

O monge que na terra quer haver riqueza nom é monge. (CAMBRAIA, 2000a, p. 559-61) – *Livro de Isaac*, capítulo XLVIII, linhas 3672-3673. [Edição interpretativa de PL]

Como explicar tal coincidência se, por questão de ordem cronológica, o Isaac dos *Diálogos* não pode ser o de Nínive?¹⁵ Uma consulta à versão em latim do *Livro de Isaac* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e pertencente ao Fundo de Alcobaça revela a presença desse trecho na referida versão, o qual é praticamente idêntico ao da versão latina dos *Diálogos de São Gregório*:¹⁶

Monachus qui in terra possessionem quaerit non est monachus (códice ALC 387, fólio 115v, linha 46) – *De Vita Solitaria*, cap. XVIII [Edição semidiplomática]

Monachus qui in terra possessionem quaerit, monachus non est (MORICCA, 1924, p. 165) – *Gregorii Magni Dialogi Libri IV*, liber tertius, cap. 14, linhas 24-25 [Edição crítica?]

Embora tal trecho conste da versão latina alcobacense do *Livro de Isaac*, o mesmo não ocorre em relação à edição do texto latino feita por Migne (1865). Tampouco consta da tradução da *Pri-meira Parte* da obra de Isaac de Nínive para o inglês de Miller (1984), a qual foi feita com base em manuscritos contendo os textos de Isaac em siríaco e em grego. Diante disto, pode-se aventar a hipótese de que algum copista da tradição latina do *Livro de Isaac* tenha consultado o texto latino dos *Diálogos de São Gregório* e transportado aquele trecho, seja por achar que faltava à cópia do texto de Isaac de que dispunha, seja por querer complementá-la. Como o

¹⁵ Embora o papa Gregório I não possa ter citado Isaac de Nínive, curiosamente o inverso se deu: consta no capítulo III do *Livro de Isaac* o seguinte trecho: “Diz Sam Gregorio que ‘bõa cousa é aprender teologia por amor de Deus, mais muito melhor cousa é que o homem alimpe a si meesmo ante Deus’” (CAMBRAIA, 2000a, p. 173-5), o qual, segundo Miller (1984, p. 32), estaria no § 12 da oração 3 da obra *On Flight* de São Gregório.

¹⁶ Agradece-se aqui à Profa. Dra. Rosauta Poggio, da UFBa, por ter fornecido a transcrição do excerto em questão em latim dos *Diálogos de São Gregórios* (ed. de Morrica).

texto da versão em espanhol de 1489¹⁷ também não apresenta o trecho em questão, é possível supor que a interpolação tenha ocorrido no próprio território português.

BIBLIOGRAFIA

- ASKINS, A.L.-F.; FAULHABER, C. B.; SHARRER, H. L. (Eds.) (2001). *PhiloBiblon*: electronic bibliographies of medieval catalan, galician, portuguese, and spanish texts. Berkeley. (Versão eletrônica da Internet, v. 5 august).
- BARAUT, C. (1962). En torno al lugar donde fue impresa la traducción castellana del Isaac "De religione" de Bernardo Boil. *Gutenberg-Jahrbuch*. Mainz, p. 171-8.
- BEDJAN, P. (Ed.) (1909). *Mar Isaacus Ninivita De perfectione religiosa*. Paris/Leipzig: Otto Harrassowitz.
- BOAVENTURA, F. de S. (1827). *História chronologica, e crítica da Real Abbadia de Alcobaça*. Lisboa: Impressão Regia.
- BROCK, S. (1987). *The syriac fathers on prayer and the spiritual life*. Kalamazoo (Michigan): Cistercian Publications Inc.
- BUNGE, G. (1985). Mar Isaak von Ninive und sein 'Buch der Gnade'. *Ostkirchliche Studien*. Würtzburg, v. 34, n. 1, p. 3-22.
- CAMBRAIA, C. N. (2000a). *Livro de Isaac, edição e glossário (cód. ALC. 461)*. São Paulo. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH, USP.
- _____. (2000b). *Livro de Isaac*: estudo da relação entre as versões medievais portuguesas. Évora. (Comunicação apresentada no *Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil*, Universidade de Évora, 8 a 13 de maio de 2000.)
- _____. A difusão da obra de Isaac de Nínive em línguas ibero-românicas, breve notícia das tradições portuguesa, espanhola e catalã. In: RAVETTI, G.; ARBEX, M. (Org.) (2002). *Performance, exílio, fronteiras, errâncias territoriais e textuais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.
- _____. Reconstruindo a tradição medieval portuguesa do *Livro de Isaac*, estudo lingüístico comparativo das versões existentes. Salamanca. In: MIRET, Fernando Sánchez (Ed.) (2003). *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica, Salamanca, 24-30 septiembre 2001*. Tübingen: Max Niemeyer, v. IV, sección 5: Edición y crítica textual; Sección 6: Retórica, poética y teoría literária.

¹⁷ Consultou-se a fotocópia em papel feita pela Michigan Transfer Information Source da Universidade de Michigan a partir de microfilme produzido pela General Microfilm Company (Cambridge, Mass.) em 1987, na *Hispanic Culture Series (Hispanic Books Printed before 1601*, reel 214, n. 6. Não há indicação de qual dos 6 exemplares existentes serviu de fonte para a microfilmagem: muito provavelmente terá sido o da Hispanic Society de Nova Iorque.

- CEPEDA, I. V. (1995). *Bibliografia da prosa medieval em língua portuguesa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- CHABOT, J. B. (1892). *De S. Isaaci Ninivite vita, scriptis et doctrina: accedunt ejudem Isaaci tres integri sermones quos e codicibus syriacis Musaci britannici descripsit, latinitate donavit, notis instruxit et, collatione ad graecam versionem facta, nunc primum publici juris facit* I. B. Chabot. Paris: E. Leroux.
- CROSS, F. L.; LIVINGSTONE, E. A. (Eds.) (1974). *The Oxford dictionary of the christian church*. 2. ed. London: Oxford University Press.
- DUROSELLE, J.-B. (1949). *Histoire du catholicisme*. Paris: Presses Universitaires de France. (Que sais-je?, 365).
- FIGUEIREDO, F. de (1960). *História literária de Portugal (séculos XII-XX)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- KHALIFÉ-HACHEM, É. Isaac de Ninive. In: VILLER, M. et al. (1971). *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique*. Paris: Beauchesne, t. 7, Partie 2. Colunas 2041-2054.
- MAGNE, A. (Ed.) (1950). *Boosco deleitoso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, v. I, Texto crítico.
- MARTINS, M. (1952). O “Livro do desprezo do mundo” de Isaac de Nínive, em medievo-português. *Boletim de Filologia*, Lisboa, t. XIII, p. 153-63. (Reeditado como MARTINS, M. (1956). *O Livro do desprezo do mundo*, de Isaac de Nínive, em linguagem. In: _____. *Estudos de literatura medieval*. Braga: Livraria Cruz.)
- MATTOS E SILVA, R. V. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos diálogos de São Gregório”*. Edição crítica com introdução e índice geral das palavras lexicais. São Paulo, 4 v. Tese (Doutorado em Letras). FFLCH-USP.
- _____ (1989). *Estruturas trecentistas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- _____ Diálogos de São Gregório. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org.) (1993). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATTOSO, J. (1997). *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. (Temas Portugueses)
- MENEGAZ, R. (Ed.) (1994). *Livro de Isaac de Nínive (séc. XV)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- MIGNE, J.-P. (1865). *Patrologiae cursus completus. Series Graeca*. Paris: Ed. do Autor.
- MILLER, D. (Tr.) (1984). *The ascetical homilies of St. Isaac the Syrian*. Traduzido por Dana Miller. Boston, Mass.: The Holy Transfiguration Monastery.
- MORICCA, U. (1924). *Gregorii Magni dialogi libri IV*. Roma, Instituto Istorico Italiano. (Fonti per la Storia d'Italia)
- PETIT, L. Isaac de Ninive. In: VACANT, A. et al. (1924). *Dictionnaire de theologie catholique contenant l'exposé des doctrines de la theologie catholique, leurs preuves et leur histoire*. Paris: Letouzey et Ane. Tome huitième, Première partie.
- PETRARCA, F. (1956). *Prose*; a cura di G. Martellotti e di P. G. Ricci, E. Carrara, E. Biachi. Milano-Napoli: Riccardo Ricciardi.
- PIMPÃO, Á. J. da C. (1947). *História da literatura portuguesa*. [s.l.]: Quadrante. Primeiro volume (Séculos XII a XV).

CAMBRAIA, César Nardelli. A circulação do *Livro de Isaac* em Portugal.

SAINT ISAAC DE SYRIE (1971). *Sentences; un trésor de sagesse*. Trad. de M. Hotman de Velliers. Paris: Presence Orthodoxe.

SANTANA NETO, J. A. de (1997). *Duas leituras do tratado ascético-místico Castelo Perigoso*. São Paulo. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). FFLCH-USP.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. (1995). *História da literatura portuguesa*. 16. ed. corrig. e actualiz. Porto: Porto Editora.

VASCONCELOS, J. L. de (1959). *Lições de filologia portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

WENSINCK, A. J. (1923). *Mystic treatises by Isaac of Nineveh*. Reimpr. Amsterdam, Koninklijke Akademie van Wetenschappen. [Reimpr, Wiesbaden: Martin Sändig oHG., 1969]

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the presence of the *Livro de Isaac* in Portugal. After briefly describing the ways of access of Isaac's work in the Iberian Peninsula, we discuss its diffusion in the portuguese Middle Age.

Keywords: Portuguese Philology, Textual Criticism, Isaac of Nineveh, Middle Age.

O CÂNONE LINGÜÍSTICO-LITERÁRIO DAS GRAMÁTICAS DE CELSO CUNHA

Claudio Cezar Henriques¹

RESUMO: As três gramáticas de Celso Cunha e seu perfil como construtoras e confirmadoras de um modelo lingüístico-literário. O percurso histórico dessas obras, a descrição comentada de sua exemplificação e a formação do cânone gramatical.

Palavras-chave: Gramaticografia, Interdisciplinaridade, Canonização.

INTRODUÇÃO

A língua, em face do resto da cultura, é o resultado dessa cultura, ou sua sùmula, é o meio para ela operar, é a condição para ela subsistir. A frase não é minha, mas de Mattoso Câmara Jr. em conferência proferida no Rio de Janeiro na década de 50, incluída sob o título “Língua e Cultura” nos *Dispersos*, p. 269. Tomo-a por empréstimo para introduzir este pequeno artigo sobre as três principais gramáticas escritas por Celso Cunha (1917-1989),² livros obrigatórios nos estudos da gramaticografia da língua portuguesa.

Se a língua é o resultado da cultura, e se concordamos com a definição do próprio Mattoso de que a cultura é “o conjunto do que

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Professor, lingüista, filólogo e ensaísta, nasceu em Teófilo Otoni, MG, em 10 de maio de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 1989.

o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico” (p. 266), então podemos reconhecer que uma das tarefas que compete a um gramático é interpretar crítica e objetivamente esse resultado, ou seja, descrever efetivamente a língua como o veículo que a cultura tem para operar.

Lembremo-nos, neste ponto, das obras gramaticais que têm acompanhado nossas vidas acadêmicas e vejamos se não é lícito afirmar que, entre suas características estruturais, destaca-se o posicionamento prescritivo – típico das obras de referência – e a exemplificação literária. Isso não descarta a possibilidade de que textos teóricos podem se comprometer com o congraçamento entre a descrição dos efeitos expressivos das construções e os conceitos de correção padronizada e excelência pretendida. Com isso, queremos dizer que também dos desvios se fazem as normas e que, por conseguinte, há obras referenciais do campo gramatical que excedem sua função referencial e assumem uma força pedagógica e cultural, por fazerem da menção aos aspectos semânticos e estilísticos uma construtiva forma de abordar a língua histórica. Uma gramática que não tenha isso em vista faz tábua rasa do estilo e da individualidade, estigmatiza até a criatividade.

Ao comentar o tema, Celso Cunha sempre se posicionou contra o autoritarismo. Na obra *A questão da norma culta brasileira* (p. 45), para ficarmos num único exemplo fora das três gramáticas, Cunha acusa a norma prescritiva de se justificar ideologicamente com intenções definidas a partir do conceito de “uso”. Apesar disso, algum caráter impositivo faz parte do conhecimento de qualquer língua de cultura, mesmo na simples transmissão cotidiana da modalidade oral. Às gramáticas não compete possuir um tom ditatorial, e a relutância no acolhimento das novidades circulantes nos diversos usos de uma língua histórica não tem necessariamente de ser confundida com teimosia ou arrogância. É a consciência de que só o uso reiterado e generalizado no registro prestigiado (escrito) pode respaldá-las.

AS TRÊS GRAMÁTICAS

Passemos então aos três livros que nos propusemos comentar. Não nos ateremos a discutir sua relevância científica ou contribuição pedagógica. Para isso, bastaria lembrar que até os dias de hoje a vasta produção do consagrado professor integra a bibliografia dos cursos de Letras, nos seus mais variados níveis.

Queremos enfocar o que chamamos de cânone lingüístico-literário, assunto ao qual já nos referimos em outros trabalhos.³ As gramáticas de Celso Cunha, nesse campo, reiteram os hábitos tradicionais de adotar como modo exemplificador de regras e descrições a transcrição de trechos de autores da literatura de língua portuguesa. Deve-se daí concluir que o filólogo fazia suas escolhas com o zelo de quem precisava atestar suas explicações com passagens que representassem, de um lado, o fato da língua a ser exposto e, de outro, o prestígio do escritor citado perante a comunidade acadêmica e intelectual. Algo que poderíamos chamar de “atestado de qualidade lingüístico-literária”, justificador da seleção do autor e do exemplo por parte do gramático.

Nas três obras de Celso Cunha a que aludimos neste artigo, o tema da exemplificação literária transcende o valor puramente lingüístico. É o que procuraremos mostrar adiante.

A 1ª edição da *Gramática do Português Contemporâneo* (doravante *GPC*), de Celso Ferreira da Cunha, foi publicada em 1970 pela Editora Bernardo Álvares. Republicada sob nova roupagem em 1972 pelo Ministério da Educação, com o título *Gramática da Língua Portuguesa* (doravante *GLP*), o autor pôde modificar o que lhe pareceu necessário e a isso ele próprio se referiu no texto introdutório, cujo último parágrafo confirma o não-inevitismo da 1ª edição da *GLP*: “Esperamos que esta edição, escoimada dos erros das anteriores, possa melhor servir aos que a lerem” (p. 6).

³ Vejam-se os três títulos deste autor citados na bibliografia.

Os dois títulos coexistiram em edições sucessivas: a *GPC* seguiu até a 10ª edição (em 1983, pela Editora Padrão); a *GLP* atingiu a 15ª edição em 1994 (ainda pelo MEC).

A terceira gramática de Celso Cunha, intitulada *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (doravante *NGPC*), foi lançada em 1985 pela Editora Nova Fronteira. Sua 2ª edição teve sucessivas reimpressões até 2001, quando saiu a 3ª edição, revista em sua organização visual. A obra tem a parceria do filólogo lusitano Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991),⁴ responsável pela redação ou co-autoria de três dos vinte e dois capítulos do livro, que todavia mantém as características da primeira gramática da série, evidentemente com a modernização dos conceitos e alguma mudança na disposição dos assuntos.

Por exemplo: apenas na edição do MEC há menção a um capítulo chamado “Morfossintaxe” (que engloba o que nas duas outras obras é apresentado, classe por classe, como partes independentes). Comparadas as três versões, a atenção do leitor certamente será despertada para dois pontos. O primeiro é a presença de um capítulo intitulado “Noções históricas” somente na edição do MEC, que por sua vez não inclui o capítulo “Noções de versificação”, encontrável nas outras duas versões.⁵ O segundo é a profunda mudança no *corpus* da exemplificação dos fatos da língua.

A EXEMPLIFICAÇÃO

As abonações escolhidas por Celso Cunha para compor suas gramáticas estão explicadas por ele praticamente com as mesmas palavras, embora em cada uma o *corpus* seja diferente.

⁴ Professor, lingüista, filólogo e ensaísta, nasceu em 5 de março de 1925, em Lisboa, onde faleceu em 18 de agosto de 1991.

⁵ O capítulo exclusivo da *GLP* contém 22 páginas, sendo 14 sobre história externa da língua e 8 sobre geografia lingüística e dialectologia. No item *corpus*, adiante, delimitaremos os capítulos de versificação das duas outras obras.

Na **GPC** (p. 9), o autor afirma que pretendeu “apresentar as características do português contemporâneo em sua forma culta, isto é, a língua como a têm utilizado *os escritores brasileiros e portugueses do Romantismo para cá*, dando, naturalmente, uma *situação privilegiada aos autores dos nossos dias*” (grifos nossos).

Na **GLP** (p. 5), embora mantida a mesma intenção, o autor ressalva que preferiu ater-se “à *exemplificação haurida em autores falecidos*” (grifo nosso), respeitando prática adotada em outras publicações da FENAME (depois, FAE).

Na **NGPC** (p. XIV), os autores conservam o trecho da edição de 1970, com a necessária referência aos autores da comunidade africana: “Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado *os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá*, dando naturalmente uma *situação privilegiada aos autores dos nossos dias*” (grifos nossos).

○ CORPUS

Sem considerar o capítulo “Noções de versificação”, cuja exemplificação é específica do âmbito da literatura, pois retrata um padrão lingüístico-literário de características muito específicas, o levantamento das “citações literárias” da três gramáticas de Celso Cunha é o que está apresentado a seguir. Como se verá, cada uma dessas gramáticas possui um perfil canonizador distinto, pelos motivos já aludidos, ou seja, a **GPC** pela intenção inovadora de utilizar autores que confirmassem a validade do adjetivo “contemporâneo” utilizado no título da obra; a **GLP** pela decisão editorial de restringir a exemplificação a autores falecidos; e a **NGPC** pelo critério autoral de elaborar uma obra de referência para toda a comunidade de língua portuguesa.

O quadro completo aqui elaborado engloba um pequeno número de autores de obras não-literárias (Antenor Nascentes, Caldas

Aulete, Mário P. de Sousa Lima, J. Leite de Vasconcelos, Serafim da Silva Neto, Sousa da Silveira), pois achamos que seria relevante incluir essa informação. O quantitativo desse tipo de abonação é mínimo, comparado ao dos autores literários.

A listagem em ordem alfabética por autor, separada cronologicamente por obra, é a seguinte:

1. Gramática do Português Contemporâneo (Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1970):

→ 1.200 citações indicadas pela 1ª edição.

Legenda: AUTOR (país nascimento): páginas = ocorrências

1. Abgar Renault (Bras.-1901): 95-386 = 02 ocorrências
2. Ademar Tavares (Bras.-1888): 243-432 = 02 ocorrências
3. Adolfo Caminha (Bras.-1867): 346(2) = 02 ocorrências
4. Adonias Filho (Bras.-1915): 103-108-113-218-323-330-338-393(2)-440-441-452-453(3) = 15 ocorrências
5. Afonso Arinos (Bras.-1868): 337-415 = 02 ocorrências
6. Afrânio Peixoto (Bras.-1876): 310-345-447 = 03 ocorrências
7. Agustina Bessa-Luís (Port.-1922): 385 = 01 ocorrência
8. Alberto de Oliveira (Bras.-1859): 227-339-348-385-387-421-431-444-445 = 09 ocorrências
9. Alberto de Oliveira (Port.-1873): 448 = 01 ocorrência
10. Alberto Deodato (Bras.-1896): 376 = 01 ocorrência
11. Alceu Amoroso Lima (Bras.-1893): 147-165-250-394-419-451(2) = 07 ocorrências
12. Alexandre Herculano (Port.-1810): 141-245-315-360(2)-384-447 = 07 ocorrências
13. Almeida Garrett (Port.-1799): 188-335-342 = 03 ocorrências
14. Alphonsus de Guimaraens (Bras.-1870): 150-153-200-204(2)-219-247-252 = 08 ocorrências

15. Aluísio de Azevedo (Bras.-1857): 230-240-243-333-416 = 05 ocorrências
16. Alves Redol (Port.-1911): 386 = 01 ocorrência
17. André Brun (Port.-1881): 432 = 01 ocorrência
18. Aníbal M. Machado (Bras.-1894): 88-91-92-100-142-204-223-240-248-310-315-334-336-356-360-365-376-383-388-389(2)-392(2)-403-412-426-429-433-440-441(2)-447 = 32 ocorrências
19. Antenor Nascentes (Bras.-1886): 98 = 01 ocorrência
20. Antero de Quental (Port.-1842): 110-113(2)-241-248(2)-308-319-349-355-366-376-435 = 13 ocorrências
21. Antônio Corrêa de Oliveira (Port.-1879): 314 = 01 ocorrência
22. Antônio de Alcântara Machado (Bras.-1901): 88-141-375(2) = 04 ocorrências
23. Antônio Feliciano de Castilho (Port.-1800): 351-412-417 = 03 ocorrências
24. Antônio Ferreira (Port.-1528): 366 = 01 ocorrência
25. Antônio Nobre (Port.-1867): 86-106-111(4)-118-145-150-153-156-157-228-230-241(2)-246(2)-316-325-343-376-408-410-424-431(2)-435-444 = 29 ocorrências
26. Aquilino Ribeiro (Port.-1885): 115-239(2)-361-444 = 05 ocorrências
27. Augusto dos Anjos (Bras.-1884): 371-381 = 02 ocorrências
28. Augusto Frederico Schmidt (Bras.-1906): 90-108-109-115-199-224-230-240-361-363-421-425 = 12 ocorrências
29. Augusto Gil (Port.-1873): 106-396-402 = 03 ocorrências
30. Augusto Meyer (Bras.-1902): 141-232-314-319(2)-338-346-388 = 08 ocorrências
31. Barão do Rio Branco [José Maria da Silva Paranhos] (Bras.-1845): 232 = 01 ocorrência
32. Belmiro Braga (Bras.-1872): 148-162 = 02 ocorrências
33. Bernardino Lopes (Bras.-1859): 429-434 = 02 ocorrências
34. Bernardo Guimarães (Bras.-1825): 349-350 = 02 ocorrências

35. Camilo Castelo Branco (Port.-1825): 98-107-242-323-345-347-351-352-356-358-361-364-374(2) = 14 ocorrências
36. Camilo Pessanha (Port.-1867): 217-325-355-437-439-445 = 06 ocorrências
37. Carlos de Laet (Bras.-1847): 436 = 01 ocorrência
38. Carlos Drummond de Andrade (Bras.-1902): 88-89-92-95(2)-99-102(2)-105-106-114(2)-148-150-152-163-188-199-204-219-222-223(2)-236-237(2)-238-240-244(3)-247-248-313-314-316-317(2)-326-332-343-346-347(2)-350(2)-352-356-357(2)-358(2)-359-361(2)-362-363-364(2)-371-375-376(2)-381-382(2)-383(3)-384-385-386(3)-387(3)-388-389(3)-390-392-394(2)-395-397-402-405-410-416-417-422(2)-429-435-439-440(2)-442-443-444-448(3)-450-452 = 107 ocorrências
39. Carlos Selvagem [Carlos Afonso dos Santos] (Port.-1890): 375 = 01 ocorrência
40. Casimiro de Abreu (Bras.-1839): 431-440-446 = 03 ocorrências
41. Castro Alves (Bras.-1847): 111-112-119-164-205-207-332-342-396-410-431-435 = 12 ocorrências
42. Cecília Meireles (Bras.-1901): 96-106-107-115-142-223-224-332-336(2)-383-387-397-437 = 14 ocorrências
43. Ciro do Anjos (Bras.-1906): 87-92-98-100-107-215-222-236-249-311-312-314-315-317-334-341-349-352-355-356-359-362-369-376(2)-396-397-418-441-450 = 30 ocorrências
44. Clarice Lispector (Bras.-1925): 101-249-332-345-346-356-454 = 07 ocorrências
45. Cláudio Manuel da Costa (Bras.-1729): 157 = 01 ocorrência
46. Coelho Neto (Bras.-1864): 417 = 01 ocorrência
47. Cornélio Pena (Bras.-1896): 419 = 01 ocorrência
48. Cristóvão Falcão (Port.-15??): 367 = 01 ocorrência
49. Cruz e Sousa (Bras.-1861): 336-339-355 = 03 ocorrências
50. Da Costa e Silva (Bras.-1885): 85-87-96-308 = 04 ocorrências
51. Dante Milano (Bras.-1899): 430 = 01 ocorrência

52. Dinah Silveira de Queirós (Bras.-1910): 141-329-350-371 = 04 ocorrências
53. Djalma Andrade (Bras.-1923): 434 = 01 ocorrência
54. Domingos Monteiro (Port.-1903): 388 = 01 ocorrência
55. Domingos Olímpio (Bras.-1850): 316-329-346-442 = 04 ocorrências
56. Eça de Queirós (Port.-1845): 250-372-375-415 = 04 ocorrências
57. Eduardo Carlos Pereira (Bras.-1855): 447 = 01 ocorrência
58. Eduardo Frieiro (Bras.-1892): 395 = 01 ocorrência
59. Eduardo Lourenço (Port.-1923): 434 = 01 ocorrência
60. Eduardo Prado (Bras.-1860): 364-419 = 02 ocorrências
61. Emanuel Pereira Filho (Bras.-1924): 375 = 01 ocorrência
62. Emílio Moura (Bras.-1902): 331-386-399-412 = 04 ocorrências
63. Érico Veríssimo (Bras.-1905): 105(2)-106-107-343-352-359-381-415-426-430-452-453 = 13 ocorrências
64. Euclides da Cunha (Bras.-1866): 163-224-228-232-255-360(2)-364-365-383-410 = 11 ocorrências
65. Eugênio de Castro (Port.-1869): 205-234-240-375 = 04 ocorrências
66. Fagundes Varela (Bras.-1841): 217-246-335-417-444 = 05 ocorrências
67. Fernando Pessoa (Port.-1888): *Álvaro de Campos*: 95(2)-148-248-388-409(2)-422 / *Alberto Caeiro*: 95-114-115-357 / *Fernando Pessoa*: 88-101-113-114-145-153-188-228-242-243(2)-244-245- 252-319-343-407-411-419-432-437-443 / *Ricardo Reis*: 99-325-383 = 37 ocorrências
68. Fernando Sabino (Bras.-1923): 92(2)-101-142-169-251-320-369-384-385-386-389-439 = 13 ocorrências
69. Ferreira de Castro (Port.-1898): 235 = 01 ocorrência
70. Florbela Espanca (Port.-1894): 100-101-110-112-143-153-164-205-216-224-227-247-249-325-332-337-393-430-431-433-443 = 21 ocorrências

71. Fontoura Xavier (Bras.-1856): 238 = 01 ocorrência
72. França Júnior (Bras.-1838): 107-115-234 = 03 ocorrências
73. Francisco Adolfo de Varnhagen (Bras.-1816): 205 = 01 ocorrência
74. Francisco Bugalho (Port.-1905): 153 = 01 ocorrência
75. Francisco Caldas Aulete (Port.-1823): 360-390 = 02 ocorrências
76. Gastão Cruls (Bras.-1888): 390 = 01 ocorrência
77. Geraldo França de Lima (Bras.-1914): 421 = 01 ocorrência
78. Gilberto Amado (Bras.-1887): 231-234-239-244-338-385-388-425-432 = 09 ocorrências
79. Gonçalves Dias (Bras.-1823): 34-189-233-314-343-345-366-403-411-416-421 = 11 ocorrências
80. Graça Aranha (Bras.-1868): 253-344-381 = 03 ocorrências
81. Graciliano Ramos (Bras.-1892): 86(2)-88(2)-89-109(2)-114(2)-142-169-211-219-224-251-313-334-336-337-340-342-358-359-360-362-369-374-385-392-395-402-403(2)-409-411(2)-412(2)-415-416-423-424-426-429-451-454 = 46 ocorrências
82. Gregório de Matos (Bras.-1623): 145-207 = 02 ocorrências
83. Guerra Junqueiro (Port.-1850): 99-113-222-357 = 04 ocorrências
84. Guilherme de Almeida (Bras.-1890): 234-325-421 = 03 ocorrências
85. Guimarães Passos (Bras.-1867): 188-228-229-234-242-323-395 = 07 ocorrências
86. Guimarães Rosa (Bras.-1908): 90-95-113-310-338-368-372-400-449 = 09 ocorrências
87. Gustavo Barroso (Bras.-1888): 403 = 01 ocorrência
88. Gustavo Corção (Bras.-1898): 382 = 01 ocorrência
89. Henriqueta Lisboa (Bras.-1904): 189 = 01 ocorrência
90. Herberto Sales (Bras.-1917): 106-180-249-253-315-323-364-365-368-376-453 = 11 ocorrências

91. Herman Lima (Bras.-1897): 152 = 01 ocorrência
92. Jackson de Figueiredo (Bras.-1891): 228 = 01 ocorrência
93. Jaime Cortesão (Port.-1884): 108-205-386 = 03 ocorrências
94. João Alphonsus (Bras.-1901): 372 = 01 ocorrência
95. João Cabral de Melo Neto (Bras.-1920): 142-330-387 = 03 ocorrências
96. João de Araújo Correia (Port.-1899): 384 = 01 ocorrência
97. João de Deus (Port.-1830): 100-220-222 = 03 ocorrências
98. João Francisco Lisboa (Bras.-1812): 245 = 01 ocorrência
99. João Ribeiro (Bras.-1860): 89-162-340(2)-341-342-348-393-403 = 09 ocorrências
100. Joaquim Cardozo (Bras.-1897): 158(2)-214-444 = 04 ocorrências
101. Joaquim de Sousândrade (Bras.-1833): 366 = 01 ocorrência
102. Joaquim Manuel de Macedo (Bras.-1820): 358 = 01 ocorrência
103. Joaquim Nabuco (Bras.-1849): 207-365-423 = 03 ocorrências
104. Jorge Amado (Bras.-1912): 311-339-399-404-408(2)-409 = 07 ocorrências
105. Jorge de Lima (Bras.-1895): 248 = 01 ocorrência
106. José Américo de Almeida (Bras.-1887): 351 = 01 ocorrência
107. José Cândido Carvalho (Bras.-1914): 88-231-239 = 03 ocorrências
108. José de Alencar (Bras.-1829): 335-363(2)-366-384-405-417(2)-419(2) = 10 ocorrências
109. José Lins do Rego (Bras.-1901): 88-92-105-107-115-162-215-235-237-239-240-242-253-309-312-313-320-321-324-329-332-333-340-341(2)-342-344-347-348-351-352-356-357-362(2)-363-418-437-442-446-447(2)-449-450-451 = 45 ocorrências
110. José Régio (Port.-1901): 215-315-368 = 03 ocorrências
111. José Veríssimo (Bras.-1857): 230 = 01 ocorrência
112. Josué Montello (Bras.-1917): 86-92-115-157-329-339-386-389-453 = 09 ocorrências

113. Juvenal Galeno (Bras.-1836): 423 = 01 ocorrência
114. Ledo Ivo (Bras.-1924): 383 = 01 ocorrência
115. Lima Barreto (Bras.-1881): 97-245-369-375-390-395-403-415-418-421-445-452-453 = 13 ocorrências
116. Luís de Camões (Port.- 1525?): 61(2) = 02 ocorrências
117. Luís Jardim (Bras.-1901): 98-99-102-106-108-114-219-246-251-252(2)-310-312-316-320(2)-325-326-335-339-345-356-390-397-451 = 25 ocorrências
118. Luís Viana Filho (Bras.-1908): 389 = 01 ocorrência
119. M. Cavalcanti Proença (Bras.-1905): 434 = 01 ocorrência
120. Machado de Assis (Bras.-1839): 86-89-97(2)-99-100-101-103-105-107-108-109(3)-110-114-142-185-188-215-217(2)-219-221-222-223-224-(3)-227-228-229-230-236(3)-237-239-240-244(2)-245-247-251-252-253-255(2)-309-314-324-329-333-334(2)-337-340-344(2)-345-347(2)-349-350-351(2)-358-362(2)-363(2)-364-376-381-382-385-387(2)-388(3)-389-390-392(3)-393(2)-394-395(2)-396-404-405-406(2)-407(2)-408(2)-409-410(3)-411(2)-414-415(2)-416(2)-417-418(2)-419-421-422(2)-423-427-432-433-434-448-451 = 125 ocorrências
121. Manuel Antônio de Almeida (Bras.-1831): 231-393-407-414-415(2) = 06 ocorrências
122. Manuel Bandeira (Bras.-1886): 86-87-91-92-96-103-113-158-227-228-241-333-336-346(2)-347-351(2)-356-371-392-402-406 = 23 ocorrências
123. Mário de Andrade (Bras.-1893): 114-329-342-359-443 = 05 ocorrências
124. Mário de Sá Carneiro (Port.-1890): 102-164-313-430-441-446 = 06 ocorrências
125. Mário Pereira de Sousa Lima (Bras.-1893): 361 = 01 ocorrência
126. Mário Palmério (Bras.-1916): 86-96-98(2)-103-107(2)-108-217-219-237-238-245-316-329-336-341-344(2)-346-364-406-422(2)-442-454 = 26 ocorrências

- 127 Mário Pederneiras (Bras.-1868): 236-237 = 02 ocorrências
128. Mário Quintana (Bras.-1906): 105 = 01 ocorrência
129. Marquês de Maricá [Mariano José Pereira da Fonseca] (Bras.-1773): 106-241-242-396-407-411-427 = 07 ocorrências
130. Marques Rebelo (Bras.-1907): 41-116-120(2)-316 = 05 ocorrências
131. Martins Pena (Bras.-1815): 325-329-435 = 03 ocorrências
132. Miguel Torga (Port.-1907): 99-100-101-103-109-114-240-243-247-252-319-330-348(2)-386-406-430-432 = 18 ocorrências
133. Monteiro Lobato (Bras.-1882): 95-163-219-310-313-348-409(2)-450 = 09 ocorrências
134. Murilo Mendes (Bras.-1901): 340-389-390 = 03 ocorrências
135. Octávio de Faria (Bras.-1908): 450-452 = 02 ocorrências
136. Olavo Bilac (Bras.-1865): 114-179-204-222-246-319-385-423 = 08 ocorrências
137. Olegário Mariano (Bras.-1889): 242-325-396-402-411-412-424(2)-435 = 09 ocorrências
138. Oliveira Martins (Port.-1845): 248 = 01 ocorrência
139. Osman Lins (Bras.-1924): 96-238-247-366-384 = 05 ocorrências
140. Oswald de Andrade (Bras.-1890): 240-243 = 02 ocorrências
141. Otto Lara Resende (Bras.-1922): 92-95(2)-102-142-314-320-323-334-355-368-405-406-410-416-440-443 = 17 ocorrências
142. Paulo Mendes Campos (Bras.-1922): 90-369 = 02 ocorrências
143. Peregrino Júnior (Bras.-1898): 339 = 01 ocorrência
144. Rachel de Queiroz (Bras.-1910): 252-310-311-313-316-332-333-338-346-349-355-357-365-422-448 = 15 ocorrências
145. Raimundo Correia (Bras.-1860): 86-92-223-224-344-368-371(3)-372-445 = 11 ocorrências
146. Ramalho Ortigão (Port.-1836): 363 = 01 ocorrência
- 147 Raul Bopp (Bras.-1898): 37-41 = 02 ocorrências

148. Raul Brandão (Port.-1867): 153 = 01 ocorrência
149. Raul Pompéia (Bras.-1863): 91-95-98-105-107-141-219-223-255-311-352-412-414-421-440 = 15 ocorrências
150. Rebelo da Silva (Port.-1822): 146-346-355 = 03 ocorrências
151. Ribeiro Couto (Bras.-1898): 86-88-91-113-141-234(2)-255-317-340 = 10 ocorrências
152. Rodolfo Teófilo (Bras.-1853): 395 = 01 ocorrência
153. Rodrigo Mello Franco de Andrade (Bras.-1898): 423 = 01 ocorrência
154. Rubem Braga (Bras.-1913): 223-248-308-317-319-362-371-387 = 08 ocorrências
155. Rui Barbosa (Bras.-1849): 228-245-344-360(2)-365-381-385-423-424(2)-425-428(2)-429-434-436 = 17 ocorrências
156. Serafim da Silva Neto (Bras.-1917): 231 = 01 ocorrência
157. Simões Lopes Neto (Bras.-1865): 86-145-188-236-396-433-445 = 07 ocorrências
158. Tasso da Silveira (Bras.-1895): 88-315-350 = 03 ocorrências
159. Teixeira de Pascoaes (Port.-1877): 440 = 01 ocorrência
160. Urbano Tavares Rodrigues (Port.-1923): 356 = 01 ocorrência
161. Vianna Moog (Bras.-1906): 385 = 01 ocorrência
162. Vicente de Carvalho (Bras.-1866): 371 = 01 ocorrência
163. Vinícius de Moraes (Bras.-1913): 34-89-111-112-143-150-188-217-445 = 09 ocorrências
164. Virgílio Ferreira (Port.-1916): 383 = 01 ocorrência
165. Viriato Correia (Bras.-1884): 107 = 01 ocorrência
166. Visconde de Taunay [Alfredo d'Escagnolle Taunay] (Bras.-1843): 115 = 01 ocorrência

Nota do autor: As 126 citações do capítulo de **Versificação**, especificadas a seguir, colocam em destaque Alphonsus de

Guimaraens, Castro Alves e Casimiro de Abreu – confirmando nossa interpretação de que estes exemplos devem ser vistos separadamente.

Alberto de Oliveira, 2: 476-484; Almeida Garrett, 1: 481; Alphonsus de Guimaraens, 14: 464-471(8)-472(2)-481-483-485; Alphonsus de Guimaraens Filho, 1: 488; Álvares de Azevedo, 1: 491; Amadeu Amaral, 2: 476-477; Antônio Botto, 2: 468-494; Antônio Nobre, 3: 472(2)-480; Augusto de Lima, 1: 476; Augusto dos Anjos, 1: 457; Augusto Gil, 2: 461-462; Belmiro Braga, 1: 496; Bernardino Lopes, 1: 483; Camilo Pessanha, 8: 464(2)-474(4)-476-495; Carlos Drummond de Andrade, 8: 469(6)-479-495; Cassiano Ricardo, 1: 467; Castro Alves, 14: 461-463(3)-470(8)-485-494; Cecília Meireles, 3: 470-490-491; Casimiro de Abreu, 12: 456-459(2)-460-463-467-473-475-482-490-491-492; Cruz e Sousa, 2: 456-488; Da Costa e Silva, 1: 484; Eugênio de Castro, 3: 480-483(2); Fagundes Varela, 1: 486; Fernando Pessoa, 4: 481-489-491-493; Florbela Espanca, 1: 495; Gonçalves Dias, 4: 468(2)-481-490; Gregório de Matos, 2: 490-493; Guerra Junqueiro, 2: 475-480; Hermes Fontes, 2: 460-475; João de Deus, 6: 469(4)-482-484; Luís de Camões, 3: 489-491(2); Machado de Assis, 1: 485; Manuel Bandeira, 2: 475-496; Mendes Leal, 1: 492; Olavo Bilac, 8: 457-461-464-465(2)-472-473-477; Raimundo Correia, 2: 489-496; Tomás Ribeiro, 1: 485; Vicente de Carvalho, 2: 491-492.

2. GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (RIO DE JANEIRO, FAE, 1972):

→ 1.874 citações⁶ indicadas pela 12ª edição, 2ª tiragem, 1990.

Legenda: AUTOR (país nascimento): páginas = ocorrências

⁶ Não incluímos na contagem a citação de D. Dinis (Port.-1261, p. 569) para atestar a longa tradição na língua do emprego do gerúndio com valor de oração adjetiva.

1. Adelmar Tavares (Bras.-1888): 295(2)-296-308-344-442 = 06 ocorrências
2. Adolfo Caminha (Bras.-1867): 566 = 01 ocorrência
3. Afonso Arinos (Bras.-1868): 136-137-138-144-155-156(2)-163-169-170-171-215-279-283-290-298-299-303-304-310-318-331-332(2)-336-337-341 352(2)-437-445-446-447-449-466-468-471-479-484-485-520-541-628 = 43 ocorrências
4. Afrânio Peixoto (Bras.-1876): 139-146(2)-148-152-155-160-209-211-222-231-241-266-280-290-292-293-297(2)-298-303-304-306-308(2)-339-340(2)-352-381-450-467-472-503-526-529-535-542-563-578-581-608-610 = 43 ocorrências
5. Alberto de Oliveira (Bras.-1859): 139-171-210-300-314-315-358-452-476-520-562-582-584 = 13 ocorrências
6. Alberto Rangel (Bras.-1871): 172-321 = 02 ocorrências
7. Alexandre Herculano (Port.-1810): 266-346-353-440-452-459-460-465-478-480-489-490-555-586 = 14 ocorrências
8. Almeida Garrett (Port.-1799): 299-321-470-568-581 = 05 ocorrências
9. Alphonsus de Guimaraens (Bras.-1870): 159-223-227-284-285-315(2)-457-508-516-530-605 = 12 ocorrências
10. Aluísio de Azevedo (Bras.-1857): 349-460-627 = 03 ocorrências
11. Álvares de Azevedo (Bras.-1831): 137 = 01 ocorrência
12. Aníbal M. Machado (Bras.-1894): 120-141(3)-145-146-147-154-155-160-161-174-215-224-262-278-279(3)-282(2)-303-304-311-325-328-335-342-429-455-458-464-465(2)-467-468-488-489-492-493-499-502-503-508-521-522(2)-523-524(3)-525(3)-526-529(2)-533-534-535-542-558-565(2)-571-575-577-578-594-596-600-604-607-610(2)-624-629 = 77 ocorrências
13. Antero de Quental (Port.-1842): 166-170(2)-172-343-345(3)-348-476-478-483-614 = 13 ocorrências
14. Antônio Botto (Port.-1897): 149-301-329-429-521 = 05 ocorrências

15. Antônio Corrêa de Oliveira (Port.-1879): 239-340 = 02 ocorrências
16. Antônio Feliciano de Castilho (Port.-1800): 474-478 = 02 ocorrências
17. Antônio Ferreira (Port.-1528): 496 = 01 ocorrência
18. Antônio Nobre (Port.-1867): 135-136-137-161-167-168-216-223-227(2)-232-234-235-237-242-281-315-323-327-345-351-352-420-441-505-506(2)-508-528-611-613-615 = 32 ocorrências
19. Aquilino Ribeiro (Port.-1885): 161-163-280-291-308-342-424-444-493-503-519-527-553-577 = 14 ocorrências
20. Ataulfo Alves (Bras.-1909): 330 = 01 ocorrência
21. Augusto dos Anjos (Bras.-1884): 226-444-523-527-603 = 05 ocorrências
22. Augusto Frederico Schmidt (Bras.-1906): 136(2)-140(2)-146-147(2)-148-149-151-158-159(2)-160-161-162-170-171-225-226(2)-228(2)-229-232-237-238(2)-246-249-282-288-300-307-308-309-311-315-318-326-331-332-333-336-344-346-350-367-435-441-449(2)-462-463-465-471-473-475-483-486-489-490-496-499-503-504-506-520-522-525-527-528-536-538-551-554-555-558(2)-584-585-598-626-627 = 44 ocorrências
23. Augusto Meyer (Bras.-1902): 165-170-217-218-237-295-464-465-471-474-484-501-526-591-593-596-602-613-617-624 = 20 ocorrências
24. Barão de Paranapiacaba [João Cardoso de Meneses e Sousa] (Bras.-1827): 99 = 01 ocorrência
25. Bernardino Lopes (Bras.-1859): 167-357-443-594-613 = 05 ocorrências
26. Bernardo Guimarães (Bras.-1825): 331-477-478-552 = 04 ocorrências
27. Camilo Castelo Branco (Port.-1825): 139-145-148-154-223-229-231-237-283-297-303-305-306-311-314-330-345-352-382-432-

- 433-455-459-464-467-470(2)-472-475-482-484-489-493-495-497-501-507-509-517-520-537-539-540-566(2)-579(2)-581(2)-594(2) = 51 ocorrências
28. Camilo Pessanha (Port.-1867): 213-241-326-577-584 = 05 ocorrências
29. Carlos de Laet (Bras.-1847): 615 = 01 ocorrência
30. Carlos Drummond de Andrade (Bras.-1902): 587 = 01 ocorrência
31. Carlos Pena Filho (Bras.-1929): 331 = 01 ocorrência
32. Casimiro de Abreu (Bras.-1839): 605-606-607-616 = 04 ocorrências
33. Castro Alves (Bras.-1847): 160-162-170(2)-225-248-261-265-270-280(2)-284-285(2)-288-306(2)-309-327-347-367-432-459(2)-482-503-559(2)-561-562(2)-563-579-582-586-602-605-610-614 = 39 ocorrências
34. Cecília Meireles (Bras.-1901): 138(3)-141-146-161-162-169(2)-171-181(4)-212-221-223-224-225-234-235-280-283-284-302-307(3)-308-309(2)-310-311-317-323-332-346-349-353-357-382-423-440-444-452(2)-456-458(2)-459-460-463-464-471-472-476-477-484-503-508-516-519(2)-523(3)-524-525-526(2)-527-528-529-536-541-542(2)-559-577-578-592(2)-594-613-624 = 85 ocorrências
35. Cláudio Manuel da Costa (Bras.-1729): 355 = 01 ocorrência
36. Coelho Neto (Bras.-1864): 138-142-143(2)-151-158-161-279-298-299-307-343-349-424-460-571-604-606(2)-613 = 20 ocorrências
37. Cornélio Penna (Bras.-1896): 525 = 01 ocorrência
38. Cristóvão Falcão (Port.-15??): 496 = 01 ocorrência
39. Cruz e Sousa (Bras.-1861): 270-334-463-528-592 = 05 ocorrências
40. Da Costa e Silva (Bras.-1885): 298-367 = 02 ocorrências
41. Domingos Olímpio (Bras.-1850): 441-455-520 = 03 ocorrências

42. Eça de Queirós (Port.-1845): 291-318(2)-319-485-503(2)-520-524-527-530-531-612 = 13 ocorrências
43. Eduardo Carlos Pereira (Bras.-1855): 586 = 01 ocorrência
44. Eduardo Prado (Bras.-1860): 493 = 01 ocorrência
45. Emanuel Pereira Filho (Bras.-1924): 507 = 01 ocorrência
46. Euclides da Cunha (Bras.-1866): 142-145-171-241-280(2)-306-440-486-492-494-496-505-507-527-538-540-558-566 = 19 ocorrências
47. Eugênio de Castro (Port.-1869): 315-323 = 02 ocorrências
48. Fagundes Varela (Bras.-1841): 167-345-452(2)-453-457-462-583-586 = 09 ocorrências
49. Fernando Pessoa (Port.-1888): 120-135-143-146(2)-150-151(2)-153-154-167-171(2)-216-218-224-227-237-238(2)-271-284-288-290-296(2)-297-298-300-301-314-321-322-325-329-330-331-335-341-344-348-354-438-444-466(2)-470-473-483-494-512-520-523-524(3)-525-526-530-536-558-570-576-579-580-582-593-597-603-608-617 = 71 ocorrências
50. Fialho de Almeida (Port.-1857): 330-526 = 02 ocorrências
51. Filinto Elísio (Port.-1734): 583 = 01 ocorrência
52. Florbela Espanca (Port.-1894): 172-212-242-279-284-331-343-344-355(2)-441-469-507-580-592-607-609-611 = 18 ocorrências
53. Francisco Caldas Aulete (Port.-1823): 488 = 01 ocorrência
54. Francisco Manuel de Mello, Dom (Port.-1608): 328 = 01 ocorrência
55. Gastão Cruls (Bras.-1888): 233-329-508-539 = 04 ocorrências
56. Gilberto Amado (Bras.-1887): 138-139-141(2)-145-147-151-153-154-155-156-161(2)-162-164-165-171-172-210-215-224-228-236-241-244-249-264-280-297-300(2)-323-331-336-338-342(3)-350-352-354-359-367-383-429-441(2)-446-449-467-470-483-484(2)-487-491(2)-501-503-517-541-558-563-570-576(2)-586-593 = 68 ocorrências

57. Gonçalves Crespo (Port.⁷-1846): 346 = 01 ocorrência
58. Gonçalves Dias (Bras.-1823): 60-153-160-210-211(2)-220-244-270(2)-271-287-288-315-321-346-354-437-438(2)-439-470-477-495-516-555(2)-568-592 = 29 ocorrências
59. Graça Aranha (Bras.-1868): 164(2)-165-166-209-265-271-196-303-337-352-432-460-462-464-475-517-528(2)-529-534-540-563-595-624-626 = 26 ocorrências
60. Graciliano Ramos (Bras.-1892): 136-141-142-160-161-210(2)-226-229-235-237-243-247-248(2)-249-253-270-282-301-307-311(2)-323-324-325(2)-329-331-333(4)-337-340(2)-342-344-346-348(2)-351-355-381-423-430-436-438-440-441-445(2)-447-449-450-472-489-490-496-499-500-502-503-508-509-525(2)-529-533-535-536-537-540(2)-541-542-543(2)-554-558-562-564-565-567-569-577-578-587-592-594-595-596-624-625-629 = 95 ocorrências
61. Guerra Junqueiro (Port.-1850): 329-435-483-539-592-603 = 06 ocorrências
62. Guilherme de Almeida (Bras.-1890): 175-211-235-452-529 = 05 ocorrências
63. Guimarães Passos (Bras.-1867): 271-449 = 02 ocorrências
64. Guimarães Rosa (Bras.-1908): 140-164-215-220-226-227-237-243(2)-248-262-290-293-295-304-309-317-318-319-328(2)-344-466-467-496-499-537-555-575-581-584(2)-606-624-628 = 35 ocorrências
65. Gustavo Barroso (Bras.-1888): 611 = 01 ocorrência
66. Hugo de Carvalho Ramos (Bras.-1895): 324-571-629 = 03 ocorrências
67. Jaime Cortesão (Port.-1884): 524 = 01 ocorrência
68. João de Deus (Port.-1830): 173-332-486 = 03 ocorrências

⁷ Nasceu no Brasil, mas viveu desde os 14 anos em Portugal, onde se naturalizou.

69. João Ribeiro (Bras.-1860): 137-139-240(2)-317-326-435-446-456-467-469-471(2)-479-508-509-535-536-538-543(2)-595-597-611-612 = 25 ocorrências
70. Joaquim Manuel de Macedo (Bras.-1820): 358 = 01 ocorrência
71. Joaquim Nabuco (Bras.-1849): 320-494 = 02 ocorrências
72. Jorge de Lima (Bras.-1895): 138-213-324-351-518-519(3)-521-526-528-559-564-577 = 14 ocorrências
73. José Condé (Bras.-1918): 319 = 01 ocorrência
74. José de Alencar (Bras.-1829): 135-136-138-148-149-151-156-159(3)-162-164-165-166-167-170-171-172-229-244-319-320-325-334-338(2)-345-346-347-348-350-455-473(2)-474-476-485(2)-491-495-509-517-520-535-542-555-560(2)-561-562-654(2)-567(2)-568(2)-570(2)-571-575-586-597-627(2) = 64 ocorrências
75. José Leite de Vasconcelos (Port.-1858): 612 = 02 ocorrências
76. José Lins do Rego (Bras.-1901): 138-142-143-146-150-162(2)-163-165-172(2)-219-221-224-226-228-229-232-234-239-244-245-253-262-279-288-292-293-300-304-308-309(3)-311-314-318(2)-319-324(2)-328-329-330-334-338-339-341(4)-344-431-435-437-441-442-445-446(2)-447-456-479-483-484-485(2)-486(2)-487(2)-488-491(2)-492-494-495-502-507-538-554-560-562-567-570-581 = 86 ocorrências
77. José Régio (Port.-1901): 281-284-287-295(2)-297-298(2)-303-306-311-433(2)-439-454-501-584-617 = 18 ocorrências
78. Lima Barreto (Bras.-1881): 147-158-161-162(2)-165(2)-170-233(2)-243(2)-280(3)-289-290-297-299-304(2)-307-310-311-319-326-327-336-349-353(2)-433-442-473-478-486-490-493-504(2)-509-534(2)-539-561-562-564-570-571-592-595-599-601-626-627 = 55 ocorrências
79. Luís de Camões (Port.-1525?): 98(2)-99-218(2)-305-337-431 = 08 ocorrências
80. Machado de Assis (Bras.-1839): 135-136(2)-139-142-144-145-146-148(2)-149(3)-150(4)-151(2)-152(2)-153(4)-154-155(4)-

156(3)-158(2)-159(3)-160(2)-161-162-163-164(3)-165(2)-168-169(3)-170(2)-171-210-222(2)-226-228-229(2)-232(2)-240-242-244-249-261-265-266-277-279-282-283(2)-285-296-299(2)-301-303(2)-304-307-308-309-310(2)-311-317(2)-318-319(3)-320-321-325(2)-326-329(2)-330-331-332(2)-335-338-339(2)-340(2)-342-344-346-349-351(3)-354-355-357(2)-382(2)-383-424(2)-430-433(3)-436(2)-439-440-442-444-445-446-449-450-459(2)-461-462(3)-466(2)-468-469-472(2)-473(2)-474(5)-476(2)-477-478(3)-485(2)-486-487(3)-488(2)-490(2)-491-492(2)-493-495(4)-497-500-507(2)-509-513(2)-516(2)-518(2)-519(3)-521(2)-522(2)-523(2)-525-527(2)-528-529-530-531-533(2)-534(2)-535(2)-537(2)-538(4)-539-540(3)-541(3)-542-551-554-555(2)-558-560-563(2)-566-567-571-576(2)-578(2)-579-581-583(2)-584-586-592-593(4)-594-595-596-597(3)-600-607-608(2)-611-614(2)-616-625(2)-627(2)-628-630 = 279 ocorrências

81. Manuel Antônio de Almeida (Bras.-1831): 266-538 = 02 ocorrências
82. Manuel Bandeira (Bras.-1886): 136-142(2)-143-144-150-156-158-167-173-209-210-216-217-225-232-253-261-277-299-333-348-353-381-442-463-468-470-471-474(2)-484-499-500-502-518(2)-521-522-576-603-617 = 42 ocorrências
83. M. Said Ali (Bras.-1861): 228 = 01 ocorrência
84. Marcelino Mesquita (Port.-1856): 152 = 01 ocorrência
85. Mário de Alencar (Bras.-1872): 568 = 01 ocorrência
86. Mário de Andrade (Bras.-1893): 69(2)-142-143-145-224-228-235-245-266-292-293-315-329-353-431-438-463-467-473-491-537-564-599-612-623 = 26 ocorrências
87. Mário de Sá Carneiro (Port.-1890): 242-437-444-505-507-578-597-609 = 08 ocorrências
88. Mário Pereira de Sousa Lima (Bras.-1893): 489 = 01 ocorrência
89. Marquês de Maricá [Mariano José Pereira da Fonseca] (Bras.-1773): 327-347 = 02 ocorrências

90. Martins Pena (Bras.-1815): 247-443-453-456(2)-609(2)-614 = 08 ocorrências
91. Monteiro Lobato (Bras.-1882): 145-149-152-217-282-299-307-322-326-338-342-433-437-462-475-496-578 = 17 ocorrências
92. Odorico Mendes (Bras.-1799): 354 = 01 ocorrência
93. Olavo Bilac (Bras.-1865): 150-152-170-220-222-226-239-287-304-320-424-435-438-443-458-463-466-522-530(2)-561-568-585-603 = 24 ocorrências
94. Olegário Mariano (Bras.-1889): 271-305-381-438-469-535-569-575-596(2) = 10 ocorrências
95. Oliveira Lima (Bras.-1867): 238-343 = 02 ocorrências
96. Oliveira Martins (Port.-1845): 488-527 = 02 ocorrências
97. Oswald de Andrade (Bras.-1890): 154-350 = 02 ocorrências
98. Rodrigo Mello Franco de Andrade (Bras.-1898): 136-172-227-238-441-442-530 = 07 ocorrências
99. Raimundo Correia (Bras.-1860): 142-301-310-327-459-595 = 06 ocorrências
100. Ramalho Ortigão (Port.-1836): 559 = 01 ocorrência
101. Raul Pompéia (Bras.-1863): 140-145-160-164-166-172-210-226-270-298-299-303-310-315-317-335(3)-341-346-353-381(3)-383-436-439-445-460-468-479-492-563-565-576(2)-577-594 = 38 ocorrências
102. Rebelo da Silva (Port.-1822): 277-430-431-435-560-569 = 06 ocorrências
103. Ribeiro Couto (Bras.-1898): 158-169-210-298-323-332-345-424-469-506(2)-522-603 = 13 ocorrências
104. Ronald de Carvalho (Bras.-1893): 345-350-501(2)-504 = 05 ocorrências
105. Rui Barbosa (Bras.-1849): 136-139(2)-171-305-315-460-469-471-493-496-601-602-603-615 = 15 ocorrências
106. Sá de Miranda (Port.-1841?): 355 = 01 ocorrência

107. Sebastião da Gama (Port.-1924): 160 = 01 ocorrência
108. Serafim da Silva Neto (Bras.-1917): 286-320-614 = 03 ocorrências
109. Simões Lopes Neto (Bras.-1865): 216-249-262-325-328-342-443-530-579-585-608 = 11 ocorrências
110. Sousa da Silveira (Bras.-1883): 339 = 01 ocorrência
111. Tasso da Silveira (Bras.-1895): 284-308-381-452(2) = 05 ocorrências
112. Thiers Martins Moreira (Bras.-1904): 225-233-237-340 = 04 ocorrências
113. Tobias Barreto (Bras.-1839): 327 = 01 ocorrência
114. Tomás Antônio Gonzaga (Bras.⁸-1744): 337 = 01 ocorrência
115. Trindade Coelho (Port.-1861): 487 = 01 ocorrência
116. Vicente de Carvalho (Bras.-1866): 97 = 01 ocorrência

3. NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO (RIO DE JANEIRO, NOVA FRONTEIRA, 1985):

→ 2.395 citações⁹ indicadas pela 2ª edição, 20ª reimpressão, 1990

Legenda: AUTOR (país nascimento): páginas = ocorrências

1. Abgar Renault (Bras.-1901): 131-555 = 02 ocorrências
2. Adelino Magalhães (Bras.-1887): 298 = 01 ocorrência
3. Adelmar Tavares (Bras.-1888): 336-344 = 02 ocorrências
4. Adonias Filho (Bras.-1915): 158-240-331-385(3)-449-455-462-475-477-481-485-511-521-556-567-569-576-591-595-603-605 = 23 ocorrências

⁸ Nascido em Portugal, veio para o Brasil quando já contava 38 anos de idade.

⁹ De novo, não incluímos na contagem a idêntica citação de D. Dinis (Port.-1261, p. 599).

5. Afonso Arinos (Bras.-1868): 315-475-477-483-492-502-509-540-563 = 09 ocorrências
6. Afonso Arinos de Melo Franco (Bras.-1905): 140-554-563-643 = 04 ocorrências
7. Afrânio Peixoto (Bras.-1876): 133-194-222-287-302-357-440-456-554-568 = 10 ocorrências
8. Agostinho Neto (Angola-1922): 274-275-445-447-557-558 = 06 ocorrências
9. Agustina Bessa Luís (Port.-1922): 117-118-122-125-127-132(2)-134-337-358-367-438-457-462(2)-493-498-517-520-524-540-573-585-587-617-621-622 = 27 ocorrências
10. Alberto de Oliveira (Bras.-1859): 294-499-611-626 = 04 ocorrências
11. Alberto Deodato (Bras.-1896): 215 = 01 ocorrência
12. Alberto Rangel (Bras.-1871): 318 = 01 ocorrência
13. Alceu Amoroso Lima (Bras.-1893): 204-230(2)-600-620 = 05 ocorrências
14. Alexandre Herculano (Port.-1810): 131-258-292-450-479-487-492-500-503-504-516(2)-615 = 13 ocorrências
15. Alexandre O'Neill (Port. 1924): 160 = 01 ocorrência
16. Alfredo Margarido (Port.-1928): 555 = 01 ocorrência
17. Almada Negreiros (S.Tomé-1893): 128-152-264-314-325-355-356-357-441-496-499-512(2)-513-615-529-534-566-567-573-593-615-633-644-645-647 = 26 ocorrências
18. Almeida Garrett (Port.-1799): 262-318-326-481-515-523-526-527 = 08 ocorrências
19. Alphonsus de Guimaraens (Bras.-1870): 139-154-209-212-269-274(2)-298-344-355-446 = 11 ocorrências
20. Aluísio de Azevedo (Bras.-1857): 336-478-597 = 03 ocorrências
21. Alves Redol (Port.-1911): 122-130-137-149-153-194-215-224-256-291-293-303-304-305-307-313-317-323-330-343-348(2)-

- 351-353-452-467-476-489-491-496-512-514-517-519-550-553-556-561-603-604-640-642 = 42 ocorrências
22. Aníbal M. Machado (Bras.-1894): 126-137-138-147-149-203-222-231-240-264-274-301-303-304-329-331-346-440-469-479-515-524-550-552-556-557-582-603-605-606-619-638-642(2) = 34 ocorrências
23. Antenor Nascentes (Bras.-1866): 516(2) = 02 ocorrências
24. Antero de Quental (Port.-1842): 142-154-158(2)-159-161-206-215-255-278-305-334-345(2)-357-437-455-500-503-508-540-572-586-596-647 = 25 ocorrências
25. Antônio Botto (Port.-1897): 126-289-329-495-628 = 05 ocorrências
26. Antônio Callado (Bras.-1917): 284-438-457-470 = 04 ocorrências
27. Antônio Carlos Resende (Bras.-1929): 606 = 01 ocorrência
28. Antônio Corrêa de Oliveira (Port.-1879): 226-354-447 = 03 ocorrências
29. Antônio de Alcântara Machado (Bras.-1901): 194-329-358-628-646 = 05 ocorrências
30. Antônio de Assis Jr. (Port.-1887): 315-326-327-329-332(2)-346-355-535-537-631-638-640 = 13 ocorrências
31. Antônio Feliciano de Castilho (Port.-1800): 496 = 01 ocorrência
32. Antônio Ferreira (Port.-1528): 527 = 01 ocorrência
33. Antônio Nobre (Port.-1867): 118-148-155(2)-156(2)-200-209(2)-213-217(2)-221-237-271-311-315-321-326-334-337-341-342-451-466-492-537-540(2)-588-592-646 = 32 ocorrências
34. Antônio Patrício (Port.-1878): 251 = 01 ocorrência
35. Antônio Sérgio (Port.-1883): 118-123-334-494-644 = 05 ocorrências
36. Aquilino Ribeiro (Port.-1885): 119-125-146(2)-150-154(2)-159-161-194-214-219-223-224-225-251-252-253-274-282-286-287-295-303-305-306(2)-335-318-329-325-328-353-358-433-474-

- 479-481-485-486-491-498-504-510-511-517-518-523-534-538-547-549-567-572-589-590-603 = 57 ocorrências
37. Arnaldo Santos (Angola-1935): 328-332-353-480-529-552-554(2)-556-564-630-636 = 12 ocorrências
38. Artur Azevedo (Bras.-1855): 315-340-538-638 = 04 ocorrências
39. Augusto Abelaira (Port.-1926): 122-127-130-137-139-145-148-149-150-153-160(2)-194-207-208-211-212-214-217-222-227-228-231-279-311-323-344-348-349-354-440-447-449-453-457-458-480-490-498-502-521-541(2)-559(2)-560-575-581-585-589-590-592-596-598-621-628(2)-629-637 = 59 ocorrências
40. Augusto dos Anjos (Bras.-1884): 534 = 01 ocorrência
41. Augusto Frederico Schmidt (Bras.-1906): 136-153-160-161-219(2)-224-227-232-236-256-268-293-306-314-351(2)-386-471-477-495-508-517-518-566(2)-568-594-604-627-628 = 31 ocorrências
42. Augusto Gil (Port.-1873): 147-574-581 = 03 ocorrências
43. Augusto Meyer (Bras.-1902): 204-205-318-348-367-447-455(2)-485-495-569-575-591-600-604 = 15 ocorrências
44. Autran Dourado (Bras.-1926): 117-130-137-142-207-308-449-457-508-516-616-647 = 12 ocorrências
45. Baltasar Lopes da Silva (CbVerde-1907): 307 = 01 ocorrência
46. Barão do Rio Branco [José Maria da Silva Paranhos] (Bras.-1845): 317 = 01 ocorrência
47. Bernardino Lopes (Bras.-1859): 509-646 = 02 ocorrências
48. Bernardo Guimarães (Bras.-1825): 501 = 01 ocorrência
49. Bernardo Santareno (Port.-1924): 150-198-209-289-292-293-298-302-303-346-349-466-487-615 = 14 ocorrências
50. Branquinho da Fonseca (Port.-1905): 131-146-147-199-210-220-230-264-529-554-558-559-563-572-638(2)-640 = 17 ocorrências
51. Camilo Castelo Branco (Port.-1825): 136-140-150-195-222-223(2)-256-297-313-330-339-345-346-439-459-482-486-488-

- 490-495(2)-498-517-519-526-528-535-547-550-557-569(2)-574-616-639 = 36 ocorrências
52. Camilo Pessanha (Port.-1867): 295-466-507-605-612-649 = 06 ocorrências
53. Carlos de Oliveira (Port.¹⁰-1921): 124-129-130-133-141-145-149-193-206-256-258-299-344-352-357-367-465-470-480-502-510-515-560-561-574-575-582-587-591-627 = 30 ocorrências
54. Carlos Drummond de Andrade (Bras.-1902): 116-123-127-129-131(2)-137(3)-142-143-146-160-193-194-211-214(2)-228-255-262-289-302-303-324(2)-325-327-338-339-349-354-439-444-445-447-451-452-453-458-467-475-488-491-492-495-496-504-507-509-510(2)-513(2)-518-519-520-522(2)-534-541-547-549(2)-550-552-553-557(2)-559-562-565-567-591-593-602-603-607-615-616 = 80 ocorrências
55. Carlos Nejar (Bras.-1939): 486 = 01 ocorrência
56. Carlos Pena Filho (Bras.-1929): 331 = 01 ocorrência
57. Casimiro de Abreu (Bras.-1839): 229-613-648 = 03 ocorrências
58. Cassiano Ricardo (Bras.-1895): 143 = 01 ocorrência
59. Castro Alves (Bras.-1847): 150-156-157-209-263-275-276-279(2)-474-574-592-607-643-647 = 15 ocorrências
60. Castro Soromenho (Moçamb.-1910): 129-138-142-161-193-251-316-321-322-330-349-351-357-453-474-476-480-487-489-511-513-514-516-523-532-533-537-538-541-553-555-557(2)-558-559-564-606-617-618-622-628-630-631-639-642 = 45 ocorrências
61. Cecília Meireles (Bras.-1901): 77-159-219-290-293-304-305-306-320-345-347-471-476-482-492-501-558-575-604-627-646 = 21 ocorrências

¹⁰ Filho de pais portugueses, nasceu no Brasil, mas viveu desde os dois anos em Portugal.

62. Ciro do Anjos (Bras.-1906): 125(2)-126-133-138-142-147-158-159-195-206-209-217-232-256-286-288-289-291-301-310-319-321(2)-323-333(2)-338-347-440-445-446-450-453-459-463-479-486-501-504-507-509-514-518-523-524-528-560-573(2)-574-604-605-609-620-630-631 = 57 ocorrências
63. Clarice Lispector (Bras. 1925): 122-130-140(2)-146-148(2)-205-210(2)-236-344-346-463-496-503-516-520-525-612-623 = 21 ocorrências
64. Cláudio Manuel da Costa (Bras.-1729): 218 = 01 ocorrência
65. Cochat Osório (Angola-1917): 443-449-605-637 = 04 ocorrências
66. Coelho Neto (Bras.-1864): 212-273-292-298(2)-301-307-338-340-476-500-539-552-556-560-636-639 = 17 ocorrências
67. Cristóvão Falcão (Port. 15??): 527 = 01 ocorrência
68. Cruz e Sousa (Bras.-1861): 482-508 = 02 ocorrências
69. Da Costa e Silva (Bras.-1885): 116-118-132 = 03 ocorrências
70. David Mourão-Ferreira (Port.-1927): 123-139-470-491-551-563-571 = 07 ocorrências
71. Dinah Silveira de Queirós (Bras.-1910): 470-500-501-521 = 04 ocorrências
72. Djalma Andrade (Bras.-1923): 644 = 01 ocorrência
73. Domingos Olímpio (Bras.-1850): 451-551 = 02 ocorrências
74. Eça de Queirós (Port.-1845): 134-225-284-301-306-314-316-352-355-499-528-563-621-622-627-649 = 16 ocorrências
75. Eduardo Carlos Pereira (Bras.-1855): 615 = 01 ocorrência
76. Eduardo Prado (Bras.-1860): 522 = 01 ocorrência
77. Emanuel Pereira Filho (Bras.-1924): 538 = 01 ocorrência
78. Emílio Moura (Bras.-1902): 473-554-578-591 = 04 ocorrências
79. Érico Veríssimo (Bras.-1905): 122(2)-126-128-130-147-149-195-207-223-227-230-307-315-353-460-525-532-541-572-590-599-621-632-633-636-637-639-644-645-648 = 31 ocorrências

80. Euclides da Cunha (Bras.-1866): 227-268-306-311(2)-318-525-551 = 08 ocorrências
81. Eugênio de Castro (Port.-1869): 227-275-320-331-539 = 05 ocorrências
82. Fagundes Varela (Bras.-1841): 295-343-472-598-610 = 05 ocorrências
83. Fernanda Botelho (Port.-1926): 122-132-146-199-455-470-480-493-537-566-603 = 11 ocorrências
84. Fernanda de Castro (Port.-1900): 118 = 01 ocorrência
85. Fernando Costa Andrade (Angola-1936): 340-534-558-596 = 04 ocorrências
86. Fernando Namora (Port.-1919): 126-130-135-140-143-147-149-151-158-194(2)-205-210-212-220-236-262-268-274-288-302-304(2)-314-315-316-321-328-329-346(2)-445-452-459-460-482-487(2)-491-494-500-509-511(2)-513(2)-515-518-524-535-549-551-561-568-582-586-603-605-608-616-622-627-629-630-631-636-639 = 67 ocorrências
87. Fernando Pessoa (Port.-1888): 119-122-131(3)-134-136-137-138-140-141-143-158-159-160-201-203-213-263-281-288-290-294-295-311-318-323-329-332-335-337(2)-339-340-342-349(2)-356-436-443-446-455-466-473-486-491-494-525-568-587-589-590-591-592-599-600-607-608-609-610-639-641-643-644-649 = 65 ocorrências
88. Fernando Sabino (Bras.-1923): 314-351-442-463-527-530-541-561-572-595-646 = 11 ocorrências
89. Ferreira de Castro (Port.-1898): 214-223-292-303-304-328-351-355-357(2)-359-449-457-462-476-477-482-488-495-502-532-551-597-599-610 = 25 ocorrências
90. Florbela Espanca (Port.-1894): 75-139-155-157-195-196-213-229-274-275(2)-300-306-307-311-344-347-451-476-483-490-497-568-608-612-634-641-642 = 28 ocorrências
91. Fontoura Xavier (Bras.-1856): 328 = 01 ocorrência

92. Francisco Adolfo de Varnhagen (Bras.-1816): 276 = 01 ocorrência
93. Francisco Caldas Aulete (Port.-1823): 516-563 = 02 ocorrências
94. Francisco J. Tenreiro (S.Tomé-1921): 455-627 = 02 ocorrências
95. Francisco Manuel de Mello, Dom (Port.-1608): 327 = 01 ocorrência
96. Gastão Cruls (Bras.-1888): 326-563 = 02 ocorrências
97. Genolino Amado (Bras.-1902): 204-211-215-232-630 = 05 ocorrências
98. Geraldo França de Lima (Bras.-1914): 159-353-458 = 03 ocorrências
99. Gilberto Amado (Bras.-1887): 123-141-201-208-224-225-236-240-297(2)-321-339-341-356-361-474-477-489-490-502-508-514-553-626-628-649 = 26 ocorrências
100. Gilberto Freyre (Bras.-1900): 644(2) = 02 ocorrências
101. Gonçalves Dias (Bras.-1823): 137-263-278-279-342-446-447-494-525-626 = 10 ocorrências
102. Graça Aranha (Bras.-1868): 290-537-581-629-641 = 05 ocorrências
103. Graciliano Ramos (Bras.-1892): 118-124-127-152-153-159-199-236-262(2)-287-298-306-307-321-329-334-346-349-352-355-437-445-446-447-451-459-473-482-484-487-507-515-519-528-547-566-569(2)-572-573-574-581-582-593-620-622-639 = 48 ocorrências
104. Guerra Junqueiro (Port.-1850): 137-303-460 = 03 ocorrências
105. Guilherme de Almeida (Bras.-1890): 441-466 = 02 ocorrências
106. Guimarães Passos (Bras.-1867): 263-312-313-463 = 04 ocorrências
107. Guimarães Rosa (Bras.-1908): 124-253-281-439-484-509-529-535-579-602-618-622 = 12 ocorrências
108. Gustavo Barroso (Bras.-1888): 582 = 01 ocorrência

109. Herberto Sales (Bras.-1917): 252-281-462-523-524 = 05 ocorrências
110. Ilse Losa (Port.¹¹-1913): 231 = 01 ocorrência
111. Irene Lisboa (Port.-1892): 142 = 01 ocorrência
112. Jacinto do Prado Coelho (Port.-1920): 233 = 01 ocorrência
113. Jackson de Figueiredo (Bras.-1891): 311 = 01 ocorrência
114. Jaime Cortesão (Port.-1884): 195-210-211-276-338-440-555-564-572 = 09 ocorrências
115. João Cabral de Melo Neto (Bras.-1920): 196-472-557 = 03 ocorrências
116. João de Araújo Correia (Port.-1899): 226-232-338-345-446-499-553-583-592 = 09 ocorrências
117. João de Deus (Port.-1830): 281-302 = 02 ocorrências
118. João Ribeiro (Bras.-1860): 226-232-442-488-490-503-527-568-582-630 = 10 ocorrências
119. Joaquim Cardozo (Bras.-1897): 220(2)-609-610 = 04 ocorrências
120. Joaquim Manuel de Macedo (Bras.-1820): 359 = 01 ocorrência
121. Joaquim Nabuco (Bras.-1849): 491 = 01 ocorrência
122. Joaquim Paço d'Arcos (Port.-1908): 117-138-141-143-149-152(2)-195-298(3)-330-353-447-449-450-475(2)-483-484-502-509-513-520-522-526-534-549-593-607-627 = 31 ocorrências
123. Joaquim Ribeiro (Bras.-1907): 498 = 01 ocorrência
124. Jorge Amado (Bras.-1912): 153-159-222-286-289-348-352-441-453-474-491-514-524-528-587 = 15 ocorrências
125. Jorge de Lima (Bras.-1895): 198-345 = 02 ocorrências
126. Jorge de Sena (Port.-1919): 328-451-612-631-634-646-649 = 07 ocorrências

¹¹ Naturalizada, nasceu na Alemanha, mas refugiou-se em Portugal em 1934 para escapar do nazismo.

- 127 José Cândido Carvalho (Bras.-1914): 195-316-348-488 = 04 ocorrências
128. José Cardoso Pires (Port.-1925): 139-154-354-357-386-450-522-585-646 = 09 ocorrências
129. José Condé (Bras.-1918): 130-135-256-458-477 = 05 ocorrências
130. José de Alencar (Bras.-1829): 231-520-526-598-601(2) = 06 ocorrências
131. José Leite de Vasconcelos (Port. 1858): 645 = 01 ocorrência
132. José Lins do Rego (Bras.-1901): 127-145-152-161-194-209-214-215-225-226-228-236-256-286-289-292-294-308(3)-315-316-322(2)-328-330-335-354-356(2)-433-445-457-459-470-472-476-488-490-493-499-503(2)-510-511-512-516-519-521-526-547-561-571-590-599-607-613-614-628-633 = 60 ocorrências
133. José Régio (Port.-1901): 137-139-271-274-278-292(2)-293(2)-297-300-302-317-448-468-514-520-525-529-574-596-613-616 = 23 ocorrências
134. José Rodrigues Miguéis (Port.-1901): 289-520-522 = 03 ocorrências
135. José Saramago (Port.-1922): 162-316-324-483-598-629-631 = 07 ocorrências
136. Josué Montello (Bras.-1917): 117-119-123-124-140-151-161-211-212-215-217-222-308-485-489-509-540-555-585 = 19 ocorrências
- 137 Lima Barreto (Bras.-1881): 142-148-150-336-528-570-582-631 = 08 ocorrências
138. Luandino Vieira (Angola¹²-1935): 117-127(3)-148-160-279-282-286-293-305-308(3)-310-321-328-333-342-356-442-466-474-475-485(2)-494-511(2)-517-528-529-534-555-556-557-562(2)-

¹² Filho de colonos portugueses, nasceu em Portugal, mas foi para Angola com a idade de três anos.

- 597-602-603-604-606-611-614-616-627-628-637 = 49 ocorrências
139. Luís Bernardo Honwana (Moçamb.-1942): 122-124-282-551-553-560-561-564-595-627 = 10 ocorrências
140. Luís de Camões (Port.-1525?): 203(2)-299-351-438 = 05 ocorrências
141. Luís Forjaz Trigueiros (Port.-1915): 233 = 01 ocorrência
142. Luís Jardim (Bras.-1901): 126-148-149-339-342-440-465-467-480-529-537-540-575-598 = 14 ocorrências
143. Lygia Fagundes Telles (Bras.-1923): 147-150-206-207-256-264-458 = 07 ocorrências
144. Machado de Assis (Bras.-1839): 118-122-125-135(2)-136(2)-138-140-141-143(2)-146-149-150-151-153(3)-154(2)-160-212-214-224(3)-227-231-258-275-279-282(2)-289-290(2)-291-293-295-297(2)-302(2)-303(2)-304-305(2)-306-307-311-312-313(3)-315-319-323(2)-325-326-330-331-332(3)-337-338-339(2)-340-341-343-348-353-355(2)-357-367-448-449-453-457(2)-458-459(2)-460-462-464(2)-469-476(2)-480-493-494(3)-495-496-500-501(2)-502(2)-503(2)-512-513-519-50-521-522(2)-523-526(2)-528-534-539(3)-546-549-550-551-558-559-561-562-564-569-570(2)-571(2)-573(2)-587-588-589(2)-590-591-592(2)-593-594-595-596(2)-597-600-604-606(2)-611(2)-613-614-616-617-619-626(2)-627-629(2)-630-634(2)-637-640-642 = 176 ocorrências
145. Manuel Bandeira (Bras.-1886): 127(2)-145-158-162-210-211-222-263-292-301-311-334-450-478-481-486-490-493-494-496-498-586-588-633-643-644-645 = 28 ocorrências
146. Manuel da Fonseca (Port.-1911): 123-532(2)-533-539-551-552-555-562-563(2)-594 = 12 ocorrências
147. Manuel Ferreira (CbVerde¹³-1917): 355-356-482-549 = 04 ocorrências

¹³ Nascido em Portugal, sua obra inspirou-se na realidade caboverdiana.

148. Manuel Lopes (CbVerde-1907): 518-550-552-559(2)-560-575-609 = 08 ocorrências
149. Marcelino Mesquita (Port.-1856): 138 = 01 ocorrência
150. Maria Judite de Carvalho (Port.-1921): 127-131-140-146-147-152-230-269-307-321-323-325-332-439-451-452-453-455-456-458-463(2)-539-551-570(2)-581-595-609-619-623-641-645 = 33 ocorrências
151. Mário Barreto (Bras.-1879): 515-520 = 02 ocorrências
152. Mário de Andrade (Bras.-1893): 211-258-354-489-490-547-640-642 = 08 ocorrências
153. Mário de Sá Carneiro (Port.-1890): 152-222-228-301-442-445-470-474-606(2) = 10 ocorrências
154. Mário Pereira de Sousa Lima (Bras.-1893): 516 = 01 ocorrência
155. Mário Palmério (Bras.-1916): 120-152-256-293-294-325-327-341-451-482-523-623 = 12 ocorrências
156. Mário Pederneiras (Bras.-1868): 324 = 01 ocorrência
157. Mário Quintana (Bras.-1906): 336-609 = 02 ocorrências
158. Marquês de Maricá [Mariano José Pereira da Fonseca] (Bras.-1773): 148-334-335-591 = 04 ocorrências
159. Marques Rebelo (Bras.-1907): 60-342-437 = 03 ocorrências
160. Martins Pena (Bras.-1815): 470 = 01 ocorrência
161. Miguel Torga (Port.-1907): 126-133-136-143-148-153-203-207-211-214-218-219-240-274-279-282-298-306-310-313-319-325-328-329-330-331(2)-332(2)-333-338-339-344-347-348-353-356-437-439-440(2)-441-443-445-447-455-457-459-468-471(2)-482-485-495-498-521-523-525-527-528-530-535-547-549-552-554-556-558-562-566-569(2)-571(2)-573(2)-574-575-576-585-586(2)-590(2)-591(3)-593-597-600-607-609-614-641 = 94 ocorrências
162. Monteiro Lobato (Bras.-1882): 202-326-440-443-481-498-527-555-589 = 09 ocorrências

163. Murilo Mendes (Bras.-1901): 486-491 = 02 ocorrências
164. Murilo Rubião (Bras.-1916): 149-159 = 02 ocorrências
165. Nélida Piñon (Bras.-1937): 122-123(2)-129-131(2)-139-193-338-456-462-463-492-512-514-521-582-589-596-621 = 20 ocorrências
166. Odorico Mendes (Bras.-1799): 142-207-263-295-341-470-524 = 07 ocorrências
167. Olavo Bilac (Bras.-1865): 159-160-162-226-251-274-278-303-455-554 = 10 ocorrências
168. Olegário Mariano (Bras.-1889): 299-335-466 = 03 ocorrências
169. Órris Soares (Bras.-1884): 512-513 = 02 ocorrências
170. Óscar Ribas (Angola-1909): 304-315-331-448-452-474-627-629-637-638-639 = 11 ocorrências
171. Osman Lins (Bras.-1924): 327-358-529-550-596-618-622-641-649 = 09 ocorrências
172. Oswald de Andrade (Bras.-1890): 337 = 01 ocorrência
173. Otto Lara Resende (Bras.-1922): 462-469-479-480-484-507-510-585(2)-589-612-615-627 = 13 ocorrências
174. Paulo Mendes Campos (Bras.-1922): 582 = 01 ocorrência
175. Pedro Nava (Bras.-1903): 150-207-223-559-562-567 = 06 ocorrências
176. Pepetela [Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos] (Angola-1941): 327-449-450-489-550-552-555-560-598 = 09 ocorrências
177. Rachel de Queiroz (Bras.-1910): 133-499(2)-583 = 04 ocorrências
178. Raimundo Correia (Bras.-1860): 195-268-305-318-492-534(2)-535-612 = 09 ocorrências
179. Raul Bopp (Bras.-1898): 55-60 = 02 ocorrências
180. Raul Brandão (Port.-1867): 212-224-263-292-298-444-567-571-586 = 09 ocorrências

181. Raul Pompéia (Bras.-1863): 132-134-194-292-305-349(2)-561-562-604 = 10 ocorrências
182. Rebelo da Silva (Port.-1822): 202-442-508-539-598 = 05 ocorrências
183. Ribeiro Couto (Bras.-1898): 118-126-292-314-320-324(2)-357-504(2)-517-533-549-611-631 = 15 ocorrências
184. Rodrigo Mello Franco de Andrade (Bras.-1898): 199-224-231-279-286-340(2)-355-549-561-564 = 11 ocorrências
185. Rubem Braga (Bras.-1913): 145-212-314-340-437-450-464-471-492-518(2)-532 = 12 ocorrências
186. Rubem Fonseca (Bras.-1925): 146-487-645 = 03 ocorrências
187. Rui Barbosa (Bras.-1849): 160-218-299-303-312-463-489-523-546-635(2) = 11 ocorrências
188. Serafim da Silva Neto (Bras.-1917): 317-647 = 02 ocorrências
189. Simões Lopes Neto (Bras.-1865): 118-200-253-262-324-443-488-510-564-574-641-643(2) = 13 ocorrências
190. Soares de Passos (Port.-1826): 610 = 01 ocorrência
191. Sophia de Mello Breyner Andresen (Port.-1919): 530-532-597-637 = 04 ocorrências
192. Sousa da Silveira (Bras.-1883): 354 = 01 ocorrência
193. Sttau Monteiro (Port.-1926): 291-304-315-444-448-472-538-569-636-637 = 10 ocorrências
194. Tasso da Silveira (Bras.-1895): 122-449-502 = 03 ocorrências
195. Teixeira de Pascoaes (Port.-1877): 116-198-343-344-346-446-447-546-556-560-604-626-629 = 13 ocorrências
196. Thiers Martins Moreira (Bras.-1904): 451-493-537 = 03 ocorrências
197. Tobias Barreto (Bras.-1839): 326 = 01 ocorrência
198. Tomás Antônio Gonzaga (Bras.-1744): 352 = 01 ocorrência
199. Urbano Tavares Rodrigues (Port.-1923): 207-209-212-220-231-233-290-293-297-302(2)-320-330-345-493(2)-494-509-512-

- 517-518-547-550-552-553-560-562(2)-565-595 = 30 ocorrências
200. Vianna Moog (Bras.-1906): 137-139-141-146-521 = 05 ocorrências
201. Vinícius de Moraes (Bras.-1913): 124-156-157-197-209-295-558-612 = 08 ocorrências
202. Virgílio Ferreira (Port.-1916): 233-450-473-477-484-497-504-511-519-530-550-557-602-618 = 14 ocorrências
203. Virgínia Vitorino (Port.-1898): 352 = 01 ocorrência
204. Visconde de Taunay [Alfredo d'Escragnoille Taunay] (Bras.-1843): 161 = 01 ocorrência
205. Vitorino Nemésio (Port.-1901): 117-135-148-150-159-252-273-278-352-453-485-556-557-575-576-579-595-600-620 = 19 ocorrências

Nota do autor: As 132 citações do capítulo de **Versificação**, especificadas a seguir, colocam em destaque Alphonsus de Guimaraens e Casimiro de Abreu – confirmando nossa interpretação de que estes exemplos devem mesmo ser vistos separadamente.

Alberto de Oliveira, 2: 670-679; Almeida Garrett, 1: 676; Alphonsus de Guimaraens, 14: 658-665(3)-666(7)-676-678-680; Alphonsus de Guimaraens Filho, 1: 683; Álvares de Azevedo, 1: 686; Amadeu Amaral, 1: 671; Antônio Botto, 2: 662-689; Antônio Nobre, 4: 667(2)-675-685; Augusto de Lima, 1: 670; Augusto dos Anjos, 1: 651; Augusto Gil, 2: 656(2); Belmiro Braga, 1: 691; Bernardino da Costa Lopes, 1: 678; Camilo Pessanha, 8: 658-659-668-669(3)-671-690; Carlos Drummond de Andrade, 8: 663(4)-664(2)-673-690; Cassiano Ricardo, 1: 661; Casimiro de Abreu, 12: 650-653(2)-654-657-661-668-669-677-685-686-687; Castro Alves, 6: 655-657(3)-680-689; Cecília Meireles, 3: 665-685-686; Cruz e Sousa, 2: 650-683; Da Costa e Silva, 1: 679; Eugênio de Castro, 3: 676-678(2); Fagundes Varela, 1: 681; Fernando Pessoa, 5: 673-676-684-686-688; Florbela

Espanca, 2: 668-691; Gomes Leal, 2: 671-687; Gonçalves Dias, 4: 662(2)-677-685; Gregório de Matos, 2: 684-688; Guerra Junqueiro, 2: 670-675; Hermes Fontes, 2: 654-670; João de Deus, 3: 663-677-679; José Régio, 8: 664(6)-665(2); Luís de Camões, 4: 684-686(2)-688; Machado de Assis, 2: 679-688; Manuel Bandeira, 2: 669-692; Mendes Leal, 1: 687; Olavo Bilac, 7: 652-655-658-659(2)-666-671; Raimundo Correia, 2: 684-691; Sá de Miranda, 1: 688; Tomás Ribeiro, 1: 680; Vicente de Carvalho, 2: 686-687

COMENTÁRIOS

Celso Cunha dizia que a expressão se constrói num contínuo trabalho de criação individual e que isso é próprio da língua literária, conquanto não lhe seja exclusivo. Sua bibliografia apresenta a língua como um sistema particular de expressão, mas ao mesmo tempo como uma herança histórica, “cujo pecúlio fundamental (nos) cabe resguardar”¹⁴

A *Gramática do Português Contemporâneo* (a da exemplificação a partir de “escritores brasileiros e portugueses”, sobretudo “os dos dias atuais”: Bernardo Álvares, 1970) enumera 1200 citações de 166 autores, considerados representativos da linguagem padrão, nos termos dos esclarecimentos explicitados pelo autor na Apresentação. Machado de Assis é citado 125 vezes; Carlos Drummond de Andrade, 107; Graciliano Ramos, 46; José Lins do Rego, 45; Fernando Pessoa, 37; Aníbal Machado, 32; Ciro dos Anjos, 30; Antônio Nobre, 29; Mário Palmério, 26; Luís Jardim, 25.

¹⁴ Cf. *Português através de textos* (em parceria com Wilton Cardoso), livro didático lançado em 1970 e relançado em 1978 com o título *Estilística e gramática histórica*. Em decorrência da reforma de ensino perpetrada em 1971 (Lei n. 5692) e que expeliu do ensino médio o estudo de história da língua, o livro teve de “mudar” de público e passou a ser consumido, em nível universitário, pelos estudantes das Faculdades de Letras. Foi contemporâneo das duas primeiras gramáticas da trilogia de Celso Cunha, servindo como um complemento muito aprofundado do capítulo “Noções históricas” da *GLP*.

Estes dez autores, todos do sexo masculino, representam, juntos, 42% de toda a exemplificação da obra, ou seja, 502 exemplos. Oito são brasileiros; dois, portugueses. Cinco nasceram no século XIX (entre 1839 e 1894); cinco, no século XX (entre 1901 e 1916).

Na *GPC*, as totalizações de cada item podem ser assim resumidas:

- 159 autores pertencem ao sexo masculino (1137 exemplos); 07 ao sexo feminino (63 exemplos).
- 125 autores são brasileiros (988 exemplos); 41 são portugueses (212 exemplos).
- 03 autores nasceram entre 1525 e 1600; 01 autor nasceu entre 1601 e 1700; 04 autores nasceram entre 1701 e 1800; 107 autores nasceram entre 1801 e 1900; 51 autores nasceram entre 1901 e 1925.

A *Gramática da Língua Portuguesa* (a da “exemplificação haurida nos escritores já falecidos”: MEC/FENAME, 1972) enumera 1874 citações de 116 autores, considerados representativos da linguagem padrão, nos termos dos esclarecimentos explicitados pelo autor na Apresentação. Machado de Assis é citado 279 vezes; Graciliano Ramos, 95; José Lins do Rego, 86; Cecília Meireles, 85; Augusto Frederico Schmidt, 84; Aníbal Machado, 77; Fernando Pessoa, 71; Gilberto Amado, 68; José de Alencar, 64; Lima Barreto, 55.

Estes dez autores, nove do sexo masculino, representam, juntos, 51,4% de toda a exemplificação da obra, ou seja, 964 exemplos. Nove são brasileiros; um, português. Sete nasceram no século XIX (entre 1829 e 1894); três, no século XX (entre 1901 e 1906).

Na *GLP*, as totalizações de cada item podem ser assim resumidas:

- 114 autores pertencem ao sexo masculino (1771 exemplos); 02 ao sexo feminino (103 exemplos).
- 81 autores são brasileiros (1560 exemplos); 41 são portugueses (314 exemplos).

- 03 autores nasceram entre 1525 e 1600; 01 autor nasceu entre 1601 e 1700; 07 autores nasceram entre 1701 e 1800; 91 autores nasceram entre 1801 e 1900; 13 autores nasceram entre 1901 e 1929.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (a da exemplificação a partir de “escritores brasileiros, portugueses e africanos”, sobretudo “os dos dias atuais”: Nova Fronteira, 1985) enumera 2394 citações de 205 autores, considerados representativos da linguagem padrão, nos termos dos esclarecimentos explicitados pelo autor na Apresentação. Machado de Assis é citado 176 vezes; Miguel Torga, 94; Carlos Drummond de Andrade, 80; Fernando Namora, 67; Fernando Pessoa, 65; José Lins do Rego, 60; Augusto Abelaira, 59; Aquilino Ribeiro, 57; Ciro dos Anjos, 57; Luandino Vieira, 49.

Estes dez autores, todos do sexo masculino, representam, juntos, 32% de toda a exemplificação da obra, ou seja, 764 exemplos. Quatro brasileiros; cinco, portugueses; um, angolano. Três nasceram no século XIX (entre 1839 e 1888); sete, no século XX (entre 1901 e 1935).

Na *NGPC*, as totalizações de cada item podem ser assim resumidas:

- 190 autores pertencem ao sexo masculino (1210 exemplos); 15 ao sexo feminino (184 exemplos).
- 125 autores são brasileiros (1205 exemplos); 66 são portugueses (998 exemplos); 07 são angolanos (95 exemplos); 03, caboverdianos (13 exemplos); 02, moçambicanos (55 exemplos); 02, são-tomenses (28 exemplos).
- 03 autores nasceram entre 1525 e 1600; 01 autor nasceu entre 1601 e 1700; 06 autores nasceram entre 1701 e 1800; 104 autores nasceram entre 1801 e 1900; 91 autores nasceram entre 1901 e 1942.

Duas das gramáticas de Celso Cunha contêm o adjetivo “contemporâneo” O primeiro capítulo da *GPC* “Noções preliminares”

(p. 15-6) e boa parte do texto que figurava na “Advertência” (p. 9-14) foram reorganizados no primeiro capítulo da *NGPC*, intitulado “Conceitos gerais” (p. 1-8). Por sua vez, a enxuta “Apresentação” da *GLP* não repetiu o trecho para o qual o autor dedicou quase quatro páginas das suas parceiras de “trilogia”, limitando-se a praticamente repetir as duas primeiras páginas do texto da “Advertência” da *GPC*.

Na dupla de “contemporâneas”, o filólogo expõe seu conceito de norma e de correção idiomática: “Este conceito lingüístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa” (*GPC*, p. 14; *NGPC*, p. 8).

Podemos dizer, diante do exemplário exposto, que Celso Cunha de fato praticou esse conceito e que os trechos recolhidos por ele (e uma equipe de colaboradores) inovaram na prática de nossa gramaticografia. Parece-nos mesmo ter sido Celso Cunha o primeiro gramático a se valer de exemplos da MPB para atestar uma construção canônica – e não popular. Quando explica o emprego afetivo do demonstrativo “aquilo”, o gramático cita, ao lado de Camilo Castelo Branco, o compositor mineiro Ataulfo Alves:¹⁵ “**Aquilo**, sim, é que era mulher!” (p. 330 da *GLP*).

Sua sensibilidade lingüística se apoiava, inclusive, no argumento de um de nossos escritores mais consagrados:

“Não se repreende de leve num povo o que geralmente agrada a todos”, disse com singeleza o nosso Gonçalves Dias. Com efeito, por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – paira o da aceitabilidade social, a **consuetudo** de Varrão, o único válido em qualquer circunstância. (*GPC*, p. 14; *NGPC*, p. 8)

Por isso, quando se consulta qualquer das gramáticas de Celso Cunha, a associação língua-literatura transparece na valorização da Estilística de linha idealista ou da lingüística literária de Karl Vossler e Leo Spitzer, explicitada nas três versões da obra:

¹⁵ Na verdade, “Ai que saudades da Amélia” foi composta em 1942 a partir de três quadras escritas pelo carioca Mário Lago (1911-2002), tendo Ataulfo feito pequenas alterações na letra original. O verso citado já constava da versão original de Mário Lago.

Notar-se-á em todo o volume uma permanente preocupação de salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna este livro não apenas uma gramática, mas também, de certo modo, uma estilística elementar do português contemporâneo. (*GPC*, p. 10)

Notar-se-á em toda a obra a preocupação de descrever, explicar e valorizar os fatos idiomáticos dentro de certos princípios que, à falta de melhor denominação, chamaríamos funcionais. (*GLP*, p. 5)

Notar-se-á, por outro lado, uma permanente preocupação de salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna este livro não apenas uma gramática, mas, de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo. (*NGPC*, p. XV)

Aliás, o esmero de Celso Cunha na seleção de seus exemplos impressiona. Comprovamos isso com dois dados. O primeiro compara os exemplos de 27 autores, os únicos que comparecem com uma única frase nas três gramáticas ou em duas delas. Revendo-os, contabilizamos 37 frases, isto é, 10 foram substituídas pelo gramático, o que demonstra estarem suas preocupações muito além da simples confirmação do fenômeno lingüístico.

O segundo é o mais representativo, pois recolhe todos os exemplos de Machado de Assis, “tricampeão” das citações com 125 ocorrências na *GPC*, 279 na *GLP* e 176 na *NGPC*. Poderíamos imaginar não ser necessário substituir frases comprobatórias de um mesmo fato da língua, ainda mais por se tratar do maior escritor de nossa língua. Não pensava assim o gramático, que na verdade utilizou, redondas, 500 diferentes frases de Machado.¹⁶

Uma passagem nos basta para dar idéia desse rigor. Ao tratar do emprego particular do pronome demonstrativo “para chamar a atenção sobre aquilo que dissemos ou vamos dizer”, Celso Cunha selecionou três exemplos diferentes de Machado:

¹⁶ A saber: 125 na *GPC*, 263 na *GLP* (11 repetem a *GPC* e 5 são usadas em duplicidade) e 112 na *NGPC* (37 repetem a *GPC* e 26 a *GLP*). Tratamos deste assunto mais amplamente no artigo “A língua de Machado de Assis nas gramáticas de Celso Cunha, Evanildo Bechara e Rocha Lima”, a ser publicado na revista *Matraga* (Inst. Letras, UERJ).

Na *GPC* (p. 236): “O que eu digo é que tenho cá um palpite. São cousas; palpites. Sofia nunca lhe contou **este** meu **palpite**?”

Na *GLP* (p. 325), é outro: “Dizendo **isto**, Jorge entrou a falar de suas esperanças e futuros.”

E na *NGPC* (p. 323), é mais outro: “Dizendo **isto**, Rubião meteu a carta no bolso; o médico saiu; ele respirou.”

Se quisermos, por fim, conferir que aspecto lingüístico foi mais recolhido pelo gramático para destacar o estilo e a língua de Machado, chegaremos à conclusão de que um número superior a 50% desses exemplos se situa no campo da sintaxe da oração.

CONCLUSÃO

Fica claro que Celso Cunha pretendeu equilibrar os conceitos de norma e de correção idiomática com um princípio inerente a todo sistema de língua, a variação. Isto, entretanto, não o fez menos rigoroso e apurado em sua maneira de apresentar a norma, admitida a sua variação de um ponto de vista diatópico, diastrático ou diafásico.

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema lingüístico. (*GPC*, p. 13; *NGPC*, p. 7)

Por esses e outros motivos, julgamos pertinente incluir nos estudos de nossa gramaticografia o tema da canonização lingüístico-literária, pois a leitura atenta do inventário da exemplificação permitirá investigar variados campos interpretativos, relacionando de modo crítico algumas das afirmações que tradicionalmente perpassam os manuais de língua e de literatura, entre as quais será inevitável lembrar as referências sobre os usos lingüísticos de nossos escritores.

BIBLIOGRAFIA

- ABRIL CULTURAL (1978). *Nova história da MPB*. São Paulo: Abril.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- COELHO, Jacinto do Prado (Dir.) (1987). *Dicionário de Literatura*. Porto: Mario Figueirinhas Editora, 3 v.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante (Dir.) (2001). *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Global Editora, FBN e ABL, 2 v.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1970). *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares.
- ____ (1985). *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ____ (1990). *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE.
- ____; CARDOSO, Wilton (1978). *Estilística e gramática histórica: português através de textos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- ____; CINTRA, Luís Filipe Lindley (1990). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HENRIQUES, Claudio Cezar (1997). *Literatura: esse objeto do desejo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- ____ (1998). O cânone lingüístico-literário na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara. *Idioma*, 20. Rio de Janeiro: Centro Filológico Clóvis Monteiro/UERJ, 9. 25-36.
- ____ (2003). O cânone lingüístico-literário segundo a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, 2, p. 11-8. Rio de Janeiro: ABE.
- LUFT, Celso Pedro (1969). *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira*. Porto Alegre: Globo.
- MENEZES, Raimundo de (1978). *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. rev. aum. e atual. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- PAES, José Paulo; MOISÉS, Massaud (Org.) (1967). *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.

Nota do Autor: As identificações biográficas acerca dos escritores foram colhidas, sobretudo, nos dicionários e enciclopédias de literatura citados nas Referências, mas incluíram ampla pesquisa em páginas da internet, em especial nos casos de autores africanos.

ABSTRACT: The three grammars written by Celso Cunha and their role as builders and confirmers of a linguistic and literary model. The historical course of these works, the annotated description of the exemplification and the formation of the grammatical canon.

Keywords: Grammaticography, Interdisciplinarity, Canonization.

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA – OUTRA VEZ*

Cristina Altman**

RESUMO: O presente texto revisita os contornos que assumiram as disciplinas Filologia e Lingüística nas tradições da pesquisa lingüística alemã, portuguesa e brasileira, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nesses contextos, os conceitos de Lingüística e Filologia sofreram profundas reformulações, tanto no que diz respeito às formas de conceber o objeto linguagem, quanto no que diz respeito às tarefas do lingüista e do filólogo. O texto esquematiza as reformulações por que passaram ambos os metatermos, da perspectiva daqueles que se reconheceram participantes das especialidades: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.

Palavras-chave: *Philologie*, *Sprachwissenschaft*, *Linguistik*, *Glottik*, *Comparative Philology*, *Comparative Grammar*.

*Em homenagem a Eberhard Gärtner,
por ocasião do seu 60º aniversário*

* O tema deste texto, várias vezes por mim revisitado, remonta às minhas primeiras incursões sobre as especificidades da historiografia brasileira em pesquisa lingüística e é aqui apresentado, com pequenas modificações, na forma em que foi submetido à apreciação da Banca do Concurso de Livre-docência na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em dezembro de 2001. Nele se resgata uma pequena parte das relações entre as tradições lingüísticas alemã, portuguesa e brasileira, domínios por que Eberhard Gärtner (1998, 1999) transita com maestria, sugerindo que, sendo históricas, estão longe de adormecidas.

** Universidade de São Paulo.

OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Na sessão de abertura da reunião anual da ABRALIN de 1988, Aryon Dall’Igna Rodrigues (n. 1925), organizador, em 1963, do primeiro curso de Lingüística em nível pós-graduado no Brasil, fez a seguinte observação relativamente às relações entre Filologia e Lingüística:

Com respeito ao termo recorrente “filologia” convém observar que há 25 anos nos achávamos num momento de transição terminológica, em que o nome “lingüística” já começava a generalizar-se e “filologia” passava a ceder-lhe parte do espaço que vinha ocupando tradicionalmente no Brasil. No contexto do Plano Orientador da Universidade de Brasília, “filologia” foi usado sobretudo para significar o estudo científico da língua portuguesa, abrangendo desde o estudo filológico *stricto sensu* dos textos medievais até a pesquisa da fala rural brasileira. (RODRIGUES, 1988, p. 58)

A referida transição entre os campos de estudos designados Filologia e Lingüística naquele contexto significava muito mais do que apenas uma diferença terminológica, como muito bem sabia Rodrigues. A linha de investigação reconhecida hoje no Brasil como “da Lingüística” está inegavelmente ligada à emergência de concepções do objeto-linguagem e de tarefas a serem cumpridas pelo lingüista, bastante diferentes daquelas referendadas pela geração acadêmica anterior (COELHO, 1998). Ao menos foi assim que foi percebida por aqueles que, no Brasil, a institucionalizaram na década de 60. Neste sentido, a busca de autonomia da disciplina Lingüística no Brasil, no século XX, pode ser interpretada não apenas como uma ruptura institucional, mas também como uma ruptura intelectual, que imputou a toda tradição filológica que a antecedeu um valor pejorativo de conhecimento “ultrapassado” (ALTMAN, 1998).

Com efeito, a institucionalização da disciplina Lingüística no Brasil no início dos anos 60 coincidiu com a recepção quase simultânea do(s) estruturalismo(s) da chamada Escola de Praga, do Descritivismo americano e do Gerativismo chomskyano e, em consequência, com um conjunto de procedimentos e valores científi-

cos por vezes conflitantes, desencadeadores do sentimento de descontinuidade entre as emergentes gerações de lingüistas brasileiros das décadas de 60 e 70 e as de décadas passadas. Até o final do século XX, Filologia e Lingüística coexistiram em várias universidades do país como disciplinas autônomas e como duas práticas inconciliáveis. Retome-se, a título de ilustração, o comentário do romanista da Universidade de São Paulo, Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), durante o *I Seminário de Lingüística* organizado em 1966, por Ataliba de Castilho (n. 1937), na Faculdade de Marília (SP):

Apenas é de lamentar que, às vezes, as novas pesquisas *menosprezando* as grandes conquistas do passado, *criem certa oposição entre os dois grupos*. Estamos hoje na época do estudo direto, da observação da língua viva, [...]. Referimo-nos ao estruturalismo ou, para usar um termo frequente em nossos dias, à Lingüística Descritiva. [...] *Essa tensão, esses choques se compreendem*. É certo que houve um erro lamentável nos lingüistas do século passado quando pretendiam que a Ciência da Linguagem é essencialmente histórica. Mas parece-me que agora caímos no erro oposto, ao pretender que a Lingüística Sincrônica é a única verdadeiramente científica. (MAURER, 1967, p. 28, os grifos são meus)

Reconhecer os exacerbamentos do passado, tal como sugerido por Maurer, não propiciou a conciliação das especificidades que as duas disciplinas reivindicaram nesses 30 anos que o separam dos pesquisadores brasileiros que hoje se reconhecem filólogos, ou lingüistas. Megale & Cambraia (1999), por exemplo, em trabalho recente sobre *Filologia Portuguesa no Brasil*, introduziram seu texto com uma citação de Castro (1992), em que Filologia é definida como:

[a] ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta do autor. (CASTRO, 1992. Apud MEGALE; CAMBRAIA, 1999, p. 1)

Com efeito, trata-se de um conjunto de tarefas que, dificilmente, um lingüista brasileiro contemporâneo reconheceria como suas – talvez, mais por razões pragmáticas, como a necessidade de divisão

de trabalho, do que por razões ideológicas, ou por necessidade de auto-afirmação profissional, como há 30 ou 40 anos atrás (ALTMAN, 1994).

A recíproca, entretanto, também deve ser levada em conta. Nos termos de Castro (1995, p. 512), se um lingüista contemporâneo, dedicado ao estudo diacrônico da língua, não se sente incomodado em ser por vezes “confundido” com um filólogo, o filólogo interessado na discussão teórica ou metodológica da sua prática, ou orientado para a criação de novos objetos de estudo, “sentirá que a confusão não lhe faz justiça” (idem).

Neste texto, retomo a recorrente questão da emergência e do desenvolvimento das ciências da linguagem no Brasil da perspectiva das gerações que antecederam a criação da disciplina Lingüística *stricto sensu*, ou seja, daquelas que, do ponto de vista contemporâneo, estão à montante do nosso horizonte retrospectivo: Filologia, Glotologia, Gramática e Lingüística.

1 A DIMENSÃO HISTÓRICA DO DEBATE: TRADIÇÕES DE PESQUISA LINGÜÍSTICA

O pano de fundo da inesgotável controvérsia entre filólogos e lingüistas, a partir do momento em que é possível detectar alguma atividade organizada em torno do objeto linguagem no Brasil, remonta a duas tradições de estudo que tiveram grande recepção na comunidade científica brasileira dos séculos XIX e XX: a continental, notadamente francesa e alemã, aqui chamada, abreviadamente, de “européia”; e a anglo-saxônica, popularizada entre nós pelo termo genérico de “norte-americana” (ALTMAN, 1998).¹

Não totalmente por acaso, Koerner (1989b) chamou a atenção para as peculiaridades que os termos “filologia” e “lingüística” assumiram, no século XIX, nos países de língua alemã, francesa e

¹ Evidentemente refiro-me ao contexto de emergência de uma Filologia brasileira, isto é, exercida no Brasil, o que não deve significar que a disciplina Filologia tenha surgido apenas neste momento.

anglo-saxônica. Para o autor, enquanto na França e na Alemanha as designações *linguistique historique* e *historische Sprachwissenschaft* pareciam recobrir sem problemas o campo de estudo designado pela expressão inglesa *historical linguistics* (cf. também AUROUX, 1988, p. 38), o mesmo parece não se ter dado com o termo *philology*.

1.1 O ponto de vista anglo-germânico

August Friedrich Schleicher (1821-1868), o primeiro, segundo Koerner (1989b), a insistir no uso dos dois termos para distinguir, na Lingüística Geral e na Filosofia da Ciência alemã do século XIX, *Philologie* (de orientação literária) de *Neue Philologie* (de orientação “técnica”, comparativa e histórica), institucionalizou suas diferenças.

Como é sabido, Schleicher definiu *Philologie* como uma disciplina histórica, interpretativa, do domínio da *Kritik*, cujo objetivo era o estudo, por meio de textos, do pensamento e da vida cultural de um povo [*Geisteswissenschaftlich*]. Já *Linguistik*,² ciência natural [*Naturwissenschaft*], pelo menos no que dizia respeito ao método de investigação, foi aquela interpretada pelas historiografias dos séculos XIX e XX como a inaugurada por Sir William Jones (1746–1794), Friedrich Schlegel (1772-1829) e Rasmus Rask (1787-1832) – ou, mais tradicionalmente, por Franz Bopp (1791-1867) e Jacob Grimm (MORPURGO-DAVIES, 1994, p. 26-7).³ Nos termos do próprio Schleicher, ainda que em versão francesa:

Ce n'est que depuis peu de temps que la science qui a pour objet la langue en général, s'est séparée en deux branches distinctes. L'une, qui s'appelle la *philologie*, étudie la langue pour arriver par là à la connaissance de l'essence intellectuelle des nationalités; la philologie appartient à l'histoire. L'autre s'appelle la *linguistique*; elle ne s'occupe point de la vie

² Segundo Koerner (1989b), Schleicher não usou o termo *Sprachwissenschaft*.

³ Embora estudos pontuais, como o de Hjelmslev (1950), liguem Rask a outras tradições de estudo lingüístico (Apud MORPURGO-DAVIES 1994, p. 133; 358).

historique des nations: elle est une partie de la physiologie de l'homme.
(SCHLEICHER , 1852, p. 1-2)

A divisão de domínios se tornou clara, ao menos para aqueles que se espelharam nesta tradição: a Lingüística, ou a ciência das formas (fonológicas e morfológicas), estuda o aspecto da linguagem que provém da essência humana, independentemente da sua influência, ou vontade; enquanto a Filologia se encarrega da parte da linguagem que depende do pensamento e vontade individuais, ou seja, da sintaxe e do estilo (SCHLEICHER, 1852, p. 4).

Este modelo alemão de ciência(s) da linguagem – e todo o processo institucional que favoreceu seu desenvolvimento no século XIX: cátedras universitárias, periódicos especializados, sociedades científicas (AMSTERDANSKA, 1987) – foi o mesmo que se disseminou, embora mais lentamente, por todo o universo intelectual europeu do período. E, mesmo fora da Europa, ainda que nos termos de Morpurgo-Davies (1994), de modo menos triunfalista (WHITNEY, 1875).

Esquemáticamente, podemos estabelecer de forma aproximada a seguinte equivalência para os dois termos, nas três tradições nas quais o contexto luso-brasileiro formulou tanto o conceito de ciência lingüística quanto a historiografia que a legitimou como tal: a alemã, a francesa e, ainda que com menor impacto, a anglo-saxônica:

Figura 1. Esquema da equivalência dos metatermos “filologia” e “lingüística” em três tradições de estudos lingüísticos, meados do século XIX

TRADIÇÃO GERMÂNICA (À LA SCHLEICHER)	TRADIÇÃO FRANCESA	TRADIÇÃO ANGLO-SAXÔNICA
PHILOLOGIE 'ESTUDO HISTÓRICO + LITERÁRIO'	PHILOLOGIE 'ESTUDO HISTÓRICO + LITERÁRIO'	PHILOLOGY 'COMPARATIVE PHILOLOGY'
SPRACHWISSENSCHAFT (NEUE PHILOLOGIE)	LINGUISTIQUE	
LINGUISTIK (GLOTTIK) 'CIÊNCIA NATURAL'		LINGUISTICS

Embora se tenha sempre admitido a possibilidade de cooperação entre os dois campos, Filologia e Lingüística se propuseram como dois programas de investigação distintos, que requeriam do investigador, ao menos na visão de Schleicher, duas habilidades crucialmente diferentes: enquanto o filólogo poderia exercer sua prática a partir do conhecimento de uma só língua - ou grego, ou latim, por exemplo -, o lingüista precisaria conhecer muitas línguas para poder analisá-las e compará-las. *Linguistik* rapidamente se tornou sinônimo, pois, no contexto europeu, de *Sprachvergleichung* [gramática comparada] e, por extensão, aquele que a pratica, o lingüista, como “aquele que conhece muitas línguas” (KOERNER, 1989b, p. 351; AUROUX, 1987, p. 447). A equivalência proposta entre Gramática (Histórico-)Comparativa e Ciência lingüística de um lado, e entre “lingüista” e “poliglota”, de outro, também vigoraram no cenário acadêmico brasileiro do início do século XX, e perduraram pelo menos até a década de 60 (CAVALIERE, 2000).⁴

Segundo Koerner (1989b, p. 234), tanto a tradição francesa quanto alemã, aquelas justamente de maior recepção no Brasil neste período, retiveram muito do sentido original do termo *philologia* – “amor ao saber e aos textos” (v. também MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946, p. 125) – ao atribuírem aos termos *Philologie* e *philologie*, respectivamente, o valor específico de “estudo de textos literários”

Já na tradição anglo-saxônica, ao uso do termo *philology* associou-se desde o início o sentido de estudo histórico [da língua a partir] de textos, ou seja, o estudo dos estados de língua representados nos textos, comparados a outros estados da mesma língua em outros textos, com a finalidade de reconstituir a história dessa língua, ou de uma família de línguas (SWIGGERS, 1986, p. 232; 1998, p. 2).

O termo *philology*, portanto, tal como utilizado nos países de língua inglesa, designava, no século XIX e início do século XX, um tipo

⁴ Estou certa de que os ex-alunos de Filologia Românica da Universidade de São Paulo certamente se lembram da fina ironia do emérito Prof. Isaac Nicolau Salum (1913-1993) por trás da expressão com que se referia à geração dos jovens *scholars* brasileiros dos anos setenta: “... essa geração de lingüistas de uma língua só”.

de estudo bem mais lingüísticamente orientado do que seus cognatos alemão (*Philologie*) e francês (*philologie*). Tanto é que o termo *philology* foi frequentemente usado no sentido de “Lingüística Histórico-Comparativa” [*comparative philology*], campo de estudo geralmente designado nos países de língua alemã por *Sprachwissenschaft* (KOERNER, 1989b, p. 234).

A definição de Leonard Bloomfield (1887-1949), no seu manual de 1933, ainda que em nota de rodapé, como observou Koerner (1984), é significativa:

The term *philology*, in British and in older American usage, is applied not only to the study of culture (especially through literary documents), but also to linguistics. It is important to distinguish between *philology* (German *Philologie*, French *philologie*) and *linguistics* (German *Sprachwissenschaft*, French *linguistique*), since the two studies have little in common. (BLOOMFIELD, 1933. Apud KOERNER, 1984)

Sprachwissenschaft – ou *Linguistik* – foi, pois, a que floresceu no clima intelectual europeu dos séculos XIX e início do século XX, em torno do estudo da natureza e da regularidade da mudança lingüística, da noção de parentesco lingüístico, da língua como jogo de forças (lei do menor esforço, analogia), das metáforas biológicas aplicadas às línguas, e da equação língua, raça e cultura (SWIGGERS, 1986; 1998a, p. 6), ou seja, a partir da atividade dos comparatistas e descritivistas. Dos estudos clássicos, grego e latim, continuaria a se encarregar a *Philologie*.

Quando aconteceu de a *comparative philology* anglo-saxônica extravasar os limites da análise lingüística *stricto sensu*, não o fez em direção às literaturas das línguas sob estudo – embora os textos escritos continuassem sendo sua base de observação –, mas sim em direção à história dos povos e das culturas em que se inseriam essas línguas (SWIGGERS, 1992a e b).

Esses cruzamentos ampliaram o escopo da disciplina Filologia de forma difusa, acentuando sua indeterminação na qualidade de metatermo adequado para designar os programas de investigação que ocupariam o centro das atenções das gerações seguintes:

estudo de textos (literários), estudo da história das línguas e das suas culturas e, por fim, estudo científico-gramatical, tal como proposto pela escola chamada neogramática (SWIGGERS, 1995).

1.2 O ponto de vista românico

Considerada tardia em relação à Filologia Germânica, a Filologia Românica emergiu a partir do *constructo* de uma România idealizada, cujas línguas compartilhariam de um conjunto de propriedades recorrentes de forma tal, que tornou plenamente justificável aos lingüistas do século passado assumirem um ponto de vista particular, isto é, românico, em relação às questões propostas pela Lingüística Geral.⁵

Swiggers (1998b) menciona um estudo sobre o espanhol, o português, o reto-românico, o francês, o italiano e o dácio-românico, precedente aos que serão considerados canônicos pelos romanistas,⁶ que exemplifica as propriedades reconhecidas como comuns a esse subconjunto. Sumariamente, trata-se de línguas que diferem do latim pela pronúncia, pela construção “menos refinada” e por alguns traços morfossintáticos peculiares como: a) ausência do gênero neutro; b) desintegração do sistema casual; c) construção com completivas; d) presença de um sistema de artigos; e) ausência de um passivo sintético e desaparecimento da voz depoente; f) criação de um sistema de auxiliares na conjugação, além de especificidades antro-po-culturais originais em relação ao mundo europeu (SWIGGERS, 1998b, p. 46, minha tradução).

⁵ Remontar a tradição dos estudos românicos ao século XIV, com Dante Alighieri, não compromete, a meu ver, a interpretação da emergência de uma concepção forte de “romanidade” neste momento da cronologia dos estudos lingüísticos: é recorrente na historiografia de qualquer disciplina a busca, *a posteriori*, dos pioneiros da tradição científica a qual se filiam (ou da qual se excluem) seus contemporâneos.

⁶ O autor do estudo, Georg Lorenz Diefenbach (1806-1883), não costuma ser incluído, de fato, no rol daqueles apontados pela historiografia oficial como “grandes romanistas” dos séculos XIX e XX.

Com efeito, parece ser o reconhecimento de uma visão românica de mundo que garantiu a continuidade da Filologia e Lingüística românicas desde o século XIX até os dias de hoje e que acentua sua caracterização como unidade à parte, com origem, formação e desenvolvimento histórico-cultural próprios.

Reconhecê-los co-participantes de uma mesma especialidade pela continuidade do objeto não nos impede de observar, entretanto, que os romanistas não permaneceram imunes às discontinuidades metodológicas que caracterizaram os estudos de Lingüística Geral, ao longo dos séculos XIX e XX. Adotaram de forma privilegiada o método histórico-comparativo como ideal de cientificidade (KOERNER, 1989a; OESTERREICHER, 2000), incorporaram sem problemas as tarefas propostas pela Dialektologia, Geografia Lingüística e Etimologia (SWIGGERS, 1996) e, embora tenham passado ao largo do chamado descritivismo norte-americano (COSERIU, 1976[1968]), não recuaram dos desafios que indiretamente lhe apresentaram as escolas de Genebra e Praga e, mais recentemente, das hipóteses do modelo gerativista, tal como proposta por Chomsky (1981) (NEWMAYER, 1998, p. 357).

Como consequência, a idéia de “romanidade” favoreceu a formação de um campo de estudos lingüísticos de estatuto ambíguo, parcialmente integrado à Lingüística Geral e, ao mesmo tempo, parcialmente autônomo em relação a ela.

Parcialmente integrado, porque aplicar as transformações metodológicas em evidência nos séculos XIX e XX a materiais românicos era uma forma de mostrar-se membro participante da comunidade científica dedicada ao estudo da linguagem.

Parcialmente autônomo, porque a romanidade, ao privilegiar o estudo da formação do léxico românico, da sua diversidade sincrônica e diacrônica, acabou por tornar sua metodologia de análise praticamente indissociável de fatores contingentes, sejam históricos, sociais ou culturais.

Se tal distanciamento garantiu, por um lado, o surgimento de certa consciência metodológica crítica em relação à Lingüística Ge-

ral, como interpreta Swiggers (1996c), sem dúvida provocou, de outro, um sentimento recorrente de anacronicidade dos estudos românicos, considerados sempre “atrasados” em relação aos estudos anglo-germânicos. Estes últimos, sim, percebidos, ao longo dos séculos XIX e XX, como os principais renovadores dos métodos da Lingüística, tornando-a uma disciplina mais abstrata e teórica, cuja prática valoriza a elaboração de metaregras gramaticais, que devem dar conta do funcionamento de processos formais mais gerais, por hipótese de trabalho, portanto, universais: “[...] et cela n’a jamais été le point fort des romanistes” (SWIGGERS, 1996, p. 355).

2. FILOLOGIA, GLOTOLOGIA E GRAMÁTICA NO CONTEXTO ACADÊMICO LUSO-BRASILEIRO

A emergência de um domínio autônomo de estudos lingüísticos no Brasil está inevitavelmente ligada às contingências sociais, políticas e intelectuais da segunda metade do século XVIII e XIX europeus – não se pode esquecer que a reforma pombalina que impôs em Portugal e colônias o ensino exclusivo do português é de 1757. Os contornos que assumiram os estudos lingüísticos no Brasil espelham, portanto, os filtros com que Portugal revestiu as tradições alemã, francesa e anglo-saxônica, bem como o lugar que caberia ao estudo do português, no mundo românico. Não que o pensamento português tivesse dado conta das ambigüidades que cercavam o termo (e o campo de estudo da) Filologia, seja a Clássica, seja a que se designou Anglo-Germânica, ou Românica. Mas, inevitavelmente, circunstâncias históricas e lingüísticas, além das relações de ex-colônia e metrópole, favoreciam a circulação de idéias neste eixo: praticamente todos os catedráticos portugueses do século XIX saíram das escolas alemãs, o que automaticamente os transformava para nós em tradutores e representantes do(s) modelo(s) de ciência da linguagem que nelas estiveram em evidência.

Não se pode, pois, subestimar o impacto, voluntário ou não, que exerceram sobre a formação de um pensamento lingüístico bra-

sileiro, entre outros, Aniceto Gonçalves dos Reis Vianna (1840-1919), Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), Epiphanio Dias (1841-1916), D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1926), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Meyer Lübke (1861-1936),⁷ ainda que não fossem, entre si, visões consistentes.

Na leitura de D. Carolina Michaëlis (1946, p. 142-3), por exemplo, Adolfo Coelho teria restringido por demais o conceito de Filologia, ao defini-la como o estudo dos textos literários, diferente do estudo da língua, que designou por um termo já de largo uso na comunidade lingüística internacional: Glotologia Geral. Com efeito, em sua *Lingua Portuguesa* de 1880 (1a. ed.), “para uso dos Lyceus”, o autor definiu os dois estudos como:

[*Glotologia* é] a sciencia que tem por objecto a expressão do pensamento por meio de signaes e especialmente por meio de movimentos acusticos (glottica); a glottologia em sentido estricto é por isso a sciencia da linguagem propriamente dicta [...]. [E a] *Philologia* propriamente dicta é o conjunto de conhecimentos que se referem á litteratura d'um ou mais povos e à língua que serve de instrumento a essa litteratura, consideradas principalmente como a mais completa manifestação do espirito d'esse povo ou desses povos. (COELHO, 1887[1880], p. 10)

Ao menos em teoria, pareciam razoavelmente claras para Adolfo Coelho as diferentes tarefas que consistiam: a) o estudo da literatura, isto é, a Filologia, que incluía também o estudo da língua em que esta se manifestava; b) o estudo prático das línguas, como ensino de segunda língua, questões ortográficas, ensino de língua aos surdos-mudos; e c) e o estudo científico da linguagem propriamente dito, isto é, aquele que designou Glotologia.

⁷ O necrológio a Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), no v. III da *Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*, é um bom exemplo. Nele, o articulista menciona os principais autores das “investigações glottologicas autorizadissimas” que inspiraram o homenageado: “Meyer-Lübke, Diez, Bopp, Reinach, Gaston Paris, Damesteter, Michel Bréal, Hovelacque, Dalon, Max Müller, Brachet, Ayer, Brunot, R. de Vasconcellos, Torres y Gomez, Julio Moreira, Gonçalves Vianna, José Leite de Vasconcellos, Adolpho Coelho, João Ribeiro e do próprio sr. Ruy Barbosa [...]” (CAMPOS, 1921, p. 8)

Responsável pela cadeira designada Ciência da Linguagem, Adolpho Coelho considerava-se professor de Glotologia, já que tratava de assuntos “científicos” propriamente ditos, como Gramática Histórica e Comparativa e Classificação das línguas. Para ele estava claro que tanto a Filologia quanto a Glotologia eram ciências historiológicas, isto é, ciências que estudam os fatos tal como se encadeiam, evoluem e se sucedem. De estatuto diferente, portanto, das ciências a que se refere como nomológicas, “que teem por objecto as leis necessarias dos phenomenos, o conhecimento do que necessariamente succede” (idem, p. 15-6), e da lógica: “que estuda as leis dos conceitos, juízos e raciocínios e se torna em theoria do conhecimento do methodo, [...]”

A Glotologia se ocupa de “palavras e construcções sintáticas reaes, de typo determinado”, que estuda nas suas transformações históricas (idem, p. 20-1) – e a *gramática*, seja expositiva (descritiva ou prática), comparada ou histórica, é a parte da Glotologia que trata desses objetos.

A simétrica hierarquia proposta por Coelho, na prática, como era de esperar, funcionava diferente. Sua cadeira foi percebida, e informalmente designada, no contexto português daquele momento, como Filologia Românica ou, simplesmente, como Língua Portuguesa. Para não mencionar interpretações posteriores, como as de Leite de Vasconcelos, aliás, para quem a relação entre as duas disciplinas, Filologia e Glotologia, era exatamente inversa. O estudo científico da língua, isto é, o gramatical (fonético, morfológico, sintático, histórico, comparativo – e dialetológico) é que cabia à Filologia. O estudo dos textos literários “apenas” documentava os fatos lingüísticos de interesse filológico.

Seguir os meandros dessas discussões, tendo em vista o estabelecimento de um mínimo de consenso, é tarefa complexa, mesmo para o leitor de hoje que, além da privilegiada visão que lhe favorece o recuo histórico, experienciou muito mais do que o leitor do século passado várias “revoluções científicas” Imagine-se as dificuldades que teria enfrentado o estudioso brasileiro dos séculos

XIX e XX que, por ventura, não tivesse acesso direto (o que era raro) aos textos em alemão, francês ou inglês.

De qualquer maneira, a abalizada *persona acadêmica* de D. Carolina Michaëlis resumiu o escopo que a Filologia de tradição portuguesa assumiu até a primeira metade do século XX da seguinte maneira:

[...] a meu ver, tanto são *filólogos* os historiadores e investigadores de *literaturas*, como os historiadores e investigadores de *línguas* que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer fonéticos, morfológicos, sintáticos – gramaticais, portanto – quer etimológicos, semasiológicos, onomasiológicos (lexicográficos) ou dialectológicos – isto é, *de origens*. E também são *filólogos* os glotólogos pelo assunto que eles cultivam, qual é a linguagem em si, sem fins práticos nem literários, só por ela mesma, como suprema das instituições humanas, de natureza psico-fisiológica [...]. (MICHAËLIS DE VASCONCELOS, 1946, p. 150)

O que se observa é que a Filologia ampliou suas fronteiras de maneira tal a incorporar todos os “novos” objetos lingüísticos revelados pelos estudos comparados. Como resultado, o estatuto da(s) ciência(s) da linguagem se tornaria cada vez mais ambíguo e oscilante.

2.1 Filólogos, gramáticos e lingüistas

Pelo menos para quem seguiu as lições de Adolfo Coelho, estava claro que Lógica não era Gramática, e que Metafísica não era Filologia. Lição devidamente reproduzida, ao menos em teoria, pelos filólogos brasileiros que, admitidamente, reconheceram em Júlio Ribeiro (1845-1890) um “inovador” dos estudos gramaticais, ou seja, aquele que desloca o estudo gramatical do eixo especulativo para o eixo da prática científica. Nos termos do autor da *Grammatica Portuguesa* de 1881:

Os factos de uma lingua qualquer só podem ser cabalmente elucidados pelo estudo historico comparativo da grammatica dessa lingua. As explicações metaphysicas, mais ou menos sutis, mais ou menos engenhosas,

nunca satisfazem. [...] E não me apresento como exibindo novidades: sigo apenas os passos dos Srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e Bopp, de todos os mestres de philologia e linguística. (RIBEIRO [Júlio (1885[1881]), p. 333]).

As mudanças que estavam em jogo, na verdade, significavam mais do que uma simples adesão à gramática comparada, dita histórica e científica, em substituição à gramática geral, dita lógica e especulativa. Tratava-se da subversão radical, em relação à geração anterior, de certos valores em matéria de ciência lingüística e, por extensão, de modos de reflexão e de práticas de análise.

Na nova ordem, o estudo empírico do *uso* lingüístico (ainda que fosse sempre aquele abonado pelos “grandes escritores”) deveria preceder à teoria; e a explicação das formas e funções lingüísticas não deveria advir das coerções lógicas, mas, sim, das causas históricas. Decidir se essa causalidade histórica era necessária, ou contingente, aperfeiçoadora ou degeneradora, enriquecedora ou corruptora, desencadearia novos problemas e, *ça va sans dire*, acaloradas discussões.

Neste sentido, não consigo deixar de admirar – embora discorde dos argumentos – a força retórica da geração de articulistas da *Revista de Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro), em defesa do que consideravam “a boa forma de linguagem” Observem:

Os que não se querem dar ao trabalho de estudar a linguagem, os que se pretendem forrar á tarefa, muitas vezes, extenuante de escavar as belezas que vivem nos subterraneos das idades mortas, prégam a anarquia, a desordem, a demagogia vocabular, o esbulho da etymologia, a dynamitação da syntáxe, e a condenação á morte dos que lhes esbarram os desmandos. E, entretanto, sem nenhum estudo e sem nenhuma autoridade, se apregoam criadores de nova linguagem, e se arrogam o direito de forjar palavras, de subverter a ordem da sociedade grammatical, e de gerar neologismos teratologicos provenientes de copulas espurias em leitos de prostituição, entre lobo e cão ou a deshoras, nos becos escusos do mais sórdido calão. (Sousa, 1922, p. 103)

O programa de investigação da Filologia que herdamos do século XIX propunha, de um lado, a reconstrução da fonética, morfologia, sintaxe e etimologia do português e, de outro, a (re)edição crítica de textos do

português medieval, arcaico, e de prestigiados escritores de língua portuguesa. Esta linha de trabalho, embora tenha tido sua hegemonia ameaçada, inicialmente na década de 1930, pelo crescente interesse por dados do português oral (PINTO, 1981, p. XVIII), continuou em franca atividade até, pelo menos, o final da década de 60, e subsiste até hoje em alguns departamentos universitários e nas academias de Letras do país, ainda que não ocupe o centro das atenções da comunidade científica brasileira como um todo.

Nos círculos brasileiros do final do século XIX e primeira metade do século XX, circulavam, sob o amplo guarda-chuva do termo “filologia”, figuras de interesse e orientação tão díspares do ponto de vista contemporâneo – edição de textos antigos, gramáticas históricas ou normativas; dialetologia; etimologia; estilística; crítica da literatura – quanto as de Sotero dos Reis (1800-1871), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), Fausto Barreto (1852-1915), Manoel Pacheco da Silva Jr. (1842-1899), Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Gomes (1859-1924), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Maximino Maciel (1865-1923), João Ribeiro (1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), Amadeu Amaral (1875-1929), Otoniel Mota (1878-1951), José Oiticica (1882-1957), Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascen-tes (1886-1966), Augusto Magne, S. J. (1887-1966), Clóvis Monteiro (1898-1961) (COELHO, 1998, p. 81 e nota p. 82).

Todos reconhecidamente filólogos (e autodidatas) que, ao lado e além de um sem-número de outros profissionais, se interessavam e versavam sobre questões lingüísticas e, não raro, publicavam-nas em jornais, revistas e mesmo periódicos especializados. Muitos dos livros do período sobre questões de língua portuguesa resultavam da compilação desses artigos ou das respostas dos filólogos e dos gramáticos aos consultórios gramaticais.

Sem dúvida alguma, é dessa literatura periódica e paralela aos manuais de gramática que circulavam pelos ginásios cariocas, principalmente – como o Colégio Militar, o Colégio Pedro II –, que emergiram pelo menos três práticas de análise e descrição gramatical, freqüentemente propostas (e percebidas) como incompatíveis.

Uma, que se apresentava respaldada pelos fundamentos da “moderna” e “elevada” Glotologia, isto é, a dos estudos históricos, ou comparativos, isenta de opiniões e respaldada por documentos e fatos. Eduardo Carlos Pereira é um exemplo prototípico desta posição, incluindo a imprecisão com que incorporava o termo “científico” à sua reflexão. Abonando a definição de gramática de Darmesteter, segundo a qual, “[...] é a gramática de uma língua a determinação das leis naturais, que a regem em sua evolução histórica”, Pereira (1955[1909], p. 17) não se exime, contraditoriamente, de introduzir a mesma gramática com uma respeitável lista das “[a]utoridades clássicas que amplamente autorizam as teorias desta gramática” (idem, p. 13).

Na incerteza e deficiência de nossa legislação gramatical, sentimos necessidade de nos pôr em contato mais íntimo com a língua viva de pessoas cultas, e, cômico de que a língua é um fato social cujas normas não se formulam *a priori*, de gabinete, ao sabor de gramáticos, esmeramos em alargar a documentação clássica de modernos escritores de incontestável competência, em abono das regras que estabelecemos. (PEREIRA, 1955[1909], p. 11)

Uma segunda orientação gramatical, explicitamente prescritiva, de retórica abertamente purista, que se insurgia contra galicismos, hispanismos ou outros “ismos” que ameaçavam a língua, escapava aqui e ali nas entrelinhas das modernas gramáticas brasileiras de orientação científica, mas florescia abertamente nos debates travados nos periódicos especializados do período (PINTO, 1978 e 1981; e o recente estudo de CHRISTINO, 2001), e nos prefácios ou posfácios dos livros dos escritores brasileiros.

Em meios a essas vozes dissonantes, ouvia-se ainda uma terceira, que se insurgia contra certo “gramaticalismo” obtuso, que ignorava o escrever e o falar comuns, e que pretendia “sujeitar os escritores á ferula do gramático” (PINTO, 1924, p. 333).

Campo aberto de investigação, também no Brasil, a Filologia perdia de vista os contornos do seu objeto: encampara ao estudo literário questões glotológicas, de que a análise gramatical era uma

parte importante, embora não a única, e via-se, na prática, pressionada entre a postura isenta e desapaixonada dos cientistas diante da inexorabilidade das leis naturais e a cobrança dos falantes da língua, d'aquém e d'além mar, sobre os critérios que deveriam prevalecer no estabelecimento da(s) forma(s) correta(s) da língua: a tradição literária ou o uso oral. Posições que mais de um filólogo da época assumia, não raro, ao sabor das conveniências.

Admitindo que os termos escolhidos para as designações das cátedras, centros e publicações periódicas deste período refletiam a orientação autorizada para o tratamento de assuntos lingüísticos, pode-se afirmar que o grupo de especialidade em evidência até a década de 60 no Brasil foi, sem dúvida, o da Filologia. E, conseqüentemente, o estatuto socioprofissional e científico que legitimava o trabalho dos pesquisadores dedicados à matéria lingüística era o de “filólogo”. Aos trabalhos produzidos sob esta orientação, a literatura crítica posterior reputou várias das maiores contribuições ao conhecimento diacrônico da língua portuguesa.⁸ O conteúdo programático da Filologia brasileira enfatizou, de um lado, o estudo histórico (gramatical) do português – principalmente, Fonética, Morfologia, Sintaxe, Lexicologia/Etimologia – dentro de um quadro político e cultural mais amplo. E, de outro, a elaboração de edições críticas de textos do português medieval, arcaico e de escritores portugueses e brasileiros – sobretudo poetas.

2.2 O conceito *perene* de filologia

A ambigüidade que cercou o termo “filologia”, entendida ora como uma ciência interpretativa, histórica, ora como uma ciência natural está bem ilustrada nesses dois comentários, extraídos de obras de dois intelectuais brasileiros da década de 1930.

⁸ Para alguns exemplos da visão de lingüistas posteriores sobre esta produção ver ALTMAN, 1997.

Em tese apresentada no Concurso de Filologia Portuguesa, da Universidade de São Paulo, o candidato Geraldo Ulhôa Cintra definiu Filologia como:

[...] o estudo completo comparativo, filosófico, literário, histórico das línguas (ou de uma língua) consideradas em seus princípios, nas relações existentes entre elas, nas leis fonéticas que presidem à formação dos vocábulos, na origem das suas raízes e das suas formas. (CINTRA, 1939, p. 85)

Enquanto Alceu Amoroso Lima apregoava que:

Não podemos mais, hoje em dia, aceitar esse critério. A filologia passou a ser, para nós, uma coisa diversa. E o filólogo um ser diferente desse que nos tinham imposto./ Ao passo que o filólogo de ontem devia conhecer, sobretudo, línguas mortas e regras fixas, o filólogo de hoje deve conhecer homens vivos e estados sociais. Se a etimologia e a erudição literária escrita eram os grandes instrumentos de trabalho do filólogo de ontem, hoje em dia a psicologia, a fonética experimental, a etnografia e a sociologia devem ser os utensílios do nosso filólogo./ Ao passo que o de ontem devia conhecer a fundo os clássicos portugueses, o de hoje deve conhecer a fundo os homens brasileiros. Ao passo que o de ontem devia ou podia viver entre livros e fichas, fechado em seu gabinete, o de hoje deve viver, sobretudo, ao ar livre, e ouvir o que os homens falam e a registrar as formas usuais da conversação. Ao passo que o de ontem se preocupava só com a língua, em sua cronologia histórica, o de hoje deve estudar a língua em sua origem humana. (AMOROSO LIMA, Alceu, 1930. Apud PINTO, 198, p. 95).

Professores como Manuel Said Ali (1861-1953), Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), Augusto Magne (1887-1966), Ernesto de Faria (1906-1962), Silvio Edmundo Elia (1913-1999), Serafim da Silva Neto (1917-1960), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001), Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), Isaac Nicolau Salum (1913-1993), Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), Antonio Houaiss (1915-1999), embora não fossem todos da mesma geração, nem tenham produzido exatamente sobre os mesmos assuntos, fizeram parte de uma tradição de pesquisa vista pelos seus contemporâneos como contínua, passaram para a literatura crítica posterior como “grandes filólogos”

E como filólogos privilegiaram ao longo do século XX o estudo da língua portuguesa (em detrimento de outras centenas de línguas autóctones, por exemplo.) Na preferência da Lingüística latino-americana pelo estudo das línguas nacionais, assinalada por Coseriu (1976([1968])), o Brasil parece, pois, não ter constituído exceção. Reconstituir os processos de formação dos nossos estudos lingüísticos, do ponto de vista do seu objeto material equivale, de certa maneira, a reconstituir a história do pensamento crítico – e da prática de análise lingüística – sobre o português do Brasil. E, deste ponto de vista, é possível rastrear, a partir da década de 1920, três grandes tendências na abordagem dos fatos de língua no Brasil.

De um lado, a filológica e a dialetológica, ambas caracterizadas, respeitadas suas especificidades, por uma visão da língua como fato sociocultural e por uma orientação diacrônica na análise do português. E, de outro, a lingüística, eminentemente sincrônica, que constituiu desde os anos 60 um programa de investigação autónomo de que tratarei separadamente, na seção seguinte.

Voltados, por assim dizer, verticalmente, para trabalhos de grande erudição sobre o português, como língua de cultura, seria difícil ver surgir, dentre os filólogos da primeira geração, a preocupação com dados da fala do presente, objeto material considerado “menor”. De fato, na alentada discussão, desde o século passado, sobre a existência ou não de uma língua brasileira,⁹ coube a um literato mostrar um novo caminho. Amadeu Amaral (1875-1929) recolocou a questão, até então predominantemente tratada em outros domínios, em termos lingüísticos. Para um velho problema, *O dialeto caipira* (AMARAL, 1976[1920]) definia os parâmetros de uma nova solução, “científica”, entendida aqui como oposta à normativa. Amaral inaugurou o que seria considerado pelas gerações que o sucederam o novo programa de investigação a seguir. Tratava-se de obter, pelo acúmulo de monografias parciais, resul-

⁹ Discussão amplamente documentada nos dois volumes organizados por PINTO, 1978 e 1981. Ver também DUARTE, 1976[1955].

tantes de recolha cuidadosa de fatos, *in loco*, um retrato do dialeto brasileiro.

Mesmo interessados em outros objetos, as primeiras gerações de dialetólogos brasileiros nunca sustentaram uma retórica de ruptura com o programa da Filologia. Pelo contrário, o estudo da variação dialetal residual, rural, contribuiria para fundamentar interpretações histórico-filológicas divergentes sobre os substratos da “língua brasileira”. Dessa maneira, mesmo com o crescente interesse pelos dados contemporâneos da modalidade oral da língua, em detrimento da modalidade literária, não surgiu um novo grupo de especialidade em conflito com o já existente. A dialetologia brasileira, como programa de levantamento de dados das variantes regionais do Português do Brasil foi incorporada, como tal, ao programa da Filologia e, nos anos 50, conquistou amplo espaço institucional. Aos poucos, o programa da Filologia passou a incluir entre suas tarefas, além da reconstrução crítica de textos medievais da România velha, a elaboração de atlas lingüísticos brasileiros regionais, de acordo com os preceitos do método da Geografia Lingüística. A elaboração de um atlas geral do país definia-se, assim, como uma nova meta a ser cumprida por esta geração que, embora questionasse a validade dos métodos empregados pelos autodidatas, deles reconheciam o mérito do pioneirismo e se consideraram seus sucessores, científicos. Os programas da Filologia e Dialetologia unificaram-se, assim, na mesma tradição de pesquisa. Observe-se a definição de Serafim da Silva Neto, na abertura da sua *Revista Brasileira de Filologia*:

Assim, como se vê, os estudos de português do Brasil estendem-se por duas disciplinas filológicas: a Estilística e a Dialectologia. Procuraremos, na medida do possível, publicar interpretações de autores brasileiros, estudos sobre os recursos expressivos da nossa linguagem, bem como pesquisas acerca dos falares brasileiros. (SILVA NETO, 1955: À guisa de prólogo, *RBF* 1, p. 10)

A continuidade desta linha de pesquisa, entretanto, seria interrompida antes de atingir os almejados resultados. No início da década

de 60, o trabalho de pesquisa de campo se tornara repentinamente perigoso em consequência da crise política de 1964 e, embora os principais centros acadêmicos continuassem nas mãos dos filólogos, os estudos lingüísticos não avançaram muito na direção que lhes imprimira Silva Neto. As tentativas de criar condições para que se consolidasse no país a “mentalidade dialetológica” por ele idealizada – preparação de inquiridores, laboratórios de fonética, cursos de nível superior, organização e execução de projetos de âmbito nacional – esbarraram nos obstáculos imensos da extensão territorial do país e da crônica falta de recursos. A(s) variante(s) brasileira(s) do português estava(m) longe de ser descrita(s) e seu mapeamento continuou se fazendo isoladamente – e cada vez menos – em projetos individuais até, pelo menos, o final da década de 80, quando se renovou o interesse pela publicação dos Atlas (ALTMAN, 1998).

Além disso, começava a tomar formas mais nítidas um outro programa de pesquisa que se lhe apresentava como fortemente concorrente: o “estruturalismo”, que adentrava o cenário brasileiro via institucionalização da Lingüística, nos *Currículos Mínimos Federais* das Faculdades de Letras. Em 1968, pesquisadores de várias universidades brasileiras integraram o *Projeto NURC*.¹⁰ Data, aliás, que passou a simbolizar o segundo e mais importante *shifting* teórico-metodológico neste programa: da dialetologia rural, voltada para o registro de variantes regionais ameaçadas de extinção, passa-se à dialetologia vertical, urbana, voltada para o registro de variantes sociais.

A entrada em evidência de um corpo de lingüistas “modernos” no contexto acadêmico brasileiro da segunda metade do século XX significou uma mudança radical na concepção de “lingüística”, em oposição a outras abordagens que então se fazia sobre o objeto

¹⁰ O Projeto NURC (Norma Urbana Culta) data de 1968, “[...] como desdobramento e extensão do ‘Proyecto de estudio co-ordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamerica y de la Península Ibérica’, de autoria do Professor Juan M. Lope Blanch do Colégio de México”, em 1964 (PRETI, 1981, p. 290).

linguagem. Aliás, mais de uma. Ao mesmo tempo em que uma parte da nova geração de lingüistas brasileiros apregoava a abstração do fator tempo na análise das línguas, que deveriam ser estudadas como uma estrutura de unidades dispostas em níveis hierarquicamente organizáveis, outra parte reivindicava a especificidade do campo da Lingüística, não apenas em confronto com os “velhos” filólogos, mas também em franca oposição aos “meramente estruturalistas” Veja-se, em contraste com a definição de Silva Neto, a conceituação que Mattoso Câmara propôs ao termo “filologia”:

FILOLOGIA – Helenismo que significa literalmente, “amor à ciência”; usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto portanto da lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para filologia, muito generalizado em português; assim Leite de Vasconcelos entende por filologia portuguesa “o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar” (VASCONCELOS, 1926, p. 9), o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos em vez da pesquisa na língua oral por inquérito com informantes. (MATTOSO CÂMARA, 1978, p. 117)

O processo de formação de dois programas de investigação diferentes (e não compatíveis) na comunidade brasileira de estudiosos da linguagem – um, voltado para o estudo e a (re)edição crítica dos grandes textos literários do passado português, subsidiado pela gramática histórica e pela dialetologia da fala rural; outro, voltado para a descrição de formas lingüísticas em sua solidariedade sincrônica, tais como manifestadas na modalidade oral da(s) língua(s), foi se fazendo mais clara na medida em que também se tornavam mais nítidas as divergências entre os participantes dos dois grupos (ALTMAN 1997, 1998). O que não quer dizer, em absoluto, que a divisão de trabalho entre as duas disciplinas eram favas contadas. Os anos 60 assistiriam a uma nova e definitiva disputa entre Filologia e Lingüística pelos espaços institucionais disponíveis. Paralelamente, ver-se-ia crescer a primazia da abordagem sincrônica, descritiva, sinônima de Lingüística, em detrimento da abordagem diacrônica, histórica, sinônima de Filologia.

3. ENTRE A ESTRUTURA E A HISTÓRIA

Coseriu (1976[1968]) apontou a década de 40 como a da introdução do estruturalismo europeu da escola de Praga na América Latina e os anos 50 como os do início da sua efetiva difusão. Na avaliação do autor, os principais trabalhos em Lingüística publicados no período resultaram de uma extensão do que foi feito na Europa. E isto se deveu não só a coincidências de interesse pelo estudo de materiais românicos, como também resultou da dificuldade de acesso a trabalhos divulgados em outras línguas que não o francês, o que teria limitado o acesso a outras Lingüísticas, que se faziam por outros métodos e sobre outros materiais.

O chamado estruturalismo norte-americano, por exemplo, só se tornaria conhecido mais tarde ainda, quer por razões metodológicas quer por razões ideológicas. Segundo o mesmo autor, as poucas possibilidades de aplicação dos métodos descritivistas às áreas tradicionalmente estudadas pela Lingüística latino-americana (Lexicologia, Dialetolexia lexical, Filologia) e a resistência geral dos estudiosos a uma postura antimentalista no estudo dos fatos lingüísticos – o que implicaria o quase abandono de áreas por eles preferidas, como a semântica e a estilística – seriam um primeiro conjunto de razões para a pequena repercussão da Lingüística Descritiva norte-americana dentre os latino-americanos. Considere-se, ainda, a presença de muitos professores visitantes europeus e a formação, em universidades européias, de muitos dos lingüistas latino-americanos.

Na visão daqueles que estabeleceram a disciplina Lingüística no contexto acadêmico brasileiro na década de 60, sob o escopo do termo “lingüística”, a atividade de reflexão – e, quero crer, de ensino e estudo da disciplina – raramente se voltou para um passado mais remoto do que o século XIX. Na sua *História da Lingüística* de 1975[1962], por exemplo, Joaquim Mattoso Câmara (1904-1970), reconhecido pelas gerações que o sucederam como o primeiro grande lingüista brasileiro, embora tenha incluído reflexões sobre o pensamento lingüístico desde a Antigüidade, dedicou muito mais da sua atenção às tradições que lhe foram contemporâneas.

Na sua concepção, “[a] lingüística é uma ciência muito nova [que] começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico, [...]” (MATTOSO CÂMARA, 1975 [1962], p. 13). Distinta, não apenas da Filologia, que definiu como o estudo dos textos antigos que visa à compreensão dos traços lingüísticos obsoletos, a fim de captar a mensagem artística que encerram, mas também da investigação dos aspectos biológicos relacionados à faculdade da linguagem, e da tradição filosófica grega, abordagens que denominou “biológica” e “lógica”, respectivamente.

A Filologia, ao lado da tradição gramatical normativa e do estudo motivado pelas situações de contato lingüístico constituíam para Mattoso Câmara o campo dos estudos pré-lingüísticos, “[...] isto é, *algo que ainda não é lingüística*.” (MATTOSO CÂMARA, 1975[1962], p. 13, grifo meu). O estudo lógico (filosófico) e o estudo biológico, por sua vez, por não fazerem parte do que considerava o domínio da linguagem propriamente dito, constituíam um domínio a ele limítrofe, na sua denominação, “paralingüístico”

Na retrospectiva do pensamento lingüístico a que se propôs Mattoso Câmara, portanto, antes do século XIX só é possível encontrar, na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou pré-lingüísticos e paralingüísticos e, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os “países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas” (idem) não houve qualquer tipo de lingüística (sic).

Recuperar a visão de Mattoso Câmara da história do conhecimento que considerou “genuinamente” lingüístico, é importante na medida em que nos ajuda a compreender porque as primeiras gerações que se formaram no campo das ciências da linguagem no Brasil passaram ao largo das tradições mais remotas do pensamento lingüístico. Estas estavam fora do escopo do conjunto de conhecimentos que entraram no país sob o nome de Lingüística. Como a “pré-lingüística” e a “paralingüística” não se interromperam, segundo Mattoso Câmara, com o advento da Lingüística, excluir essas abordagens do então novo campo de estudos que acabava de se inaugu-

rar em nosso contexto acadêmico era uma consequência inevitável. Ser lingüista no Brasil significava, naquele momento, filiar-se a uma tradição ocidental, iniciada na Europa do século XIX, e excluir-se da tradição normativa, da investigação da linguagem como fenômeno biológico, do pensamento filosófico grego e, principalmente, da Filologia, então dominante nos círculos universitários brasileiros (ALTMAN, 1998; COELHO, 1998; FRANÇA, 1998). É interessante observar que, por extensão, as tentativas de periodização da produção lingüística brasileira deste período reproduziram este recorte, considerando os estudos lingüísticos no Brasil uma “evolução” em três grandes fases: a gramatical (entendida como normativa), a filológica e a lingüística (cf. por ex.: ELIA 1978; CASTILHO, 1962).

Francisco da Silva Borba, no seu conhecido manual de 1967, *Introdução aos estudos lingüísticos*, de grande recepção nos círculos acadêmicos brasileiros, embora pondere que a preocupação do homem com a sua linguagem venha desde a Antigüidade, situa o surgimento de uma “verdadeira” ciência da linguagem somente no século XIX.

Nos seus termos, desde as “mais remotas civilizações encontramos, então, *mesmo elementar*, uma ciência da linguagem, mas é na fase do comparativismo [...] que entramos *propriamente no período científico da lingüística*” (BORBA, 1967, p. 12; 22, o grifo é meu). Dito de outra maneira, embora apresente uma visão menos radical daquela sugerida pelo manual de Mattoso Câmara no que diz respeito à “conquista pela cientificidade”, o manual de Borba também propõe que o estatuto científico em matéria de estudos lingüísticos só foi verdadeiramente alcançado com o surgimento de uma Lingüística “autônoma”, no século XIX. A superioridade que atribuiu a esta Lingüística, em comparação com outros estudos que se fizeram sobre a linguagem – e que continuaram sendo feitos – está pressuposta em vários trechos do seu texto de 1967. Observe-se:¹¹

A história da ciência da linguagem nos mostra que, até atingir o estado adulto e pleno de hoje, passou por fases em que os estudos lingüísticos

¹¹ Evidentemente, esta colocação, e as que se seguem, refletem um momento específico da reflexão dos seus autores, em um contexto intelectual e histórico determina-

se confundiam com estudos gramaticais ou filológicos. Facilmente se tomava um pelo outro. Mas há diferença entre estudos lingüísticos, filológicos e meramente gramaticais. (BORBA, 1967, p. 33)

O igualmente divulgado manual de Edward Lopes, *Fundamentos da lingüística contemporânea*, como o título escolhido pelo autor sugere - salvo rápidas referências às tradições hindu e grega (LOPES, 1977, p. 26-7) -, não discute o domínio da Lingüística da sua perspectiva histórica. A citação de Saussure sobre a “ciência que estuda os signos no seio da vida social” para a epígrafe que abre o capítulo 1 (idem, p. 15) deixa claro, entretanto, o limite de retrospectção da Lingüística que considerou contemporânea o *Curso de lingüística geral*, de 1916, e o estatuto que lhe atribuiu: uma especialidade (privilegiada) de uma ciência mais geral dos signos, a semiologia ou, como preferiu designar, a semiótica.

É interessante observar que, também no Brasil, nem todos os lingüistas aprenderam no *Curso* as mesmas lições. Contemporaneamente aos livros de Borba, ou Lopes, lê-se em outros manuais, como o de Leonor Scliar-Cabral, por exemplo, de 1973, que “[a] lingüística adquire autonomia a partir de F. de Saussure e de L. Bloomfield” (SCLIAR-CABRAL, 1979, p. 3), o que implica uma seleção bastante diferente da que Lopes propusera, no horizonte retrospectivo dos estudos sobre a linguagem.

Nem mesmo o impacto da recepção à *Cartesian linguistics* – resenhado por Miriam Lemle já em 1967 e divulgado em larga escala à comunidade brasileira em versão portuguesa a partir de 1972 – parece ter provocado interesse significativo pelo estudo das tradições dos séculos XVII e XVIII, tal como ocorreu em outros centros acadêmicos (KOERNER, 1993). A recepção brasileira à leitura que Chomsky fez da tradição cartesiana se deu muito mais no sentido de servir de instrumento de legitimação para uma prática de análi-

do. Retomá-las aqui não deve implicar que os autores mencionados defenderam as mesmas opiniões em outros momentos da sua reflexão ou que continuam a pensar da mesma maneira.

se lingüística que se buscava para o presente do que como estímulo à reflexão histórica sobre as ciências da linguagem do passado.

A descontinuidade – sincrônica e diacrônica, para usar termos contemporâneos – da reflexão sobre a disciplina Lingüística me parece bem caracterizada por estes dois exemplos, em que se cruzam no país estruturalismo(s) e gerativismo(s). Quase que simultaneamente, enquanto Mattoso expressa uma visão estabelecida desde pelo menos meados do século XIX por Schleicher, para quem a *Linguistik*, em oposição a *Philologie*, era a “verdadeira” ciência da linguagem (KOERNER, 1989c), Lemle sugere que a “verdadeira” ciência da linguagem está, na verdade, apenas começando, com a retomada da tradição cartesiana, tal como revista por Chomsky (idem, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da ciência (e da disciplina) Lingüística no emergente universo acadêmico brasileiro encontrou, pois, no limiar do século XIX europeu o limite do seu horizonte de retrospectão que chegou até nós, via autores alemães, mas, principalmente, via autores franceses e portugueses.

Não é fácil medir o impacto que os manuais de Benfey (1869), Delbrück (1880), Steinthal (1890), Thomsen (1902), Pedersen (1916) e Arens (1955), por exemplo, exerceram na reflexão dos filólogos brasileiros do final do século XIX e início do século XX, já que listar sistematicamente as referências dos livros consultados não fazia parte da prática editorial de então. É bastante razoável admitir, entretanto, que o cânone estabelecido pelos historiógrafos alemães tenha sido praticamente o mesmo que se disseminou entre os brasileiros que se dedicaram à análise Lingüística até, pelo menos, a primeira metade do século XX.

Com efeito, no seu *Manual de filologia portuguesa* de 1952 (Rio de Janeiro: Acadêmica), Serafim da Silva Neto (1917-1960), líder intelectual da segunda geração acadêmica de filólogos brasilei-

ros recomendou “aos interessados pela história das pesquisas etimológicas”, entre outros, a leitura de Benfey (1869), Stenthal (1890-91), E. Wölffin (?), [Eduard Herman] F. Müller (1836-1898), G. Götz (?), [Max] G. Gröber (1844-1911), e E. Fiesel (1981-1937) (SILVA NETO (1988[1952]), p. 247).¹²

Seja sob a designação de Filologia Românica, seja sob a de Lingüística Românica, o fato é que nunca pareceu palatável a qualquer romanista que se reconheça como tal, estudar uma língua desvinculada da sua literatura e, muito menos, descrever sua estrutura gramatical desvinculada daquele que a fala, e o mundo acadêmico luso-brasileiro não é exceção.

Para tanto, a formação ideal de um romanista deve incluir o domínio de uma vasta área de conhecimentos históricos, geográficos, etnográficos, culturais, de modo a dar conta, da forma mais completa possível, da complexidade do seu objeto. A definição de Silva Neto, que transcrevo abaixo, é exemplar, no que diz respeito ao conjunto de valores intelectuais e institucionais cobertos pelas duas designações, no contexto intelectual brasileiro dos anos 50:

[...] o objeto formal da Filologia é estabelecer, explicar e comentar textos, tarefa à primeira vista fácil e pobre, mas que, na verdade, exige larga soma de conhecimentos e grande acuidade mental. A fixação dos textos e sua exegese reclamam conhecimentos lingüísticos, paleográficos, históricos, mitológicos, numismáticos, heráldicos, religiosos, de Poética e outros mais. Então, propriamente, Filologia Portuguesa seria o estudo largo e profundo dos textos da nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística nele contida. Já a Lingüística Portuguesa seria o estudo da língua portuguesa como tal, como produto histórico-social realizado de mil maneiras através do tempo e do espaço, sendo que todas essas mil facetas constituem objeto de interesse igual para o lingüista. (SILVA NETO, Conceito e Método da Filologia. Apud COELHO, 1998, p. 67)

Evidentemente não se tratava de uma visão exclusiva de Silva Neto. Idéias e programas de investigação lingüística não brotam, como sabemos, em um vácuo intelectual. Ao que tudo indica, herdamos, pois, não apenas a concepção de linguagem e do fazer lingüístico

¹² Agradeço a Olga Coelho ter chamado minha atenção para essas referências.

da tradição alemã do século XIX, mas também a historiografia que a interpretou – e divulgou – como a “verdadeira” ciência da linguagem.

O conceito de Lingüística, e o de lingüista, sofreria no contexto acadêmico brasileiro do século XX profundas reformulações. Da mesma maneira se alteraria o conceito de Filologia, que acabaria por perder sua especificidade, ao menos aos olhos dos que dela faziam questão de se excluir.

Essa busca de autonomia da Lingüística em relação à tradição entendida como da Filologia pode ser interpretada no Brasil, a partir dos anos 70, não só como uma ruptura socioinstitucional, mas também como uma ruptura com o conhecimento anteriormente por ela produzido. Em outros termos, à busca de uma autonomia institucional e socioprofissional para a Lingüística corria, paralelamente, dentre os lingüistas, a busca por um programa de investigação sobre a linguagem, autônomo. Os lingüistas avançavam como grupo e apresentavam, ao final dos anos 60, uma retórica francamente separatista em termos de problemas a investigar e de tarefas a cumprir; ao mesmo tempo em que começavam a criar e participar de suas próprias instituições.

No segundo confronto entre Filologia e Lingüística, predominaram, desta vez, os segundos. Os estudos lingüísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução – ainda que tardia e descontínua – do estruturalismo. A partir dos anos 70, a Lingüística e suas disciplinas constituíram rapidamente um domínio específico e autônomo de investigação e despertaram um interesse e uma procura maior da parte dos pós-graduandos do que a Filologia. Em termos institucionais, profissionais, teóricos e metodológicos, as décadas seguintes seriam dos “lingüistas”¹³

¹³ Esta afirmação não quer dizer, evidentemente, que o programa da *Lingüística* substituiu completamente o programa da *Filologia*. Quero assinalar que, como programas

As diferenças entre as orientações diacrônica e sincrônica, no foco da descontinuidade entre a Filologia e a Lingüística brasileiras dos anos 60, concretizaram a ruptura entre duas práticas e, conseqüentemente, a institucionalização de dois grupos de especialidade que se perceberam divergentes. Os lingüistas que entrevistei para o trabalho de 1993 (ALTMAN, 1998), voltados para o estudo da teoria gramatical, não viam qualquer tipo de relação de continuidade entre o seu trabalho e o trabalho do filólogo ou do dialetólogo, e apresentavam forte índice de rejeição a análises que levavam em consideração aspectos que consideravam externos à análise lingüística das sentenças: socioculturais e/ou pragmático-discursivos. Já aqueles voltados para os diversos tipos de análise de texto (em Lingüística e/ou em Semiótica), embora não vissem relações de continuidade entre seu trabalho e o dos filólogos, principalmente devido à orientação histórica do trabalho destes últimos, reconheciam aspectos complementares nas duas práticas e viam o trabalho de análise gramatical *stricto sensu* à parte.

A descontinuidade entre a Filologia, a Lingüística Histórica e a Lingüística Descritiva, assim como a descontinuidade posterior entre duas Lingüísticas, a “da sentença” e a “do discurso”, foi, pois, percebida como tal e constituiu, sem dúvida, um importante fator de diversificação teórica e metodológica entre as primeiras gerações de *scholars* brasileiros. Nossa produção lingüística até o final dos anos 80 foi essencialmente sincrônica. A rejeição da dimensão diacrônica na análise e descrição lingüísticas favoreceu o sucesso dos modelos gerativos, acrônicos; dos modelos sociolingüísticos, voltados para o estudo da variação lingüística no eixo sincrônico; e dos modelos semióticos, neutros sob este ponto de vista.

O aparente ressurgimento do interesse, no final do século XX, pelas relações entre Filologia e Lingüística (cf. KOERNER, 1997; SWIGGERS,

concorrentes no estudo da língua do Brasil, a abordagem proposta pela Lingüística passou a merecer a atenção de um número maior de pesquisadores, se comparada à abordagem proposta pela *Filologia*.

1998; MATTOS E SILVA, 1983, 1988, 1996, 1999; CASTRO, 1995; COELHO, 1996, 1998; MEGALE, 1999; MEGALE & CAMBRAIA, 1999; CAVALIERE, 2000) pode significar várias coisas. Uma delas, a meu ver, pelo menos no que diz respeito à comunidade científica brasileira, reflete a aspiração dos pesquisadores contemporâneos de reconstruir as tradições de pesquisa que foram apagadas do seu horizonte retrospectivo desde, pelo menos, o século passado: o que traz à tona a questão das tarefas que cabem à Filologia, e as que cabem à Lingüística – outra vez.

BIBLIOGRAFIA

- AARSLEFF, Hans; KELLY, Louis Gerard; NIEDEREHE, Hans-Josef (Ed.) (1987). *Papers in the history of linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- ALTMAN, Cristina (1994). Trinta anos de lingüística brasileira. Movimentos de afirmação e auto-afirmação profissional. *Delta*, 10, n. 2, p. 389-408.
- _____. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada sobre produção lingüística brasileira. In: GÄRTNER, Eberhard (Ed.) (1997). *Pesquisas lingüísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt/Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana.
- _____. (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas. (Ed. rev. e ampl. da Tese de Doutorado *Unificação e diversificação da lingüística. Pesquisa documental de produção lingüística brasileira contemporânea (1968-1988)*. São Paulo: FFLCH-USP/ Katholieke Universiteit Leuven, 1993. Munique: Lincom Europa, 1995.)
- AMARAL, Amadeu (1976[1920]). *O dialeto caipira. Gramática - Vocabulário*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. (1. ed. 1920. São Paulo: Casa Ed. O Livro; 2. ed. 1955. São Paulo: Anhembi).
- AMSTERDAMSKA, Olga (1987). *Schools of thought. The development of linguistics from Bopp to Saussure*. Dordrecht: Reidel.
- Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936*. USP: FFLCH, 1937.
- ARENS, Hans (1955). *Sprachwissenschaft: der Gang ihrer Entwicklung von der Antike bis zur Gegenwart*. Freiburg & Munich: K. Alber. (2. ed. aumentada, 1969)
- AUROUX, Sylvain. The first uses of the French word “Linguistique” (1812-1880). In: AARSLEFF, Hans; KELLY, Louis Gerard; NIEDEREHE, Hans-Josef (Ed.) (1987). *Papers in the history of linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- _____. (1988). La notion de linguistique générale. *Histoire Epistemologie Langages*, 10, n. 2, p. 37-56.
- _____. (Ed.) (2000). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, t. III – L'hégémonie du comparatisme.
- BENFEY, Theodor (1869). *Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts, mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten*. Munich: J. G. Cotta. (Reimpr. New York: Johnson, 1965)

- CAMPOS, Asterio de (1921). A morte do Philologo. *Revista de Língua Portuguesa. Necrológio a Ernesto Carneiro Ribeiro. Estante Clássica*, v. III, p. 7-10.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1962). Estudos lingüísticos no Brasil. Notas para sua história. *ALFA*, 2, p. 35-143.
- CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: CUNHA PEREIRA, Cilene da; DIAS PEREIRA, Paulo Roberto (Eds.) (1995). *Miscelânea de estudos filológicos, lingüísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CAVALIERE, Ricardo (2000). *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EDUFF.
- CHRISTINO, Beatriz. (2001). Critérios de aceitabilidade gramatical e purismo na década de 1920. *Estudos Lingüísticos*, 30. Versão em CD-ROM. Marília: Fundação Eurípedes Soares da Rocha, Marília, artigo 49.
- CHOMSKY, Noam. (1966). *Cartesian Linguistics. A chapter in the history of rationalist thought*, New York & London: Harper & Row (Trad. portuguesa de Francisco M. Guimarães (1972): *Lingüística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Petrópolis: Vozes).
- COELHO, Adolpho F. (1870). Prefácio à *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez. Estudo de Grammatica Comparativa*. Lisboa: Typographia Universal.
- _____. (1887[1880]). *A lingua portugueza. Noções de glottologia geral e especial portugueza Curso de litteratura Nacional*, v. I). 2. ed. emendada e aum. Porto: Magalhães & Moniz. (1. ed., 1880)
- COELHO, Olga (1998). *Serafim da Silva Neto (1917–1960) e a filologia brasileira: Um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da linguagem*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- _____. (1999). Filologia e lingüística no Brasil (1940-1960): o ponto de vista filológico. *Boletim III do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira*. São Paulo: Humanitas. (Texto proferido em Mesa Redonda durante o XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 2-6 de junho de 1996.)
- COSERIU, Eugenio (1976[1968]). Perspectivas gerais. In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês "General Perspectives". In: SEBEOK, Thomas (Ed.) (1968): *Current trends in linguistics*; v. 4.)
- DELBRÜCK, Berthold (1882[1880]). *Introduction to the study of language: a critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages*. Traduzida para o inglês por Eva Channing. Leipzig: Breitkopf & Härtel. (Nova ed., com prólogo de E.F.K. Koerner. Amsterdam: John Benjamins, 1974; 2. impressão, 1989.)
- DUARTE, Paulo. (1976[1955]). Prefácio: dialeto caipira e língua brasileira. In: AMARAL, Amadeu (1976[1920]). *O dialeto caipira. Gramática Vocabulário*. 3. ed. São Paulo: Hucitec. (1. ed. 1920. São Paulo: Casa Ed. O Livro; 2. ed. 1955. São Paulo: Anhembi).
- ECO, Umberto (1988). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva. (Trad. de Gilson Cesar Cardoso de Souza do orig. italiano (1977): *Como se fa una tesi di láurea*.)

- ELIA, Hamilton. (1978). Sinopse dos Estudos Lingüísticos no Brasil. In: MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim (1978). *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes. (1a. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.)
- ELIA, Edmundo Sílvia (1963). Os estudos filológicos no Brasil. *Ensaio de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- _____. (1978). Nota prévia. *Orientações da lingüística moderna*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- FRANÇA, Angela Maria Ribeiro (1998). *Texto e contexto nos escritos lingüísticos de Mattoso Câmara*: 1938-1954. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- GÄRTNER, Eberhard (1998). Zur Entwicklung der Satzstrukturbeschreibung in brasilianischen Gebrauchsgrammatiken des Portugiesischen. In: HUMMEL, Martin; OSSENKOP, Christina (Eds.) (1998). *Lusitana et Românica. Festschrift für Dieter Woll*. Hamburg: Buske.
- _____. (1999). Zur Beschreibung komplexer Sätze in brasilianischen Gebrauchsgrammatiken. In: SKIBITZKI, Bernd; WOTJAK, Barbara (1999). *Linguistik und Deutsch als Fremdsprache*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- HÜLLEN, Werner (Ed.) (1990). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus.
- KOERNER, E. F. K. (1984). Remarques critiques sur la linguistique américaine et son historiographie. *Linguisticae Investigationes*, 8, n. 1, p. 87-103.
- _____. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1989b). On the Historical Roots of the Philology vs Linguistic Controversy. In: KOERNER, E. F. K. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1989c). August Schleicher and Linguistic Science in the Second Half of the 19th Century. In: KOERNER, E. F. K. (1989a). *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1995a). Persistent Issues in Linguistic Historiography. In: JANKOWSKY, Kurt R. (Ed.) (1995). *History of linguistics 1993: papers from the sixth International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS VI)*. Washington, D.C., 9-14 August 1993. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1997). Linguistics vs Philology: self-definition of a field or rhetorical stance? *Language Sciences*, 19, n. 2, p. 167-75. (Versão revista de texto proferido durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Lingüística (ANPOLL), em João Pessoa, 2-6 de junho de 1996, trad. de versão anterior para o português por Cristina Altman e Lineide do Lago Salvador Mosca sob o título: Lingüística e Filologia: O eterno debate. *Filologia e Lingüística Portuguesa* (1997), 1, n. 1, p. 7-20. São Paulo: FFLCH-USP).
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1926). *Lições de filologia portuguesa*, 2. ed. melh. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- LEMLE, Miriam (1967). Resenha a Chomsky 1966. *Estudos Lingüísticos*, 2, n. 1/2.
- _____. (1973). O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro*, 15/16, p. 55-69. (1a. ed. 1967)

- LOPES, Edward (1993[1977]). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1983). Reencontro da filologia e da lingüística nos estudos diacrônicos. *Linguagem*, 1.
- ____ (1988). Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *Delta*, 4, n. 1.
- ____ (1994). *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- ____ (1996). Sobre desencontros e reencontros: filologia e lingüística no Brasil no século XX. *Boletim III do Grupo de Trabalho em Historiografia da Lingüística Brasileira*. São Paulo: Humanitas, p. 17-36. (Texto proferido em Mesa Redonda durante o XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, 2-6 de junho de 1996.)
- ____ (1999). Orientações atuais da lingüística histórica brasileira. *Delta*, 15, p. 147-66.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1939-1940). Lições de lingüística geral. *Revista de Cultura*, 25, p. 99-104, 183-189, 216-22, 279-84; 26, p. 43-7, 81-6, 177-85; 27, p. 21-7, 83-8, 141-6, 202-8; 28, p. 11-7-. Rio de Janeiro: Vozes.
- ____ (1941). *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942)
- ____ (1975[1962]). *História da lingüística*. Petrópolis: Vozes. (Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês de 1962.)
- ____ (1976[1968]). A lingüística brasileira. (Trad. de Marilda Winkler Averbug do orig. inglês (1968). *Brazilian Linguistics*. In: SEBEOK, Thomas (Ed.) (1968). *Current trends in linguistics*; v.4.). In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ____ (1978). *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à língua portuguesa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes. (1a. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956.)
- MAURER Jr., Theodoro Henrique (1967). Lingüística histórica. *ALFA*, 11. (Transcrição da conferência proferida no I Seminário de Lingüística, promovido pela FFCL de Marília, em 1966, sem revisão do autor.)
- MEGALE, Heitor (Org.) (1999). *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas/Fapesp.
- ____; CAMBRAIA, César Nardelli (1999). Filologia Portuguesa no Brasil. *Delta*, 15.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina (1946). *Lições de filologia portuguesa – segundo as preleções feitas aos cursos de 1912/13*. Lisboa: Edição da 'Revista de Portugal' – série A: Língua Portuguesa.
- MORPURGO-DAVIES, Anna (1994). La linguistica dell'Ottocento. In: LEPSCHY, Giulio C. (Org.) (1994). *Storia della lingüística*. Bologna: Il Mulino, v. III.
- NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ____; John Reighard (1976[1972]). Bibliografia analítica de Joaquim Mattoso Câmara. (Trad.do orig. inglês (1972): *Analytical bibliography of J.M. Câmara Jr.*, publicada como apêndice à obra Mattoso Câmara Jr (1972): *The portuguese language*, Chicago: The University of Chicago Press.) In: NARO, Anthony Julius (Org.) (1976). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- NEWMAYER, Frederick J. (1998). *Language form and language function*. Cambridge: Mit Press.
- OESTERREICHER, Wulf (2000). L'étude des langues romanes. In: AUROUX, Sylvain (Ed.) (2000). *Histoire des idées linguistiques*. Brussels: Mardaga, t. III – L'hégémonie du comparatisme.
- PEDERSEN, Holger (1931[1924]). *Linguistic science in the nineteenth century*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1955[1907]). *Gramática expositiva. Curso Superior*. São Paulo: Nacional. (1.ed. 1907)
- ____ (1955[1909]). Prólogo da 2.ed. à sua *Gramática expositiva. Curso Superior*. São Paulo: Nacional.
- PINTO, Edith Pimentel (sel./apres.) (1978). Introdução ao seu *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1: 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Edusp.
- ____ (sel./apres.) (1981). Introdução ao seu *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 2: 1920/1945: fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/ São Paulo: Edusp.
- RIBEIRO, Julio (1885). *Grammatica portugueza*. 2. ed. refundida e muito aumentada. São Paulo: Teixeira & Irmão. (1.ed. 1881)
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1964). A obra científica de Mattoso Câmara Jr. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 6, p. 83-94.
- ____ (1988). A Lingüística na Universidade de Brasília antes de 1964. *Boletim da ABRALIN*, 9, p. 57-61.
- SCHLEICHER, August (1852). *Les langues de l'Europe moderne*. Paris: Lachange/ Garnier. (Trad. do alemão por Hermann Ewerbeck do orig. alemão (1850) *Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht*. Bonn: H. B. König.)
- SCLIAR-CABRAL, LEONOR (1979). *Introdução à lingüística*. Porto Alegre: Globo. (1.ed 1973)
- SILVA NETO, Serafim da (1988[1952]). *Manual de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- ____ (1978[1955]). Prefácio. In: ELIA, Sílvia (1955). *Orientações da lingüística moderna*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SOUSA, Claudio de (1922). Classicophobia. *Revista de Língua Portuguesa*, 15.
- SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de (1941). Prefácio. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1941). *Princípios de lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942)
- STEINTHAL, Heymann (1890-1891). *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern, mit besonderer Rücksicht auf die Logik*. 2. ed. ver. Berlin: F. Dümmler, 2v.
- SWIGGERS, Pierre (1986). Philologie (romane) et linguistique). In: KREMER, Dieter (Org.) (1986). *Actes de XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Université de Trèves*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

- ____ (1989). Histoire et historiographie de la linguistique. *Semiotica. Journal of the International Association for semiotic studies*, 31, n. 1/2.
- ____ (1990a). Histoire et historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. In: COSTE, Daniel (1990). *Études de linguistique appliquée. Démarches en histoire du français langue étrangère ou seconde*.
- ____ (1990b). Reflections on (models for) Linguistic Historiography. In: HÜLLEN, Werner (Ed.) (1990). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects. Symposium at Essen, 23-25 november 1989*. Münster: Nodus.
- ____ (1992). *De la grammaire générale à la linguistique comparée et typologique: études sur l'histoire de la linguistique de 1700 à 1830*. Tome I: Introduction. Dossier aangeboden tot het verkrijgen van de graad van Geaggregeerde voor het Hoger Onderwijs, Leuven. Inédito.
- ____ (1995a). Les débuts de la 'philologie comparée' et la fin de la grammaire générale: Humboldt entre l'Europe et le Nouveau Monde. *Incontri Linguistici*, 18. Pisa/ Roma: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali.
- ____ (1996). Linguistique romane et linguistique générale: quelques réflexions sur l'étude de leurs rapports. In: LORENZO, Ramón (Ed.) (1996). *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas, Universidade de Santiago de Compostela 1989, Sección de Historia da Lingüística e da Filoloxía Románicas*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Com de FENOSA.
- ____ (1998a). Filologia e lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. *Filologia e Lingüística Portuguesa* 2, p.5-18. (Trad. para o português de Lineide Mosca do orig. francês, "Philologie et Linguistique: Mariage, divorce, réconciliation" versão levemente revista de SWIGGERS, 1986, p. 231-42.)
- ____ (1998b). Les débuts de la linguistique romane comparée. *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain*, 24, n. 1/2, p. 41-52.
- THOMSEN, Vilhelm (Ludvig Peter) (1945). *História de la lingüística*. [Trad. de Javier de Echave-Sustaeta da versão alemã de H. Pollack, *Geschichte der Sprachwissenschaft bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts: Kursgefasste Darstellung der Hauptpunkte*, 1927.) Barcelona: Labor. (1a. ed dinamarquesa 1902)
- ULHÔA Cintra, Geraldo de (1939). *O conceito perene de filologia*. Tese apresentada no Concurso de Filologia Portuguesa, Universidade de São Paulo.
- WHITNEY, William Dwight (1875). *The life and growth of language: an outline of linguistic science*. New York: D. Appleton & Co.; London: H.S. King.

ABSTRACT: The present paper revisits the boundaries drawn between the disciplines Philology and Linguistics within the German, Portuguese and Brazilian research traditions of the language study, from the last quarter of the 19th century until the first half of the 20th century. Within these contexts, the concept of language as an object of study suffered deep reformulations along the developments of both disciplines, as well as the kind of tasks that should be accomplished by the linguist and the philologist. The paper outlines the

reformulations that occurred with both metaterms, from the point of view of those that recognized themselves as participants of the following specialties: *Philologie, Sprachwissenschaft, Linguistik, Glottik, Comparative Philology, Comparative Grammar*.

Keywords: Philologie, Sprachwissenschaft, Linguistik, Glottik, Comparative Philology, Comparative Grammar.

A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO ENTRE VERBO E SUJEITO EM TEXTOS ESCRITOS POR NEGRO FORRO NA BAHIA DO SÉCULO XIX¹

Ilza Ribeiro^{*}
Tânia Lobo^{**}

A chave para resolver um paradoxo sempre repousa na imaginação. Em um paradoxo, quando alguma experiência aponta para uma conclusão e outra experiência parece apontar para o oposto, o que é preciso não é simplesmente mais experiência. [...] Antes, o que é preciso é alguma idéia nova que possa abrir o espaço das hipóteses. (BAKER, 2001, p. 19)²

RESUMO: A partir de Givón (1984) e Kato (1999), analisa-se a concordância verbo-sujeito – tópico de relevância central para o entendimento da formação histórica do português brasileiro – em 15 atas de assembléias da Sociedade Protetora dos Desvalidos, manuscritas no século XIX por um negro brasileiro forro, semiletrado, natural de Salvador-Bahia, torneiro mecânico e contando com 18 anos no período de escrita das atas analisadas.

Palavras-chave: Português Brasileiro, Concordância Verbo-sujeito.

* Universidade Federal da Bahia/CNPq.

** Universidade Federal da Bahia.

¹ Agradecemos a Mary Kato as discussões e sugestões sobre os dados e as propostas de análise apresentados. As falhas remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

² “The key to resolving a paradox often lies in the imagination. In a paradox where some experience points to one conclusion and other experience seems to point to its opposite, what is needed is not simply more experience [...]. Rather, what is needed is some new idea that can widen the space of hypotheses.”

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de um projeto mais amplo de investigação sobre a concordância verbo-sujeito na história da língua portuguesa. O tema da concordância, quer verbal, quer nominal, ocupa o centro das discussões que há mais de um século se travam sobre a constituição histórica do português brasileiro, opondo-se os participantes do debate quanto ao papel atribuído ao contato entre línguas – sobretudo entre o português e as línguas africanas – na explicação dos padrões observados. A nossa contribuição para este tema, já tão amplamente tratado, situa-se em abordá-lo a partir de uma documentação escrita por um negro brasileiro forro e semiletrado na Bahia do século XIX. Do ponto de vista teórico, a análise apóia-se nas propostas de Givón (1984) e Kato (1999).

1 RELAÇÕES DE CONCORDÂNCIA NAS LÍNGUAS HUMANAS

As questões relacionadas com concordância têm-se caracterizado como um problema difícil para as teorias lingüísticas. A concordância é um fenômeno provocador, por sua complexidade e ampla variação inter- e intralingüística.

Superficialmente, os padrões de concordância parecem ser realizados de uma forma direta em algumas línguas, mas não em outras. Em português europeu (PE), adjetivos concordam com o núcleo nominal em número e em gênero; em latim, também concordam em relação ao caso; em inglês, nenhuma marca morfológica de concordância é realizada. Em bretão, a preposição *da* (para) concorda com seu objeto pronominal; também em galês, a preposição concorda com o objeto em pessoa, número e ainda em gênero, se for de 3ª. pessoa (STUMP, 1998, p. 20-2). No flamengo ocidental, o complementador *dat* concorda em pessoa e número com o sujeito da sentença finita que introduz (STUMP, 1998, p. 22). Esses são só alguns dos casos de possíveis variações nas propriedades de concordância nominal.

As propriedades de concordância verbo-sujeito também são variáveis. O tipo que nos é mais familiar é o da concordância do verbo com um único NP da sentença, ou seja, o verbo concordando, em relação aos traços de pessoa e número, com o sujeito (línguas acusativas ou nominativas); se houver concordância com o objeto, o padrão é diferente daquele da concordância realizada com o sujeito (suaíli³). Outro tipo tem sido observado, em que a concordância com o sujeito de verbos transitivos segue um padrão diferente daquele com sujeito de verbos intransitivos e de objetos diretos (línguas ergativas ou absolutivas; avar⁴). As propriedades léxico-semânticas de verbos intransitivos podem determinar se o sujeito apresentará o padrão de concordância do objeto direto ou do sujeito de verbo transitivo: em sistemas de concordância *ativa*, o sujeito de verbos transitivos e de verbos intransitivos ativos observa o mesmo padrão, enquanto o sujeito de verbos intransitivos estativos se comporta de modo semelhante ao objeto de verbo transitivo (choctaw⁵) (STUMP, 1998, p. 23). Há línguas em que o verbo pode concordar com mais de um argumento interno, o objeto direto e o objeto indireto (basco, georgiano⁶). Em hindustão⁷ vernacular, em formas verbais do pretérito, o sujeito de um verbo transitivo requer uma forma não marcada do verbo; mas o verbo apresenta marcas de concordância com o objeto direto e com o sujeito de verbos intransitivos;⁸ nas demais formas verbais, essa língua apresenta um padrão de concordância de sistema acusativo. Em mohawk,⁹ o prefixo verbal *shako-* é usado quando o sujeito da sentença é masculino singular e o objeto é feminino singular; se o sujeito é feminino e

³ Falado na África Oriental.

⁴ Falado no Azerbaijão e na Rússia.

⁵ Falado nos Estados Unidos.

⁶ Falado na Geórgia e na Turquia.

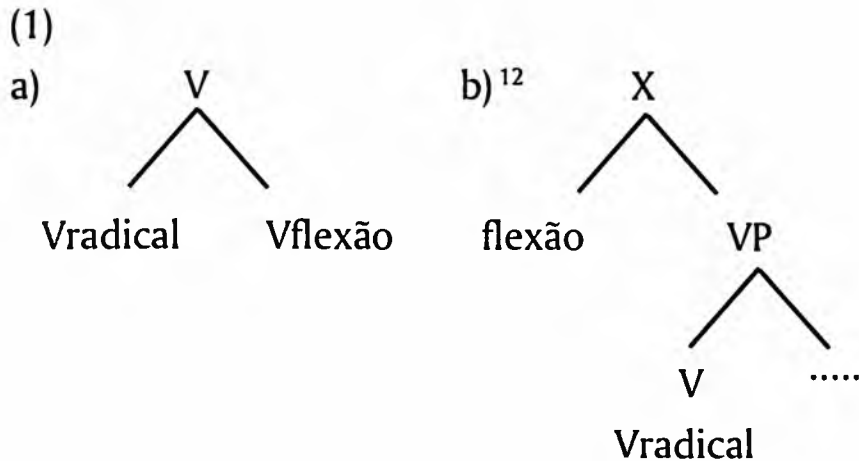
⁷ Falado na Índia.

⁸ As marcas de concordância para sujeito de verbo intransitivo e objeto de verbo transitivo são basicamente as mesmas.

⁹ Falado no Canadá e nos Estados Unidos.

o objeto é masculino, o prefixo usado é *ruwa-*; em mohawk, há 58 prefixos desse tipo, cada um realizando uma diferente combinação de sujeito e de objeto. Esses elementos são denominados *marcadores de concordância*, pois a escolha do afixo verbal deve observar as propriedades dos nomes nas sentenças (BAKER, 2001, p. 33-4). Em suaíli, o verbo concorda com o objeto em pessoa, número e gênero; em maithili,¹⁰ o verbo concorda com seu objeto em pessoa e em grau honorífico, mas não em número; em húngaro, verbos concordam com seus objetos em definitude (STUMP, 1998, p. 24).

Os exemplos anteriormente citados indicam que a variação intere intralingüística na manifestação dos fenômenos de concordância parece depender de um conjunto diverso de fatores. Contudo, se se quer saber como a concordância opera, por que ocorre e quais são os fatores que condicionam suas realizações, vê-se que o entendimento é ainda muito limitado. As perguntas centrais em relação à questão da morfologia de “concordância” verbo-sujeito têm sido colocadas da seguinte forma: Qual é o estatuto teórico da flexão verbal? A flexão é um fenômeno morfológico ou sintático? Várias propostas têm sido elaboradas para responder a essas questões. As polarizações em relação a essas perguntas giram em torno de dois aspectos básicos: A flexão faz parte do verbo ou é um núcleo independente, como nas seguintes representações, respectivamente:¹¹



¹⁰ Falado no Nepal, em Maurício e na Índia.

¹¹ Representações bastante simplificadas.

Na representação em (1a), o verbo já está flexionado no léxico mental; a sintaxe lidará com a forma verbal inteira. Em (1b), no entanto, radical e flexão são itens independentes no léxico mental. Caberá à sintaxe¹³ realizar o atracamento entre a flexão e o radical. Diferentes análises podem ser derivadas ao se assumir uma ou outra posição. E as línguas parecem apresentar evidências para ambas: o inglês parece ser do tipo (1a); o PE parece ser do tipo (1b); e há ainda línguas, como o hebraico, que permitem as duas possibilidades.¹⁴ Essas diferenças apresentarão reflexos diversos nas línguas em questão.

Kato (1999) mostra as relações entre representações como as simplificada e esboçadas em (1) e o parâmetro do sujeito nulo. Trataremos desta questão a seguir, procurando relacionar propriedades *pro-drop* e concordância.

1.1 Concordância e sujeito nulo

A análise canônica para a arquitetura da concordância realizada em português em construções como as em (2) abaixo

- (2) a) Nós compramos um livro
b) Eu comprei um livro
c) Eles compraram um livro

é que o verbo está numa relação de concordância com o sujeito, partilhando os traços de pessoa e de número; considera-se, inclusive, que há uma redundância na marcação desses traços. Mas esta

¹² Em Kato (1999), a flexão é um DP gerado como argumento externo do verbo (em SPEC/VP).

¹³ Ou à morfossintaxe ou, ainda, à morfofonologia.

¹⁴ Falando de forma ampla, em hebraico, só as formas de 1ª. e 2ª. pessoas dos tempos do passado e futuro têm flexão + pronominal; nas formas de 3ª. pessoa de qualquer tempo e nas 1ª. e 2ª. do tempo presente, a flexão é -pronominal.

não é a única possível análise para os fatos, sobretudo quando se considera o estatuto sintático do pronome e da morfologia flexional nessas construções.

De acordo com Givón (1984), pronomes independentes, pronomes não-acentuados, pronomes clíticos e afixos verbais constituem uma cadeia diacrônica: pronomes independentes podem tornar-se não-acentuados ou clíticos; pronomes não-acentuados ou clíticos podem tornar-se afixos¹⁵ verbais, numa cadeia como:

(3) Cadeia diacrônica de pronome (p. 353)

PRO independente > PRO não-acentuado > PRO clítico > afixo verbal

Essas possíveis realizações pronominais funcionam como anáforas,¹⁶ sob condições de correferência. Contudo, quando o pronome não acentuado se cliticiza,¹⁷ aumenta a probabilidade de ser reanalisado como parte obrigatória da palavra verbal. Quando isto ocorre, a flexão verbal não mais funciona como uma anáfora correferente a um NP mencionado anteriormente, pois se realiza mesmo quando o NP está presente. *Apenas neste último caso se deve dizer que o verbo “concorda com um NP”* (p. 362). A conclusão, portanto, é que não se pode identificar sempre a realização de um afixo verbal com o fenômeno de concordância verbo-sujeito.

Assim, seguindo o critério proposto por Givón (1984), a opcionalidade de realização dos pronomes independentes, como representada em (4)

- (4) a) compramos um livro
b) comprei um livro
c) compraram um livro

¹⁵ Estamos utilizando afixo, flexão e Agr como termos sinônimos.

¹⁶ O termo anáfora está sendo aqui utilizado em sentido tradicional.

¹⁷ Ou seja, quando pronomes fracos ou clíticos passam a afixos gramaticais.

indica que a flexão verbal é anafórica, o que permite dizer que os exemplos em (2) podem não ser casos de concordância, em sentido estrito.

Estudando a distribuição dos pronomes sujeitos e as propriedades de *pro-drop* em várias línguas, Kato (1999) propõe a seguinte tipologia de pronomes:

- (5) a. Pronomes fortes: formas acentuadas, enfáticas, contrastivas
b. Pronomes fracos: pronomes fracos, clíticos e afixos

A distribuição desses pronomes e suas relações com as propriedades *pro-drop* podem ser esquematizadas como em (6) abaixo (a partir de KATO, 1999):

(6)		FORTE	FRACO	FLEXÃO
a.	espanhol	YO	Agr	+pronominal
b.	PE	EU	Agr	+pronominal
c.	trentino	TI	te	-pronominal
d.	francês	MOI	je	-pronominal
e.	inglês	ME	I	-pronominal
f.	PB	EU	eu/ô	-pronominal

As formas fortes são comuns a todas as línguas e usadas como elementos enfáticos, portanto, tópicos e não sujeitos no sentido tradicional.¹⁸ A variação entre as línguas está relacionada com o tipo de pronome fraco que realiza a função de argumento externo do verbo, ou seja, a função tradicional de sujeito:

- a) os afixos de concordância das línguas *pro-drop*, como o espanhol e o PE, têm todas as propriedades de um pronome que funciona como o argumento externo do verbo;¹⁹

¹⁸ Variando quanto à realização de caso: nominativo (espanhol e português); dativo (francês e trentino); acusativo (inglês) (Cf. KATO, 1999).

¹⁹ A flexão é +pronominal, sendo definida em Kato (1999, p. 2) como a “gramaticalização/incorporação de pronomes pessoais na flexão verbal”.

- b) nas línguas em que a flexão verbal é -pronominal, a função de argumento externo do verbo pode ser realizada por um clítico (trentino) ou por um pronome fraco (francês, inglês, PB);
- c) assim, a flexão +pronominal é um item lexical independente, como representado em (1b); a flexão -pronominal é parte da entrada lexical do verbo, como representado em (1a).

Como já foi dito, dentro da perspectiva de Kato (1999), portanto, construções como as apresentadas em (2) podem ser analisadas de diferentes formas, a depender do estatuto sintático do pronome e da morfologia flexional:²⁰

(2')	FORTE	ARG. EXTERNO	(2'')	FRACO	V + FLEXÃO
	TÓPICO			ARG. EXT.	
a.	NÓS	mos	a.	nós	V+mos
b.	EU	ei	b.	eu	V+ei
c.	ELES	ram	c.	eles	V+ram

Se a flexão é +pronominal, como em (2'), as construções resultam de estruturas de redobro, em que os pronomes fortes são constituintes topicalizados e os afixos são os verdadeiros argumentos externos dos predicados, como proposto para o PE e para o espanhol. Porém, se a flexão é -pronominal, como representado em (2''), faz parte da entrada lexical do verbo; os pronomes são fracos e os verdadeiros argumentos externos do verbo, como proposto para o francês, o inglês e o PB.²¹ Assim, das estruturas anteriormente

²⁰ As representações indicadas não contemplam a situação do trentino, por não estar diretamente relacionada com a questão aqui discutida.

²¹ Os pronomes fracos também podem aparecer em construções com redobro pelo pronome forte, o que em PB tem sido identificado como duplo sujeito: Nós, nós vamos ao cinema. Cf. Kato (1999) e referências citadas ali para análise deste tipo de redobro em PB e em outras línguas. Sobre alomorfa entre pronomes fracos e fortes em PB, cf. Kato (1999).

esquematisadas, só constituem casos de concordância verbo-sujeito, conforme o entendimento tradicional, as apresentadas em (2”).

2. O INFORMANTE E OS DOCUMENTOS ANALISADOS

Assumimos a oposição entre uma concepção biológica e uma concepção social de gramática. Enquanto, do ponto de vista biológico, gramática é uma entidade representada no cérebro de cada indivíduo, do ponto de vista social, gramática é um conceito derivativo, ou seja, o *output* agregado de algum conjunto de gramáticas.

Não é a oposição, nos termos anteriormente explicitados, entre uma concepção biológica e uma concepção social de gramática o que distingue gerativistas de sociolingüistas. A este respeito, afirma Lightfoot (1999, p. 81-2):

O que está em questão aqui não é se a gramática é biológica ou social; as gramáticas de Labov são claramente biológicas. A diferença entre as suas gramáticas e aquelas que eu descrevi é que as suas incorporam muito mais informação. Labov introduz no seu modelo do conhecimento lingüístico de um indivíduo informação sobre variabilidade social.

A questão central, portanto, é relativa ao *locus* da variação para a teoria da gramática.

Decidimos, neste que é o trabalho inicial de um projeto de investigação sobre a concordância entre verbo e sujeito em textos escritos por africanos e negros brasileiros forros na Bahia do século XIX, estudar um único indivíduo, objetivando, ao reduzir a variação social, discutir em que medida os dados corroboram o ponto de vista de que a variação é parte inerente da gramática individual ou, pelo contrário, o ponto de vista de que a variação se manifesta apenas na comunidade de fala.

Apesar da dificuldade com que lidam os historiadores das línguas para a identificação dos autores dos documentos que analisam, sobretudo quando se trata de indivíduos comuns, o autor dos

documentos aqui analisados está plenamente identificado. Neste trabalho, analisam-se 15 atas de assembléias realizadas na Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), irmandade negra fundada em Salvador em 1832. Foram todas escritas por Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, negro brasileiro forro, natural de Salvador, torneiro mecânico, solteiro e contando com 18 anos no período de escrita das atas analisadas.²²

A caracterização social do autor das atas foi possível graças à preservação no arquivo da Sociedade Protetora dos Desvalidos de uma série documental de extremo valor, constituída pelo que estamos designando de “requerimentos”, ou seja, documentos através dos quais os negros se apresentavam como candidatos a membros da irmandade; nesses documentos, informava-se sobre a naturalidade, a idade, a profissão, o estado civil e o número de filhos do candidato. De um total de 114 requerimentos até agora levantados, apenas em dois casos se observou ser a idade do candidato inferior a 20 anos. Um deles foi exatamente o caso de Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão. Esta informação é relevante, já que os estatutos da SPD proibiam a entrada de sócios com idade inferior a 20 anos. Ter sido Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão aceito como membro da Sociedade aos 17 anos e, aos 18, já estar ocupando o cargo de escrivão, cargo dos mais elevados na hierarquia funcional da irmandade, é uma situação excepcional.

²² Em 2000, Klebson Oliveira localizou, na SPD, em Salvador, um amplo acervo de documentos escritos por africanos e negros brasileiros forros e semiletrados. Em 2003, defendeu a Dissertação de Mestrado intitulada *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?*, em que edita o primeiro livro de atas da SPD. No âmbito do *Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR* (Bahia), estruturou-se um projeto intitulado *Edição de Atas de Assembléias da Sociedade Protetora dos Desvalidos: contribuição para a escrita da história lingüística dos negros no Brasil*, coordenado por Tânia Lobo. As 15 atas analisadas neste artigo foram editadas por Moisés Ramos Marins Júnior, Bolsista de Iniciação Científica / CNPq.

3. CONCORDÂNCIA E SUJEITO NULO EM GREGÓRIO JOAQUIM DE SANTANA GOMES FERRÃO

Partindo da hipótese de que os fenômenos de concordância devem sempre resultar de outras propriedades da gramática dos falantes, sendo, pois, produtos derivados de propriedades sintáticas abstratas, procuraremos mostrar que há uma inter-relação entre a variação superficial da concordância verbo-sujeito e as características *pro-drop* da gramática do informante analisado.

Em termos de dados de língua-E, observamos uma distribuição sistemática nos dados do informante: se o núcleo nominal ou pronominal do argumento externo estiver foneticamente nulo, o verbo carrega traços de morfologia plural. Se o núcleo estiver foneticamente realizado, a morfologia de plural não ocorre no verbo, ou seja, o verbo se realiza na forma não-marcada de 3ª pessoa do singular. Em termos de língua-I, interpretamos esses fatos a partir da análise de Kato (1999), considerando que os afixos de concordância podem ter estatuto pronominal e ser os próprios argumentos externos da sentença.

A seguir, apresentamos uma análise da “concordância” nos dados do informante, a partir da sua inter-relação com a propriedade *pro-drop*:

- i. Em todas as ocorrências de 1ª pessoa do plural, Agr (dêitico) é pronominal, sendo a própria realização do argumento externo do predicado verbal.²³ O pronome fraco não ocorre neste tipo de construção, como esperado, pois afixo pronominal e pronome fraco devem estar em distribuição complementar:²⁴

(7)

- a) e *que* esta questão tomasse-mo | bem [a] consideração *que* ou bem combinado ou mal combinado (28 de Outubro de 1862)

²³ Cf. Kato (1999).

²⁴ O pronome forte só deve ocorrer em situações de ênfase ou contraste.

- b) então dissemo a elle *que* se elle não concorda-se | *que* então a sociedade estava *para* com elle pronta *para* desedir a questão | (28 de Outubro de 1862)
- c) mais devemos fazer pela alei (26 de Outubro de 1862)
- d) porque tinha a lei para nos reger porque | temos de gastar hum conto o mais <de> hum (19 de Outubro de 1862)
- e) *que* todas havezes | *que* tivermos de fazer algum trabalho pela alei (26 de Outubro de 1862)

ii. Também nas ocorrências de 3ª. pessoa do plural, Agr (anafórico) é pronominal, eliminando a possibilidade de ocorrência do pronome fraco neste tipo de construção:

(8)

- a) e o mais não derão porque não tiverão | (5 de Outubro de 1862)
- b) mais se | o corpo acha bom *que* se fassa então fação (19 de Outubro de 1862)
- c) *quanto* elle disse isto todos disserão *que* também não teverão siencia que o prezidente | levou este dinheiro *para* o cofre (26 de Outubro de 1862)
- d) todos disserão que tomarão (22 de Outubro de 1862)
- e) a prezentou | o Prezidente otrimestes *que* tinha de entregar a comição de conta para | jurgarem a prezentou o socio Olavo *que* hera ~~mais~~ presizo mais | pessoas para combinal (15 de Junho de 1862)
- f) o Prezi= | dente pergunto socios se tomarão conhecimento no reguirimento do thezoreiro | (22 de Outubro de 1862)
- g) e dizendo *que* indo a secretaria da Policia ver a comição | segundo estavão entimado *para* o dia 27 do corrente comparecer a prezencia | do Senhor Doutor Joiz encontrou com o socio Bento na secretaria do policia (28 de Outubro de 1862)

iii. Em todas as orações relativas, o elemento introdutor comporta-se como núcleo complementador de uma subordinada. A relação anafórica com o antecedente é feita por Agr pronominal, que é o verdadeiro argumento externo da sentença:

(9)

- a) pedio | palavra osocio Geraldo e disse que asforsas lhe faltava para a agradecer | os que voctarão a favor e tambam os indignos que voctarão contra (17 de Agosto de 1862)
- b) apresentou o Prezidente que hia eliminar os socios que estão atrazado (3 de Agosto de 1862)
- c) Então ficou adiado para o dia 4 de Maio, | ficou adiado si por emleilão ospinhosores que existem atrazado no cofre | t[ilegível] [jun]tamente osque estão compromentidos em seo contratos como | marca no livro dos pinhores (6 de Março de 1862)
- d) então o Prezi- | dente mandou proceder a e leição entre os empregados ficarão | todos no que estavão, e foi aprovados pela assemblea depois de estarem | organizada a meza, continuou-se o trabalho (6 de Março de 1862)
- e) tambem sevirificou-se os conhecimento que estavão emd[u]vid[a] era 847 mil | reis (19 de Outubro de 1862)
- f) então ficou nomeado uma comição que são osocio Olavo o socio Augustinho | e o socio Ignocencio. (15 de Junho de 1862)
- g) o Prezidente chamou os dous emidiatos. que são | Damazio Jozé da Silva e o Senhor Manoel Euzebio de Farias, | Rerezentou o Senhor socio Damazio que não servia bem a sociedade | por quanto elle nos Domingos, é que adequeria o Pão para a sua | familia, em virtudem da sua profissão (6 de Março de 1862)

iv. Nos exemplos em que os sintagmas nominais (ou não-pronominais) ocupam a posição correspondente à função do argu-

mento externo do verbo²⁵, a forma verbal é sempre a forma não-marcada de 3^a. pessoa do singular²⁶. Agr pronominal ou pronome fraco não podem se realizar, pois a posição do argumento externo já está preenchida. Para as formas não-marcadas, o verbo já está flexionado no léxico, como representado no esquema (1a):

(10)

- a) [ilegível] estas palavras não agrad[o]u toda a sociedade (1° de Junho de 1862)
- b) disse que as favas | pretas a provava a custume as branca *que* não servia (19 de Outubro de 1862)
- c) mais *que* os socios | deve ver que o dinheiro esta no seguro (26 de Outubro de 1862)
- d) o prezidente mandar que ossocios vocta-se sobre o socio Geraldo ser | o não noctado (17 de Agosto de 1862)
- e) pedio em nome da nossa Padroeira *que* | osocios baziase-se bem neste trabalho cadaum dar oseo parecer arespeito (28 de Outubro de 1862)
- f) que lei | diz que o socios atrazado deve vir pagar em seção aberta (22 de Outubro de 1862)
- g) mandou *que* os socio desse a sua oppinião e nehum derão (5 de Outubro de 1862)
- h) o dispois oprezidente mandou que ossocios desse a sua oppiniões a | respeito a representação do socio Manuel Lionardo (19 de Outubro de 1862)
- i) oprezidente mandou por 3 vezes os socio dar | as suas oppiniões (19 de Outubro de 1862)

²⁵ Ocupa Spec/TP (SPEC/VP —> SPEC/TP).

²⁶ A indicação de plural já está codificada em algum dos constituintes do sintagma nominal.

- j) pedio | palavra osocio Geraldo e disse que asforsas lhe falta-
va para a agradecer | os que voctarão a favor e tambam os
indignos que voctarão contra (17 de Agosto de 1862)
- k) pedio palavra <socio> Santa | Anna dizendo *que* a lei diz
que os negocios de sercontancia não pode ser | desedido na
primeira secão (28 de Outubro de 1862)
- l) o Santa | Anna disse *que* este deveres é do Prezidente (Seção
do dia 26 de *Outubro* de 1862)
- m) pedio palavra Manuel Lionardo dizendo *que* acomição não
fez tracto | algum nem com *Senhor* Euzebio nem com o *Se-
nhor* Portella decho-sim, | *para* o Prezidente e o corpo da
Sociedade jurgar arespeito (28 de Outubro de 1862)
- n) mais os outros | prezidentes podia cuidar nisto (17 de Agosto
de 1862)
- o) disse *que as favas* | pretas a provava a custume as branca *que*
não servia (19 de Outubro de 1862)

- v. Contudo, se os sintagmas nominais ocupam uma posição mais
alta, como ocorre com os topicalizados ou quantificados, a
posição canônica de argumento externo é preenchida por Agr
pronominal, ou seja, Agr pronominal realiza a função do argu-
mento externo:

(11)

- a) alguns concodarão e outros não concodarão (19 de Outubro
de 1862)
- b) e todos acharão | bom a representação o socio Lionardo (22
de Outubro de 1862)
- c) e todos ficarão calados (19 de Outubro de 1862)
- d) mandou *que* os socio desse a sua oppinião e nehum derão (5
de Outubro de 1862)
- e) o Prezidente mandou *que* osmais desse<m> a sua oppiniões
(19 de Outubro de 1862)

- f) *quanto* elle disse isto todos disserão *que* tambem não teverão siencia que o prezidente | levou este dinheiro *para* o
 - g) todos derão apoados (19 de Outubro de 1862)
 - h) todos disserão apoados (26 de Outubro de 1862)
 - i) todos disserão n[ão] estava preparado sócio (5 de Outubro de 1862)
 - j) todos disserão *que* tomarão (22 de Outubro de 1862)
 - k) todos ficarão calado (5 de Outubro de 1862)
 - l) se por aucazo fartar os socios entrarão | com alguns (19 de Outubro de 1862)
 - m) *que quando* o socio tinha pedido a este Senhor não foi | com indgnidade *para* a sociedade elle pencando *que* os seos socio tinhão | chegar a o tribunal da Justicia (28 de Outubro de 1862)
 - n) Prezidentes ~~anteri~~ perguntou porque | os prezidestes anteriores não fizerão este trabalho (3 de Agosto de 1862)
- vi. O desenvolvimento de pronomes fracos, que realizam a função de argumento externo do verbo no PB contemporâneo, em substituição a Agr pronominal, já pode ser evidenciado nos dados do informante. Quando o pronome fraco é selecionado, o verbo se apresenta na forma não-marcada, a de 3ª. pessoa do singular. Agr pronominal está excluído destes contextos, como esperado por sua distribuição:
- (12)
- a) *porque* a comição | *que* repondeu a o Manuel Euzebio foi sittada para quarta feira elles seapresentar | a o Joizø (19 de Outubro de 1862)
 - b) respondeu osocio Geraldo senão | fez porque tinha qartiados elles vihese | pagar (3 de Agosto de 1862)

- vii. Nos casos em que o verbo não seleciona argumento externo, Agr pronominal não se realiza, como esperado; há um único argumento do verbo, o argumento interno²⁷:

(13)

- a) sobio fortes sons de apoados (28 de Outubro de 1862)
- b) depois o Prezidente disse que ficava suspensio osseguinte Senhores Domingues | Ignacio da Conceição. Domingues das Virgens da Conceição. Damião | Cardozo da Costa Mathia Joaquim de Nascimento. Jozé Martins Rodrigues | Ferreira Jozé Theodorio do Nascimento Guido dos Santos Castos. Francisco | Gomes. Manuel Antonio do Espiricto Santo Manuel Eloi da Silva. o Prezidentes (5 de Outubro de 1862)
- c) então elle | fallou e disse que quando elle quiz elininar os socios atrazados entrou | os Rigimente por este moctivo que elle não eliminou (17 de Agosto de 1862)
- d) pediu palavra o socio | Manuel Lionardo dizendo que quando elle quiz fazer este trabalho entrou os | rigimentos por este motivo foi que não fez (3 de Agosto de 1862)
- e) perguntou a <o> socio Geraldo por duas vezes | se hera bilhetes (3 de Agosto de 1862)
- f) sahio para o cofre do Banco da Bahia 510#900 mil reis tambem | um estatutos eum rigimento para o adevogado (22 de Outubro de 1862)
- g) subio fortes sons de | a poados (28 de Outubro de 1862)
- h) o Prezidente a prezentou que ficava compreendido no artigo 39 os seguinte | Senhores Hilario de Santa Anna Izidro da Penha Gonzaga (19 de Outubro de 1862)
- i) o Prezidente a prezentou que não sepodia por e[m]zecução o que elle | a prezentou no seo reguerimento pois setinha ou-

²⁷ É evidente que, se o argumento interno se realizar como um tópico ou foco, Agr + pronominal pode ocorrer, como nos exemplos em ((11) l e m).

- tros para setratar | então ficava adiado os reguerimentos (18 de Maio de 1862)
- j) então voctou-se sahio 16 pretas e 4 Branca (17 de Agosto de 1862)
- k) tambem sevirificou-se os conhecimento *que* estavam emd[u]vid[a] era 847 mil | reis (19 de Outubro de 1862)
- l) *para que* fim | era o estatutos desta caza se não hera *para* reger<-se> por elles (28 de Outubro de 1862)
- viii. Há três situações que, aparentemente, constituiriam exceções à análise acima proposta. A primeira se refere a enunciados que contrariam o padrão apresentado em vii, conforme os exemplos (14a e b) e (14f), abaixo; trata-se, no caso de (14a e b), indubitavelmente, de construções formulares, típicas de abertura de atas; no caso de (14f), não se pode descartar a hipótese de que também se trate de uma construção formular. A segunda se refere a dois enunciados que contrariam o padrão apresentado em ii, conforme os exemplo (14c e d). Contudo, uma interpretação possível para (14c) é que *aossocios* seja o argumento externo do verbo *concordar* e não o argumento interno de *perguntar*, resultando a suposta construção subordinada em uma interrogativa direta (“...*perguntou: os sócios concordava com a representação?*”). Reforça essa interpretação o fato de o elemento de subordinação ter sido acrescentado *a posteriori*. Quanto a (14d), trata-se de uma ocorrência com problemas de estruturação sintática, o que impossibilita uma análise mais precisa do fenômeno. A terceira situação, correspondente a um único exemplo, (14e), é, claramente, uma ocorrência descartável, resultante de um acidente de *performance*:
- (14)
- a) virifica-se estarem presentes quatozem Senhores Socios (16 de Março de 1862)

- b) virificou-se estarem presentes 15 Senhores socios (3 de Agosto de 1862)
- c) o prezidente perguntou aos socios <se> concodava com a representação | dosocio Santa Anna (19 de Outubro de 1862)
- d) apresentou o Prezidente que hia eliminar os socios que estão atrazado ~~porque~~ | ~~ja~~ aannos porque não vinha pagar e mesmo que a lei lhegarantia (3 de Agosto de 1862)
- e) pois podem a parecer uma autoridade | para ver os feito desta caza e não f<eito> ~~endo~~ pronto que servia de | sunsuro (5 de Outubro de 1862)
- f) mandou o prezidente ler os Voctos do socios forão vocados os seguin= | tes depois da nova listas Joaquim de Santa Anna Gomes Ferrão para | Prezidente com 19 votos para 1º Secretario Manuel Salustiano Siviriano | Gomes com 21 para 2º Dº Guilherme Francisco Henrique com 25 | para thezoreiro (26 de Outubro de 1862)

CONCLUSÃO

Os dados analisados parecem claros quanto às possibilidades de realização dos esquemas em (1) (cf. p. 3):

- nas construções ditas de sujeito nulo referencial, só a representação com afixo verbal como núcleo independente se realiza (1b); o afixo verbal é o verdadeiro argumento externo do verbo;
- nas construções ditas de sujeito nulo não-referencial, só há realização da estrutura (1a);
- nas construções ditas de sujeito realizado, há dois padrões: se o elemento tradicionalmente analisado como sujeito é um elemento topicalizado ou focalizado, a função de sujeito é realizada pela flexão, como no esquema (1b); con-

tudo, se o SN é o próprio argumento externo do predicado, a flexão do verbo se realiza na forma não-marcada de 3ª pessoa, como no esquema (1a).

Deste modo, a variação na concordância pode ser vista como um fenômeno superficial, derivado das escolhas lexicais realizadas pelo informante quanto à realização fonológica do argumento externo, entre Agr pronominal, pronome fraco e SN nominal com núcleo realizado. A “falta de concordância” nas construções com SN sujeito com núcleo nominal realizado é derivada, portanto, da distribuição complementar entre os possíveis realizadores do argumento externo: se o SN nominal realiza a função de argumento externo, nem o pronome fraco nem o afixo pronominal podem ocorrer; porém, se o SN nominal realiza a função de tópico,²⁸ Agr pronominal realiza a função de argumento externo.²⁹

Para finalizar, retomamos a questão levantada em 2, relativamente ao *locus* da variação para a teoria da gramática. A análise dos dados de um único indivíduo não corroborou o ponto de vista de que a variação seja parte inerente da gramática individual. Contudo, como salientamos, este é o primeiro trabalho de um projeto de investigação sobre a concordância entre verbo e sujeito em textos escritos por africanos e negros brasileiros forros na Bahia do século XIX. O objetivo, pois, é prosseguir analisando outras gramáticas individuais, a fim de que possamos ter uma visão mais objetiva sobre a questão mencionada.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Stephen R. Inflectional morphology. In: SHOPEN, T. (Ed.) (1985). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, v. III – Grammatical categories and the lexicon, p. 150-201.

²⁸ O termo tópico está sendo utilizado como rótulo geral para construções topicalizadas ou focalizadas.

²⁹ Para o PB contemporâneo, Kato (1999) propõe que o SN topicalizado seja retomado por um pronome fraco, tendo ocorrido a perda de Agr pronominal.

- BAKER, Mark C. (2001). *The atoms of language*. New York: Basic Books.
- BARLOW, Michael; FERGUSON, Charles A. (Ed.) (1988). *Agreement in natural language. Approaches, theories, descriptions*. Stanford: CSLI.
- CHUNG, Sandra. (1998). *The design of agreement. Evidence from Chamorro*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CORBETT, Greville G. Morphology and agreement. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold. (Ed.) (1998). *The handbook of morphology*, p. 191-205.
- _____. (2000). *Number*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1983). *Hierarchies, targets and controllers agreement patterns in Slavic*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- GIVÓN, Talmy. Topic, pronoun, and grammatical agreement. In: LI, Charles N. (Ed.) (1976). *Subject and topic*. New York: Academic Press, Inc., p. 149-88.
- _____. (1984). *Syntax. A functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, v. I. Cap. 10: Pronouns and grammatical agreement, p. 353-86.
- KATO, Mary A. (1999). Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *PROBUS*, v.11, n.1.
- _____. (2001). Nomes e pronomes na aquisição. *Letras de Hoje*, v. 36, n.3, p. 101-12.
- _____. (2002). *Pronomes fortes e fracos na sintaxe do português brasileiro*. UNICAMP. Mimeo.
- LIGHTFOOT, David. (1999). *The development of language: acquisition, change and evolution*. Oxford: Blackwell.
- LUCCHESI, Dante. (1999). A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. *A cor das letras*, 3, p. 73-100.
- OLIVEIRA, Klebson. (2003). *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso latim vulgar?* 2 v. Dissertação (Mestrado). Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- NARO, Anthony. (1981). The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*. LSA, 57, n. 1, p. 63-98.
- _____; SCHERRE, Marta. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*, 9, p. 437-54n. Especial.
- PINKER, Steven. Words, words, words. In: PINKER, Steven. (1995). *The language instinct. How the mind creates language*. New York: Harper Perennial.
- SORIANO, Olga F. Los pronombres átonos en la teoría gramatical. Repaso y balance. In: SORIANO, Olga F. (Ed.) (1993). *Los pronombres átonos*. Madrid: Taurus Universitaria, p.13-62.
- STUMP, Gregory T. Inflexion. In: SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold. (Ed.) (1998). *The handbook of morphology*, p. 13-43.

ABSTRACT: Based on Givón (1984) and Kato (1999), this paper analyses the verbal-subject concordance, which is a relevant subject to the understanding of the Brazilian Portuguese

RIBEIRO, Ilza; LOBO, Tânia. A concordância de número entre verbo e sujeito em textos escritos por negro forro na Bahia do século XIX.

historical formation. It has as *corpus* fifteen records of the 'Sociedade Protetora dos Desvalidos' assemblies autographed during the nineteenth century by a brazilian free negro, not fully literated, born in Salvador-Bahia.

Keywords: Brazilian Portuguese, Verbal-subject Concordance.

UM MODELO PARA A ANÁLISE DA REFERÊNCIA NOMINAL EM NARRATIVAS ORAIS E ESCRITAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Karin Gutz Inglez**

RESUMO: Neste estudo, propõe-se um modelo para análise da referência nominal na produção discursiva oral e escrita de falantes nativos de português e alemães que aprendem o português como segunda língua. O modelo de análise elaborado prevê uma análise: pragmática e sintática, permitindo que sejam traçadas correlações entre ambas. A análise também pode ser acompanhada pela numeração dos sintagmas nominais referenciais, para que sejam traçadas as cadeias de correferência. Por fim, é apresentado o programa para o aplicativo *Microsoft Word* desenvolvido para este estudo, que procura facilitar a criação de um banco de dados de sintagmas nominais referenciais analisados.

Palavras-chave: Referência, Língua Oral, Língua Escrita, Narrativas.

Introdução

O presente artigo expõe o modelo de análise desenvolvido para o estudo da referência nominal em textos orais e escritos de falantes nativos e não-nativos de português. Para tanto, parte-se inicialmente de uma breve descrição de alguns dos desdobramentos teóricos obtidos em trabalhos realizados sobre a referência.

* Este artigo apresenta alguns resultados da dissertação *A referência no discurso oral e escrito de falantes nativos de português e aprendizes alemães do português brasileiro*, bolsa Fapesp (Proc. n. 00/08664-5).

** Universidade de São Paulo (Pós-Graduação).

A referência esteve no centro das discussões lingüísticas e filosóficas a partir do início do século passado. Sob a perspectiva da lógica e da filosofia, o discurso deveria ter uma referência a algo que lhe é externo, daí a necessidade da definição de sentido e de referência. Os questionamentos filosóficos acerca do assunto tinham como sentido clássico a preocupação com a realidade, veracidade, a existência e a unicidade das expressões denotadas pelo referente. É sob esta perspectiva que giram os postulados de Frege ([1892]1978), Russel (1905 Apud LINSKY, 1967) Strawson (1950) e Quine (1960).

A dicotomia sentido *versus* referência aos poucos também permeou o campo dos estudos lingüísticos e o tema continua sendo objeto de constantes indagações. Na lingüística, considerações importantes são traçadas por Lyons (1977). Em seu estudo, a referência é compreendida como dependente do enunciado. Sempre que uma expressão de uma dada frase é dotada de referência, parte-se do princípio de que tal frase, pronunciada em um dado contexto, tem um valor de comunicação. O termo referência é tomado como “a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (p. 145).

A concepção da referência sob uma perspectiva discursiva se intensificou em estudos lingüísticos posteriores. Um exemplo são as observações feitas acerca da referência por Brown e Yule (1983). Para os autores, o sucesso da referência depende da compreensão, por parte do ouvinte, da mensagem corrente. Esse ponto introduz o que Brown e Yule denominam “identificar o referente pretendido pelo falante” (*identifying the speaker's intended referent*) (p. 205) que é de importância crucial para qualquer interpretação de expressões referenciais no discurso. A função da referência depende da intenção em uma dada situação particular e o recurso referencial empregado para tanto está relacionado a essa intenção.

Esse princípio da identificação do referente pretendido pelo falante tem relação com a representação discursiva dos interlocutores. Brown e Yule propõem que pode ser estabelecida uma distin-

ção analítica entre o que está no mundo e o que deve ser descrito como uma representação do que é o mundo na mente das pessoas. Em uma situação discursiva particular, os indivíduos criam representações discursivas. Essas representações são consideradas representações individuais do discurso e se encontram atreladas a uma representação mais geral do mundo.

Aplicando esses fatos à referência, os autores estabelecem que quando um falante, com base em sua representação, usa uma expressão para mencionar uma entidade individual, esse falante levará em consideração as características da representação discursiva em desenvolvimento por parte de seu ouvinte. Essas características seriam, por exemplo, convenções socioculturais, preocupações com o contexto e convenções comunicativas. O ouvinte irá pressupor que o falante estará operando com tais características e as terá como base para identificação do referente pretendido pelo falante.

Brown e Yule observam o ato de referenciar em sua relação com o co-texto e o contexto, assim como a relação do referente com a representação que cada indivíduo faz do mundo. Essas propostas vêm sendo constantemente retomadas em pesquisas recentes. Dois autores brasileiros, Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Koch, têm dedicado uma série de estudos ao tema da referência e, sobretudo, a algumas de suas estratégias de realização. A noção de referência adotada em Marcuschi e Koch (1998) e Marcuschi (1999 e 2000) não é tomada no sentido tradicional de designação extensional de referentes do mundo extra-mental, como o era na vertente filosófica de análise do fenômeno. “A referência é tida como aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (1998, p. 5).

Marcuschi e Koch postulam que o cérebro não realiza um espelhamento da realidade, ele reelabora os dados sensoriais vindos do mundo para fins de apreensão e compreensão. O que se assemelha à postura de Brown e Yule de supor a criação de representações discursivas por parte dos interlocutores.

Porém, mais do que à cognição, Marcuschi e Koch parecem conferir papel decisivo ao discurso, pois é nele que os referentes seriam de fato construídos. Os referentes são compreendidos como “objetos de discurso” e não “objetos de mundo”. A referência é tomada como um processo, relacionada à noção de processo de produção discursiva, o que faz com que o termo por eles empregado seja referenciação.

A referenciação apresenta-se como um termo mais adequado por representar a natureza dinâmica dos referentes, isto é, eles são introduzidos, modificados, reciclados e reativados ao longo dos movimentos discursivos.

Um aspecto bastante relevante, também enfatizado por Marcuschi (1999), é a importância dos recursos referenciais na constituição da coerência textual. A coerência se estabelece como uma condição e uma necessidade discursiva. Ela se constrói devido a relações de sentido internas e externas ao discurso. “Essas relações são mediadas por elos representados por proposições, fatos, em que a atividade referencial consistiria uma espécie de base. É nesse ponto que se situa a relevância da referenciação como uma das fontes desses elos” (p. 13). A referenciação funciona como um fio condutor necessário microtextualmente (na formação de relações locais) e macrotextualmente (na construção de representações).

Desse modo, é possível perceber que coerência e referência se mostram como relações co-dependentes e estreitamente relacionadas. A essas duas condições textuais se alia uma terceira: a condução tópica. A progressão referencial diz respeito à introdução e manutenção de referentes textuais, ao passo que a condução tópica está relacionada aos assuntos tratados ao longo do texto.

Essa relação tripartite é fundamental para a constituição textual, o que motivou a pesquisa de um de seus eixos: o funcionamento da progressão referencial na aquisição do português como língua materna e como segunda língua. Este breve artigo se detém, portanto, a apresentar o modelo de análise desenvolvido para o exame da

referência nominal no discurso oral e escrito de falantes nativos e não-nativos (alemães) de português.

1 BASES DO MODELO DE ANÁLISE

1.1 Corpus

Embora seja possível vislumbrar a aplicação deste modelo para o desenvolvimento de outras pesquisas lingüísticas, seu objetivo primeiro foi fundamentar o estudo da referência nominal em 40 narrativas em língua portuguesa. As narrativas foram produzidas por dez alunos falantes nativos de português (cinco da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental e cinco da 1ª e 2ª séries do ensino médio) e por dez alunos falantes nativos do alemão e aprendizes do português brasileiro (também cinco da 5ª e 6ª séries do ensino fundamental e cinco da 1ª e 2ª séries do ensino médio). Todos são estudantes do Colégio Visconde de Porto Seguro.

Cada aluno produziu duas narrativas, primeiramente uma narrativa na modalidade oral e, em seguida, uma na modalidade escrita. As redações foram produzidas após a apresentação de um filme mudo, preto e branco, com 13 minutos de duração.

A seleção do filme para apresentação levou em consideração alguns critérios. Primeiramente, como o objetivo da pesquisa foi analisar os recursos referenciais empregados pelos alunos, bem como o encadeamento do processo referencial nos textos, procurou-se uma história que se centrasse em um número reduzido de referentes e com uma série de aparições dos mesmos protagonistas.

Como a pesquisa envolvia a análise das produções de falantes nativos e não-nativos, era de suma importância que o filme fosse mudo, para que parte dos espectadores não fosse beneficiada. O filme mudo também garante que os informantes empreguem seus próprios recursos lingüísticos e não se valham dos recursos dados pelo filme.

A história apresentada aos alunos é de fácil compreensão e apresenta uma sucessão bastante lenta de eventos. Esse fato foi considerado por haver duas faixas etárias envolvidas e todos deveriam compreender a história que lhes estava sendo apresentada.

O filme selecionado foi um desenho animado de Lotte Reiniger (1899-1981), *Dr. Doolittle*, por ser sobre uma figura literária conhecida praticamente no mundo todo, evitando, assim, problemas de compreensão.

Os alunos assistiram juntos ao filme e foram convidados a narrar a história de forma individual, primeiro em língua oral (narrativa gravada) e depois em língua escrita.

A opção de realizar, primeiramente, a narrativa em língua oral e depois a narrativa em língua escrita foi adotada a exemplo dos estudos realizados com textos de natureza oral e escrita por Fávero, Andrade e Aquino (1999) e Marcuschi (2001).

O objetivo para se fazer primeiro as narrativas orais foi a manutenção da espontaneidade dos textos orais e do planejamento praticamente simultâneo à produção discursiva, que caracteriza boa parte dos textos nessa modalidade de língua.

Já o texto escrito, por ser, em geral, uma interação à distância, dispõe da possibilidade de um maior tempo de planejamento. Assim, se a narrativa escrita tivesse sido realizada primeiro, ao produzir o texto oral, o aluno já disporia de um planejamento anterior à sua produção discursiva, e mais, o fato de ter produzido o texto escrito poderia trazer interferências da escrita para a oralidade.

Por esse motivo, tornou-se mais conveniente fazer, primeiramente, a coleta do material oral, embora tenha sido considerada a hipótese de que, por terem sido produzidas depois das orais, as narrativas escritas pudessem apresentar uma estrutura mais adequada.

Com o término do levantamento do *corpus*, deu-se início à fase de digitação e transcrição das narrativas orais. As normas empregadas para a transcrição dos textos na modalidade oral são as estipuladas pelo Projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta), com algumas adaptações e alterações.

1.2 Sintagmas nominais referenciais, atributivos e predicativos

Tendo por base os estudos com uma vertente mais teórica sobre a referência, apresentados brevemente na introdução, e o *corpus* ao qual o modelo seria aplicado, deu-se início à sua elaboração.

O primeiro esclarecimento necessário é em relação à distinção entre sintagmas nominais referenciais, atributivos e predicativos. A possibilidade de que os sintagmas nominais possam ser usados referencialmente e de uma maneira não-referencial foi discutida amplamente por Donnellan ([1966] 1998) e pelos sucessivos autores que a ele se referem.

O exemplo mais célebre em torno do qual gira a discussão é “O assassino de Smith é insano”. A observação que se coloca é a de que há duas possibilidades de interpretação para a frase mencionada. A leitura referencial estabelece que o sintagma nominal definido “O assassino de Smith” refere-se a um indivíduo específico, que pode ser identificado pelos interlocutores. A outra possibilidade de interpretação é a de que esse sintagma nominal não estaria sendo usado para indicar um referente específico, mas significando “quem quer que tenha assassinado Smith”, um uso atributivo. Nessa interpretação, não fica claro se existe um referente para o sintagma nominal e nem quem seria essa pessoa.

Donnellan ([1966] 1998) restringiu-se, sobretudo, ao estudo da atributividade de sintagmas nominais definidos; porém, de acordo com Blühdorn (2001), a oposição entre os usos referencial e atributivo não se verifica apenas em sintagmas nominais definidos, sendo, inclusive, mais típica em sintagmas nominais indefinidos. Como exemplo, o autor apresenta a discussão feita por Chur (1993, p.12) acerca da frase *Gitta will einen Millionär heiraten* (“Gitta quer casar com um milionário”). A interpretação referencial é a de que Gitta já escolheu o milionário com quem quer se casar. Na leitura atributiva, o noivo, ainda hipotético, deverá ser muito rico.

Blühdorn (2001) apresenta a distinção entre sintagma nominal referencial e sintagma nominal atributivo sob os termos “refe-

rência incondicional” e “referência condicional” Em um exemplo extraído do *corpus* que fundamentou este estudo pode-se visualizar a distinção entre um uso condicional (1) e o incondicional (2):

- (1) “Um senhor navegava em uma caravela com seus animais, porco, macaco, arara, jacaré, pato, cachorro, que eram também seus amigos. A procura de *terra firme*(1), derrepente avistam *terra firme* (2).” (Narrativa escrita produzida por um falante nativo de português da segunda faixa etária)

Na primeira menção do referente *terra firme*, ainda não se sabe se o senhor e sua turma encontrarão a terra que procuravam, o que a coloca numa posição condicional (pode ser que a encontrem). Por sua vez, a *terra firme* (2) avistada constitui-se como incondicional, pois foi encontrada.

Uma outra vertente de sintagmas nominais que não foram considerados referenciais são os predicativos. Um sintagma nominal predicativo pode ser ilustrado pelo seguinte exemplo:

- (2) L1: um senhor que:: tinha um marinheiro... que ele saiu da terra dele com seus animais... que ele considerava *os amigos*... que eram *amigos dele*... (Narrativa oral produzida por um falante nativo de português da primeira faixa etária)

Nesse trecho, a interpretação adotada é a de que os sintagmas nominais *os amigos* e *amigos dele* não foram usados para se referir a um indivíduo, e sim com função predicativa, para atribuir uma característica aos animais.

A definição de se os sintagmas nominais seriam considerados referenciais, atributivos ou predicativos se deu com base no contexto discursivo no qual estavam inseridos. Somente os sintagmas nominais referenciais são analisados neste modelo.

1.3 Fundamentos para o modelo de análise

Partindo do pressuposto de que o sintagma nominal é o recurso lingüístico prototípico para a realização da referência, para elaboração do modelo, foi dado especial destaque ao trabalho de Prince (1981). Em seu estudo sobre o grau de novidade da informação contida no sintagma nominal, a autora se dedica a criar o que ela denomina *a taxonomy of the values of assumed familiarity* (uma taxonomia dos valores de suposta familiaridade). Embora o trabalho de Prince destine-se à análise de qualquer tipo de sintagma nominal, algumas adaptações em sua taxonomia permitiram o seu emprego para a análise do *status* informacional dos sintagmas nominais referenciais, um dos campos de análise do modelo. Por esse motivo, apresentam-se resumidamente os principais aspectos da taxonomia da autora.

1.3.1 *Taxonomia dos valores de suposta familiaridade*

Reconhecer como uma das características das línguas naturais que informações objetivas não são transmitidas em um único plano; esse fato permite constatar que a assimetria informacional é inerente ao discurso, ou seja, informações novas e velhas se encontram misturadas. A diferença entre o que é dado (*given*) e o que é novo (*new*) pode ser percebida em vários níveis: sentença, discurso, modelo de discurso dos participantes na interação.

A distinção entre informação dada e nova é bastante presente na literatura e foi tratada sob diferentes enfoques. Prince considera, no entanto, que o assunto nunca recebeu uma abordagem satisfatória e propõe uma releitura para tais noções, apresentando a sua taxonomia dos valores de suposta familiaridade.

De acordo com o modelo proposto, quando um falante introduz pela primeira vez uma entidade em um discurso, esse elemento é tomado como *novo*. Entidades novas são de dois tipos. Em um dos casos o ouvinte terá de criar uma nova entidade, o que a autora

denomina *brand-new* (novo). A outra possibilidade é o ouvinte perceber que tem uma entidade correspondente em seu conhecimento de mundo e simplesmente recolocá-la, esse processo recebe o nome de *unused* (ainda não utilizado).

As entidades *brand-new* (novas) devem ser criadas pelo ouvinte e podem ser de dois tipos, *anchored* e *unanchored* (ancoradas e não-ancoradas). Uma entidade de discurso é ancorada se o sintagma nominal representado for ligado, em termos de significado, a outro sintagma nominal (por exemplo, por um genitivo). Trata-se daqueles casos em que o sintagma nominal é introduzido para o interlocutor com o respaldo de alguma informação que seja de seu conhecimento. Um exemplo seria:

(3) Eu entreguei *meu livro* a ele.

Embora supostamente novo para o interlocutor, o referente *meu livro* é introduzido com o apoio de uma âncora, no caso o genitivo possessivo *meu*.

Unanchored é o elemento introduzido sem âncoras, ou seja, a entidade nova de fato. Nos exemplos:¹

(4) *Noam Chomsky* foi para NY.

(5) Eu peguei *um ônibus* ontem e *o motorista* estava bêbado.

(6) *Um rapaz com o qual eu trabalho* disse que conhece a sua irmã.

(7) *Um desses ovos* está quebrado.

O referente *Noam Chomsky* quando usado no discurso destinado a um ouvinte estudante de lingüística, por exemplo, é considerado *unused*, segundo a proposta de Prince, o falante assume que é do conhecimento do ouvinte. *Um ônibus*, no exemplo (5), é classificado como novo de fato. *Um rapaz com o qual eu trabalho* é ancorado, sendo a âncora o referente *eu*.

¹ Esses exemplos foram extraídos e traduzidos de Prince (1981, p. 233).

Uma outra caracterização proposta pela autora é *evoked* (evocada). São dois os modos por meio dos quais uma entidade pode ser evocada: ou o ouvinte teria evocado anteriormente, com base no texto, pelas “instruções” do falante (ou seja, anteriormente tal entidade foi nova ou inferível), ou o ouvinte evoca por si mesmo com base em razões situacionais. O primeiro caso seria textualmente evocado e o segundo, situacionalmente evocado.

O terceiro, e mais complexo tipo de entidade, é a inferível. Uma entidade de discurso é inferível se o falante assume que seu ouvinte poderá inferir, por uma via lógica, ou por meio de outras entidades evocadas antes, ou de outras entidades inferidas anteriormente.

No exemplo (5) mencionado, *o motorista* é inferido de *um ônibus*. Os graus de suposta familiaridade considerados pela autora são sintetizados no quadro a seguir:

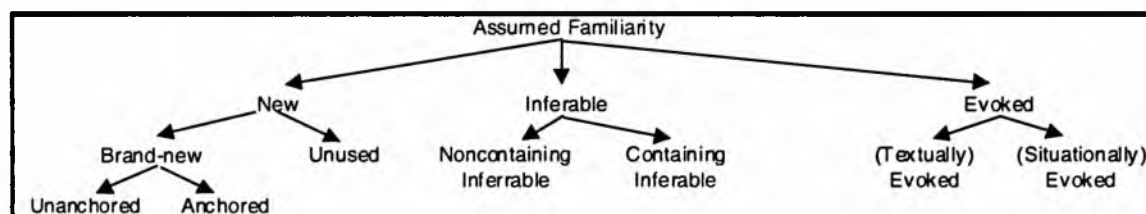


Figura 1. Escala dos graus de suposta familiaridade.

O modelo de Prince destina-se, basicamente, à verificação do grau de acessibilidade cognitiva de cada sintagma nominal ao ouvinte, trata-se da determinação da função pragmática. Sua proposta foi de grande valia para a elaboração de um modelo de análise, pois representa uma alternativa teórica passível de ser aplicada para a classificação e interpretação de entidades novas e dadas.

1.3.2 A necessidade de uma descrição formal

No modelo de Prince, a consideração de um sintagma nominal como *novo*, *inferível*, *unused* ou *evocado* tem por base um as-

pecto formal (a definitude ou indefinitude dos sintagmas). Sintagmas nominais definidos foram interpretados como *evocados*, *unused* ou *inferíveis* e, quando na presença de uma âncora, como *ancorados*. Já os sintagmas nominais indefinidos foram interpretados como *novos*. Esse aspecto faz com que a análise não possa prescindir de uma descrição formal dos sintagmas nominais. A esse problema já alertavam Brown e Yule (1983): “a única evidência que se tem do *status* que o falante ou escritor atribui às diferentes entidades é a forma da expressão que ele produz” (p.187-8).

Esses autores fizeram uma tentativa de estabelecer uma taxonomia do *status* informacional independentemente das formas de expressão empregadas pelo falante, e concluíram que é impossível fazê-lo. Por esse motivo, o presente modelo inclui a análise pragmática, da suposta familiaridade dos referentes, e uma descrição sintática de todos os sintagmas.

Há autores, como Marslen-Wilson et al. (1982) e Ariel (1991) que procuraram realizar seus estudos sobre a referência com base principalmente na forma lingüística do sintagma nominal. Em seu estudo sobre a manutenção e o estabelecimento de referentes em um texto produzido por um estudante de psicologia, Marslen-Wilson et al. fizeram uso de um modelo centrado, sobretudo, no grau de especificidade da forma da referência, além de informações sobre o grau em que os referentes estão inseridos na estória (*estória*, *episódio*, *evento*), se o referente está em foco ou não, e outras informações adicionais.

Também é a partir da observação da forma dos sintagmas nominais referenciais que Ariel cria um modelo universalista que pretende graduar as expressões referenciais em termos de quão explícita é a expressão. Ou seja, quanto mais reduzido for um sintagma nominal, com o grau extremo de redução sendo o grau zero, mais acessível é esse referente ao seu receptor. No entanto, quanto mais formalmente explícita for uma expressão (sintagma nominal completo com artigo, nome e atributo adnominal) mais ela estaria indicando a baixa acessibilidade do referente ao interlocutor. Ariel

engloba em sua escala de acessibilidade somente as expressões tradicionalmente consideradas definidas. Expressões indefinidas (que se referem a referentes novos) não são contempladas por seu modelo.

De acordo com Blühndorn, o que permite a interligação da acessibilidade dos sintagmas nominais referenciais com a sua forma lingüística é o princípio de economia que permeia o âmbito formal e discursivo. O princípio se resume em: quanto mais informações relevantes o interlocutor já possui acerca do referente, menos informações o falante precisa lhe dar e menos material lingüístico ele precisa usar para tanto. Contudo, quanto menos informações relevantes o interlocutor possuir, mais informações o falante precisa lhe dar e, portanto, mais material lingüístico ele precisa usar.

Por sua vez, embora com trabalhos de natureza mais teórica e definidora, Marcuschi e Koch (1998) apresentam algumas exemplificações de análises com base nos diversos processos e estratégias de referenciação por eles verificados. O modelo geral para o processo de referenciação, construído pelos autores, é bastante complexo e apresenta dentre outros aspectos os três modos gerais de referenciação definidos, a saber: referenciação especificada, referenciação inferida e referenciação construída (introdução do referente).

A partir dos modos de referenciação, são estabelecidas as diversas estratégias de realização textual que caracterizam cada modo, o que, de certa maneira, também procura aliar, em um único modelo, o processo de referenciação em curso ao modo como ele é representado formalmente. Por exemplo, a referenciação especificada teria por estratégias: a anáfora nominal (repetição lexical), a anáfora pronominal, a anáfora nominal (sinonímia e paráfrases), nominalizações e uso de descrições definidas.

No entanto, após analisar as diferentes propostas de estudo de sintagmas nominais referenciais que muito contribuíram para esta pesquisa, a opção adotada foi de que a acessibilidade do referente e a forma sintática que realiza a referência seriam descritas,

em linhas gerais, separadamente. Isso se deve ao fato de não haver uma correspondência direta, como alguns autores propõem, entre a forma sintática do sintagma nominal e sua função pragmática. Por exemplo, ao usar um sintagma nominal definido em:

(8) O papagaio pegou *a chave*.

O referente *a chave* pode ser apresentado de forma definida por já ter sido pré-mencionado, mas também pode adquirir essa forma por ser um referente inferível, pela pré-menção do referente *a prisão*.

Assim, ao descrevermos separadamente forma e acessibilidade de sintagmas nominais referenciais, é possível visualizar as correlações existentes entre ambas. A observação das correlações também possibilita a análise da adequação da forma sintática à acessibilidade, permitindo que se verifique, por exemplo, se o falante não usou um sintagma nominal definido para introduzir um referente novo para o interlocutor, dificultando a sua compreensão. Exemplo:

(9) Depois eu encontrei *o homem*.

Quando, na realidade, o interlocutor desconhece *o homem* ao qual o falante está se referindo.

2. MODELO DE ANÁLISE

2.1 Grau de novidade da informação

A primeira parte do modelo detém-se, portanto, à análise da função pragmática do referente e tem por base, sobretudo, a taxonomia criada por Prince sobre a suposta familiaridade dos sintagmas nominais, com algumas adaptações e simplificações.

A classificação empregada foi denominada *Classificação do grau de novidade da informação*, pois seu objetivo principal é de-

terminar a acessibilidade do sintagma nominal referencial ao ouvinte.

Na abordagem adotada, procurou-se dar maior relevância ao fator identificabilidade ou não-identificabilidade dos referentes que, embora permeasse a proposta de Prince, não foi explicitada em sua análise. Ao atribuir um novo *status* à identificabilidade, foi possível realizar uma redistribuição das diversas categorias estabelecidas, e graduá-las de acordo com a novidade de informação transmitida pelo sintagma, o que pode ser observado na tabela:

Tabela 1. Grau de novidade da informação.

Identificável						Identificável por intermédio de âncora	Não-identifi-cável
Pela Situação	Textualmente		Intertextualmente			Classificado como um referente identificável	Novo
	Referencial pré-mencionado	Não-referencial. pré-mencionado	Unused (antes não ativado)	Inferível			
				Dedu-tiva.	Indu-tiva.		
1A	1BI	1BII	1CI	1CIIa	1CIIb	2	3

Como é possível visualizar, a classificação distingue entre três grandes níveis: identificável, identificável com intermédio de âncora, não-identificável. A identificabilidade ou não-identificabilidade dos referentes parte da distinção entre sintagmas nominais definidos e sintagmas nominais indefinidos. Elementos definidos foram interpretados como indicadores de identificabilidade e, a partir daí, classificados entre as categorias de elementos considerados identificáveis (pela situação, textualmente, intertextualmente).

A identificabilidade do referente também pode ser possível graças à presença de uma âncora. E, por fim, encontram-se os sintagmas nominais referenciais em que há ausência de definitude, tomada como indicadora de novidade.

2.1.1 *Referentes identificáveis*

Uma vez estabelecida a classificação no plano da identificabilidade, os fatores que determinarão em que nível hierárquico de novidade o referente será enquadrado são os aspectos contextuais, trata-se de uma classificação pragmática.

O nível mínimo de novidade é atribuído aos referentes identificáveis pela situação. Entidades situacionalmente identificáveis são os participantes do discurso e outros componentes salientes do contexto extratextual. Um exemplo é o referente *o filme* em:

- (10) Como acabamos de ver, *o filme* mostra um marinheiro e seus animais a caminho da África.

Os referentes também podem ser identificados textualmente, de duas maneiras. No primeiro caso (1BI), o referente já foi pré-mencionado no texto de forma referencial e é retomado. Como o referente *o nativo* no exemplo:

- (11) *Um nativo* apareceu com uma raquete de tênis, *o nativo* brincou com o papagaio.

A segunda possibilidade é a de que o referente tenha sido textualmente introduzido, porém não mediante um sintagma nominal referencial. Esse nível de identificabilidade, 1BII, abarca casos como a retomada de um sintagma nominal introduzido atributivamente e de maneira predicativa, como no exemplo:

- (12) O marinheiro e seus animais estavam à procura de *terra firme*, derrepente avistam *terra firme*.

Nesse exemplo, a segunda aparição do sintagma nominal *terra firme* é referencial e foi classificada como (1BII), ou seja, trata-se da retomada de um sintagma nominal não-referencialmente pré-mencionado (a primeira menção atributiva de *terra firme*). As nominalizações também foram abarcadas por essa categoria, pois utilizam

material lingüístico anterior e transformam-no em referencial, como em:

- (13) O marinheiro e seus animais *viajavam* em seu navio, *a viagem* foi bastante longa.

Os referentes também podem ser identificáveis por intermédio da intertextualidade. Segundo Beaugrande e Dressler (1981), a intertextualidade relaciona-se às diversas maneiras pelas quais a produção e a recepção de determinado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, diz respeito aos fatores que tornam a leitura e a compreensão de um texto dependente de outros textos previamente existentes. Portanto, por intertexto entende-se o universo dos textos (falados e escritos) que representa o conhecimento dos integrantes de uma população de comunicadores.

O primeiro tipo de referentes identificáveis intertextualmente é aquele denominado, por Prince, *unused*. Ele se dá quando o falante acredita que um referente é de conhecimento de seu interlocutor, sendo considerado apenas *antes não-ativado* no texto atual. No exemplo:

- (14) *O mar* estava revoltado.

O mar é considerado *unused*.

A outra categoria de referentes identificáveis intertextualmente é a inferível. De acordo com Prince, uma entidade de discurso é inferível se o falante assume que seu interlocutor pode inferir, por via lógica, e identificar um referente pelas entidades identificáveis mencionadas anteriormente e/ou outras inferências possibilitadas pelo texto ou pela situação comunicativa. Um exemplo é:

- (15) O Dr. Doolittle vai para *a prisão* deles, mas a ave pode fugir e pegar *a chave*.

Esse exemplo se enquadra no que foi identificado por Hawkins (1978) como anáfora associativa. O SN *a prisão* desencadearia uma série de associações dentre as quais se encontra *a chave*. Assim, ao mencionar o SN *a chave*, o falante pode fazer uso do artigo definido por pressupor que o interlocutor deduzirá que se trata da *chave da prisão*. Essa categoria de inferência foi considerada dedutiva (1CIIa).

Blühndorn identifica um outro tipo de processo inferencial, como no exemplo:

- (16) Um homem viajou com *seus animais* para África. *O macaco* foi o primeiro a entrar no barco.

De acordo com o autor, quando nos deparamos com o referente *seus animais*, não é possível deduzir automaticamente *o macaco*. O processo inferencial nesse caso é retroativo, a ocorrência do referente *o macaco* permite que o interlocutor possa induzir que no conjunto de animais previamente mencionado existia um macaco. Nesse caso, o uso do artigo definido não se justifica pela expectativa antecipada, como no exemplo (15), mas sim pela sua processualidade *ex post*. Essa categoria de inferência foi denominada inferência indutiva (1CIIb).

Chafe (1996) também aponta uma diferença entre duas modalidades de processos inferenciais. Embora situe a distinção entre as modalidades no campo do contraste entre identificabilidade e acessibilidade, o autor ressalta que em um dos processos inferenciais estariam em operação associações essenciais e, no outro, não-essenciais. São as associações não-essenciais que parecem estar em operação nas inferências indutivas. Nesse processo, tem-se que, ao mencionar, por exemplo, o referente *seus animais* e subsequente-mente mencionando *o macaco*, a associação é suficiente para tornar o referente *o macaco* identificável, mas ele não pode ser considerado já semiativo na consciência do interlocutor, o que caracteriza o processo indutivo.

2.1.2 *Referentes identificáveis por intermédio de âncora*

Os referentes identificáveis por meio de sintagmas nominais com âncora são aqueles em que a identificação é possível graças ao suporte de elementos lingüísticos formais (a âncora) que estabelecem um vínculo entre o referente novo, que está sendo introduzido, e um referente identificável.

A âncora se dá normalmente sob a forma de possessivos, sentenças encaixadas ou sintagmas preposicionados adnominais que permitem a identificação do referente. No exemplo:

(17) O filme mostra um marinheiro e *seus animais*.

O referente *animais* é identificável devido à presença da âncora, representada pelo pronome possessivo *seus*. Portanto, o sintagma nominal completo *seus animais* foi classificado como 2. A âncora *seus* retoma, por sua vez, o referente *marinheiro* e, por ser ela mesma também um recurso referencial, foi paralelamente classificada como pertencente ao nível 1BI (retomada de referente previamente mencionado).

Outro exemplo de referente classificado como (2) é:

(18) A ave pode fugir e joga a bola na *casa do líder*.

A *casa* torna-se identificável pela presença do sintagma nominal encaixado *o líder*. É interessante apontar que, no trecho do qual foi extraído este exemplo, o referente *o líder* não havia sido pré-mencionado, trata-se de um sintagma nominal inferível por meio do referente *canibais*, previamente mencionado. Esse exemplo ilustra a gama de possibilidades dos processos de ancoragem que podem se realizar no discurso.

É necessário salientar, no entanto, que existe também a possibilidade de ocorrerem âncoras nulas, como no exemplo:

(19) Ele quebrou *o braço*.

Nesse caso, pode-se dizer que existe um genitivo nulo, o pronome *seu* que, embora não explícito, permite a identificação do referente. No entanto, no presente modelo foram considerados como ancorados apenas os sintagmas nominais em que se tinha uma âncora explícita. O sintagma nominal *o braço* foi, portanto, classificado como inferível dedutivamente (1CIIa).

2.1.3 Referentes não-identificáveis

O grau máximo na escala de novidade da informação é ocupado pelos referentes novos, isto é, não-identificáveis. São sintagmas caracterizados pela ausência de definitude e podem ser exemplificados pelo referente *uma ilha* em:

(20) O homem e seus animais chegaram *numa ilha*.

2.1.4 Algumas reflexões sobre o modelo de análise

Cabe destacar, no entanto, que a tipologia para o presente estudo foi configurada para análise de textos simples, produzidos por falantes ainda sem domínio pleno da língua. Para dar conta da análise de textos mais complexos, seria necessário um refinamento futuro do modelo.

Como ponto a ser possivelmente refinado, pode-se apontar a categoria 1BI. Essa categoria acabou por tornar-se bastante abrangente e pouco discriminadora. Por exemplo:

(21) *Um homem e seus animais* partiram em um navio. Haviam algumas pessoas se despedindo, entre elas, um menininho que acenava com um lenço e derramava algumas lágrimas.

Chegou a noite, depois o dia. Até que o navio bateu. *Seus tripulantes* conseguiram escapar, mas, infelizmente, o navio afun-

dou! (Redação de uma falante nativa de português da segunda faixa etária.)

Como pode ser observado no trecho em destaque, há uma troca mais significativa por um sinônimo na retomada dos referentes iniciais. Para verificar a referência, o leitor terá de partir de processos inferenciais, como foi proposto por Marcuschi (2000), embora os referentes tenham sido previamente mencionados.

De modo a não tornar o modelo mais complexo, optou-se por considerar essas trocas por sinônimos como uma manutenção da cadeia referencial. No entanto, é importante ressaltar que a tipologia adotada ainda não é plenamente satisfatória em relação a esse tipo de retomada da referência.

2.2 Descrição dos sintagmas nominais referenciais

A segunda parte do modelo detém-se à análise sintática do sintagma nominal referencial. Para tanto, são apresentados inicialmente alguns fundamentos teóricos que nortearam a criação da tipologia para descrição sintagmática.

2.2.1 *Fundamentos para a descrição dos sintogmas nominais*

A tipologia de descrição estabelecida para a análise dos sintagmas nominais referenciais teve por base esclarecimentos apresentados por Blühdorn (1994, p. 171 et seq.) acerca do sintagma nominal. Para o autor, o sintagma nominal padrão, que pode ocorrer em qualquer trecho do discurso, responde, tipicamente, a quatro perguntas:²

- (i) Sobre qual tipo de objeto (categoria) versa o falante?

² Essas perguntas foram elaboradas pelo autor a partir de seu texto (BLÜHDORN, 1994).

- (ii) Trata-se de que quantidade desse objeto?
- (iii) O objeto representa uma parcela de uma quantidade maior pressuposta no universo discursivo? De que parcela se trata?
- (iv) O falante versa sobre um objeto específico, identificável no universo discursivo? Como sua identidade pode ser verificada pelo receptor?

Os recursos lingüísticos prototípicos que respondem à primeira questão são os substantivos (denominados “descritores” na terminologia de Searle ([1969]1995)). No sintagma nominal *o prato*, o descritor *prato* caracterizaria o objeto como prato. De acordo com o autor, a descrição teria por função apoiar o receptor na criação de uma representação cognitiva do “objeto”

Os quantificadores e a categoria gramatical de número forneceriam a informação relativa à segunda pergunta, à quantidade do “objeto” Os quantificadores são divididos em quantificadores de contagem e quantificadores de medição. Ao primeiro grupo pertencem os numerais cardinais (como *um, dois, dez*, etc.) e elementos como *muitos, alguns, diversos* entre outros. O segundo grupo engloba o *muito* e o *tanto*.

O conjunto de elementos que respondem à terceira indagação abrange os chamados quantificadores restritivos (*cada, todo, todos* e *ambos*). Esses quantificadores distinguem-se dos quantificadores simples por pressuporem um determinado conjunto ou uma determinada quantidade daquilo que o substantivo especifica.

A quarta pergunta estabelecida pelo autor é respondida pela classe dos determinantes, que inclui o artigo definido, os demonstrativos e os possessivos. É a essa classe que cabe a função de determinar a identificabilidade de um “objeto” no universo discursivo, e foi considerada o foco da descrição sintática deste modelo.

Na explicitação feita por Blühndorn, é possível notar os papéis distintos atribuídos aos quantificadores e aos determinantes no in-

terior do sintagma nominal. Essa distinção foi tema de alguns trabalhos de Vater (1984, 2001).

Vater (2001) apresenta a trajetória percorrida pela categoria “artigo”, que continha, na antiga gramática grega, o artigo definido e o artigo indefinido. Em sua análise, é dado primeiramente destaque ao estruturalismo, visto que foi responsável pelo prolongamento da antiga classe dos artigos, que passou a ser chamada de classe dos “determinantes”. À categoria “determinantes” foram adicionados os demonstrativos, os possessivos e os indefinidos.

O critério fundamental para a unificação dos pronomes e do artigo definido em uma única classe foi o fato de essas categorias possuírem um comportamento sintagmático (em sua ligação com os adjetivos e substantivos) e paradigmático (ao virem na mesma posição) semelhante. Exemplo:

(22) *Os / esses / nossos / alguns* livros foram encontrados.

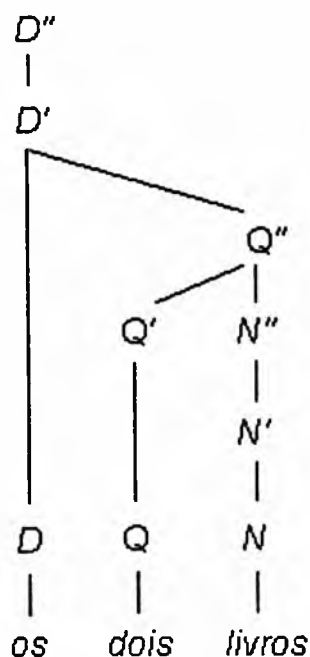
Alguns autores, no entanto, perceberam que, com a unificação, duas classes de natureza diversa ainda permaneceram incluídas no conjunto dos determinantes, uma das classes tinha por característica quantificar e a outra, identificar. A divisão em duas categorias distintas, a dos determinantes e a dos quantificadores, deu-se antecipadamente por Glinz (1952).

A unificação do artigo definido aos pronomes e a distinção entre quantificadores e determinantes também permeou os estudos gerativistas. Abney (1987) postulou até mesmo que a determinação seria a realização de uma categoria funcional D(et), que forma a cabeça de um *determiner phrase* (DP).

Ao serem considerados membros da categoria dos determinantes, os pronomes também foram descritos como DPs, com a particularidade de serem intransitivos. Desse modo, existiriam DP transitivos como *o homem*, em que o determinante *o* tem o nome *homem* como complemento, e DP intransitivos, como o pronome *ele*.

Por sua vez, os quantificadores formariam, de acordo com Löbel (1989) e Bhatt (1990), um *quantifier phrase* (QP). Desse modo, o quantificador funciona como cabeça da estrutura, e a função do QP é a quantificação, sendo regido pelo quantificador. O exemplo (23) ilustra a descrição de um DP que contém um QP:

(23)



Como um dos fundamentos para não se considerar determinantes e quantificadores uma classe única, Vater aponta a possibilidade de combinação entre ambos, exemplo:

(24) Eu tenho três discos. *Os três* são interessantes.

O fato de os quantificadores poderem vir separados do SN complemento, o que geralmente não ocorre com os determinantes, também é apontado como um indício para se tratar de classes diversas.

Em termos semânticos e conceituais, a distinção é clara: a determinação é a marca da definitude. Um sintagma nominal defi-

nido significa que ele pode ser identificado pelo falante e pelo ouvinte. Para o autor, a indefinitude não precisaria ser marcada, trata-se simplesmente da ausência de definitude. Já os quantificadores não são marcados quanto à definitude e podem, por esse motivo, se unir a determinantes sem ocasionar ambigüidade quanto a se o SN é definido ou indefinido. No exemplo (24), o sintagma *os três* ou o sintagma completo *os três livros* é, portanto, marcado quanto à definitude e à quantificação.

Maior problemática de adoção dessa distinção é encontrada com o “artigo indefinido”, especialmente no português. Isso porque, a língua alemã, por exemplo, permite a ocorrência de frases como:

- (25) *Das eine Glas ist leer.*
[o um copo está vazio]

Frases como essas reforçam, na língua alemã, a hipótese da combinabilidade como um indício de que duas categorias distintas estão em uso (o quantificador *um* e o artigo definido *o*). Mas cabe também mencionar que muitos outros autores não seguem Vater. Dentre eles, destacam-se Zifonun, Hoffmann e Strecker (1997) que consideram o artigo indefinido *ein* marcador de indefinitude e distinguem-no de um adjetivo *ein* homônimo, que é usado em construções como *das eine Glas*.

A esse respeito, o português apresenta uma dificuldade adicional, pois exemplos como “o um copo está vazio” são agramaticais. Esse fato faz com que autores, como, por exemplo, Neves (2000) avaliem também a existência de dois tipos distintos de *um*, em um caso sendo o artigo indefinido e em outro, o numeral *um*. Ao primeiro caberia a marcação da indeterminação, não da singularidade, já o numeral *um* estaria afirmando a singularidade, ou a qualidade de ser único. Para a autora, do ponto de vista da quantidade, isso significaria que, no caso do “artigo indefinido”, fala-se em “pelo menos um” e no caso do numeral, em “exatamente um”

A esse respeito Blühdorn³ apresenta uma alternativa de interpretação que permite ser possível considerar a existência apenas do quantificador *um*. Na medida em que se considera a indefinidade puramente a ausência de definitude, a existência de um artigo indefinido não se justifica. O *um* é interpretado como um numeral e, juntamente com outros numerais, pode ser usado em sintagmas nominais indefinidos. Pode-se dizer, por exemplo:

(26) Eu tenho *um carro novo*. ou Eu tenho *dez carros novos*.

Em ambos os casos o sintagma nominal é indefinido. O fato de o *um* não ter a possibilidade de ser combinado com o artigo definido, como em outras línguas, sugere que o *um* não se comporta exatamente como os demais numerais em língua portuguesa. Para *um* também existe a possibilidade de plural (uns), o que não acontece com *dois*, *três*, entre outros. A hipótese levantada pelo autor é que o *um* deixou de ser um simples numeral.

Em sintagmas com o número *um*, a singularidade é marcada duplamente, pelo singular e pelo numeral. Essa redundância pode levar a uma dessemantização. O *um* estaria perdendo cada vez mais a sua função de quantificar, pois o singular não pode faltar e já quantifica o suficiente. Desse modo, o *um* acaba por se tornar muitas vezes supérfluo, sendo por vezes omitido.

(27) Você tem *um carro*? por Você tem *carro*?

No entanto, nem sempre o *um* é omitido e, nesses casos, ele estaria marcando a contabilidade. *Um* carro é individuativo, enquanto carro pode ser continuativo, carro como massa. O *um* está perdendo cada vez mais sua função de quantificador, mas mantendo a sua função de marcar individuação, tanto na forma singular como na forma plural. Perdeu também a capacidade de entrar em sintagmas

³ Informação transmitida em uma comunicação pessoal.

definidos, restringindo-se aos indefinidos. Para Blühdorn, essa peculiaridade do uso do *um* resultou na sua interpretação como marcador de indefinidade.

Com base em todas as observações feitas anteriormente acerca da descrição sintática, elaborou-se uma tipologia para facilitar a análise dos sintagmas nominais referenciais.

2.2.2 Tipologia para a descrição formal dos SNs

A estrutura abstrata do SN considerada para a descrição dos sintagmas nominais é: D(Q(N(P))), como, por exemplo, *os dois irmãos Silva*. Assim, temos D, o determinante, Q, o quantificador, N, o nome (inclusive eventuais atributos adnominais, como, por exemplo, genitivos) e P, um possível nome próprio.

D toma Q(N(P)) como complemento. Um D sozinho é considerado intransitivo e constitui por si só um SN (*ele*). Um SN sem D (indefinido) tem a posição D vazia, mas possui essa posição (ausência da marca de definitude). Exemplo:

(28) Encontrei Ø três gatos na rua.

Q toma N(P) como complemento. Um Q pode estar sozinho (*dois*), sendo nesse caso intransitivo ou com complemento (*dois macacos*).

N toma P como complemento. Um N sem P é intransitivo (a maioria dos SNs). Mas existem Ns transitivos, como, por exemplo: *doutor Doolittle*.

De modo a apresentar os tipos de formas sintáticas de maneira mais clara e exaustiva, eles foram organizados de acordo com oito possibilidades de combinação. A descrição procura atribuir maior importância à presença ou à ausência de um determinante, fator relevante para a determinação da identificabilidade dos referentes.

Tabela 3. Descrição sintática adotada no presente estudo.

Tipo	Exemplificação	Descrição
0	Ø	Zero
(1)	Ele	D intransitivo
(2)	O senhor	D com complemento (também pode conter quaisquer atributos adnominais, o que importa é a presença do determinante e do seu complemento)
(3)	Alguns	Q sem complemento (e sem determinante)
(4)	Três pássaros	Q com complemento (também pode conter quaisquer atributos adnominais, o que importa é a ausência de um determinante e a presença do quantificador e do seu complemento)
(5)	Canibais	N sem determinante, sem quantificador e sem nome próprio (também pode conter adjetivos e outros atributos adnominais)
(6)	Doutor Doolittle	N sem determinante, sem quantificador, mas com nome próprio (também pode conter adjetivos e outros atributos adnominais)
(7)	Doolittle	Nome próprio (sem determinante, quantificador, nome comum ou outro elemento que não seja nome próprio)

A classificação mostra a diferença entre sintagmas nominais considerados definidos, que contêm um determinante (tipos 1 e 2), e indefinidos, que não contêm determinantes (tipos 3, 4 e 5). Embora se assemelhem aos definidos, os tipos (6) e (7), com nomes próprios, receberam uma numeração própria.

3. COMPLEMENTOS DE ANÁLISE

3.1 Número do referente

Como pôde ser observado, o modelo de análise elaborado prevê uma classificação quanto ao grau de novidade da informação e uma descrição de seu formato sintático. De modo a tornar a análise mais completa, cada sintagma também pode receber uma numeração para que possam ser traçadas as cadeias de correferência e suas fronteiras.

A correferência é interpretada como significando a referência a uma mesma entidade, a uma mesma representação discursiva previamente introduzida no discurso. Desse modo, a cada referente

introduzido no texto atribuí-se um número. Numerações coincidentes significam que se trata de uma relação de correferência. Exemplo:

- (29) *Um homem* (1) viajava em *um barco* (2) para *África* (3). *O barco* (2) trombou em *uma pedra* (4).

Os referentes *um barco* e *o barco* receberam a mesma numeração por terem sido considerados correferentes. Os outros sintagmas nominais referenciais do exemplo correspondem à introdução de um referente no texto.

Em alguns casos é necessária uma marcação de conjuntos para identificar, em uma cadeia de correferência, quais referentes estão sendo retomados. Como no exemplo:

- (30) O médico (1) viajou em um barco (2) com *um porco* (3), *um pato* (4) e *um macaco* (5) [...] os índios (6) prenderam o homem(1) e os animais (7) $\{3;4;5\}$.

Essa numeração permite acompanhar a progressão referencial com base nos recursos empregados pelos alunos, bem como compreender a estruturação discursiva dos textos, incluindo parágrafos e unidades discursivas.

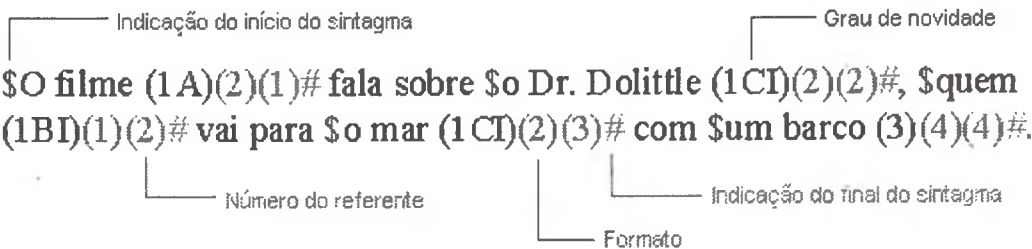
3.2 Programa para compilação automática

Juntamente com a elaboração do modelo de análise foi criado um programa para o aplicativo *Microsoft Word*. O programa desenvolvido tem por objetivo facilitar a quantificação, cruzamento de informações e análises dos fatos verificados. Quando acionado, esse programa executa uma rotina de tarefas que possibilita a compilação das informações textuais desejadas sob a forma de tabelas. As tabelas são compatíveis com os aplicativos *Access* e *Excel*, também da *Microsoft*. Assim, todos os dados podem ser arquivados em uma base de dados em *Excel*, constituindo uma espécie de *corpus* eletrônico de sintagmas nominais referenciais.

O exemplo a seguir ilustra como as marcações para a compilação automática foram feitas no *corpus*. O trecho provém de uma redação de um falante nativo de alemão da segunda faixa etária, há três meses no Brasil.

O trecho original é: *O filme fala sobre o Dr. Dolittle, quem vai para o mar com um barco.*

Introduzidas as marcações e classificações, o texto fica da seguinte maneira:



Cada sintagma referencial encontra-se em um intervalo que vai de \$ a #. O primeiro parêntese, após o sintagma nominal, corresponde à classificação do grau de novidade da informação contida no sintagma. O tipo sintático, correspondente ao sintagma em análise, é observado no segundo parêntese e, por fim, pode-se visualizar o número atribuído ao referente.

Feita a classificação de todos os sintagmas referenciais verificados no texto, o programa passa para a compilação automática e sintetiza todas as informações em tabelas. Ao passar o programa no pequeno trecho apresentado, a tabela gerada é:

Tabela 4. Compilação das informações textuais sob a forma de tabela.

SN	Grau de novidade	Formato	Número do referente
O filme	1A	2	1
o Dr. Dolittle	1CI	2	2
quem	1BI	1	2
o mar	1CI	2	3
um barco	3	4	4

4. EXEMPLIFICAÇÃO DA ANÁLISE

Apresenta-se, a seguir, um trecho integralmente analisado, para que seja possível verificar como são conduzidas as classificações:

Bom, \$Ø(1A)(0)(1)# começou com \$um homenzinho(3)(4)(2)# \$que(1BI)(1)(2)# chamava Dr. Doolittle (não-referencial). N\$um barco(3)(4)(3)# \$ele(1BI)(1)(2)# foi embora com \$um crocodilo(3)(4)(4)#, \$um pássaro(3)(4)(5)#, \$um porco(3)(4)(6)#, \$um pato(3)(4)(7)# e \$um macaco(3)(4)(8)# Quando \$ele(1BI)(1)(2)# foi embora \$a família ou os amigos d*o Dr. Doolittle*(2)(2)(9)# \$*o Dr. Doolittle*(1BI)(2)(2)#tavam chorando. \$Ele(1BI)(1)(2)# navegou por \$muito tempo(3)(4)(10)# n\$o mar(1CI)(2)(11)# e procurou uma ilha (não-referencial). Depois de \$algum tempo(3)(4)(12)# \$ele(1BI)(1)(2)# mandou \$o pássaro(1BI)(2)(5)# para procurar uma ilha (não-referencial). Aí \$ele(1BI)(1)(5)# foi embora.

Redação de um falante não-nativo de português da segunda faixa etária.

É importante explicitar o uso dos asteriscos. Como pode ser verificado no trecho reproduzido, os asteriscos indicam sintagmas nominais encaixados. Como no exemplo:

- (31) Quando ele foi embora \$a família ou os amigos d*o Dr. Doolittle*(2)(2)(9)# \$*o Dr. Doolittle*(1BI)(2)(2)# tavam chorando.

Pode-se observar que o sintagma encaixado (*o Dr. Doolittle*) é classificado na sequência, mantendo ainda os asteriscos que sempre indicarão sua proveniência.

Outra observação em relação ao exemplo (31) é o fato de o sintagma nominal *a família* e *os amigos* terem sido considerados um único referente. Isso se deu porque a classificação empregada levou em consideração não só as palavras usadas pelo falante, mas também a possível intenção do falante ao produzir a expressão. Neste exemplo, torna-se evidente que o falante estava em dúvida quanto a qual seria a melhor forma de estabelecer a referência, isso fez com que fosse considerado como um único referente.

Desse modo, é possível notar que a classificação dos sintagmas nominais referenciais, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo modelo, exige uma tomada de decisão quanto a qual seria a maneira mais adequada de classificar o trecho proferido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise elaborado procura estipular diretrizes para a classificação pragmática e sintática dos sintagmas nominais referenciais em textos orais e escritos de adolescentes falantes nativos e não-nativos de português.

Como uma de suas principais vantagens pode-se apontar a possibilidade de traçar correlações entre as formas sintáticas adquiridas e as funções pragmáticas desempenhadas pelos referentes, o que é muitas vezes pressuposto em outras classificações. O modelo também pode se servir das marcações de cadeias correferenciais, que permitem a análise de um dos eixos fundamentais da constituição textual. Por fim, a possibilidade de contar com um banco de dados de sintagmas nominais referenciais classificados se mostra bastante relevante para auxiliar a compreensão de alguns aspectos do complexo fenômeno: referenciação. Em estudos futuros já serão apresentados os primeiros resultados do emprego desta tipologia de análise, de modo comprovar a sua eficácia e verificar possíveis pontos a serem aperfeiçoados.

BIBLIOGRAFIA

- ABNEY, S. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge/Mass.
- ARIEL, M. (1991). The function of accessibility in a theory of grammar. In: GIORA, R.; KASHER, A. *Cognitive perspectives of language use*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- BEAUGRANDE, R. A. de; DRESSLER, W. U. (1981). *Introduction to text linguistics*. London/New York: Longman.
- BHATT, C. (1990). *Die syntaktische Struktur der Nominalphrase im Deutschen*. Tübingen: Narr.

- BLÜHDORN, H. (1994). Nicht und kein. Zu Auswahl und Verwendung der Negationselemente. *Deutsch als Fremdsprache*, 31, p. 170-5.
- _____. (2001). Generische Referenz. Ein Semantisches oder ein Pragmatisches Phänomen? *Deutsche Sprache*, 29, p. 1-19.
- BROWN, G.; YULE, G. (1983). *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CHAFE, W. (1996). Inferring identifiability and accessibility. In: FRETHERM, T.; GUNDEL, J. K. *Reference and referent accessibility*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing.
- CHUR, J. (1993). *Generische Nominalphrasen im Deutschen. Eine Untersuchung zu Referenz und Semantik*. Tübingen: Niemeyer.
- DONNELLAN, K. ([1966] 1998). Reference and definite descriptions. *Definite descriptions. A reader*. Cambridge/ Mass.: MIT Press.
- FAVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. (1999). *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna*. São Paulo: Cortez.
- FREGE, G. ([1892]⁴ 1978). *Sobre sentido e referência*. São Paulo: Cultrix.
- GLINZ, H. (1952). *Die innere Form des Deutschen*. München & Bern: Francke.
- HAWKINS, J. A. (1978). *Definiteness and indefiniteness*. London: Croom Helm.
- LINSKY, L. (1967). *Referring*. New York: Humanities Press.
- LÖBEL, E. (1989). Q as a functional category. In: BHATT C. ; LÖBEL E.; SCHMIDT C. (Ed.). *Syntactic phrase structure phenomena*. Amsterdam: Benjamins.
- LYONS, J. (1977). *Semântica*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARCUSCHI, L. A. (1999). Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. GELNE VII Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 1-4 de setembro.
- _____. (2000). Quando a referência é uma inferência. Palestra ministrada no *Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - Gel*. Assis, 18-20 de maio.
- _____. (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.
- _____. e KOCH, I. G. V. (1998). *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. (Texto manuscrito).
- MARSLER-WILSON, W. et alii (1982). Producing interpretable discourse: the establishment and maintenance of reference. In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. *Speech, place, and action. Studies in deixis and related topics*. New York: Wiley.
- NEVES, M. H. de M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp.
- PRINCE, E. F. (1981). Toward a taxonomy of Given-New information. In: COLE, P. (Org.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press.
- QUINE, W.V.O. (1960). *Word and object*. Cambridge/ Mass.: MIT Press.
- SEARLE, R. S. ([1969] 1995). *Expressão e significado*. São Paulo: Martins Fontes.
- STRAWSON, P.F. (1950). On referring. *Mind*, 59, p. 223-55.

⁴ Data da primeira edição.

INGLEZ, Karin Gutz. Um modelo para a análise da referência nominal em narrativas orais e escritas do português brasileiro.

VATER, H. (1984). Determinanten und Quantoren im Deutschen. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*. Vandenhock & Ruprecht.

____ (2001). Die Einsamkeit des unbestimmten Artikels. In: ADAMZIK, K.; CHRISTEN, H. *Sprach Kontakt Vergleich Variation*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

ZIFONUN, G.; HOFFMANN, L.; STRECKER, B. (1997). *Grammatik der deutschen Sprache*. Berlin, Gruyter.

ABSTRACT: A modelo is proposed for the analysis of the nominal reference in oral and written essays of portuguese native speakers and germans learning portuguese as a second language. The model permits a two levels analysis: pragmatic and syntatic, allowing correlations between both. The analisys may be also accompanied with the number of the referential nominalphrases and so the coreference chains can be sketcher. At least the program for the *Microsoft Word* that was developed for this study is presented. It assists the analysis and criation of a data-base of analysed reference nominalphrases.

Keywords: Reference, Orality, Written Language, Essays.

O DISCURSO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA.
REFLEXÕES A PARTIR DE
A JANGADA DE PEDRA, DE JOSÉ SARAMAGO

Lineide Salvador Mascara

RESUMO: A busca da identidade lusitana é o ponto central na trama que constitui *A Jangada de Pedra*, de José Saramago, ocorrendo também no nível individual das personagens. Destacar-se-á o papel relevante dos meios de comunicação – imprensa escrita, rádio, televisão – na construção dessa identidade, assim como serão apresentadas as estratégias argumentativas de que se vale o autor para expor criticamente os seus pontos de vista.

Palavras-chave: Identidade, *Ethos*, Estratégias Discursivas, Metáfora/alegoria, Valor.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a função da imprensa, seus limites e possibilidades, sobretudo em épocas de crise. Procurar-se-á mostrar como ela se constitui num importante elemento dentro do quadro histórico e ficcional em que se desenvolve a trama do romance *A Jangada de Pedra*, de José Saramago. Conforme nos diz o narrador:

É que, e neste ponto fatal a mão hesita, como irá ela escrever,
de plausível maneira, as próximas palavras, essas que tudo

sem remédio irão comprometer, tanto mais que muito difícil se vai tornando já destrinçar, se tal se pode em algum momento da vida, entre verdades e fantasias. (p. 34)

Na obra, o tema é tratado de forma alegórica com a criação de uma fissura estabelecida entre a Península Ibérica e o restante da Europa, quando aquela se desgarra do conjunto, isolando-se e voltando-se para o largo do Atlântico. A rachadura produzida, cujas causas serão alvo de muitas especulações por parte de vários organismos, em especial da imprensa, assume um valor metafórico, acumulando o significado de isolamento, de atraso, uma vez que os contatos ficam interrompidos e as transações com o resto do mundo, comprometidas

Tem-se que considerar um lado social – as nações que se isolam – e as tramas individuais das personagens que se movimentam nesse cenário. A ruptura que ocorre logo no início do livro em relação à Península Ibérica dá-se igualmente na vida das personagens que rompem com hábitos e valores a que estavam tradicionalmente ligadas.

Joaquim Sassa, da cidade do Porto, empregado de escritório, terá sua história de vida ligada a uma pedra pesada que atira ao mar e que, surpreendentemente, voa longe e alça-se umas três vezes antes de aprofundar-se. Do outro lado da Península, em Orce, na região da Andaluzia, Pedro, um farmacêutico, sente a terra tremer debaixo de seus pés e, daí por diante, carregará essa sensação consigo. Próximo a Santarém, às margens do rio Tejo, um professor primário, José Anaíço, é assediado por um bando de pássaros, estorninhos, que não mais o deixarão. Na Galícia, Maria Guavaira desfaz um pé de meia, cujo fio é, misteriosamente, interminável.

Os fatos estranhos que passam a acontecer em suas vidas têm a ver com mistérios que, de modo análogo, envolvem a trama maior de nível nacional. Verifica-se, assim, uma homologia entre esses dois níveis de acontecimentos – o individual e o coletivo – ao apresentarem uma estrutura semelhante em entidades diferentes.

A transformação é o elo comum a ambas, constituindo esse processo o cerne da narrativa em questão.

O sentido alegórico brota exatamente dessas confluências e é ele que vai dar significação ao conjunto da obra e possibilitar a construção do ponto de vista do seu enunciador.

1 PAPEL DA MÍDIA

A perspectiva da imprensa, cuja função básica é a informativa, localiza-se do lado do real, entremeando-se à ficção projetada nos diversos percursos narrativos das personagens. Sabe-se, entretanto, que a informação nunca vem em estado puro e que são bem tênues os limites da interpretação. Muitas vozes aparecerão no cenário, quer oficiais, por meio de porta-vozes, quer dos mediatizadores da informação – os profissionais da informação – ou então da parte de cidadãos comuns. Enfim, o fato suscita uma série de reações – favoráveis e desfavoráveis – comentários e soluções.

Assim é que, logo no início do romance, assiste-se a uma atividade dos meios de comunicação, envolvendo os jornais, o rádio e a televisão, desencadeada pela inédita ocorrência da ruptura peninsular. Alça-se a voz da ciência por intermédio de depoimentos dos sismólogos, que na verdade nada esclarecem, manifestando apenas um desencontro de idéias. A sua contraposição aos saberes de um homem simples, que do sul da Espanha os ouvira e fora falar com os “senhores da televisão”, torna ainda mais evidente a inoperância daqueles diante do fato. Neste ponto, o narrador dá-nos um retrato do *modus operandi* da imprensa, ou seja, como se produz a notícia, como se desenvolve a partir dela um novo tópico, na procura ávida de matéria:

Quis o seu destino que um jornalista lhe desse ouvidos, ou por simpatia benevolente, ou seduzido pelo insólito do caso, em quatro linhas foi resumida a novidade, e a notícia, embora sem imagem, foi dada no telejornal da noite, sob risonha reserva. (p. 29)

A reconstituição do fato é dada sempre da perspectiva do narrador, cujo viés crítico faz com que o leitor se apodere dos acontecimentos de uma forma distanciada e sempre reflexiva. No texto abaixo, veja-se como uma afirmação invalida outra, desqualificando inteiramente a abordagem apresentada:

No dia seguinte, a televisão portuguesa, por falta de matéria local própria, aproveitou e desenvolveu o tópico, ouvindo em estúdio um especialista de fenômenos paranormais que *nada adiantou à inteligência do caso, segundo se pode concluir da sua mais importante declaração*. Como no resto dos casos, depende tudo da sensibilidade. (loc. cit.)

A informação funciona em toda a obra como um fator unificador, cumprindo o papel de ligar pessoas das mais diversas procedências, que convergem movidas por interesses comuns. Foi ela que fez Joaquim Sassa, depois do surpreendente episódio da pedra que atirou ao mar e que sobrevoou, sair da cidade do Porto à procura de Pedro Orce, no extremo oposto, na Andaluzia, após ter tido conhecimento, pelo noticiário da noite, do ocorrido na península e com a península. As conseqüências desse fato se farão sentir tanto no nível pessoal como no coletivo, da mesma forma que as buscas de identidade percorrem todo o romance nesses dois planos.

2. A METÁFORA E ALEGORIA: FUNÇÃO ARGUMENTATIVA

Não resta dúvida ao leitor sobre a natureza ficcional da obra, no seio da qual o enigma se instala de imediato a partir do título: *A jangada de pedra*, que requer um trabalho interpretativo, desafiando-o a prosseguir na ordem dos acontecimentos, por bizarros que sejam. Um hiperônimo de “jangada” seria “embarcação”, mas é justamente o inusitado da escolha, seguida de sua caracterização “de pedra” que constitui o ponto central de onde fluirão as demais imagens.

Nesse universo imagético, em que as metonímias representam um plano superior, por contigüidade, e as metáforas, por rela-

ções de semelhança, o narrador tem a possibilidade de expressar suas aspirações e aquilo que crê possível e verossímil sob forma de um realismo fantástico.

Partindo da metáfora como releitura da realidade, como reorganização do “real”, dos fenômenos perceptivos, tem-se que ela desempenha um papel cognitivo dos mais importantes ao estabelecer novas relações, novas perspectivas no enfoque dos fatos, sejam eles biofatos ou sociofatos. A sua entronização em nosso modo de pensar o universo e as coisas é tal que não nos soa como metáfora no uso cotidiano, tal como nos mostra Lakoff e Johnson em seus trabalhos sobre a questão. Em *As retóricas de ontem e de hoje*, procurei sintetizar essa relação metafórica que está no cerne de toda atividade de linguagem em seu sentido amplo, uma vez que ocorre não só no verbal, mas em outras formas de expressão:

Qualquer que seja, entretanto, a forma assumida pelo processo metafórico, prevista ou não pelo código, ele irá necessariamente trazer uma visão de mundo, que pode ir da estereotipia ao contra-senso, seja reiterando saberes partilhados, seja estabelecendo relações inéditas entre as coisas. O que importa é, portanto, avaliar a sua função argumentativa dentro daquele determinado tipo de discurso, isto é, os efeitos produzidos. (p. 39-40)

A atualidade da metáfora da ilha, resultante da ruptura, na narrativa de *A jangada de pedra*, advém de sua intertextualidade, uma vez que ela está presente em nossa memória coletiva, e se torna significativa, tanto pela separação física que expressa, quanto a de natureza intelectual e espiritual – disjunção em relação a uma determinada situação, a união com o restante da Europa – implica a conjunção com outros valores e propósitos, daí a polêmica que instaura e estimula, ou seja, sua função propriamente argumentativa.

Uma vez descortinada a primeira metáfora, outras se formam na sua esteira e assim uma rede discursiva se estabelecerá, o que fortalece os objetivos que o enunciador tem em mente, facilitando a sua aceitação por parte dos leitores que, em Saramago, são

seus verdadeiros co-enunciadores, deles dependendo o reconhecimento dos tipos de discurso que se dão (direto, pseudo-discurso direto, discurso indireto livre e variações), a captação dos grupos da cadeia falada e de outros recursos concorrentes.

3. INFORMAÇÃO E OPINIÃO

Em *A jangada de pedra*, os meios de comunicação em suas diversas formas – televisão, rádio, jornal – constituem um importante actante não só na cobertura dos fatos, desde o instante em que informam acerca da rachadura encontrada nos Pirineus, como também na sua divulgação e interpretação, uma vez que suscitam diversas hipóteses e alimentam discussões de toda ordem. Sua importância é tamanha que chega, muitas vezes, a direcionar a ordem dos fatos. Veja-se a seguinte passagem:

O rádio, com pilhas frescas, deu notícias dos calamitosos acontecimentos da Europa e referiu fontes bem informadas, segundo as quais estariam a ser feitas pressões internacionais sobre os governos português e espanhol para porem cobro à situação, como se nas mãos deles estivesse o poder de realizar tal desiderato, como se ser governo numa península à deriva fosse o mesmo que conduzir Dois Cavalos. (p. 158)

O narrador anuncia que, diante dos fatos, os primeiros-ministros dos dois países afetados, Portugal e Espanha, falarão à população, “concertadamente”, segundo acrescenta. Mobilizam-se, portanto, os veículos de comunicação de alcance nacional e internacional. As reflexões se situam também em torno do papel que os Estados Unidos têm desempenhado diante do ocorrido: abstenção e, ao mesmo tempo, fornecimento dos combustíveis necessários ao funcionamento da região. Essa ambigüidade diante dos fatos e, ao mesmo tempo, a praticidade dos resultados compõem o *ethos* da personalidade política daquele país, gerando assim uma certa suspeita. Há, pois, um terreno movediço em que se desloca a imprensa – escrita e falada – no decorrer dos acontecimentos.

Não se pode esquecer o fato de que o momento histórico que condiciona o quadro da narrativa (1986) é aquele em que se discute sobre a participação de Portugal na União Européia. Dentro dele, o jornalista atua como o que Albert Camus, na França de pós-liberação, chamou de o “historiador do instante”, o que faz com que a história da imprensa esteja estreitamente ligada à história do país a que se reporta.

A imprensa torna-se, assim, um meio de informação indispensável à compreensão de um dado momento histórico, por sua instantaneidade e por funcionar como um dos mais poderosos instrumentos de análise, ao fomentar comentários e emitir pareceres, no intuito de levar o leitor a um posicionamento diante dos fatos. Como se trata sempre de pontos de vista, não há como eliminar a subjetividade decorrente dessa situação, cabendo antes cruzar as diversas informações, aquilatá-las e, a partir daí, dar o direcionamento que se impõe, operar as transformações necessárias, formar novas atitudes e assim por diante.

É sempre, pois, uma leitura que se faz dos acontecimentos, das situações, seja ela retrospectiva ou prospectiva. Em *A jangada de pedra*, dá-se a invocação do passado grandioso do povo português, com apelo à sua memória discursiva ainda viva, tal como fizeram muitos de seus escritores, na construção de um *ethos* nacional. No entanto, são discutidas as possibilidades de presença no mundo deste mesmo povo, o seu futuro no conjunto das demais nações.

4. INTERPRETAÇÃO E POSICIONAMENTO: A CONTROVÉRSIA

Com as reações das personagens instaladas no discurso, de diversas procedências, mas unidas por alguns traços comuns, tal como o mistério que envolve cada uma, tem-se uma visão multifacetada dos fatos e que a imprensa procura captar em plena efervescência. Que maneira escolheu o autor para fazer jornalismo? Nada

menos que a preocupação com a análise e o não ocultamento da opinião que se desvela a todo instante diante da cobertura de um incidente específico, que busca revirar de todos os ângulos possíveis. A apreensão do fato é dada ao leitor de modo que ele possa ir formando o seu próprio parecer. Por esse procedimento, vai nos dando um panorama da imprensa da época dos acontecimentos, seus motivos e compromissos. Não se trata, entretanto, de um jornalismo de combate, panfletário, mas antes de reflexão diante da estranheza dos fatos e do dilema em que são colocados os países-ilhas.

Ao mesmo tempo em que a mídia ocupa um papel importante na obra, é também alvo de críticas acerbas no quadro da modernidade e, nesse aspecto, encontramos ponderações bastante ácidas, entremeadas na narrativa. Saramago se mostra aqui um feroz crítico da indústria cultural, denunciando o empobrecimento e reducionismo a que ela nos condena nos tempos atuais:

Vencemos, vencemos, mas o episódio só foi de facto impressionante para quem lá esteve, os outros assistiram de longe, em casa, no teatro doméstico que é a televisão, no pequeno rectângulo de vidro, esse pátio dos milagres onde uma imagem varre a anterior sem deixar vestígios, tudo em escala reduzida, mesmo as emoções. (p. 35)

Esse filtramento, e ao mesmo tempo estreitamento da realidade, funciona como uma espécie de lente que não permite uma visão maior das coisas e, portanto, consiste numa forma de alienação, de um “não querer ver”, daí a severa crítica social decorrente:

E aqueles espectadores sensíveis, que ainda os há, aqueles que por um nada se põem a lacrimejar e a disfarçar o nó da garganta, esses fizeram o de costume quando não se pode aguentar mais, diante da fome em África e outras calamidades, desviaram os olhos. (p. 35)

No extremo oposto, estão aqueles que nem sequer têm acesso à informação, seja da imprensa escrita, seja da mídia eletrônica, por habitar “os interiores fundos e profundos”, onde aquela chega de forma esgarçada e o sentido obscurecido pelos limites da compreensão:

Havia milhões, sim, milhões de pessoas que não percebiam o que se passava; ou tinham uma idéia vaga, formada apenas de palavras cujo sentido se compreendia por metade, ou nem isso, tão inseguramente que não se acharia grande diferença entre o que um julgava saber e o que o outro ignorava. (p. 35)

Este trecho parece dialogar com filmes de Manuel de Oliveira, em que ele faz uma viagem na memória não só de sua vida pessoal, com caráter autobiográfico, portanto, mas na memória coletiva, restaurando reminiscências que ficaram bastante arraigadas na mentalidade portuguesa e que nos dão um retrato dos diversos estágios culturais por que ela atravessa.

Nos “Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação”, o Karl Marx pouco conhecido – o jornalista de intensa atividade – afirma que “em nenhum lugar o espírito específico dos Estados manifesta-se mais claramente que nos debates sobre a imprensa” E ainda, a seguir, sob forma de questionamento, “Que outro espelho, conseqüentemente, poderia refletir o caráter íntimo da Assembléia mais fielmente que os debates sobre a imprensa?” (*A liberdade de imprensa*, p. 19).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade, se cada povo expressa o seu espírito através, entre outras coisas, de sua imprensa, é ela um fator poderoso de criação de identidade. Contudo, é diante da crise que esta se manifesta mais abertamente, que a autoconsciência se vê despertada, no caso o enfrentamento da nova situação a que os ibéricos se vêem expostos. A situação de controvérsia, colocando lado a lado os favoráveis à separação e os adeptos da união ao velho continente, mostra os diversos estados de espírito decorrentes, ou seja, os inconformados e os conformados, os otimistas e os pessimistas, os idealistas passageiros, no auge da juventude.

Outra idéia-chave que toca ao papel da imprensa, sendo por ela mediatizado, é o da influência, uma vez que a relação de poder

está sempre presente nas questões que envolvem governos. Uma vez que as repercussões do ocorrido com a Península Ibérica chegam ao plano internacional e conclamam os interesses de outros Estados, o fato deixa de ter valor simplesmente noticioso para acarretar posicionamentos e decisões dele decorrentes. A comoção internacional, tanto da Europa quanto dos Estados Unidos, se deve antes de tudo à defesa de seus próprios interesses que a sentimentos de solidariedade e de troca.

Cabe igualmente destacar a função dos veículos de massa para a integração social e conformação da nova realidade social que a península terá de enfrentar na busca de suas raízes e na consecução do futuro que se lhe delineia. Tanto no plano pessoal das personagens quanto no do povo de que elas são parte, a transformação se apresenta como inevitável e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de encontro com a sua natureza e destino. Não se trata de uma atitude saudosista, mas sim de crença na possibilidade de perpetuação das virtudes e características que constituem o *ethos* dos povos peninsulares ibéricos. As noções de ética e de valor, traduzidas por um sentimento amplo de amor, apresentam-se como redentoras dos sofrimentos e deficiências daqueles povos, impulsionando-os para uma nova transformação.

Se uma das características da imprensa é o domínio do efêmero, deve ela estar apta a encarar as mudanças e a cumprir as funções que lhe são delegadas, de onde a importância que assume em *A jangada de pedra*, por meio de seus múltiplos canais – jornal, rádio, televisão –, sem desconhecer os caminhos informais que vão do rumor e do boato ao conhecido boca-a-boca.

É, de novo, a metáfora, agora a do nascimento, a do nascer de novo que simboliza a própria transformação, estendendo-se o fenômeno a toda a população quando “todas ou quase todas as mulheres férteis se declararam grávidas”, ou no dizer do “tal português poeta que a península é uma criança que viajando se formou e agora se resolve no mar, como se estivesse no interior de um útero aquático [...]” (p. 306).

Para o narrador, essa possibilidade de transformação é assegurada pela confiança no discurso como elemento de transformação, de possibilidade de transformação: “É que, concluamos o que suspenso ficou, por um grande esforço de transformar pela palavra o que talvez só pela palavra possa vir a ser transformado [...]” (p. 34).

Por fim, já no final do romance, é pela perspectiva do narrador que a poesia vem desempenhar o papel que lhe cabe na apreensão da realidade, de entrever as coisas em suas dimensões próprias:

Não falta por aí, nunca faltou, quem afirme que os poetas, verdadeiramente, não são indispensáveis, e eu pergunto o que seria de todos nós se não viesse a poesia ajudar-nos a compreender quão pouca claridade têm as coisas a que chamamos claras. (p. 304)

Nesse afã, contrapõe-lhe a objetividade, apanágio ilusório daqueles que encobertam os fatos, e assim coloca em questão a própria função da imprensa, que foi o alvo de nossas preocupações nesse estudo: “[...] a objetividade do narrador é uma invenção moderna, basta ver que nem Deus Nosso Senhor a quis no seu Livro” (p. 204).

O leitor é levado, a esse respeito, a fazer o seu próprio balanço da situação, uma vez que lhe são apresentadas as diversas facetas que o fenômeno recobre, não sem que haja, evidentemente, juízos de valor do autor-narrador que avalia, valoriza ou desprestigia certos aspectos, na busca de uma maior compreensão dos fatos e, enfim, da vida, num sentido mais amplo.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA JÚNIOR, Benjamin. A condição ibérica em *A jangada de pedra*, de José Saramago. In: CUNHA, Maria Helena Ribeiro da (Org.). *Atas do I Encontro de Centros de Estudos Portugueses do Brasil*. São Paulo: Humanitas, v. 2, p. 519-25.
- ANTUNES, Américo (1998). Opinião pública e comunicação. *Universidade e Sociedade*, ano VIII, n.15, fev., p. 15-6.
- BARDARI, Sérsi (1998). *A reconstrução da identidade em A jangada de pedra, de José Saramago: uma análise sêmio-discursiva*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP.

MOSCA, Lineide Salvador. O discurso da imprensa na formação da identidade nacional portuguesa. Reflexões a partir de *A jangada de pedra*, de José Saramago.

GENETTE, Gerard (1972). *Figuras*. São Paulo: Perspectiva. (Orig. *Figures*. Paris: Seuil, 1966)

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University Press of Chicago.

MAINGUENEAU, Dominique (1996). *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes.

MARX, Karl (2001). *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM.

MOSCA, Lineide Salvador. Subjetividade e formação de opinião na mídia impressa. In: GHILARDI, Maria Inês; BARZOTTO, Valdir Heitor (Org.) (2002). *Nas telas da mídia*. Campinas/São Paulo: Ed. Alínea/ ALB.

____ (Org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. 2.ed. São Paulo: Humanitas.

SARAMAGO, José (1988). *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia. das Letras.

ABSTRACT: The search for the Portuguese identity is core of the plot in José Saramago's *Jangada de pedra*, and this search also occurs at the level of each individual character. The relevant role played by the media channels – press, radio, television – in the construction of such identity will be emphasized and the argumentative strategies employed by the author, in order to express with criticism his points of view, will also be presented.

Keywords: Identity, *Ethos*, Argumentative Strategies, Metaphor/allegory, Values.

O GÊNERO CRÔNICA E A PRÁTICA ESCOLAR*

Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade**

RESUMO: Com este artigo pretende-se contribuir não só para o estudo do gênero discursivo crônica como também para o melhor aproveitamento deste gênero nas práticas escolares do ensino médio. A crônica é um gênero que apresenta dupla filiação, já que o tempo e o espaço curtos permitem o tratamento literário a temas jornalísticos. Tem do jornal a concisão e a pressa e da literatura, a magia e a poeticidade que recriam o cotidiano. Por essas características e por sua brevidade, a crônica torna-se um gênero peculiar para que o professor possa incentivar e promover estratégias adequadas para o trabalho de produção textual.

Palavras-chave: Gênero Discursivo, Crônica, Ato de Fala, Produção Textual, Ensino.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo busca analisar a crônica sob a perspectiva de este gênero discursivo ser mais bem aproveitado nas práticas escolares do ensino médio. Como se sabe, a crônica é um gênero que apresenta dupla filiação, já que o tempo e o espaço curtos permitem o tratamento literário a temas jornalísticos. Assim, ela tem do jornal a concisão e a pressa e da literatura, a magia e a poeticidade que recriam o cotidiano. Nela se podem apresentar pequenos contos, artigos, ensaios ou poemas em prosa, ou seja, tudo aquilo que informe o leitor sobre os acontecimentos diários. O cronista faz descrições, comentários

Uma primeira versão deste texto foi apresentada no II Congresso Internacional Todas as Letras: Linguagem, em outubro de 2003, na Universidade Mackenzie.

* Universidade de São Paulo.

a partir da observação direta de fatos ou situações sujeitos às marcas do subjetivismo. Desse modo, registrar o elemento circunstancial passa a ser o princípio básico da crônica.

Por essas características e, principalmente, por sua brevidade, a crônica torna-se um gênero peculiar para que o professor possa incentivar, motivar e promover estratégias adequadas para o trabalho de produção textual.

Em 1986, Castilho já propôs uma mudança radical no ensino de língua portuguesa, orientando que se devia partir das funções sociais da língua, “sua face mais visível e circunstante”, para se chegar às categorias abstratas, “a face mais escondida, produto de reflexão do especialista”. Assim, o autor parte da idéia da língua como entidade dialógica e sugere o uso de textos graduados, conforme o tipo de enunciação. Esses textos devem explicitar as formas dialogais, faladas e escritas, diminuindo, ou pelo menos amenizando, a distância que separa as duas modalidades, facilitando o ensino-aprendizagem da língua materna, dado que esse distanciamento ocorre muito mais devido ao gênero textual selecionado do que propriamente em relação às modalidades, conforme já discutiu Marcuschi (2001).

A relevância das formas dialogais, como referencial para o ensino de português, justifica a seleção desses textos para fins de ensino-aprendizagem. É por essa razão que o trabalho com a crônica torna-se um caminho para o estudo da oralidade na escrita.

1 A CRÔNICA COMO GÊNERO LITERÁRIO

Na visão de Sá (1987, p. 10), a crônica, assim como o jornal, nasce, cresce, envelhece e morre em 24 horas. Essa veia jornalística imprime-lhe fugacidade e um traço popular que se opõem ao caráter eterno e elitista do gênero literário. Talvez por essas características a crítica, em geral, a considere um gênero menor.

Ainda segundo o autor, no Brasil a crônica surgiu com Pero Vaz de Caminha, na medida em que ele retratou ao rei de modo subjetivo como era a terra recém-descoberta, os índios, seus costumes, naquele momento de confronto entre a cultura européia e a cultura primitiva, apresentando uma visão mais semelhante à de um cronista do que de um historiador. A partir de Caminha, o registro do elemento circunstancial passa a ser o princípio básico da crônica.

No pé de página da folha de jornal, a crônica era o folhetim, conforme revela Sá (Op. cit., p. 8), ou seja, “uma seção quase que informativa”, na qual se publicavam “pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa, tudo, enfim que pudesse informar os leitores sobre os acontecimentos daquele dia ou daquela semana”

Alguns cronistas impuseram ao texto uma sintaxe nova que alterou a estrutura do folhetim, dando-lhe uma roupagem mais literária, na medida em que desvendava o real a partir de uma perspectiva subjetiva do fato com a qual o recriava. Aos poucos o folhetim foi encurtando e ganhando certos traços de algo que é escrito à toa, sem receber muita importância. Depois, recebeu um tom mais ligeiro e encurtou de tamanho, até chegar ao modelo de hoje.

Segundo Antonio Candido (1980, p. 5), não se imagina uma literatura formada de grandes cronistas e acrescenta:

[...] a crônica não é um “gênero maior” [...] “Graças a Deus” – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. E para muitos pode servir de caminho não apenas para a vida, que ela serve de perto, mas para a literatura [...]. Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural [...].

É esse traço de naturalidade no trabalho com a linguagem que faz da crônica nos dias atuais um gênero textual atrativo e interessante para o início da prática escolar, visto que por meio de uma linguagem simples trata dos fatos cotidianos, auxiliando no estabelecimento da dimensão das coisas e das pessoas, algumas vezes, com um viés humorístico, outras, com lirismo e singularidade.

Graças a essa simplicidade e despretenção, a crônica consegue ser insinuante e reveladora. Assim, acaba como que transformando, segundo Candido, “a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (p. 6).

A crônica pode tratar de qualquer tema, aleatoriamente escolhido por seu autor; tal escolha pode transportá-lo da realidade vivida para a realidade enunciada. Na visão de Marchezan (1989, p. 94), até mesmo a falta de um assunto específico pode ser discursivizada, basta que o cronista assim deseje e tenha talento para fazê-lo. Embora aleatórios e assistemáticos, os temas são recorrentes porque repetem o cotidiano, o banal e, por meio dessa repetição, explicitam a própria essência estilística da crônica.

Reflexão do cotidiano revivido estilisticamente, a crônica pode, como diz Martins (1984, p. 74):

Guardar-se em livro, mesmo feita para o jornal. Apresentar-se como coloquial e até popular, e ser mesmo artística sem perder a naturalidade. Ser o oral no escrito. O diálogo no monólogo. Fazer do leitor, ator. Encerrar uma sábia lição, sem desviar-se do comum. Pode fazer pensar, em tom de brincadeira. Pode valer para sempre, embora nascida do agora. Pode resatar eterna, ainda que circunstancial. Ser brasileira, sem deixar de existir fora. Pode ser um texto de classe e permanecer como antologia. Pode fazer-se poesia e estar escrita em prosa. Avizinhar-se do conto, sem deixar de ser crônica. Pode até ser tema de tese, sem perder o popular.

Todas essas características dão à crônica o caráter diário que a coloca na intersecção entre o texto jornalístico e o literário, permitindo que o professor de língua materna possa aproveitá-la como um gênero acessível ao trabalho sobre organização e produção textual nas aulas de ensino médio.

2. A CRÔNICA COMO MANIFESTAÇÃO DA ORALIDADE NA ESCRITA

O grande prestígio da crônica é, segundo Antonio Candido, um sintoma do processo de busca da manifestação da oralidade na

escrita, ou seja, do rompimento de elementos artificiais e da aproximação com o traço “mais natural do modo de ser de nosso tempo”

Muitas crônicas apresentam uma característica bastante comum: deixam de ser um comentário expositivo ou argumentativo e tornam-se conversa aparentemente fiada, parecendo pôr de lado a seriedade dos problemas. Entretanto, entram de modo profundo no significado dos atos e sentimentos humanos e estabelecem uma crítica social.

O cronista busca criar um estilo simples, divertido e breve, mas não deixa de discutir os problemas sociais ou as fraquezas do homem. Na verdade, pode-se aprender muita coisa enquanto se diverte e os traços constitutivos da crônica são, segundo Candido, um meio privilegiado de apresentar ao leitor de modo persuasivo muitos temas que divertem, atraem, inspiram e fazem o indivíduo amadurecer a sua visão de mundo.

2.1 A crônica como um conjunto de atos de fala

Com o intuito de explicitar os mecanismos que simulam a oralidade no texto escrito, busca-se por meio da crônica identificar atos de fala e sua manifestação, evidenciando situações mais próximas da realidade de nosso aluno.

Na medida em que a crônica é um gênero textual que imbrica linguagem oral e escrita, seu discurso, embora escrito, é analisável a partir do modelo teórico com que se analisa a conversação natural. Para simular a conversação cotidiana, criam-se efeitos de sentido, por meio de elementos gráfico-lingüísticos que visam, de um lado, forjar lacunas sintáticas e, de outro, as preenchem pragmaticamente, equilibrando o discurso por meio de marcas de oralidade que imitam a conversação.

A informação, na crônica, realiza um percurso que envolve a estrutura argumental (sintagma nominal: argumento 1, sintagma verbal: argumento 2 e/ou argumento 3) e que mescla elementos das modalidades oral e escrita. Segundo Fargoni (1993, p. 79), apesar

das dificuldades de transposição do código oral para o escrito, “a crônica articula vinculações com a fala cotidiana, que lhe conferem índices de oralidade, explicitados tanto nos elementos verbais, como nos não-verbais que envolvem a conversação por ela simulada”

Como o objetivo deste trabalho é a manifestação da oralidade, indicaremos a seguir algumas formas de representação da fala na modalidade escrita, tendo como *corpus*, inicialmente, as crônicas “Ter um restaurante” (texto 1) e “Pindaíba” (texto 2), ambas de Ivan Ângelo, publicadas na Revista *Veja*, respectivamente, em 30 de julho e 27 de agosto de 2003:

- a – estruturas elípticas: lacunas morfosintáticas são completadas pragmaticamente
 - (1) – Tem complicação com empregado, isso tem (...)
 - Tem. E tem fiscal mordendo... (texto 1)
- b – estruturas parentéticas: ruptura do tópico discursivo, como o uso de frases parentéticas ou de digressões
 - (2) – Por falar em vinho, e aqueles caras – *é sempre homem* – que fazem pose de quem entende, pedem um vinho caro, tomam um gole, fazem aquela cara, tomam outro golinho como se fosse para confirmar e dizem que não está bom? Não está bom uma pinóia, é vinho novo, dois, três anos, mas eles querem aparecer. Fazer o quê? (texto 1)

O segmento todo é uma pequena digressão (porção textual que desvia o foco de relevância do tópico prévio). A frase *é sempre homem* é parentética, já que é inserida em outra.

- c – uso do par dialógico pergunta-resposta
 - (3) – Nesse nível?- pergunto já preocupado.
 - Nesse nível. E tem os caloteiros. Turma de estudantes, perto do dia 11 de agosto, é encrenca. Você sabe, é o tradicional Dia do Pendura, do pessoal que faz direito. Está acabando, mas ainda tem. (texto 1)

d – uso de gíria, uso de variante coloquial, marcadores conversacionais e onomatopéias

(4) – *Ah, gente, o pior que eu acho é barraco, casal que briga. Aí, não posso, fico passada. Outro dia, parecia que tudo ia bem na mesa de um casal, pediram até vinho caro e tudo, e, de repente, plá!, ela deu o maior tapa na cara dele, e aí ele empurrou a mesa, derrubou copos, pratos, gritaram insultos, palavrões – um vexame! E como é que você segura um barraco desses? Não segura. (texto 1)*

No segmento (4), tem-se gíria: *barraco*; marcadores conversacionais: *ah*; *eu acho*; *aí*; e *aí*; variante coloquial: *deu o maior tapa na cara dele*.

(5) O próprio título do texto 2: “*Pindaíba*” é um termo gírio.

(6) “Eu não tenho queixa”, alardeia o nordestino vendedor de ervas, raízes, sementes e chás no Largo da Batata. “Estou vendendo é muito mais, aqui não tem crise. Tem é remédio pra doença “*qualque*”, da cabeça ao “pé”, de piolho a chulé, *pra home*” e “*mulhe*” – completa rimando (texto 2).

Nesse trecho, o cronista busca registrar a fala do vendedor nordestino, procurando inclusive acentuar a peculiaridade de sua pronúncia, como se pode verificar nos termos destacados em itálico.

e – Podemos encontrar ainda outras marcas de oralidade, como, por exemplo

- estruturas parafrásticas: repetição de conteúdo já explicitado;
- estruturas reparadoras: correção de elementos já citados;
- estruturas truncadas: ao verbalizar um tópico discursivo, a personagem pode fazer uso de hesitação, truncamento, pausa, repetição, etc., como se verifica nos termos em destaque no segmento a seguir, que apresenta a fala de algumas personagens:

- (7) Reunião quente no condomínio. Dez em cada 100 moradores não pagam as mensalidades há mais de cinco meses. A briga é contra a divulgação do nome dos inadimplentes no relatório da administradora. Protesta um deles: “Meus filhos estão sendo humilhados, massacrados pelos outros meninos.” Outro: “*Não pode, isso não pode*, ninguém deve ser humilhado por passar dificuldades financeiras!” Uma mulher chora a seu lado: “*Que vergonha, meu Deus, que vergonha.*” (texto 2)

Outro mecanismo que também é uma marca de oralidade e que é bastante encontrado em crônicas é o uso do ato de fala. No texto 3, “Cuide-se, primavera” (em anexo), do escritor Ivan Ângelo, publicado na Revista *Veja*, o autor faz uso do ato de fala de aconselhamento, como estratégia para envolver o leitor.

Na referida crônica, o enunciador dirige-se aos leitores com uma espécie de aconselhamento, provocado pelo início da nova estação: a primavera. Veja-se o início do texto, em que o cronista emprega verbos no imperativo.

- (8) Fiquem espertos, jardineiros, bem espertos. Há namorados assaltando jardins, há damas suspirosas encorajando apaixonados impulsivos a roubar as flores mais belas.

Cuidado, flores. Há tesouras dizimando cabeças inocentes, executando sumariamente margaridas, dalias, agapantos, crântemos, jacintos, rosas, para arrumá-las em outra ordem, chamada buquê, diferente daquela em que as dispôs a natureza.

Atenção, natureza. Chegou a hora de adubar tendências, estimular brotações, encorajar florescimentos, trocar pólenes ao câmbio do dia, enxertar índices, investir nos canteiros de obras, aumentar a produção.

Após a leitura desse trecho, verifica-se que o autor faz uso de um ato de fala de aconselhamento para orientar as pessoas, a fim

de que elas possam estar atentas em relação às demais pessoas, pois estão colhendo flores e alterando a ordem da natureza. Ao mesmo tempo, dirige-se à própria natureza e também às flores, por meio do vocativo – elemento típico da interação oral –, para alertar que é preciso agir e, para isso, usa de verbos como adubar, estimular, enxertar, investir, mas criando um efeito de sentido relacionado ao mundo da economia, pelo uso inesperado de complementos verbais, como: tendências, índices, canteiros de obras.

Contudo, faz uso do léxico por meio de verbos relativos à produção e/ou plantação, mas emprega como complementos verbais termos como: conflitos, desilusões, desordens, evidenciando as alterações e transformações da vida em nossa sociedade.

- (9) Cuidado, produtores. Estão germinando conflitos nos campos sem cereais, estão brotando desilusões nas estufas das fábricas, aflorando desordens nos caminhos, e é preciso, sim, que vocês protejam suas searas contra os predadores, mas também ofereçam um pouco de sombra e água fresca para compensar o esforço dos que fazem nascer. Ponham um refresco no calor de criar.

Na verdade, o enunciador busca alertar a todos, principalmente a primavera que está quase se iniciando, para discutir os problemas do mundo contemporâneo: poluição, efeito estufa, recessão, desemprego, entre outros. E, para concluir, dirige-se ao presidente da república, cobrando os frutos de sua administração no mês de dezembro, próximo ao período em que fará um ano de governo.

Após ler toda a crônica, o leitor observa que o enunciador não usa outros recursos de oralidade além do ato de fala de aconselhamento e do vocativo para dirigir a palavra ao seu interlocutor; entretanto, por meio desse único recurso, o autor consegue criar um texto bastante significativo e representativo do momento em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades de transposição da modalidade oral para a escrita, a crônica estabelece vínculos com a conversação cotidiana, que lhe confere marcas de oralidade, evidenciados tanto nos elementos verbais, como nos não-verbais que envolvem a situação discursiva por ela simulada.

Como na conversação natural, a crônica pode ser redigida a partir de atos de fala que são mencionados pelo narrador ou mesmo pelas próprias personagens. Por fim, não escapa ao cronista a preocupação com o uso de uma variante coloquial da linguagem, visando a envolver o seu leitor e buscando efeitos de sentido de humor, ironia, emoção, entre outros.

Para concluir, pode-se reafirmar que a crônica é um texto exemplar para iniciar o estudante nos estudos de língua materna e gêneros discursivos, servindo como meio para que o professor possa trabalhar as duas modalidades da língua, suas semelhanças e diferenças, bem como suas condições de produção.

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail (1992). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- CANDIDO, Antonio (1980). A vida ao rés-do-chão. Prefácio *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, v. 1.
- ____ et al. (1992). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Ed. da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa..
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1986). *Análise da conversação e ensino de língua portuguesa*. Campinas: Unicamp, mimeo.
- FARGONI, Ana Maria Souza Lima (1993). *A manifestação da oralidade na escrita: um estudo da crônica*. Araraquara. Dissertação (Mestrado). UNESP.
- FIORIN, José Luiz (1999). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- GIERING, Maria Eduarda. Heterogeneidade e organização discursiva: analisando a crônica *Siglas* de Luiz Fernando Veríssimo. In: MONTEIRO DE BARROS, Kazue Saito (Org.) (2002). *Atividades de interação verbal: estratégias e organização*. Natal: Imprensa Universitária UFRN.

MARCHEZAN, Renata M. Facuri (1989). *A gramática fugaz: articulações de sentido na crônica brasileira contemporânea*. Araraquara. Dissertação (Mestrado). UNESP.

MARCUSCHI, Luiz Antonio (2001). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

MARTINS, Sylvia J. de Almeida (1984). *A linguagem de Drummond na crônica: um estudo lingüístico-estilístico*. Araraquara. Tese (Doutoramento). UNESP.

SÁ, J. (1987). *A crônica*. 3.ed. São Paulo: Ática.

URBANO, Hudinilson (2000). *A oralidade na literatura: o caso Rubem Fonseca*. São Paulo: Cortez.

ABSTRACT: With this article I intend to contribute not only for study of the gender discursive chronicle as well as for the best use of this gender in the school practices of the medium teaching. The chronicle is the gender that presents double filiation, because the short time and the short space allow the literary treatment to journalistic themes. It has of the newspaper the conciseness and the hurry and of the literature, the magic and the poetic that recreate of the daily. For those characteristics and its brevity, the chronicle becomes the special gender the chronicle becomes a peculiar gender through which the teacher can motivate and to promote appropriate strategies for the work of textual production.

Keywords: Gender Discursive, Chronicle, Speech Acts, Textual Production, Teaching.

ANEXO

Cuide-se, primavera ***

Ivan Ângelo

Fiquem espertos, jardineiros, bem espertos. Há namorados assaltando jardins, há damas suspirosas encorajando apaixonados impulsivos a roubar as flores mais belas.

*** Texto publicado na Revista *Veja SP*, 24 de setembro de 2003, p. 114.

Cuidado, flores. Há tesouras dizimando cabeças inocentes, executando sumariamente margaridas, dalias, agapantos, crisântemos, jacintos, rosas, para arrumá-las em outra ordem, chamada buquê, diferente daquela em que as dispôs a natureza.

Atenção, natureza. Chegou a hora de adubar tendências, estimular brotações, encorajar florescimentos, trocar pólenes ao câmbio do dia, enxertar índices, investir nos canteiros de obras, aumentar a produção.

Cuidado, produtores. Estão germinando conflitos nos campos sem cereais, estão brotando desilusões nas estufas das fábricas, aflorando desordens nos caminhos, e é preciso, sim, que vocês protejam suas searas contra os predadores, mas também ofereçam um pouco de sombra e água fresca para compensar o esforço dos que fazem nascer. Ponham um refresco no calor de criar.

Alerta, criadores, para não permitir que se alastrem as pragas da insensatez e as queimadas vorazes da especulação.

Acautelem-se, especuladores, meeiros sem suor. Olhares atentos já estão buscando sua lavra expatriada, trânsfuga protegida pelos espantalhos da política.

Cuidem-se, políticos. Foram vocês que fizeram propagar-se, arrepolhar-se e entouceirar-se os parasitas e as ervas daninhas que sugam a seiva da plantação, vocês que entregaram a lavoura a cabras vorazes, lagartas, sanguessugas, mariposas e gafanhotos, deixando restos para as abelhas operárias.

Vão com calma, operários, trabalhadores, lavradores. Não queiram tirar da terra mais do que ela pode dar, pois ela se esgota, nem menos, pois é manhosa. Saber quanto exige paciência, qualquer dose tem hora certa e ciência para se ministrar.

Fiquem espertos, ministros, em seu cotidiano ministério. O povo plantou nas águas de março e quer flores nesta primavera.

Cuide-se, primavera. Nosso tempo tem tentado destruir a imagem de flores e amores que a acompanha. Seu nome já não acorda nas pessoas apenas aquelas emoções sublimes que levaram Schumann

a compor a sinfonia Primavera ou Vivaldi a compor o mais belo movimento do concerto As Quatro Estações. Agora acompanham seu nome, muitas vezes, as lembranças da primavera européia em que brotou a guerra mundial do fascismo, espalhando sementes das suas flores negras de ódio, ou daquela primavera libertária de Praga, sufocada ao nascer. O próprio clima não ajuda, e já vai ficando difícil reconhecê-la pela aparência, distingui-la entre as estações suas irmãs. Primeiro porque, país tropical, temos flores o ano inteiro. Segundo porque ou o inverno se demora muito além do calendário, com a navalha de seus ventos, ou o verão se antecipa, com seu bafo de maresia. Efeito estufa, queimadas, recessão, poluição, insegurança, desemprego, baixos salários, altos impostos, desmatamentos são alguns dos nomes da conspiração que tenta emudecer pássaros, escamotear borboletas, inibir abelhas, retardar flores, turvar a luz, entristecer semblantes, abafar perfumes, adiar casamentos. Cuide-se, primavera, mantenha funcionando, para a alegria de todos, o concerto de renascimentos ao qual nos acostumamos a vê-la tão bem presidir.

E, atenção, presidente. Depois das flores desta primavera queremos frutos em dezembro.

A LÍNGUA E A FÉ: ORIGENS DA ESCOLARIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA NO IMPÉRIO LUSO

Rosa Virgínia Mattos e Silva*

RESUMO: Reflexão sobre o processo histórico de escolarização em português, a partir da análise e confronto da *Cartinha*, impressa em 1539, que precede a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, de João de Barros, com a *Cartilha em tamul e português*, impressa em 1554, e com a *Cartilha para instrução dos meninos*, de 1718, publicada em 1722.

Palavras-chave: Lingüística Histórica, História da Língua Portuguesa, Escolarização em Língua Portuguesa.

Una cosa hállo e sáco por conclusion mui cierta: que siempre la lengua fue compan)era del império: e de tal manera lo siguió: que ju)ta mente començarõ. crecieron e florecieron. e despues ju)ta fue la caida de entrambos.

Antonio de Lebrixa (1492, fol. 1, ls. 11 a 15)

PRÓLOGO

Sem dúvida, a “máxima afortunada”, palavras de Eugenio Asensio (1991[1974], p. 319), de Nebrija será o fio condutor deste sintético artigo sobre um sugestivo tema. Além de ser a língua companheira de impérios – veja-se hoje a hegemonia do inglês, pela via do “império norte-americano”

* Universidade Federal da Bahia/CNPq/Grupo PROHPOR.

– entre os séculos XVI a XVIII, pelo menos, também a fé, a catequese acompanhou a expansão do Império Luso.

Neste texto pretendo caracterizar brevemente o contexto histórico-cultural do Portugal de quinhentos (1); analisar, confrontando, a sugestivamente ilustrada *Cartinha*, impressa em 1539, que precede a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540 (1971[1539-1540]), de João de Barros, com a *Cartilha em tamul e português*, impressa em 1554 (1970) e, dando um salto de dois séculos, a *Cartilha para instrução dos meninos*, de 1718, publicada em 1722 (Flexor, 2001) (2). Por fim, um epílogo, tentando transferir para tempos recentes o que ocorreu no passado (3).

1 BREVE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL NO PORTUGAL DE QUINHENTOS

Nos inícios do século XVI, começa aos poucos a laicização da cultura letrada, embora não fosse desprestigiado o ensino do latim e da cultura latina. O português inicia o seu percurso como língua de ensino; com isso se incrementam os receptores da escrita vernácula.

Há informações seguras sobre a propagação do ensino em português. Maria Leonor Buescu (1971, p. XXV), baseada no cronista do rei Dom Manuel, Damião de Góis, informa que já em 1504 eram enviados livros para o Congo, entre eles, provavelmente *Cartinhas*. Segundo a mesma autora, em 1512 e 1515, seguem para a Abissínia e para o Oriente novas remessas de livros de que faziam parte *Cartinhas*.

Segundo o historiador Ramada Curto (1998, v. 1, p. 424), Dom Duarte de Menezes, governador de Ceuta, manda 200 cartilhas, além de outros livros de natureza religiosa, para Goa, Canonor e Malaca. Informa ainda o mesmo historiador que os mestres de primeiras letras, em Lisboa, apontam um aumento no século XVI: “De trinta ou trinta e quatro em 1551-1552 passam a sessenta nos inícios do século XVII” (idem, p. 360).

O mesmo historiador apresenta outro indicador para o uso do vernáculo. Trata-se desse uso entre os juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome: “de 1533 a 1567, a percentagem mais elevada é de 9%, enquanto de 1571 a 1581 passam a existir percentagens de 15%, 17% e 20%” (idem). Em meu estudo *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico* (2002, p. 27-41), desenvolvi mais esse tema.

Outro fator que interessa ao nosso objetivo, refere-se ao fato de se iniciarem, na primeira metade do século XVI, os estudos metalingüísticos sobre a língua portuguesa, com a *Gramática da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira – *Cartinha*, *Gramática da língua portuguesa*, *Diálogo em louvor de nossa linguagem* e *Diálogo da viçiosa vergonha* (BUESCU, 1971[1539-1540]).

São esses os dois grandes trabalhos que iniciam o percurso da língua portuguesa como língua de ensino, sobretudo a *Obra pedagógica* de João de Barros.

Nas palavras de Eugenio Asensio, hispanista reconhecido, Fernão de Oliveira

[...] possuía uma mente aguda, um pouco ofuscada pelo seu nacionalismo cerrado e sua combatividade [...] os foneticistas elogiam suas descrições da pronúncia do português. Oliveira, mais decididamente que Nebrija, admite que o uso é a lei da língua [...].

Conclui Asensio:

Claro que ele mesmo não pratica esses desaforados conselhos, filhos de sua natureza hiperbólica. Conhecia e utilizava tanto gramáticos latinos como italianos e espanhóis (1991[1974]:330). (Tradução minha)

Sobre João de Barros avalia Asensio:

Não rechaça os empréstimos, nem o aborrece a sua herança cultural [...] Queria desterrar das escolas aquela desatinada pedagogia que ensinava o latim pela *Arte de Pastrana* e pela *Ars* de Estevão Cavaleiro [...] Como Nebrija vê o papel da língua na cimentação do Império, mas o que mais o comove é seu futuro como instrumento da evangelização (idem, p. 332). (Tradução minha)

Assim, a língua, o império e a fé já estão conjugados em nosso primeiro gramático prescritivo ou, nas suas palavras, “preceitivo”

Segundo Telmo Verdelho, especialista na gramaticografia sobre a língua portuguesa, em recente trabalho:

O latim sustenta a língua portuguesa, por um lado como fonte na adaptação do alfabeto e da escrita e como matriz de recursos inexauríveis no frasear e na recriação lexical, por outro lado, oferece-lhe um convívio instruído por uma tradição teórica antiga e estudadamente aplicada [...] especialmente nos manuais de gramática (2001, p. 76).

Essa afirmativa não contradiz o ponto de vista de Eugênio Asensio, sobretudo no que se refere a João de Barros, principalmente na sua *Gramática*, que não é objeto de análise nesta comunicação. Contudo, se observarmos a nossa primeira gramática prescritiva, são freqüentes as inferências e as referências que se podem depreender da sua leitura, a gramáticos latinos, como Quintiliano (I séc. d.C.), Gélio (II d.C.), Prisciano (VI d.C.), por exemplo.

2. CARTINHAS; CARTILHAS; APRENDER A LER, ESCREVER, CONTAR E REZAR EM PORTUGUÊS NO IMPÉRIO LUSO

Além de livros e cartinhas, já referidos no item anterior, enviados em 1504 para o Congo e entre 1512 e 1515 para a Abissínia, Telmo Vedelho arrola, com base no historiador Américo Cortez Pinto, as seguintes remessas de livros, entre eles *Cartinhas*:

1514 – Vão 2000 cartilhas para o Negus.

1512 – Remete-se um caixote de cartilhas para Cochim.

1504 – Vão para o Congo Mestres de Ler e muitos livros.

1490 – Expedição para o Congo em que vão muitos livros e dois Impressores.

1488 – Expedição de Mestre Álvaro, com muitos livros eclesiásticos e morais (idem, p. 80).

Ainda acrescenta, com base em Fernando Castelo Branco, que “algumas centenas de *Cartinhas* para o Oriente até 1521”, e cita “a

carta de Afonso de Albuquerque de 1512, onde se fala de uma arca de cartinhas” (idem).

É com razão que Telmo Verdelho comenta que constituíram as “artes de aprender a ler e escrever” os primeiros *best-sellers* do negócio editorial português.

Maria Carlota Rosa, lingüista brasileira, em comunicação à ANPOLL de 2002 – *Cartinhas e cartilhas: a introdução à leitura no século XVI* –, diz que “um dos legados dos quinhentos portugueses é um tipo de literatura didática que mesclava os interesses das matérias tocantes à fé e ao ensino da leitura” (p. 111). Arrola a autora: quatro cartinhas anônimas e sem data, uma anônima, mas datada de 1534 e, por fim, a de 1539, que é a de João de Barros. Todas impressas em Portugal e uma das anônimas e a de 1534 impressas em Lisboa por Germão Galharde, que, como se sabe, é um dos primeiros impressores estrangeiros que vivia em Portugal.

2.1 Cartilha em tamul e português

Essa *Cartilha* foi impressa:

per Germão Galhardo impressor d[e] sua A[lteza] aos ii de feureiro. anno de mil quinhêtos e cincoenta e quatro ãnos. Laus deo.

É o que se lê ao final da *Cartilha*. Na portada lê-se:

Cartilha que conte) brevemente ho q) todo christão deue apr?der pera sua saluaçom. A qual el rey don Joham Terceiro deste nome nosso senhor mandou imprimir e) lingoa Tamul e Portugues cõ ha decraçam do tamul per cima de uermelho.



Fac-símile reduzido da portada da *Cartilha*

Depois do *Prólogo* ao rei segue-se o abecedário, com os seguintes sinais ou letras:

A. a. b. c. d. e. f. g. h. i. k. l. m
n. o. p. q. r. s. t. v. u. x. y. z. ~

A seguir estão dois silabários: o primeiro constituído por sílabas formadas por consoantes e vogais orais e o segundo de sílabas formadas por consoantes e vogais nasais (a nasal representada por *m* ou *~*).

Logo segue a “doctrina Xpão” [cristã].

Inicia-se a doutrina cristã com uma série de perguntas e respostas. Exemplificarei apenas com a primeira:

“Preguta. Uos christam sois?” Sob a linha da pergunta o mesmo em tamul. “Resposta. Si”, com a palavra correspondente em tamul.

Depois das duas primeiras perguntas, “Seguesse ho sinal da cruz”, em latim, português e tamul. Continuam as perguntas, seguidas de orações. A primeira, como seria de esperar, é o “*Pater*

Noster"; outras perguntas e respostas e "Seguese ha Aue Maria" Entremeiam-se assim perguntas e respostas e orações, pela ordem: "Ho Credo"; "Ha Salue Regina" Na seqüência estão:

Seguense os quatorze artigos da fee
Seguense os mãdame)tos da ley
Segue?sse os sacramentos da sancta madre igreja catholica
Seguensse as sete virtudes contra estes sete peccados mortaes
Segue?se as obras de misericordia
Seguensse os imigos (seria inimigos?) da alma
Seguesse a confissam.

Finalizam a *Cartilha* o "Introito" e o "Confiteor", em latim e com o que deve todo cristão fazer pela manhã e à noite (rezar o *Padre Nosso*, a *Ave Maria* e fazer o sinal da cruz) e também o que deve fazer antes e depois de comer (benzer-se, rezar o *Padre Nosso* e a *Ave Maria* e dar graças a Nosso Senhor).

Embora na *portada* esteja dito que em vermelho está o correspondente em língua tamul, de fato, em vermelho está o português; não pretendo fazer aqui uma descrição codicológica ou paleográfica da *Cartilha*, vale ressaltar que há ainda um jogo de cores estético em preto e vermelho em toda ela e, ainda, há gravuras cuidadas referentes ao conteúdo do que chamarei, generalizadamente, de "orações"

Como se pode verificar pela breve descrição, a *Cartilha* é, de fato, um catecismo, destinado aos missionários que iam para o sul da Índia, onde a língua tamul era, naquela época, a mais usada pela maioria da população local (*Introdução à edição da Cartilha*, p. 24).

2.2 A *Cartinha* de João de Barros

Na *portada* da *Gramática* de João de Barros, na parte inferior, está: *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja. Segue a Távoa do que se contém neste livro.*

Essa *távoa* ou sumário inclui o que contém não só a *Cartinha*, mas o conjunto da *Obra pedagógica*.

Vou aqui me restringir ao que se refere à *Cartinha* na *távoa*:

Introduçám pera brèvemente aprender a ler.

Pater Noster e *Ave Maria* em latim e em linguagem.

Credo em latim e linguagem.

Divisám destes artigos da fé.

Salve regina em latim e linguagem

Os X Mandamentos da Lei e os V da Igreja.

Os sete sacramentos da Igreja.

As XIV obras da misericórdia.

As virtudes teologaes e moraes.

O dões e frutos do espírito Santo.

Os imigos da alma e os V sentidos.

Os pecádos mortáes e as virtudes contra eles.

A bênçam das mesas e as graças.

Tratádo da missa.

Òráçám à hostia e òráçám ao caliz.

As orações *Obsecrote* e *Juste Judex*.

Evangélho de sam Joám e o *Quicumque vult*.

Os dias de jejuár e guardár, com as IV tēmporas (Buescu, 1971[1540], p. 238).

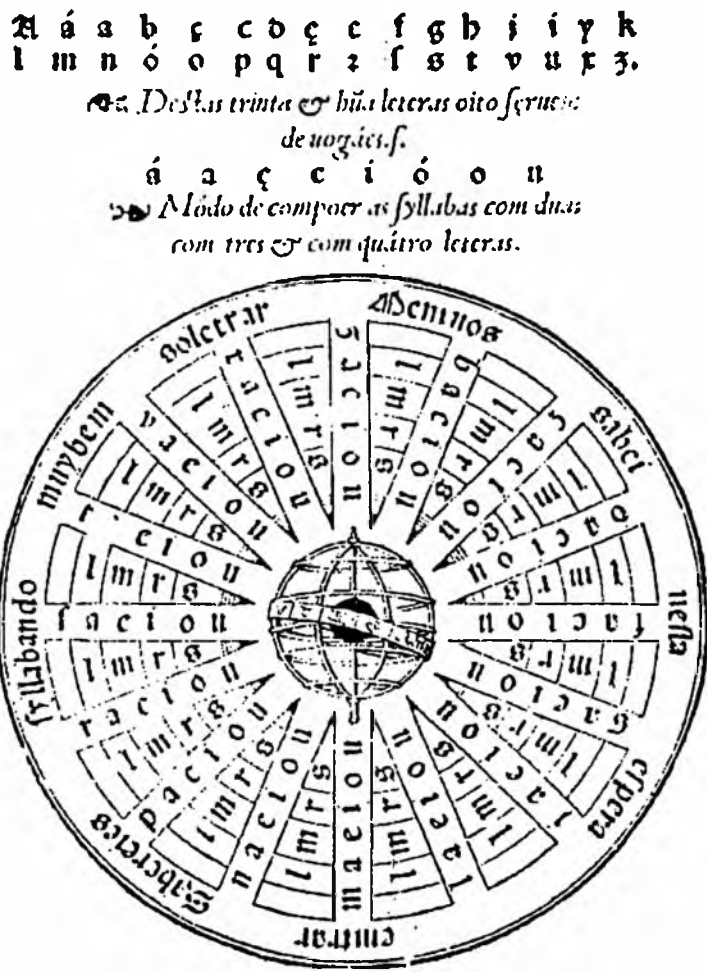
A *Cartinha* é dedicada “ao muito alto e exçelente príncipe Dom Felipe nōsso Senhor” (idem, p. 239). Na *Introduçám pera aprender a ler* (idem, p. 241-50) se apresentam as letras do alfabeto, com gravuras dos referentes cuja designação se inicia por cada letra do alfabeto (ao *a*, a gravura é a de uma árvore, por exemplo).

As letras assim ilustradas são:

a, b, c, d, e, f, g, h, i, l, m, n, o, p, q, r, s, t, v, u, x, z.

Note-se que, diferentemente do abecedário da *Cartilha* antes analisada, João de Barros não apresenta dois tipos de <r> nem <s> nem de <z>. Como a outra, não apresenta o <j>, apenas o <i>.

A seguir, João de Barros apresenta “Outro ABC que temos em que [há] algumas lêteras dobradas / a á a b ç d é e f g h j i y k l m n ó o p q r r s ç t v u x z /. Dêstas trinta e ua lêteras, oito sêrvem de vogâes: á a é e i ó o u” Na seqüência está o “Môdo de compoer as sílabas com duas e com três e com quatro lêteras”, ilustrado por um círculo, em que no seu bordo externo está escrito “Meninos sapei nesta espera emtrar sabereis syllabando muybem soletrar” (idem, p. 243).



Fac-símile extraído de Buescu (1971, p. 243)

Entra-se na “esfera”, que provavelmente seria um instrumento pedagógico, talvez móvel, em direção a um centro, por triângulos agudos em que estão sempre, curiosamente, as letras <l m r s>

[que ele designará de semi-vogaes na sua ortografia (idem, p. 373)]. Entre esses triângulos há combinações de consoantes e vogais. A “esfera” sugere movimento e possibilidades combinatórias. Teria existido esse objeto para que “syllabando muybem” se aprendesse “soletrar” e ler?

A seguir, com caracteres usuais, apresenta “Sílabas per ajuntamento de duas lêteras” e “de três lêteras”, em esquemas, por exemplo:

$$B \left\{ \begin{array}{c} a \\ e \\ i \\ o \\ u \end{array} \right. \quad B \left\{ \begin{array}{c} a \\ e \\ i \\ o \\ u \end{array} \right\} m$$

e assim até à consoante <z>

Apresenta ainda “Outra maneira de sílabas de três lêteras a meia das quáes é líquida”, por exemplo:

$$Br \left\{ \begin{array}{c} a \\ e \\ i \\ o \\ u \end{array} \right.$$

“Sílabas por agrupamento de quatro lêteras”, por exemplo:

$$Gr \left\{ \begin{array}{c} a \\ e \\ i \\ o \\ u \end{array} \right\} m$$

“Outra maneira de sílabas ditongadas”, por exemplo:

$$B \left\{ \begin{array}{c} a \\ e \\ i \\ o \\ u \end{array} \right\} u$$

“Outra maneira de sílabas próprias da língua portuguesa, que são formados de <ch, lh, nh> seguidas de vogáes” (idem, p. 244-50).

Da página 251 à 288 tem-se o desenvolvimento do que está na “táboa”, com o título geral de “Preceitos e mandamentos da igreja com algumas doutrinas católicas em que os meninos dévem ser doutrinados”

Apenas ao finalizar é que se encontra a designação *cartinha*:

[...] acába-se a Cartinha, com os preçeitos e mandamentos da Santa Mádre Igreja [...] comprida [...] per autoridáde da Santa Inquisiçam, em cása de Luis Rodriguez [...] aos XX de Dezembro de 1539 anos (idem, p. 290).

Comparando-se, sinteticamente, a *Cartilha* bilíngüe e anônima tamul/português e a *Cartinha* de João de Barros, salta logo à vista a maior elaboração lingüístico-pedagógica desta, além da qualidade gráfica e, por que não dizer, a imaginação didática do erudito quinhentista que foi João de Barros. Também se apresentam mais elaborados o que chamarei de princípios de iniciação à doutrina cristã. Ambas, contudo, dão mais peso ao catecismo que à alfabetização, parece-me.

2.3 Uma cartilha da primeira metade do século XVIII

Seguirei aqui o artigo da historiadora Maria Helena Flexor (2001, p. 97-157). Entre as *Instruções* de 1759 emanadas do Mar-

quês de Pombal, destaca a referida historiadora as enviadas à Capitania de Pernambuco, que trazem em anexo uma cartilha, decorrente da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos núcleos coloniais.

A *Cartilha* que transcreve Maria Helena Flexor tem seu original no Arquivo Histórico Ultramarino (Pernambuco, s.d. cx. 59, doc. s/n. ms.). Nas suas palavras:

É uma cartilha simplificada, destinada a facilitar o ensino aos índios, não esquecendo as instruções da doutrina cristã, misturadas em meio às regras gramaticais. Obedecendo a instruções, adotava-se o “livro de Andrade” isto é, de Manoel de Andrade Figueiredo (1722, 156p.), escrito em 1718 e publicado, depois das devidas licenças, em 1722 (idem, p. 104-5).

Não dispondo essa *Cartilha* de uma “táboa”, como a de João de Barros, palmilharei esta *Cartilha* e *Catecismo*, de maneira sintética.

Inicia-se com o que chamarei de título: “Breve instrucção, para ensinar Doutrina Christãa, Ler, e escrever aos Meninos; e ao mesmo tempo os principios da Lingoa Portuguesa e sua Orthografia” (p. 105).

Seguem-se o alfabeto em “letras correntes Romanas”, em “Letras Capitães Romanas” e “As Sinco Letras vogaes” (mas apresenta seis): A, e, i, o, u, y”. A propósito da sílaba, está: “Cada huá das Letras vogaes forma por Si Sô, huá voz, ou huá Silaba. O y Grego naó he mais, que o i vogal, ou Latino” Continua: “letras abreviadas (ã) significa am, (é) em (î) im (õ) om (ú) um” Sobre os “tres accentos, Este accento $\acute{}$, se chama agudo. Este, $\grave{}$ se chama grave. Este $\circ$ Circumflexo” Sobre o apóstrofo diz: “Esta figura (') se chama apostrophe, e posta entre duas Letras, serve d'hú à, ou d'é L'a, L'e, L'i, L'o, L'u e &r”; “esta figura (-) se chama divizaó” (p. 105-6).

Sobre “Pontuaçoens. Esta figura (,) se chama virgola. Esta figura (;) se chama ponto, e virgola. Esta figura (:) se chama dois pontos. Esta figura (.) se chama ponto. Esta figura (!) Se chama admiração. Esta figura (?) se chama interrogação” (p. 106). Será que essa nomenclatura, sem explicar a sua função, funcionaria para aprender a ler e, sobretudo, escrever?

Volta às sílabas e arrola as “de duas Letras” (ba, be, bi, bo, bu etc.); “de tres Letras” (bla, ble, bli, blo, blu ... stá, sté sti, sto, stu ... vra, vre, vri, vro, vru ... fam, fem, fim, fom, fum etc). Sem maiores explicações, encontra-se: “Estaes já isntruídos nas Silabas, he percizo que entreis com disvello a ajuntalas, e a formar os nomes” Seguem exemplos de nomes próprios para homens, “de mulheres” e “de Cidades” (p. 107-8).

Da página 108 à 112 estão os deveres dos mestres. Os “Mestres das Escholas” devem fazer, para formar seus discípulos, no “Santo temor de Deos, da Obediencia ao Rey, e aos Seus Ministros Respectivos; do amor, e Respeito aos nossos mayores, do affecto necessario à patria, e aos interesses da Monarquîa” (p. 108).

Para tanto, devem os mestres “ser tractaveis, brandos, e modestos com os Discípulos”, devem “Colocar nas Eschólas huá imagem de hum Santo Crucifixo”, “He precizo ensinarlhe o Padre Nosso [...] Como tambem Ave Maria [...] Passaraó depois [...] a ensinar o Credo”, “Symbolos da fê [que] sam quatro”, “que cousa he a essencia divina”, “Ensinará os Mmestres aos meninos o acto da Contricção”, “taóbm a confissáo” “Depois lhe devem ensinar os des preceytos do Décálogo”, “depois [...] lhes ensinem a virtudes Theologaes” “Devem agora ensinar os Sacramentos da Santa Madre Igreja”, “Devem [...] ensinar os peccados mortaés”, “Também deve ensinar os Novicimos do homem, que Saó quatro: Morte, Juizo, Inferno, e Parayzo” “Ensinem lhe ultimamente os Artigos da fê, que Saó quatorze” “Devem ter os Mmestres grande Cuidado em persuadir a Seus Discípulos a veneração, que devem ter ás Cruzes” Por fim os deveres antes de deitar, antes de se assentarem à mesa, depois de comer.

A cada um desses deveres cristãos, seguem-se longas explicações para os mestres, a fim de persuadirem seus discípulos a seguirem os preceitos cristãos. Persuadiriam?

Da página 122 à 154 voltam os ensinamentos, agora de natureza gramatical: as classes da palavra (“o articulo, o nome, o pornome, o verbo, o partecipio, o adverbio, a porpozição, a Conjunção a Intergeição”), cada uma delas definidas e exemplificadas. Dedicase

a seguir ao nome (substantivos e adjectivos, seus números e casos). Apresenta-se a seguir toda a conjugação em tempos e modos, tanto a ativa como a passiva e ainda os verbos defectivos. Por fim, trata dos “accentos”, do “Apostrofe”, do “Vso das Letras Capitaes, ou Letras grandez” E assim termina a “Breve instrucção” da época pombalina, que, segundo Flexor, como visto no início deste subitem, destinava-se aos índios. Só podemos dizer: pobres índios! Com tantos deveres, impossível, a meu ver, tornarem-se cristãos, o que era a meta principal da “Breve instrucção”

EPÍLOGO

Ou melancólico epílogo!

O que se quis mostrar foi que a tradição de ensino do vernáculo no Império Luso se manteve do século XVI até, pelo menos, o século XVIII. Ou seja: ensinar a língua portuguesa imbricada ao ensino da doutrina cristã.

Diria que essa tradição se manteve até, posso afirmar, meados do século XX, uma vez que a sofri tanto no então chamado Curso Primário como no Curso Ginásial, neste já não se ensinava “Catecismo”, mas havia “Aulas de Religião”, é verdade que como disciplinas independentes do ensino do português que seguia, poderia dizer, o modelo da tradição iniciada, na área lusa, por João de Barros.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, já dizia Camões ao findar o século XVI. Quanto ao ensino do português, a meu ver, novas “vontades” começam a aparecer ao findar o século XX. Serei otimista? Mas isso já é outro tema, outra história!

BIBLIOGRAFIA

ANÔNIMO (1970[1554]). *Cartilha em tamul e português*. Edição fac-similada com preâmbulo de D. Fernando de Almeida. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

- ASENSIO, Eugenio. La lengua compañera del imperio: historia de uma idea de Nebrija em España y Portugal. In: CASTRO, Ivo et al. (1991[1974]). *Curso de história da língua portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, v. II.
- BARROS, João de (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa*: cartinha, gramática, diálogo em louvor de nossa linguagem e diálogo da viçiosa vergonha. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras de Lisboa.
- CURTO, Ramada. Língua e memória. In: MATTOSO, José (Org.) (1993). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. III.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi (2001). Aprender a ler, escrever e contar no Brasil do século XVIII. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, 4, p. 95-157. São Paulo: Humanitas.
- LEBRIJA, Antonio (1976[1492]). *Tratado de gramática*. Salamanca. Edição fac-similar. Madrid: Erpasa-Calpe, s/a.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo (Org.) (2002). *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeus Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- ROSA, Maria Carlota (2002). Cartinhas e cartilhas: a introdução à leitura no século XVI. *Livro de resumos*. Porto Alegre: XVII Encontro Nacional da ANPOLL.
- VERDELHO, Telmo. Um remoto convívio lingüístico: tradição teórica e herança metalingüística latino-portuguesa. In: MATEUS, Maria Helena Mira (Org.) (2001). *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

ABSTRACT: A reflection of the historical process of Portuguese teaching, from the observation and confrontation of three old documents: *Cartinha*, written by João de Barros and printed in 1539, *Cartilha em tamul e português*, appeared in 1554, and *Cartilha para instrução dos meninos*, written in 1718 and published in 1722.

Keywords: Historical Linguistics, Portuguese Language History, Portuguese Teaching.

EMPRÉSTIMOS LINGÜÍSTICOS EM TEXTOS QUINHENTISTAS PORTUGUESES

Sônia Bastos Borba Costa

RESUMO: Com o intuito de contribuir com levantamento de dados concretos e confiáveis sobre a questão dos empréstimos lingüísticos na constituição do léxico da língua portuguesa, o trabalho comenta pontos de vista de autores que refletem sobre esse acervo, enfocando os considerados arcaísmos e neologismos, nesses incluídos os empréstimos. Com breves referências a autores de outras épocas, destacam-se as abordagens da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), da obra pedagógica de João de Barros (1540), primeiros gramáticos da língua, e do *Dialogo em defesa da lingua portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo (1574), lídimos representantes, em Portugal, do pensamento sobre a questão, no período histórico enfocado.

Palavras-chave: Diacronia do Português, Século XVI, Neologismos, Arcaísmos, Empréstimos.

[...]assi que é trabalhoso e pouco certo querer saber
os nacimentos particulares das dições.

(Fernão de Oliveira. *Gramática da Linguagem Portuguesa*, p. 121)

[...] se quiséssemos buscár o fundamento e raiz donde
veéram os nóssos vocábulos, seria ir buscár as fontes do Nilo.

(João de Barros. *Gramática da Língua Portuguesa*, p. 298)

Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991, p. 27), em sua obra já clássica para os estudos da teoria da gramaticalização, apresentam os principais processos que, a seu ver, permitem o surgimento de novos itens lingüísticos em

* Universidade Federal da Bahia / Grupo PROHPOR.

qualquer língua. Quanto aos itens lexicais, os processos, aqui apresentados de forma aproximada e sem obedecer à sua ordem, seriam:

- a) pura invenção, isto é, criação de combinações arbitrárias de sons;
- b) criação de onomatopéias, ou seja, uso de combinações motivadas de sons;
- c) composição e derivação a partir de formas lexicais e gramaticais já existentes na língua;
- d) extensão de uso de formas já existentes, para a expressão de novos conceitos, através de estratégias como transferência analógica, metonímia, metáfora e semelhantes;
- e) adoção de empréstimos de outros dialetos ou línguas.

Provavelmente haverá outros processos ou novas combinações desses, além de todos os processos morfofônicos ou morfosintáticos decorrentes dos vários graus de integração de empréstimos à estrutura da língua receptora. Esses processos respondem ao *como* se formam novas palavras, mas não ao *porquê*, e nem era essa a intenção dos autores citados.

Como todos sabemos, em decorrência do Projeto de Lei n. 1676/1999, de autoria do então deputado federal Aldo Rebelo, a questão dos estrangeirismos foi objeto de muita atenção no Brasil, nos três anos anteriores, em decorrência de que foi reavivada a questão de *dever-se* ou não aceitar empréstimos de línguas estrangeiras. É evidente que não se poderia esperar de cidadãos, em geral, nem mesmo de propositores de projetos de lei, que se colocassem a questão do *como*, já que isso cabe aos lingüistas. Mas seria de se esperar que, antes de pretender legislar, ou seja, antes de tratar o aspecto da permissão ou interdição, propusessem-se a compreender o *porquê*.

A questão tem sido ideologizada e isso é bom, é claro; não somos ingênuos para imaginar que a ideologia, característica inerente a qualquer ação em sociedade, possa vir *a posteriori*. Mas, em que pese o recente interesse dos colegas, concretizado em muito boas publicações sobre o tema, ainda sentimos uma prejudicial ca-

rência de dados concretos, se possível datados, sobre os quais e a partir dos quais embasar a reflexão ideológica.

É no sentido da explicitação de dados concretos que propomos essa vertente para o tratamento da questão: o que nos dizem, implícita ou explicitamente, aqueles que produziram textos ou que neles refletiram sobre a língua portuguesa, acerca do tema dos empréstimos lingüísticos? Que critérios nortearam, por exemplo, a seleção de empréstimos prestigiados e desprestigiados? Como se posicionaram quanto à questão dos neologismos, em geral? E, como contraponto, quais as posturas evidenciadas sobre a questão dos arcaísmos?

Naturalmente que, em âmbito de estudiosos de língua, soa demasiado reafirmar o convencimento de que os neologismos (incluindo os empréstimos) e os arcaísmos são, em si mesmos, naturais, legítimos, enriquecedores. Lembramos, por exemplo, casos em que a palavra estrangeira preenche, sem agressão, um vazio, visto que não temos (ou não tínhamos) a palavra correspondente, caso, parece-nos, de *know-how*, *sanduíche* ou *surf*. Mas acreditamos que a reflexão sobre o que significa a valorização ou a rejeição das palavras tidas como “novas” ou “velhas”, “legítimas” ou não, interesse não apenas aos lingüistas, como aos estudiosos da cultura em geral, dado o peso do seu valor simbólico para o imaginário sociocultural. Afinal, como lembra Fiorin (2001, p.101):

[...] uma língua não é um mero instrumento de comunicação, mas tem funções simbólicas muito importantes no seio de uma sociedade. É vista, por exemplo, como fator de unidade nacional, como ponta de lança da invasão cultural etc. Uma política lingüística diz respeito muito mais às funções simbólicas da língua do que a suas funções comunicativas.

Ou, como diz Lucchesi (2001, p. 2):

[...] a prática lingüística é uma prática política; e as ideologias se constroem, ou se combatem, também através da língua. Com base nos conceitos de hegemonia e de guerra de posição desenvolvidos pelo teórico italiano Antonio Gramsci, podemos ver a língua como um dos campos de batalha na luta contra a hegemonia de uma classe dominante, num pro-

cesso que pode ser denominado de construção de uma contra-hegemonia. Se uma classe usa a língua para legitimar a sua dominação, naturalizando e universalizando a sua visão de mundo e os seus interesses particulares, é válido que os segmentos dominados também tomem a língua como uma frente de luta contra essa dominação, contra a hegemonia ideológica dessa classe.

É oportuno destacar quão natural é considerar-se o léxico objeto privilegiado de atenção, já que, ainda com Fiorin (2001, p.116), para o leigo, o léxico é a língua, porque é “reflexo de vida sócio-econômico-cultural de um povo e, portanto, contém a cristalização de sua vida material e espiritual”

Retomando a velha e eterna problemática da alteridade, caber-nos-ia, a esse respeito, refletir sobre a tensão entre o conhecido (a ordem) e o desconhecido (a desordem); ou sobre a tensão entre segurança e vulnerabilidade, que, provinda do indivíduo em si, contamina o seu instrumento maior de comunicação. O outro, nosso espelho, nosso inferno, nosso dominador ou dominado, exerce, também quando lingüístico, ao mesmo tempo, fascínio e medo, desejo e rejeição. Essa parece ser, em essência, a questão, que, aplicada ao tema sob foco, poderia provocar indagações como: doar ou tomar empréstimos lingüísticos é legítimo? É subserviência? Saque? É globalização, neo-imperialismo? Motivo de orgulho ou de humilhação?

Nossa curiosidade tem-se voltado para a postura adotada pelo produtor de textos em língua portuguesa acerca desse tema. Julgamos que poderíamos apresentar uma contribuição, levantando dados pertinentes (e sobre eles tentando uma leitura interpretativa) de escritores portugueses do século XVI, testemunhas de uma época que, defrontando-se com a alteridade representada pelas descobertas ultramarinas, confrontava, de contínuo, essa questão.

Aos estudiosos da língua portuguesa interessam naturalmente questões como: Quais as línguas que concederam empréstimos ao português e quais aquelas às quais o português os concedeu? Pode-se detectar algum tratamento mórfico, fônico, sintático ou

semântico mais comumente aplicado a cada conjunto de empréstimos? Como os que se ocuparam da língua portuguesa (gramáticos, diacronistas, historiadores, etimologistas), nas diversas épocas, encararam a questão, ou seja, qual a sua postura ideológica diante dos chamados estrangeirismos?

A bibliografia lingüística, incluindo-se a abordagem da tradição gramatical, tem enfatizado os mecanismos, ou seja, as maneiras como se criam ou se adotam novas palavras – neologismos – neles incluídos os empréstimos, abordando as fontes e os processos formadores, morfossintáticos ou semânticos. Alguns dos autores que tratam o tema enfocam a finalidade, o *para quê*: necessidade de denominações inovadoras, consolidação de particularidades identitárias, por exemplo. Poucos se indagam sobre as causas, as motivações, o *porquê*. Muitos, contudo, pronunciam-se sobre a conveniência ou não da introdução de novas palavras, ou seja, sobre o *dever-se* ou não criar neologismos (dentre os quais se inclui a adoção de empréstimos), revelando posturas de aceitação ou até de valorização, por um lado, ou posturas de estranhamento, despreço e até rejeição, por outro. Menos freqüente é a manifestação sobre o uso de arcaísmos, ou seja, palavras consideradas “velhas” pelas normas de prestígio mais difundidas.

Assim, buscamos ler os autores selecionados, com olhos de ver essa questão, ou seja, buscamos vê-los como pessoas que refletiram sobre a língua que falavam, que a privilegiaram como objeto de reflexão, como campo sobre o qual exerceram escolhas.

Ressalte-se que, para a época que escolhemos, a questão dos empréstimos incluía vivamente a contribuição do latim e do grego. Afinal, como lembra Verdelho (2001, p. 76):

O português reencontrou no latim, depois de um longo percurso de 10 séculos de deriva, uma parceria que lhe permitiu instituir-se como língua escrita. Tomou do latim as letras do alfabeto, e depois toda a elaboração metalingüística, as abstrações, as categorias, a concepção e o reconhecimento das unidades e do funcionamento da língua. Tomou também do latim e do grego toda a verbalização do pensamento técnico e paracientífico: os universos da filosofia e dos sistemas de compreensão do mundo,

formulados pelos gregos e pela escolástica; os termos próprios da medicina, do direito, das artes discursivas e das artes mecânicas.

Após essas considerações iniciais, passamos aos dados que recolhemos, a partir de levantamento no texto da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, de 1536; nos textos da *Gramática da Língua Portuguesa* e do *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*, de João de Barros, de 1540; e no texto do *Dialogo em Defensão da Lingua Portuguesa*, de Pero de Magalhães de Gândavo, de 1574.

A GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Para compreender a postura de Fernão de Oliveira, reconhecido como o primeiro a fazer uma gramática da língua portuguesa, justamente considerada como descritiva, parece-nos produtivo atentar inicialmente para a sua classificação das palavras quanto à origem. Para ele as *dições* podem ser: *nossas*, *alheias* ou *comuns*. As *nossas* são as que “naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora” (TORRES E ASSUNÇÃO, 2000, p. 119), nelas incluídas as de origem latina. Dessas, cita como exemplos castiçal, janela, panela (p. 118); as *alheias* são as que “doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghua novamente trazida à terra” (p. 121). Dessas, cita filosofo, grammatica (p. 108), ditongo, acento, picote, alquicé (p. 118), e nelas inclui as “novas” (por serem também novas na língua de origem), que exemplifica com **peita** e **arcabuz** (p. 121). Sobre as novas diz ainda que (p. 122):

[...] chamar-lhe-emos alheas em quanto forem muito novas, de tal feição que não possamos negar seu nascimento. E depois, pelo tempo adiante conformando-as connosco, chamar-lhe-emos nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns, de que logo falaremos.

De fato, as dições novas, ou seja, os neologismos, são “aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos” (p. 129). “Fingir novamente ou de todo” significa nomear de maneira inédita, como se pode ver do trecho (p. 129-30):

[...] para o que tiveram licença os premeiros homens quando premeiro nomearam *toalha* e *guardanapo*, e quando dixeram *chorar*, *cheirar*, *espantar* e outros muitos que não são tirados de nenhua parte. Nós já'gora, para fazer vocabolos de todo assi como digo, não temos mui franca licença: mas porém se achassemos hua cousa nova em nossa terra, bem lhe podíamos dar nome novo buscando e fingindo voz nova [...].

Cita como exemplos de dições novas: *bombarda* (p. 130), e, mais especificamente como estrangeirismos, *orivez*, *Çafi*, *guadameci*, *Calecu*, *Peru*, *Cegu* (p. 143) e *Artur* (p. 144), como se vê, incluindo alguns onomásticos. Até a representação do riso lhe merece atenção, quando observa que Gil Vicente não parece representá-lo adequadamente (p. 98):

[...] mas antre nós eu não vejo alghua vogal aspirada, se não é nestas interjeições uha e aha e nestoutras de riso ha-ha, he, ainda que não me parece ese bo riso português, posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus Autos.

As dições comuns são as que “em muitas línguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hua língua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual língua se mudaram [...]” (p. 123). Cita como exemplos *mesa*, *çapato* (p. 118) e também *alfaiate*, *almoxarife*, *alguidar*, *almocreve* (p. 123), dando a entender que, embora se admita para essas a origem “mourisca”, já se fizeram “nossas”

Observe-se que há uma compreensão mais ou menos velada de que nunca se pode ter certeza da natureza autóctone de uma palavra. Embora pareça encarar com naturalidade o recurso aos estrangeirismos, visto afirmar que “das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas” (p. 83) e, portanto, o “costume novo traz à terra novos vocábulos” (TORRES E ASSUNÇÃO, 2000, p. 121), insinua-se um quase temor às palavras alheias, que está explicitado no intermédio textual entre essas duas citações, no seguinte trecho, em que fica patente a sua angústia ante a vulnerabilidade do português em relação aos empréstimos já historicamente incorporados (p. 120):

Pois se alguém me dixer que podemos dizer como temos muitos vocabolos latinos e que isto alcançam os homens doutos que sabem língua latina [...], e não só latinos, mas gregos, arabigos, castelhanos, franceses e toda quanta outra immundicia poderem ajuntar, preguntar-lhe-ei então que nos fica a nós ou se temos de nosso alghua coisa. E os nossos homens, pois são mais antigos que os latinos, nessa conversação que tiveram com os latinos porque também não ensinariam? Porque seriam em tudo e sempre ensinados?

Eu não quero ter tão baixo espírito e cuidar que devo tudo.

Curioso nessa citação, parece-nos, é sobretudo o conceito de “nossos homens”, “mais antigos que os latinos”, que, segundo ele, tinham o que ensinar a esses. A que línguas preexistentes, faladas por esses homens, mais legítimas que o latim quanto à procedência lexical, estaria se referindo o nosso gramático?

O contato lingüístico e o possível fascínio que as línguas estrangeiras podem exercer são, de fato, objeto de preocupação por parte de Fernão de Oliveira. Para ele, devemos precaver-nos contra o uso de outras línguas, porque “cortam a perpetuidade delle [do nosso reino] os que de novo trazem nova lingua à terra, porque a língua e a unidade della é mui certo apellido do reino, do senhor e da irmandade dos vassalos” (p. 123).

Alerta, ainda, que devemos agir em relação às palavras de empréstimo com critério, ou seja, escrevê-las “com as nossas letras”, a não ser quando ainda forem tão novas que seja necessário pronunciá-las “com a melodia do seu nascimento” (p. 108). E devemos respeitar a nossa língua e não fazer como os que, ao chegarem a Toledo, logo se esquecem da sua terra e “em vez de apurarem sua língua, corrompem-na com emprestinhos [...]” (p. 90). Ainda relativamente a estrangeirismos, é curiosa a sua opinião sobre o uso da expressão *el-rei*, recriminando o uso do artigo “castelhano”, pleiteando que o rei português tenha “nome próprio e destinto por si”, mais conforme ao “natural de nossa língua” (p. 142-3).

Fernão de Oliveira, como se vê, inclui a questão dos empréstimos no tópico mais amplo dos neologismos, quer já incorporados, quer não. No que diz respeito à legitimidade das palavras,

aliás, tanto as *dições* novas quanto as velhas causam-lhe cuidado e receio. No capítulo referente às *dições* velhas, afirma, pitorescamente, que (p.128-9):

Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes envelhecem e as velhas alghũa hora pareçam mal, porque também envelhecem os homens cujas vozes ellas são. E isto é verdade que a fremosa menenice despois de velha não é para ver. E assi como os olhos se ofendem vendo as figuras que a elles não contentam, assi as orelhas não consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume. E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens.

E, pouco mais adiante, diz (p. 129): “A limitação ou regra será esta pella maior parte: que das *dições* velhas tomemos as mais novas e que são mais vezinhas de nosso tempo; assi como também das novas havemos de tomar as mais antigas e mais recebidas de todos ou da maior parte”

Há farta exemplificação de *dições* velhas, esparsa pela sua gramática. Cita alguns arcaísmos fonéticos, como **grorea** e **froles** (p. 118); **pã**, **cã** e **abém**, “amém” (p. 147). Há antropônimos que julga “esquecidos” – **Egas**, **Sancho** e **Dinis** (p. 128). Cita ainda arcaísmos lexicais: **cicais** (p. 118); **capa-pelle**, “uma certa vestidura”; **ruão**, “cidadão”; **compengar**, “comer o pão com a outra vianda”; **nemichalda**, “nemigalha”; **a carão**, “junto”, “a par”; **samicas**, “porventura” (p. 128); **prestesmente**, **raramente**, **comprimento**, **afeiçoamento** (p. 140); **ajuso**, “em baixo”; **acajuso**, “cá em baixo”; **assuso**, “acima”; **hogano**, “este ano”; **algorrém**, “alguma coisa” (p. 129).

Deveras interessante é a sua postura em relação à questão da alteridade lingüística: os grandes *outros* lingüísticos para Fernão de Oliveira são o latim e as línguas dos povos dominados pela expansão portuguesa. Para ele, por um lado, é necessário libertar-se do jugo lingüístico clássico e, por outro, é preciso submeter as nações conquistadas ao jugo lingüístico do português: “tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que

ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma” (p. 86). Fica também evidenciada a sua postura contra a submissão ao latim neste trecho: “Mas nós somos tão grandes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são necessarias” (p. 102). Para o exercício da dominação, não falta ao português, para ele, o requisito essencial, a saber, a sua “excelência”, concretizada nas virtudes de síntese, clareza e acessibilidade: “E assi como a nossa língua faz tudo quanto essoutras [latim e grego] com mais brevidade e facilidade e clareza, assi também é mais de louvar sua perfeição” (p. 150).

OS TEXTOS DE JOÃO DE BARROS

Podem-se pinçar na *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, o segundo gramático reconhecido da língua portuguesa, normativista, trechos raros e esparsos que abordam a questão dos arcaísmos e neologismos – nesses incluídos os estrangeirismos, retomada no seu *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*.

Barros parece-nos menos libertário que Oliveira. Por exemplo, o que, para Oliveira, representa o que chamaríamos incômodo jugo clássico é, para Barros, grande vantagem. Afinal, para ele, o grande mérito da língua portuguesa é a sua proximidade com o latim, como se pode ver do seguinte trecho do DLNL (BUESCU, 1971, p. 397):

Que se póde desejar na língua portuguesa que ela [não] tenha? Conformidade com a latina? Nestes versos, feitos em louvor da nossa pátria, se póde ver quanta tem, porque assi sam portugueses, que os entende o português, e sam latinos, que os nam estranhará quem souber a língua latina.

Esse seu ponto de vista, contudo, não deve ser confundido com tolerância para com aqueles que pretendem descaracterizar o português, como, por exemplo, os que abusam da sintaxe alatinada, recriminados, no capítulo da sua gramática “Das figuras” em que trata os “vícios” (p. 363):

Cacosínteton quér dizer má composiçám, a quál cometemos quando, per maneira de elegância, alguém ordena a linguágem segundo o latim jáz,

como ua óraçam a quá eu vi tiráda em linguágem per um leterádo que se prezava de eloquente...

Também não há tolerância com aqueles que defendem o ensino do português a partir da gramática latina, explicitamente condenados (p. 406):

P<Ál> – Eu quero confirmár essa tua verdáde, com testemunho dô que já vi em algumas escólas da gramática latina. Por os mestres nam saberem as régras da nóssa, lhe[s] éra tam dificultoso achár as matérias da latina, que tinham cartipáçios de latins em linguágem, por onde ôs davam aos moços, como fracos prégadores, sermonários pera todo o ano.

Quanto aos estrangeirismos, reconhece com naturalidade a via de mão dupla do contato lingüístico, quando admite que o português possui no seu léxico empréstimos “latinos, arávigos e outros de diversas nações que conquistamos e com quem tivemos comércio – assi como eles tem outros de nós” (BUESCU, 1971, p. 298). Refere-se também a empréstimos quando, ao tratar o “vício” do “barbarismo”, condena a má pronúncia de termos estrangeiros. Assim se vê do trecho a seguir, em que há, inclusive, referência ao Brasil (p. 357):

E em nenhũa parte da terra se cométe mais ésta figura da pronunçiaçam que nestes reinos, por cáusa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nóssso serviço. Porque, bem como os Gregos e Roma [h]aviam por bárbaras todalas outras nações estranhas a eles, por nam poderem formar sua linguagem, assi nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil barbarizam quando querem imitar a nossa.

Confessa-se, contudo, “receoso de novidades” (BUESCU, 1971, p. 384). Talvez por isso, como Fernão de Oliveira, é cauteloso com os neologismos, recomendando, no DLNL, que sejam formados, de preferência, com base latina (p. 401):

P<Ál> – Si, porque a licença que Horácio, em a sua Árte Poética, <Horatius in arte Poetica> dá aos latinos pera compoerem vocábulos nóvos, contanto que saiam da fonte grega, éssa poderemos tómar, se ôs derivármos da latina.

Essa recomendação é coerente com a sua postura face aos arcaísmos, pois, diferentemente de Oliveira, louva-os, porque, ainda que sejam antigos, são “termos que se conformam com o latim” [...] “nam somente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam Antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa, os quâes alguns indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nâçem” (p. 402). Não obstante, na sua gramática, há apenas um exemplo de arcaísmo: o advérbio interrogativo *u* (p. 380): “O segundo *u* sérve na composiçâm das dições e antigamente servia per si de avérbio locál, como quando se dizia: *U vás? u móras?* Do quáil já nam usamos.”

Coincidente, em parte, com a de Oliveira é a postura que adota quando trata o contato dos povos colonizados por Portugal com a língua portuguesa, pois entende que se deve levar a língua portuguesa a eles. Mas Barros admite explicitamente como legítima a adoção de termos das línguas desses povos, como se vê deste trecho do DLNL (p. 402):

E o sinal desta verdade, é que, nam sòmente temos vitória déstas partes, mas ainda tomámos muitos vocábulos, como podemos ver em todolos que começam em ÁL e em XÁ, e os que acabam em Z, os quâes sam mouriscos. E agora, da conquista de Ásia, tomámos CHATINAR por mercadejar; BENIÁGA por mercadoria; LASCARIM por homem de guerra; ÇUMBÁIA por mesura e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturâes na boca dos homens que naquêlas partes andáram, como o seu próprio português.

A conclusão que se infere de passagens como essa é a de que o direito ao usufruto do domínio territorial inclui o léxico da língua do povo vencido. Assim, é natural a incorporação de empréstimos de línguas dos dominados. Contudo, deixa bem claro que mais vale levar a língua portuguesa até os subjugados e tentar implantá-la, subjugando-os também lingüisticamente, que deles tomar termos. Cita, no DLNL, grandes conquistadores, como César e Carlos Magno, que mais apreciaram (p. 404):

[...] a vitória que a sua língua tinha, em ser reçibida de totalas bárbaras nações, que de âs someter ao jugo do seu império. E neste cuidádo fo-

ram tam solícitos, que, andando antre os pártos e outros tam bárbaros povos, nam consentiam que falássem senám a sua língua latina, por demonstrár o império que tinham sobre todalas outras nações.

E mais adiante (p. 405):

As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçám das três partes da térra, materiáes sam, e póde-ás o tempo gástar, però nam gastarã doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses néstas térras leixárem. [...] Certo é que nam [h]á i glória que se póssa compárar a quando os mininos etíopas, persianos, indos, d'aquém e d' além do Gange, em suas próprias terras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa arte aprenderem a nóssa linguágem [...].

Quanto ao requisito básico para esse exercício de dominação, ou seja, a excelência da língua, sua afirmação está esparsa em todo o texto do DLNL e consiste, basicamente, na proximidade em relação ao latim e na abundância de vocábulos. Veja-se o seguinte trecho (p. 400):

Certo, a quem nam falecer matéria e engenho pera demonstrár sua tençám, em nossa linguagem nam lhe faleçerám vocábulos, porque de crer é que, se Aristóteles fora nosso naturál, nam fora buscár linguágem emprestáda pera escrever na filosofia e em todolas outras matérias de que tratou.

Qual é, portanto, o outro lingüístico para João de Barros? São as línguas dos povos dominados, pois que o latim, sendo a “mãe” do português, não lhe parece outro, é da família. Afinal, para ele, os produtos das culturas grega e romana são patrimônio de todos (p. 462):

Os Gregos e Romanos é propiadáde comum: todos podem lançar mam déla, assi pera dizer suas virtudes como seus vícios, sem por isso ser levado a juízo. E também qualquer cousa, pera ter preço antre nós, [h]á-de ser dita em grego ou latim, cá ésta magestáde tem o antigo e estrangeiro.

O DIALOGO EM DEFENSÃO DA LINGUA PORTUGUESA

O último pensador do século XVI de que trataremos é Gândavo, de quem comentaremos o *Dialogo em defesa da lingua portu-*

guesa. Trata-se de um diálogo entre um português, Sr. Petronio, e um castelhano, Sr. Falencio, que apresentam, cada um por sua vez, as excelências de suas respectivas línguas.

Para o castelhano Falencio, o português é língua tosca, principalmente porque:

- a) os primeiros escritores portugueses usaram vocábulos difíceis e impróprios em relação ao significado e origem;
- b) distancia-se muito do latim, enquanto o castelhano mantém-se próximo – citando como exemplo a manutenção do /l/ intervocálico latino;
- c) todas as nações do mundo “aborrecem” o português;
- d) juntou vocábulos de diversas línguas.

Observem-se os seguintes trechos:

Fal. La causa Señor Petronio de vuestra lengua ser juzgada por essa (no solo de todas las naciones del mundo, mas aun de los mismos Portugueses que la poseen) es por que en su principio como se puede ver en el language de algunas historias y chronicas antiguas de Portugal vsauan muchos vocabulos muy diferentes y improprios de su natural significacion y origen (p. 45);

Fal. [...] dezis *dores*, nos *dolores*, el latin *dolores*. dezis *cores*, nos *colores*, el latin *colores* (p. 64);

Fal. [...] Y por ello os suplico me digais ya q ella es tan dilicada y excel?te como dezis, y tiene tãta grauedad ? su estylo: qual es la causa porque todas las naciones del mundo la aborrecen tanto, y la tienen en tan poço (p. 51-2);

Fal. [...] vinieron poco a poco appurando lo con diriuar y componer vocabulos de diuersas lenguas ayuntando los ala suya: y ansi con fauor delas ajenas supplieron muchos defectos que ella en si tenia. Por dõde se no puede llamar verdadero Portugues el que agora en estos tiempos vsais, sino el antiguo que en principio se vsaua, como ya tengo dicho (p. 45-6).

O português Petronio replica. Argumenta que vocábulos novos foram introduzidos porque necessários; discorda de que o português se tenha distanciado do latim, citando o curioso exemplo do verbo *olhar* (p. 49-50):

Petro. [...] como logo nos posso mostrar em hum nosso vocabulo que agora me lembra (allem doutros muitos que aqui não alego por escusar proluxidade) & he que dizemos *olhar* & vós *mirar*. pois se o instrumento com que vemos chamamos *olhos*, com razão dizemos *olhar* & vós chamais lhe *ojos*, & dizeis *mirar*. O qual verbo não pode ser conueniente, nem conforme a sua significação, sem dizerdes *ojar*, ou chamardes aos olhos *miros*.

Alega também que o português dispõe de vocábulos de que o castelhano carece (p. 50):

Petro. [...] E allem disso outros temos cá de que vós lá careceis, sem os quaes não podeis por nenhum modo bem explicar aquillo que elles significão, conuem a saber, dizemos *geito*, *saudade*, *lembrança*, *praguejar*, *enxergar*, *agasalhar* &c. E nos não carecemos daquelles com que vós quereis significar estes & os mais que ha.

Ressalta a facilidade que têm os portugueses de falar outras línguas, argumentando, quanto ao alegado aborrecimento dos aloglotas em relação ao português, que:

Petro. [...] A causa desse aborrecimento, & desprezo (ou por melhor dizer inueja) Senhor Falencio, naceo de ella ser em si tão difficultosa, que de marauilha vimos estrangeiro algum que a podesse bem tomar, ainda que neste reino andasse muitos annos, & trabalhasse pela emprender quanto humanamente fosse possiuel (p. 52).

Petro. [...] porque vemos por experiencia que quão as cousas em si são melhores, & mais excellentes, tanto he mais trabalhoso & difficil ao homem alcançallas (p. 54).

Quanto à excelência, prende-se sobretudo à proximidade com o latim, enquanto o castelhano tomou muitas palavras do árabe (p. 63-4):

Petro. [...] Pois se quereis ver a lingua de que he mais vizinha, & donde manou, lede a arte da grammatica da lingua Portuguesa que o mesmo

loam de Barros fez, & o mesmo podeis ver no liuro da antiguidade de Euora de Mestre Andre de Resende; onde claramente se mostra, que cõ pouca corrupção deixa de ser Latina. Enfim que se algũa com razão se pode chamar barbara he a vossa, a qual toma da lingoa Arabia, & a mayor parte dos vocabulos falais do papo com aspiração [...].

Do ponto de vista que aqui nos interessa, parece que ambos concordam em um ponto importante: para o Sr. Falencio, um dos defeitos do português é que “juntou vocábulos de diversas línguas”, tanto quanto para o Sr. Petronio, um dos defeitos do castelhano é que “tomou muitas palavras do árabe” Empréstimos lexicais são, assim, perniciosos, principalmente quando afastam as línguas de sua raiz latina.

Para Gândavo, portanto, o *outro* é, em primeiro lugar, o castelhano, mas também as línguas daqueles que “aborrecem o português”, assim como o árabe que, embora tenha conspurcado mais o castelhano, foi, infere-se, perigo potencial para o português.

BREVE CONCLUSÃO

A vertente que propomos para o tratamento do tema dos empréstimos lingüísticos no léxico de língua portuguesa dá ensejo, naturalmente, à sua exploração a partir de textos de diversos outros momentos, anteriores ou posteriores à fase que enfocamos. Posturas simpatizantes ou hostis seguramente serão encontradas, além de abordagem de questões correlatas, como a razão do prestígio ou desprestígio de determinados empréstimos, a atribuição da qualificação de arcaísmo a determinado termo ou o aprofundamento da reflexão sobre a distinção que se costuma encontrar entre os vocábulos incorporados ao nosso léxico no chamado “período formativo” e aqueles que o foram após esse período – apenas esses reconhecidos como empréstimos – ou ainda a questão referente aos “latinismos” incorporados por via erudita. No que diz respeito ao português do Brasil, há todo o acervo de base indígena e africana a ser tratado, assim como a atitude, aparentemente distinta da

atitude portuguesa, quanto aos empréstimos do inglês americano, na atualidade. Julgamos que trabalhos nessa linha possam contribuir para posturas menos apaixonadas, mais racionais e produtivas, sobretudo nestes tempos de “globalização”

Infelizmente não dispomos de outros dados tão precisos no que se refere aos séculos que nos distanciam dos autores aqui tratados. Podemos, contudo, lembrar ações ou posturas esparsas, bastante conhecidas, é certo, mas pertinentes aqui, tentando trazer o foco para o português brasileiro da atualidade.

Em território brasileiro, o português defrontou-se com muitos *outros*, vindos da África ou autóctones. Podemos começar, portanto, refletindo sobre a atitude dos jesuítas, aliás, segundo Caminha, coincidente com a da equipe de Cabral, ao preferir aprender a língua dos seus *outros* que lhes ensinar a sua própria, opção que, sem dúvida, contribuiu para que o Brasil tivesse no seu passado a possibilidade dessa convivência lingüística.

Continuando, podemos lembrar Luis António Verney, figura relevante do panorama cultural português do século XVIII e que afetou profundamente o destino lingüístico do Brasil, já que foi o mentor da política educacional do Marquês de Pombal. Para ele, o *outro* era o latim, que ainda dominava o ensino da língua materna em Portugal. Por extensão, Verney opôs-se tenazmente ao ensino professado pelos jesuítas, preconizando o estudo dos clássicos em língua portuguesa. Em consequência dessa mentalidade, para Pombal, no Brasil, o *outro* eram as línguas indígenas, ao seu ver, defendidas pelos jesuítas e corporificadas na chamada *língua geral*.

Lembro ainda que, durante os séculos XVIII e XIX e adentrando o século XX, o *outro*, para o português, tanto d’aquém quanto d’além-mar, foi também o francês. São inúmeros, como sabemos, os depoimentos e obras existentes para combater a “galomania”

O século XIX veio a reeditar, também, em solo brasileiro, o tema quinhentista da oposição português x latim, em termos de português brasileiro x português europeu, colocando-se à época a seguinte questão: trata-se de uma mesma entidade ou se está diante

de um *outro*? E não esqueçamos que, a partir do final do século XX, o português brasileiro é o *outro* para muitos portugueses, assustados com a invasão de brasileirismos.

Do século XX até os nossos dias, no Brasil, atualiza-se a discussão do tema: o *outro* não é mais, naturalmente, o latim; não é mais o português europeu, ou seja, não é mais a língua do colonizador do território, recente ou remoto; não são também as línguas africanas ou as línguas indígenas. Os *outros* são línguas de povos que não colonizam o território, mas, temporária ou parcialmente, ao menos, colonizam o gosto, o modo de viver. No caso do final do século XX e início do XXI, o *outro* é o inglês norte-americano, que invade nossa vida cotidiana, não só, para parafrasear Fernão de Oliveira, “trazendo a coisa e, portanto, o nome” – restrito, portanto, a objetos ou serviços materiais –, mas para afetar nosso gosto, nosso jeito de comer, de vestir, de nos divertir, etc.

Alguns, mais ingênuos ou acomodados (na melhor das hipóteses), imaginam que, pelas palavras, se igualam ao fascinante *outro*, e se entregam à profusão de estrangeirismos a que temos presenciado. Outros, os resistentes, esses mais convictos e argumentativos, posicionam-se contra, quer por serem puristas, quer por apego aos valores nacionais, desejando manter diante do estrangeiro uma postura de independência, muitas vezes irremediavelmente comprometida, uma vez que de alguns desses estrangeirismos não há como fugir. Mesmo porque, em verdade, a adoção lexical é mero reflexo da adoção acrítica de elementos culturais estrangeiros, de que as palavras são apenas a face mais visível.

Qualquer que seja a postura em relação à questão, não podemos deixar de ficar atentos a um seu contraponto: o fato de que a penetração do português como língua de comunicação, no mundo, é mínima, apesar de ser uma das línguas mais faladas como língua materna.

Para os interessados no tema, não resta dúvida de que a reflexão sobre a alteridade lingüística traz uma evidente vantagem. Afinal, quando o *outro* se nos antepõe, é que podemos, mais consistentemente, enfrentar a nossa auto-ignorância e perguntar-nos: Mas,

afinal, quem sou mesmo eu? Por outras palavras: qual é afinal este nosso português?

BIBLIOGRAFIA

- BAIÃO, A. (Ed.) (1932). *Ásia de João de Barros: primeira década*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BUESCU, M. L. C. (Ed.) (1971). *João de Barros - Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Crítica.
- FIORIN, J. L. Considerações em torno do Projeto de Lei n. 1676/99. In: FARACO, C. A. (Org.) (2001). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de (1981). *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa: com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Edição fac-similada da 1ª edição. Lisboa: BN.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press.
- LUCCHESI, D. (2002). A defesa da língua: contra quem e a favor do quê? *A Tarde Cultural*. Salvador: A Tarde, 20.04.2002.
- TORRES A.; ASSUNÇÃO, C. (2000). *Fernão de Oliveira - Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Academia de Ciência de Lisboa. Edição Crítica.
- VERDELHO, T. Um remoto convívio interlingüístico: tradição teórica e herança metalingüística latino-portuguesas. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Org.) (2001). *Caminhos do português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas – catálogo*. Lisboa: Ministério da Cultura.

ABSTRACT: Aiming at contributing to the collection of reliable concrete data about the issue of linguistic borrowings in the constitution of the lexicon of the portuguese language, this paper comments upon standpoints of authors who reflect on this collection focusing on neologism and archaism, borrowings being included in the latter. With brief references to authors from other times, the following works are highlighted: *Grammatica da lingoagem portuguesa* (*Grammar of the Portuguese language*), by Fernão de Oliveira (1536), the pedagogical work by João de Barros (1540), and *Dialogo em defesa da lingua Portuguesa* (*dialog in defense of the Portuguese language*), by Pero de Magalhães de Gândavo (1574). All the three authors are legitimate representatives, in portugal, of the thoughts about that issue in the historical period considered. the first two authors were the first grammarians of the language.

Keywords: Diachrony of Portuguese, XVI Century, Neologism, Archaism, Borrowings.

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS E A PALAVRA POÉTICA EM *A PONTE*, DE DANTE MILANO

Sonia Breitenwieser Alves dos Santos Costino*

RESUMO: Nesta leitura do poema *A ponte* de Dante Milano, busca-se revelar como o sentido do texto se constrói a partir do entrecruzamento de aspectos lingüísticos, enunciativos e estilísticos, evidenciando-se correlações entre o plano de expressão e o plano do conteúdo. Observam-se dois processos paralelos: o da personificação e humanização da ponte e o da reificação e, finalmente, aniquilamento dos homens. A ponte surge, no final, metalingüística-mente associada ao próprio poema. Talvez a ponte-poema, que transporta sentidos, que sobrevive à destruição dos homens (e poetas).

Palavras-chave: Estilística, Poesia Brasileira, Dante Milano.

A PONTE

(Dante Milano)

- 1 O desenho da ponte é justo e firme, calmo e exato.
Nada poderá perturbar as suas linhas definitivas.
A sua arquitetura equilibra-se no ar
Como um navio na água, uma nuvem no espaço.
- 5 Embaixo da ponte há ondas e sombras.
Os mendigos dormem enrodilhados nos cantos.
Não têm forma humana. São sacos no chão.

* Universidade de São Paulo (PG), CIP- Faculdade Cásper Líbero, Universidade Anhembi-Morumbi.

- Por momentos parece ouvir-se o choro de uma criança.
A água embaixo é suja,
- 10 O óleo coagula, em nódoas luminosas, reflexos lacrimejantes.
Um vulto debruçado sobre as águas
Contempla o mundo náufrago.
A tristeza cai da ponte
Como a poesia cai do céu.
- 15 O homem está embaixo aparando as migalhas do infinito.
- A ponte é sombria como as prisões.
Os que andam sobre a ponte
Sentem os pés puxados para o abismo.
Ali tudo é iminente e irreparável,
- 20 Dali se vê a ameaça que paira.
A ponte é um navio ancorado.
Ali repousam os fatigados,
Ouvindo o som das águas, a queixa infindável,
Infindável, infindável...
- 25 Um apito dá gritos
A princípio crescendo em uivos, depois mantendo bem alto o
apelo desesperado.
Passam navios. Tiros. Trovões.
Quando virá o fim do mundo?
Por cima da ponte se cruzam
- 30 Reflexos de fogo, relâmpagos súbitos, misteriosos sinais.
Que combinam entre si os astros, inimigos da Terra?
Quando virá o fim dos homens?
A ponte pensa...

Em busca de revelar a produção de sentidos a partir da palavra poética concretizada no poema *A ponte*, nortearmos nossa leitura pela correlação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, partindo do exame de recursos estilísticos no texto que justifiquem nossa interpretação.

Numa primeira aproximação, o texto apresenta-nos uma cena cuja personagem principal é uma ponte e seu entorno. Essa ponte vai sendo construída simultaneamente à construção do poema: parte-se de seus aspectos exteriores (*desenho, linhas, arquitetura*) em direção de sua essência, que revela gradualmente uma natureza diferente da que parecia ter de início. A ponte deixa de ser um objeto que liga dois pontos separados por um rio ou vale e que permite a travessia, para apoderar-se da essência humana: a capacidade de pensar.

Constituem o poema dois momentos correspondentes a duas estrofes que formam dois grandes blocos assimétricos. Essa assimetria, no entanto, contradiz a exatidão do desenho enfatizada pelos adjetivos acumulados em construções paralelísticas, no verso 1: *justo e firme, calmo e exato*, reiterada pelo número par (exato) de sílabas nos versos de 1 a 4.

Os versos 2 e 3 são sonoramente pontiagudos, sensação tátil despertada cumulativamente pela sinestesia; pela aliteração das oclusivas surdas |p|, |t|, |k|; e pela assonância da vogal anterior |i|:

Nada Poderá PerTurbar as suas linhas definTivas.

A sua arQuIteTura eQuIlIbra-se no ar

Cada estrofe tem respectivamente 15 e 18 versos polimétricos, unidos pelo sintagma nominal (SN) *a ponte*, que, no verso 16, abre a segunda estrofe, configurando a travessia de um momento a outro do poema.

16 *A ponte é sombria como as prisões*

Nesse verso observam-se elementos essenciais para o poema, que se encontram na primeira estrofe e são reiterados na segunda:

- Repetição das sibilantes e das nasais, cuja predominância em todo o poema contribui para sugerir uma atmosfera soturna.
- Retomada, por repetição, do signo *a ponte*, que será repetido mais quatro vezes na segunda estrofe.
- O termo *sombria* retoma, por paronomásia, *as sombras* e, por associação semântica, *tristeza*; antecipa *ameaça*, *queixa*, *fim do mundo*, *fim dos homens*.
- *As prisões* retoma, por associação semântica e posição similar no verso, *nos cantos*, *no chão*, *náufrago*; além disso, antecipa sugestivamente *abismo*.

A POESIA DA GRAMÁTICA

Não se trata de uma ponte qualquer, pois ela está, desde a primeira ocorrência, particularizada: o artigo definido *a* acompanha sempre o substantivo *ponte* ou sua representação por sinédoque, com o possessivo substituindo o artigo, nos versos 2 (*suas linhas definitivas*) e 3 (*sua arquitetura*). O uso do artigo sinaliza um processo de personificação da ponte que constitui o eixo central de re-significação e de coerência no texto. A escolha do definido desde a primeira referência tem o efeito de aproximar o leitor da cena descrita, pois é como se ele já soubesse de qual ponte se está falando. Temos aí uma marca do enunciador que tem como efeito a inserção do leitor na cena.

No primeiro bloco-estrofe, embora *a ponte* seja a personagem central, cinco vezes referida, não aparece nem uma vez como núcleo do SN, nem como sujeito das orações, mas apenas como termo acessório ou parte dele:

- 1 *O desenho da ponte [...]*
2 *[...] as suas linhas definitivas [...]*
A sua arquitetura [...]
5 *Embaixo da ponte [...]*
13 *[...] cai da ponte*

Esse termo ocupa somente a função de sujeito na segunda estrofe, em:

- 16 *A ponte é sombria como as prisões.*
21 *A ponte é um navio ancorado.*
33 *A ponte pensa...*

Observamos o SN *a ponte* sempre em posição inicial no verso, respectivamente, formando símile (16), metáfora (21) e personificação (33). Caminha-se, portanto, para uma personalização gradativa dessa ponte, desde a primeira estrofe, em que é referida indiretamente (seu desenho, sua arquitetura, suas linhas). Sua presença vai afirmar-se mais e mais na evolução do texto, enquanto, inversamente, a dos homens vai se desvanecendo. Temos aqui dois planos: o da ponte e o dos homens. O poema constrói-se na contraposição dos dois, até o aniquilamento dos homens, sugerido na indagação do verso 32, mas objetivado no espaço do poema.

Nos quatro primeiros versos, observamos o predomínio de um pólo semântico eufórico nos termos usados para caracterizar a ponte, colocado em oposição ao pólo disfórico predominante a partir do verso 5, sobretudo dos termos relacionados à esfera do humano: *choro, suja, coagula, nódoas, lacrimejantes, naufrago, tristeza, migalhas*. Os homens, semiviventes, são apresentados como *sombras, vultos, mendigos, zoomorfizados, enrodilhados nos cantos* como cães e reificados pela afirmação e pela metáfora do verso 7: “*Não têm forma humana. São sacos no chão.*”

O fim dos homens começou já nesses processos e se explicitará no verso 32.

A esfera humana é a esfera do sofrimento, da miséria, da nódoa, da degradação. Até os elementos da natureza em contato com o humano degradam-se, como observamos no verso 9: “*A água embaixo é suja.*” Trata-se de água morta, com nódoas de óleo. Ela deixa de ser vida ou redenção após a morte e, ao contrário do seu papel no ritual do batismo, torna-se dissolução. Até mesmo a ponte, definida de modo tão positivo nos versos iniciais, é para o homem não só *abrigo* e *pouso*, mas também *sombria como as prisões*, cria o *abismo* e mostra ameaças. Predomina em todo o poema um tom soturno, sinistro e lamentoso repercutido no alongamento resultante da repetição das nasais *an*, *em*, *om*, *um*, entrelaçando som e sentido.

A dimensão da ponte inicialmente apresentada é a da arquitetura e a primeira palavra do poema – *o desenho* – desperta o sentido da visão, tanto para as formas, quanto para nuances: os espaços, a luz e a sombra. Não há referência a cores no poema. Os quatro primeiros versos criam planos arquiteturais. O verso 3 (“*A sua arquitetura equilibra-se no ar*”) dirige o “olhar” do leitor **para o alto**, para um plano espacialmente superior. O verso 4 (“*Como um navio na água, uma nuvem no espaço.*”) entrecruza um eixo horizontal – o da *água* – e um eixo vertical – a *nuvem no espaço*. A dimensão desta ponte que parece nem tocar o chão, mas construir-se etérea no ar, é a do equilíbrio, do justo e exato, do matemático e racional. (Já aqui o poema prenuncia o último verso.) O verso 5, “*Embaixo da ponte há ondas e sombras*”, lança o olhar novamente **para baixo**, para uma esfera da queda (a do homem), que se contrapõe à anterior e é reforçada, nos versos que seguem, por vocábulos do mesmo campo semântico: *chão*, *embaixo*, *debruçado*, *mundo naufrago*, *cai*, *cai*, *embaixo*, *migalhas*, *prisões*, até culminar no *abismo*. Esse jogo dinâmico de alternância entre os dois pólos do eixo vertical desenvolve-se em todo o poema.

Em oposição às linhas definitivas e ao desenho justo, firme, calmo e exato da ponte, os elementos da esfera humana são indistintos, indeterminados, estão em inércia, são não-vida: *sombras*,

um vulto, os mendigos. Prosseguindo num jogo entrecruzado de determinação e indeterminação na escolha vocabular e sintática, respectivamente, observamos: substantivo, no plural, sem artigo (*sombras*); substantivo antecedido de artigo indefinido (*um vulto*); e substantivo antecedido de artigo definido no plural (*os mendigos*). Essa escolha reflete no âmbito de uso da língua aquela indeterminação encontrada no significado. O homem aparece determinado pelo artigo definido somente no último verso (15), síntese da primeira estrofe: “*O homem está embaixo aparando as migalhas do infinito*”, depois dos versos 13 e 14, que apresentam paralelismo sintático: “*A tristeza cai da ponte / Como a poesia cai do céu.*” Somente com a proximidade da poesia, *migalhas do infinito*, foi dado ao homem ser nomeado **homem**, embora não o exima de sua miséria (quem recebe migalhas são mendigos). O paralelismo dos versos e a semelhança sonora pela repetição da constrictiva alveolar sonora permitem a aproximação entre *poeSia* e *tristeZa*. A semelhança de posição no verso e na construção sintática: preposição + artigo + substantivo (PSN) aproximam *ponte*, *céu* e *infinito*, confirmando nossa leitura que vê essa ponte ligada ao elemento aéreo:

13 *A tristeza cai da ponte*

14 *Como a poesia cai do céu.*

15 *O homem está embaixo aparando as migalhas do infinito.*

Na segunda estrofe, observamos o âmbito do humano dissolvendo-se. Inicialmente, o homem é retomado apenas indiretamente ou por metonímia: são os que andam sobre a ponte, os fatigados, os pés puxados para o abismo. Nos versos 23 e 24 temos o som *das águas*, que tomam para si a queixa do homem e desvendam sua infinitude:

Ouvindo o som das águas, a queixa infindável,
Infindável, infindável...

A repetição do signo *infindável*, acentua o significado e intensifica-o ao criar quase uma onomatopéia. O signo *queixa* retoma por semelhança semântica e sonora o choro sem forma, que apenas pareceu ter sido ouvido do verso 8. Esse choro indistinto transforma-se, nos versos 25 e 26, em agudíssimo grito sibilante (explicitamente não mais do homem), intensifica-se em *uivos* animais e estertora num *apelo* de desespero:

Um apito dá gritos

A princípio crescendo em uivos, depois mantendo bem alto o apelo desesperado.

Os versos 25 e 26 formam um bloco assinalado pelo *enjambement* que instaura tensão entre a organização da prosódia e a coesão sintagmática: a palavra **gritos**, isolada no final do verso, é assim colocada em destaque, preparando o grito iconizado no verso 26.

“O VERSO É UMA CRIAÇÃO DA FELICIDADE DE RESPIRAR” (PAUL VALÈRY)

O verso 25 prepara e realça o 26, primeiro, *por contraste*:

- verso curto (6 sílabas) X verso mais longo do poema (23 sílabas);
- ritmo veloz X ritmo alongado pela nasalização das vogais.

Segundo, *por semelhança* sonora resultante da assonância das vogais anteriores e aliteração das oclusivas, que, por sua vez, sugerem os sons que remetem ao sentido da passagem:

25 Um a**Pi**To Dá Gri**Tos**

26 A Princi**P**io Crescen**D**o em uivos, De**P**ois man**T**en**D**o Bem al**T**o o a**P**elo Deses**P**era**D**o.

A repetição, no início do fragmento acima, da sílaba formada pela oclusiva bilabial e vogal anterior (**PI** – **PRIN** – **PI**), no mesmo

lugar dentro dos versos, constitui harmonia imitativa (é o apito!), tanto mais capaz de efeito, quanto mais capaz de passar despercebida. No verso **26**, novamente harmonia imitativa: as nasais e sibilantes sugerem os uivos. A acumulação de fonemas vocálicos sonoros e nasais ajuda a construir outra onomatopéia – a do apelo desesperado:

UM ApItO dÁ grItOs

A prINclpIO crEscENDo EM UIvOs, dEpOIs mANtENDo bEM
ALto O ApElO dEsEspErAdO.

No verso **25**, a redundância sonora da rima interna separa o verso em dois segmentos ainda mais curtos, com o mesmo desenho rítmico (f-f-F/ f-f-F/ f) que avança para o verso **26**: f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F/ f-f-F-f.

um – a – PI – to – dá – GRI – tos

a – prin – CI – pio – cres – CEN – do - em UI – vos – de – PO
IS – man – TEN – do – bem – AL – to o – a – PE – lo – de - ses
– pe – RA - do

O polissílabo no final do verso **26** faz o ritmo fugir ao desenho que vinha se delineando e propõe uma leitura compassada, quase gaguejante, de expiração, como se o ar e a voz faltassem. O verso longo exige certo esforço (físico) de quem lê, similar ao que assume no corpo o grito. Observa-se uma aceleração gradativa do ritmo, que, somada à aliteração das oclusivas, sugere batidas do coração que vão se acelerando com a angústia e o medo. Os ecos desse grito refletem-se no ritmo ainda sincopado dos três fragmentos que compõem o verso **27**

O homem, sem escolhas diante do fim irreparável [explicitado nas perguntas retóricas dos versos **28** (“Quando virá o fim do mundo?”) e **32** (“Quando virá o fim dos homens?”)], nada sabe de seu destino, nada pode diante das forças naturais ou dos astros que combinam o apocalipse. Esse homem paralisado nem pode ex-

pressar seu sofrimento, pois tem a voz arrebatada, tomam-lhe até seu grito de apelo. Restar-lhe-ia um grito silencioso?

No poema, o aumento da dramaticidade resulta, entre outros recursos, da sugestão de sons ou a referência a eles que, por sua vez, aumentam gradativamente de intensidade no decorrer dos versos. O primeiro som é o choro, explicitado no verso 8, mas já sugerido sonoramente pelas insistentes oclusivas bilabiais sonoras |b| e pela repetição das vogais nasais nos versos anteriores e, principalmente, pelo verso 7, da consoante nasal bilabial |m| (**forma humana**), e pelas fricativas alveolares e palatais (|s| |z| |x|).

O choro é retomado nos versos 23 e 24 pela repetição parcial do significado. O choro agora é queixa:

Ouvindo o som das águas, a queixa infundável,
Infundável, infundável...

A posição no fim do verso do adjetivo *infundável* e sua repetição insistente, quase onomatopaica, provoca intensificação do sentido da palavra e refaz o movimento das ondas.

O processo de aumento gradativo da intensidade do som continua nos versos 25 e 26, pelas metáforas que atribuem a um apito de navio, num *crescendo*, gritos (de homens ou bichos) e uivos, mas ainda não tão impressionantes quanto os sons da tempestade apocalíptica (27), cujos trovões mostram a fúria de uma força primordial, da esfera não-humana, a dos astros. O apocalipse é gerado pelos sons e será consumado pelo fogo (30). O som é o ar que se movimenta. Esse movimento também está na presença dos *navios* que *passam* no verso 27.

Nos versos de 25 a 33, concentram-se os verbos de ação do poema, mas nenhum deles refere-se aos homens:

25 *Um apito dá gritos*

A princípio crescendo em uivos, depois mantendo bem alto o apelo desesperado.

Passam navios. Tiros. Trovões.

Quando virá o fim do mundo?

Por cima da ponte se cruzam

30 ***Reflexos de fogo, relâmpagos súbitos, misteriosos sinais.***

Que combinam entre si os astros, inimigos da Terra?

Quando virá o fim dos homens?

A ponte pensa...

Ao homem reificado, imerso em sua inércia, roubam-se a ação e a mobilidade (“São sacos no chão”). Só o contato com a poesia (migalhas do infinito) permitira-lhe, na primeira estrofe, ainda um vislumbre de esperança, prenunciada pela quebra de expectativa indicada pelos oxímoros do verso 10: ***nódoas luminosas, reflexos lacrimejantes***. No verso 15, o homem ***apara as migalhas do infinito*** – temos aqui o único verbo de ação do poema relacionado ao âmbito do humano, mesmo assim na forma nominal do gerúndio, que suaviza a atividade, ao salientar o aspecto de processo.

“[...] o mundo inteiro me parecia transformado em pedra [...]” (Ítalo Calvino)

Vislumbra-se um momento de consciência daqueles que andam sobre a ponte, pois

20 ***Dali se vê a ameaça que paira***

Só ao poeta é permitido, pela sensibilidade, o privilégio de vislumbrar os perigos, a iminência da queda, a consciência do abismo. Aquela esperança e essa consciência da ameaça iminente desaparecem do âmbito dos homens conforme o poema se desenvolve. O irreparável e inevitável é esse caminhar para o fim. Os dois últimos versos sintetizam o processo de revelação da verdadeira natureza das coisas: a constatação do fim efetivo dos homens no poema (embora o uso da interrogativa possa ainda sugerir esperança) e a transferência para o objeto **ponte** da capacidade que nos identifica

como humanos: a de pensar e questionar o destino, de interpelar o futuro, de meditar sobre o *devir*. Se assumirmos que o *devir* se manifesta pelo movimento, podemos interpretar, a partir do estudo dos verbos do poema, que, se a inércia e a imobilidade estão no plano dos homens, nossa ponte pensante, preocupada com o destino do mundo, em equilíbrio no ar, torna-se a negação da própria imobilidade e deixa de ser aquilo que permite a travessia para tornar-se aquilo que transporta e atravessa. Temos traços noéticos transformados pelo código do poema em traços flutuantes: firmeza – imobilidade à mobilidade e ambos convivem no espaço do poema, sem anular-se um ao outro, mas criando a síntese da realidade só comunicável pela obra de arte. Já na primeira estrofe, os símiles, a partir dos quais se quer caracterizar a ponte, constroem sua mobilidade.

3 *A sua arquitetura equilibra-se no ar*

4 *Como um navio na água, uma nuvem no espaço*

O navio na água está no lugar a que pertence. Além disso, o navio, que está na água, move-se, transporta. É da natureza da nuvem não só equilibrar-se, mas sobretudo mover-se no espaço. Temos assim ressaltado o traço de mobilidade do navio-nuvem (-ponte). NaVio que se identifica também sonoramente com a NuVem. A repetição da fricativa sonora [v] sugere sonoramente esse deslocamento. O equilíbrio do navio na água é equivalente ao da nuvem no espaço também no aspecto sintático, nas construções paralelísticas **no ar, na água, no espaço**. A nuvem, também meio de transporte, espécie de tapete mágico, traz em si o princípio do movimento que produz formas e pressupõe transformações. A nuvem no espaço não tem formas definitivas nem exatas, mas sempre efêmeras, inexatas, inacabadas, portanto em eterno devir. A ponte deixa de ser o que era, pois as palavras deixam de ser o que eram, antes de serem combinadas no contexto poético. Não se referem somente ao que está “fora” do texto, também acionam a percepção, para depois provocarem a imaginação do leitor.

A nuvem caracteriza-se pela leveza, não tem peso, assim como a ponte, mas os que andam sobre ela têm os pés puxados para o abismo, isto é, todo o peso é transferido para o homem. Há como que uma transmigração de naturezas entre o homem e a ponte.

No verso 21, a metáfora cria a identificação da ponte com o navio, ancorado, porto e pouso dos fatigados. Estar ancorado é um traço transitório para o navio, que, a qualquer momento, pode zarpar. De fato, no verso 27 (*"Passam navios. Tiros. Trovões"*), depois da iconização do grito no espaço do poema, temos o movimento dos navios que passam. Assim é criada pelo poema a possibilidade da etérea ponte movente, da ponte-navio-nuvem. Talvez da ponte-poema, que transporta sentidos, que sobrevive à destruição dos homens (e poetas). A poesia permanece, mas nem ela é capaz de resgatar o homem de sua condição, nem de poupá-lo do aniquilamento. A ponte-poema tem forma e linhas definitivas, mas permite diferentes sentidos, síntese premonitória de todas as suas leituras.

BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, G. (1990). *O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes.
- COHEN, J. (1982). Poesia e redundância. *O discurso da poesia (Poétique n. 28)*. Coimbra: Almedina.
- JAKOBSON, R. (1970). *Linguística. Poética. Cinema*. São Paulo: Perspectiva.
- MILANO, D. (1979). *Poesia e prosa*. (Org. Virgílio Costa.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/UERJ.
- TYNIAOV, Y. (1982). Os traços flutuantes da significação do verso. *O discurso da poesia (Poétique n. 28)*. Coimbra: Almedina.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the poem *A Ponte* by Dante Milano. Our purpose is to reveal how the text meaning results from the intersection of linguistic, enunciativ and stylistic aspects. Two main parallel processes are observed: first, the personification and humanisation of the "bridge"; second, the reification and human destruction. The bridge was

SANTOS CASTINO, Sonia Breitenwieser Alves dos. A produção de sentidos e a palavra poética em *A ponte*, de Dante Milano.

metalinguistically associated to the poem itself. Perhaps it can be the poem-bridge, that transports meanings and survives the human' (and poets') destruction.

Keywords: Stylistic, Brazilian Poetry, Dante Milano.

O ESTUDO DO SENTIDO NO BRASIL. A LÍNGUA EM USO COMO CRITÉRIO DE ANÁLISE

Tatiana Piccardi*

RESUMO: A partir de uma perspectiva pragmática de linguagem, este artigo traça um breve panorama do que sejam os estudos sobre o sentido no Brasil, através do levantamento e análise dos resumos dos artigos publicados sobre o tema de 1985 a 1999 na revista DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada).

Palavras-chave: Funcionalismo, Pragmática, Pragmática Lingüística, Sentido, Produção de Sentido.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Os estudos sobre a produção do sentido no Brasil: considerações iniciais

Se comparada à lingüística das décadas de 60 a 80,¹ a lingüística brasileira dos últimos quinze a vinte anos tem se caracterizado por uma preocupação maior com a questão da produção do sentido, como procuraremos demonstrar nos itens posteriores. De modo geral, o estudo abrangente do sentido tem sido ao mesmo tempo causa e consequência de uma perspectiva menos formalista (lógico/matemática)

Universidade de São Paulo (Pós-Graduação).

¹ Entre 1966 e 1988, dos 208 artigos publicados em revistas especializadas em lingüística no Brasil, 106 privilegiaram as perspectivas gramatical, teórica e metateórica. Apenas 11 concentraram-se na perspectiva histórica, pois o interesse histórico de caráter filológico diminuía enquanto uma lingüística de caráter sincrônico se impunha. Dos restantes 91 artigos, 70 trataram da questão uso/variação do português do Brasil, número expressivo

e mais funcionalista por parte dos lingüistas brasileiros em relação à linguagem. Causa porque quanto mais se estuda a produção do sentido mais se constata que uma linguagem vista como sinônimo de código, fechada em si mesma e autogeradora, restringe e muitas vezes inviabiliza o estudo do sentido; e consequência porque é a perspectiva funcionalista que permite explorar o tema com a abrangência requerida, ao mesmo tempo em que desafia o lingüista a buscar o alargamento de sua visão do que seja linguagem.

Essa valorização do estudo do sentido, alinhada a uma perspectiva funcionalista, deve ser entendida no contexto sociohistórico. Por um lado, este movimento em direção ao funcionalismo, que o elege como o paradigma atual, não é localizado. Como lingüistas de recepção, o que fazemos no Brasil é dar continuidade, com certo atraso, a tendências gerais nos países dos quais “importamos” teorias lingüísticas, em particular Estados Unidos e França. Por outro, e ao mesmo tempo, a recepção se dá de tal ou tal forma em função das condições históricas em que se encontra o país receptor. Entre os anos 60 e 80, consolidou-se entre os lingüistas brasileiros o interesse pela sociolingüística, que *significou* um caminho para caracterizar uma lingüística nacional. Esta predisposição para associar teoria e prática lingüística em certo contexto sociohistórico é de caráter funcionalista e parece ter sido um fator de incentivo ao alargamento do horizonte dos estudos da linguagem no Brasil e da boa receptividade à perspectiva funcionalista.

O interesse por lingüística aplicada (no princípio especialmente à educação) iniciado naquele período vem no bojo desta mesma necessidade de busca de uma identidade lingüística nacional e parece ter igualmente influenciado positivamente a boa recepção à perspectiva funcionalista.

Podemos dizer que a sociolingüística e a lingüística aplicada teriam se destacado entre nós porque ajudaram a refletir sobre a

que revela a necessidade da época de consolidar uma lingüística brasileira, e 21 trataram de temas de interesse da lingüística aplicada (ver ALTMAN, 1988).

forma de *resignificar* o papel do lingüista e das teorias importadas, que deveriam estar a serviço de um objeto de interesse específico: o português do Brasil. As perguntas que se faziam poderiam ter sido: o que todas as novas teorias que chegam no país *significam* para nós, como lingüistas brasileiros que buscam certa unidade? O que está mudando? O que *significa* esta mudança? Das reflexões resultantes a uma atenção mais dirigida ao estudo do sentido foi um passo, pois a preocupação com o *significar* estava no bojo do próprio momento histórico.

Nos últimos quinze a vinte anos, notamos que o meio acadêmico brasileiro tem se tornado particularmente receptivo a esta ampliação do conceito de linguagem – que implica olhar os estudos sobre produção do sentido de forma mais ampla –, pois a fase de consolidação da lingüística como ciência institucionalizada e autônoma está terminada.

Durante as décadas de 60 a 80, no mesmo período em que a sociolingüística ganhava expressão no meio científico e alimentava a reflexão sobre fazer lingüística no Brasil, era necessária ainda uma visão bastante limitada do objeto da lingüística a fim de que esta se distinguisse de forma clara de outras disciplinas e conquistasse seu espaço no meio científico-acadêmico. A interdisciplinaridade que uma visão mais aberta do objeto da lingüística pressupõe era indesejável. Tanto assim que as disciplinas curriculares mais valorizadas durante todo aquele período foram a fonética e a morfossintaxe, ficando a semântica relegada à disciplina de segunda categoria, tendo seus estudos se centrado em categorizações de verdadeiro e falso, o que mais proximamente se adequava a uma visão de linguagem como elemento estanque.

A adoção de um pensamento científico convencional para os estudos lingüísticos, apoiada no raciocínio lógico-matemático pressuposto em uma visão formalista, representava o caminho para a institucionalização da lingüística brasileira. De fato, assim o foi, mas seria simplificar por demais a história não valorizar a tensão que já existia entre pontos de vista mais e menos formalistas e que

está cravada no pensar lingüístico nacional, podendo vir a ser a fonte de toda a sua riqueza daqui para frente.

Não se pode dizer também, sob o risco de simplificação, que exista univocidade entre os lingüistas brasileiros hoje quanto ao paradigma funcionalista, o que seria no mínimo indesejável. Há muitas formas de ser “funcionalista”, assim como há muitas formas de abordar o estudo do sentido, inclusive sob uma ótica formalista, considerada aqui parcial e restritiva. Não se trata de afirmar que atualmente estamos todos preocupados com a produção do sentido na e pela linguagem, da mesma maneira e com a mesma intensidade, e que os estudos estritos nas áreas de fonética e morfossintaxe não têm mais valor, até porque os próprios números levantados na pesquisa que se segue não apontam nessa direção. Trata-se de esboçar um breve perfil deste movimento de compreensão sobre o que seja o estudo do sentido no Brasil, incrementado nos últimos dezoito anos, e isto pela seleção criteriosa de artigos.

1.2 O PONTO DE VISTA DA PRAGMÁTICA

O fato é que se entre as décadas de 60 e 80 a lingüística brasileira procurava se consolidar como ciência independente, desvinculada da filologia (vista como não-ciência), criando as condições para sua institucionalização, com toda a tensão necessária, a partir de meados da década de 80 disciplinas novas que nasceram no bojo da lingüística (por oposição ou não aos seus pressupostos formalistas centrais) passam a viver a mesma luta por espaço institucional, em particular aquelas que nasceram voltadas a compreender a produção do sentido. Disciplinas extremamente recentes no Brasil, com caráter interdisciplinar, enfrentam o descaso de suas irmãs mais velhas e estáveis, apoiadas que estão, mais ou menos, no paradigma formalista, e que têm espaço garantido nas faculdades de Letras e Lingüística. Estas novas disciplinas são, para citar algumas, as diferentes semânticas não formais, as análises do discurso, teorias da enunciação, a lingüística textual e outra, caçula, a

pragmática. Observa-se que apenas as semióticas parecem escapar a esta luta por institucionalização, talvez por poderem garantir seus espaços em faculdades de Comunicação e Artes, além das de Letras e Lingüística.

Para entender o percurso da lingüística brasileira no que se refere ao estudo do sentido, optamos por enquadrar esta breve pesquisa no quadro teórico da pragmática. Embora a pragmática não seja ainda, de fato, uma disciplina institucionalizada, não se tendo notícia de que possua cadeiras específicas nas principais universidades brasileiras, o alargamento que propõe ao procurar definir o objeto dos estudos lingüísticos nos interessa especialmente, pois torna coerente a análise que procuraremos esboçar nos itens seguintes. A pragmática parte de um conceito norteador básico, ao qual podem se alinhar várias outras maneiras de se entender a produção do sentido: *o sentido se produz quando se usa a língua*. É do sentido entendido do ponto de vista da Pragmática que estamos tratando aqui.

Para definir pragmática, partimos das posições de Stephen Levinson, por sua preocupação em estabelecer mais claramente os limites da disciplina, com todas as dificuldades que tal empreendimento oferece. Segundo Levinson (1983, p. 7), uma definição completa é difícil “for the simple reason that the set of pragmatic (as opposed to semantic, syntactic or sociolinguistic) anomalies are presupposed, rather than explained”.² E mais adiante (p. 35), justificando a importância das abordagens lingüísticas que englobam a pragmática:

This amounts to a concise argument that semantics is not autonomous with respect to pragmatics, and that pragmatics provides part of the necessary input to a semantic theory. But if pragmatics is, on occasions, logically prior to semantics, a general linguistic theory simply must incorporate pragmatics as a component or level in the overall integrated theory.³

² Pela simples razão de que o conjunto das irregularidades pragmáticas (ao contrário das irregularidades semânticas, sintáticas e sociolingüísticas) são pressupostas em vez de explicitadas.

³ Isto leva ao argumento de que a semântica não é autônoma em relação à pragmática, e que a pragmática fornece parte do “input” necessário à teoria semântica. Mas se a pragmá-

Jacob Mey (1993, p. 5), estudioso da pragmática que privilegia a linguagem nas relações sociais, define a disciplina como:

[...] the science of language seen in relation to its users. That is to say, not the science of language in its own right, or the science of language as seen and studied by the linguists, or the science of language as the expression of our desire to play schoolmarm, but the science of language as it is used by real, live people, for their own purposes and within their limitations and affordances.⁴

A abordagem pragmática, de acordo com Mey, deve levar em conta nos estudos da língua em uso dois aspectos fundamentais: o contexto da produção lingüística e as intenções dos envolvidos. A pragmática mais voltada a estes aspectos Mey chama de macropragmática, em oposição ao que ele chama de micropragmática, que estaria mais voltada aos estudos referentes à implicatura, dêixis, anáfora/referência e atos de fala. A pragmática fornece não somente um quadro teórico que permite tratar de assuntos como os atos de linguagem, a argumentação, as leis da conversação ou os subentendidos, mas também um modo de aproximação original de problemas considerados tradicionalmente concernentes à semântica: referências, modalidades, pressuposições etc. Mais geralmente, a pragmática estuda a utilização da língua no discurso e as marcas específicas que, na língua, atestam sua vocação discursiva. O sentido pragmático, se é que se pode tentar uma definição ao máximo sintética e simplificada, é o que depende da situação de enunciação naquilo que ela tem de mais particular.

Se quisermos visualizar a pragmática em um quadro histórico amplo, podemos afirmar, junto com Nerlich e Clarke (1994), que já

tica é, algumas vezes, logicamente anterior à semântica, uma teoria de lingüística geral simplesmente deve incorporar a pragmática como um componente ou nível no interior de uma teoria integrada.

⁴ [...] a ciência da linguagem vista na relação com seus usuários. Isto quer dizer, não a ciência da linguagem vista por si só, ou a ciência da linguagem como vista e estudada pelos lingüistas, ou a ciência da linguagem como a expressão de nosso desejo de brincar de professor, mas a ciência da linguagem como esta é usada pelas pessoas vivas, reais, para seus próprios propósitos e dentro de suas limitações e recursos.

em finais do século XIX uma certa visão pragmática da linguagem (protopragmática) se manifestava tanto na Europa como nos Estados Unidos. Tal maneira de ver a linguagem, menos alinhada ao pensamento lingüístico da época, apoiava-se em diversos estudos filosóficos. Nerlich e Clark distinguem várias tradições filosóficas inseridas em uma protopragmática. A filosofia de Kant e Fichte, por exemplo, teriam conduzido à formulação da filosofia da linguagem de Humboldt e Bernhardi, e às especulações em lingüística geral de Vater, Roth, Pölitiz, Reinbeck e Reinhold. A filosofia de Locke teria inspirado a filosofia da linguagem de Condillac, por um lado, e a filosofia do senso comum de Reid e Stewart, que por sua vez teria conduzido à contextualização semiótica feita por Smart. As diversas teorias sobre contexto não tiveram continuidade em si, mas inspiraram em parte as idéias de Peirce, que desenvolveu uma teoria pragmática inserida na semiótica. Peirce foi seguido por James Dewey e finalmente Morris, cujo trabalho foi fundamental para separar uma pragmática peirciana de uma pragmática atual, baseada nos filósofos da linguagem do início do século XX, dentre os quais, considerando adeptos e adversários de Morris, citamos Carnap, Frege, Russel e Wittgenstein.

Nerlich e Clarke relacionam quatro fontes principais de inspiração para a pragmática atual:

- A teoria dos modos, conhecida desde os tempos dos grego-romanos, que nada mais é do que a diferenciação de três categorias clássicas: os modos indicativo, imperativo e interrogativo. Tentativas recentes de correlacionar os atos de fala a tais modos são encontradas nos trabalhos de Gardiner, Marty e Bühler. A modalidade em um sentido amplo foi o foco das teorias da enunciação francesas, que usaram a distinção feita já na Idade Média entre “modus” e “dictum”
- A teoria dos dêiticos, que, segundo Nerlich e Clarke, já era conhecida em outros termos desde o século II a.C., quando se reconheceu o *status* específico de termos como “eu”, “aqui”, “agora”

etc. Em nosso século, os dêiticos interessaram a lingüistas como Humboldt, Brugmann, Bühler e Jakobson.

- O campo da retórica, desenvolvida desde a Antigüidade como parte dos estudos da linguagem, e que continuou a ser estudada na Idade Média, quando se tornou parte do que se denominava “trivium” (o estudo das disciplinas retórica, gramática e lógica). Devido ao esforço para se constituir a ciência lingüística durante o século XIX, os estudiosos detiveram-se no estudo da gramática por ela mesma, separando-a do estudo da linguagem como discurso (retórica) e dos estudos da lógica. Lingüistas e filósofos que optaram por não seguir o caminho da lingüística histórico-comparativa em voga, trabalharam com conceitos herdados da retórica (por exemplo, as figuras de linguagem, situação e discurso, funções do discurso, interação entre interlocutores e a tríade gramática/lógica/retórica – que deu origem a muitas tríades das semióticas atuais, como a tríade sintaxe/semântica/pragmática).
- Finalmente, a consciência (crescente no final do século XIX) das possíveis incongruências entre os conceitos forma e função. Como exemplo, as incongruências entre uma “sentença tipo” e sua “força” (uma ordem pode ser expressa pelo que mais tarde se denominaria “constativo”, ou um desejo por uma pergunta etc.). Tal consciência sobre a não-correspondência entre forma e função, ou linguagem e pensamento, ou intenção e convenção, levou os lingüistas a questionar a posição da gramática tradicional e sua relação com a lógica.

Além destas fontes de inspiração positivas, Nerlich e Clarke relacionam três negativas, ou seja, fontes que inspiraram a pragmática por oposição:

- A rejeição à noção reducionista de sentença (como *statement*, afirmação, julgamento, representação de um pensamento ou proposição), que permeia a lingüística desde Aristóteles. Esta oposi-

ção estimulou abordagens pragmáticas desde Thomas Reid (final do século XVIII) a John Austin (em meados do nosso século).

- A visão de língua como organismo, que influenciou os estudos da linguagem a partir do final do século XVIII. Alguns autores, embora usando o termo organismo, puderam emprestar-lhe um novo sentido, como Humboldt, na Alemanha, que enfatizava que a linguagem existe somente nos atos de fala e varia de acordo com o ímpeto e a atividade mental dos interlocutores. Também se encontram elementos da pragmática em autores que eram estritamente contra o conceito de organismo, como Michel Bréal, na França, e William Whitney, nos Estados Unidos (já no final do século XIX, início do XX).
- A terceira fonte de inspiração negativa compõe-se de uma dupla rejeição: a rejeição da visão de linguagem como representação do pensamento e a rejeição da visão de linguagem como convenção. A crítica à noção de linguagem como representação do pensamento inspirou a pragmática duas vezes. Uma no começo do século XIX, quando filósofos românticos e idealistas começaram a questionar as teorias lingüísticas advindas do iluminismo, e depois no começo do século XX, quando psicólogos e lingüistas começaram a criticar a teoria da representação da linguagem, tendo as teorias de Wilhelm Wundt como principal alvo. Para os estudiosos da pragmática das mais diversas linhas, a linguagem não representa o pensamento, não é apenas a expressão do pensamento, mas sim um meio de, ao estabelecer a comunicação, influenciar as pessoas de certas maneiras, agir sobre elas. Quanto à linguagem vista como convenção, e portanto arbitrária, novamente temos dois momentos na história em que um modo pragmático de ver a linguagem se insurge contra tal concepção. Uma vez, no fim do século XVIII, e depois, no começo do século XX, com Saussure. De novo, os pensadores desta protoprágmatika tenderam a considerar a linguagem não apenas um sistema composto de símbolos convencionais. Nesses períodos, começou-se a questionar noções como a motivação para a formação da es-

estrutura fonética e seu significado, a questão da “naturalidade” da linguagem (a linguagem como elemento da natureza ou elemento cultural), a motivação dos falantes durante a interlocução etc.

Com o passar das décadas, tais linhas de pensamento alinharam-se em correntes lingüísticas que são a base dos estudos pragmáticos atuais, a saber:

- A teoria dos atos de fala (Inglaterra): originada da filosofia da linguagem ordinária, teve Austin como representante principal e seguidores importantes como Searle, nos Estados Unidos. Considera que a linguagem é ação e que, como tal, produz determinados efeitos de sentido nem sempre marcados na superfície discursiva. Com este enfoque, contrapõe-se à visão tradicional da semântica vericondicional, para a qual o sentido corresponde à forma lingüística.
- A teoria da enunciação (França): que tem como representante central Benveniste, focaliza a subjetividade na linguagem, valorizando o ato de produzir o enunciado mais do que o texto desse enunciado. Em suas ramificações, as teorias da enunciação consideram que o sentido abarca mais que a materialidade da frase, sendo necessário, para sua apreensão, levar em conta, além da inserção da subjetividade, as condições de produção do enunciado.
- A pragmática universal (Alemanha): a teoria dos atos de fala, importada da Inglaterra, sofreu na Alemanha influências da filosofia transcendental e da teoria crítica de Habermas e Apel, constituindo-se em outra tendência da pragmática, com ênfase na interação, na intersubjetividade e no entendimento entre falantes, atendo-se menos a normas e convenções. Alinha-se ao pensar protopragmático de Humboldt e Bühler.
- Pragmática como parte da semiótica (Estados Unidos): tem como idealizador o filósofo e semioticista Charles S. Peirce, no início

do século. Peirce inova ao propor a tríade signo/interpretante/objeto (em oposição aos estudiosos da época que distinguiam como componentes do sentido, conforme proposto por Saussure, apenas um significado e um significante). O signo, para Peirce, corresponde ao significante, o interpretante a significado e o objeto corresponde a um certo recorte da realidade, a um ponto de vista que o falante necessariamente assume ao usar a linguagem. Este terceiro componente é o componente pragmático.

A tendência atual parece indicar uma confluência das diversas pragmáticas, que estariam assumindo uma postura mais comprometida socialmente. Isto equivale a dizer que é cada vez menos possível pensar uma ciência lingüística, dentro da qual se inscreve a pragmática, não relacionada ao contexto de produção da linguagem e, portanto, alheia aos fatos sociais. É a partir desta perspectiva que entendemos o termo “sentido”, e é o estudo do sentido nestes termos que iremos averiguar na produção lingüística brasileira dos últimos quinze anos.

1.3 OBJETIVOS DESTE TRABALHO

Estas explicações introdutórias nos permitem agora esboçar os objetivos deste trabalho, que, por não serem modestos, pressupõem seu não-esgotamento neste artigo e a necessidade de se aprofundar a reflexão em trabalho posterior. São, desta forma, dois os objetivos que irão se articular daqui para frente:

- Traçar um breve panorama do que sejam os estudos sobre o sentido no Brasil, sabidamente recentes, com o levantamento e análise dos artigos publicados sobre o tema nos últimos quinze anos na revista DELTA (ver item Metodologia).
- Utilizar para tal o quadro teórico da pragmática, o que nos permitirá delimitar aproximações e afastamentos entre a pragmáti-

ca e disciplinas afins, ampliando o entendimento do que seja a pragmática lingüística no Brasil hoje.

2. METODOLOGIA

2.1 Critérios definidores: a Pragmática no Brasil

Traçar um quadro preciso sobre o que é ou como é vista a Pragmática no Brasil é tarefa que escapa aos propósitos deste artigo. A tarefa em si significa outra pesquisa, e muito mais ampla. O que se pretende aqui, devido à necessidade metodológica de deixar clara a perspectiva sob a qual se alinham as análises e as considerações finais, é apenas arriscar algumas constatações preliminares nascidas em boa parte da experiência diária com profissionais de Letras e Lingüística que atuam (como alunos ou professores) em duas das principais universidades do estado de São Paulo, a saber USP e Unicamp.⁵

Como vimos, a institucionalização da lingüística nas universidades brasileiras é recente (quarenta anos é muito pouco tempo quando se fala em consolidação de uma ciência ou disciplina) e exigiu que houvesse uma delimitação precisa do seu objeto, a partir de uma perspectiva científica estrita, formal, aceitável na época como a perspectiva que deveria nortear a “verdadeira ciência” Todo o esforço nascia da necessidade de contrapor a lingüística à filologia, que significava a “não-ciência” Este necessário reducionismo foi uma medida estratégica para fixação de uma área do saber, que não excluiu do campo de interesse de nossos lingüistas outras abordagens, embora consideradas “menores” Cursos de Letras e Lingüística mais recentes, como os da Unicamp, já nascem em um momento de distensão da luta institucional, portanto mais abertos ao alarga-

⁵ Partimos do pressuposto, talvez equivocado, que esta experiência restrita pode ser significativa, uma vez que é do conhecimento geral que boa parte da produção científica na área dá-se nesses dois centros.

mento das perspectivas. Do mesmo período é a fundação da revista DELTA, que, como relatado em editorial no primeiro número (1985), pretendia ser veículo para todas as linhas de pesquisa na área da lingüística, o que implica uma visão mais distendida, que reflete uma postura saudavelmente polifônica.

Nos últimos quinze a vinte anos, várias abordagens ganharam respeitabilidade, mas poucas espaço institucional, uma vez que o conceito original do que é “ser científico” em lingüística no Brasil é bastante forte. É o caso da pragmática, disciplina sobre a qual poucos lingüistas brasileiros têm noção clara, não distorcida.

De fato, a bibliografia estrangeira que trata sobre a matéria só começou a entrar no Brasil no começo da década de 90. A tradução sistemática para o português de autores importantes que têm dado à pragmática seu perfil mais atual, como Jacob Mey, Stephen Levinson e Geoffrey Leech, é incipiente. Quando se fala em pragmática, lembra-se logo de autores como Grice, Searle e Austin que, embora fundamentais, não representam mais toda a pragmática, nem o que ela é hoje, como vimos no item 1.2 (O ponto de vista da Pragmática).

Nota-se certo desinteresse por parte dos profissionais da área, e certo preconceito que rotula a disciplina como “menor”, ou como o famoso “cesto de lixo” da lingüística, conforme ironiza Mey. Sua inclusão como disciplina nos mestrados e doutorados data de pouco mais de cinco anos, e sua inclusão na graduação é ainda mais recente, sempre como disciplina complementar.

Interessante notar que o desconhecimento não significa que os lingüistas brasileiros não façam pragmática, ou melhor, análises pragmáticas, mesmo quando não utilizam o termo para definir seu trabalho. Na verdade, os estudos recentes sobre o sentido têm acentuada orientação pragmática, conforme veremos pelos artigos selecionados, embora em grande parte não se auto-intitulem pragmáticos.

Finalmente, ousamos dizer que a dificuldade para compreender a pragmática e o que ela significa como caminho para o

aprofundamento dos estudos sobre o sentido passa pelo enorme desafio que é caminhar pelos seus conceitos com a flexibilidade necessária. A própria definição de conceito é complicada de um ponto de vista pragmático, pois entra em choque com a noção de ação, em foco todo o tempo. Ação pressupõe uma instabilidade com a qual a ciência lingüística como a conhecemos ainda não tem condições plenas de lidar, mas a qual não pode negar ou excluir do seu campo de estudos.

Poderíamos pensar então que a pragmática é qualquer coisa menos ciência, e então deixaria de representar um campo de interesse para os lingüistas. Parece-nos que a questão está, isto sim, em rever a postura da lingüística convencional, ou da própria ciência convencional, ao postular seus conceitos de forma estanque. Conceitos estanques não podem servir para o estudo de um objeto móvel que se renova e atualiza a partir de regularidades que não são apenas lingüísticas, embora necessariamente construam e marquem a linguagem. A dificuldade para se definir *relevância*, por exemplo, pode estar no fato de que se pretende uma definição imóvel para um fenômeno móvel no tempo e no espaço. Dascal (1982, p. 113), ao propor que a relevância está no bojo das implicaturas conversacionais, enfrenta o seguinte problema, segundo suas palavras: “como podem mensagens tão precisas como o são as implicaturas serem transmitidas através de um raciocínio que emprega, essencialmente, uma noção tão imprecisa como a de relevância?” Talvez o problema possa ser colocado de outra forma: como a instabilidade inerente ao conceito genérico e necessariamente impreciso de relevância se concretiza, atualiza e se estabiliza na implicatura conversacional? Ou ainda, em termos metodológicos, é desejável, construível e operável lingüisticamente a noção de conceito instável?

O momento é, enfim, de reconhecimento da disciplina para uma futura institucionalização. O confronto das perspectivas pragmática χ lingüística convencional se assemelha ao confronto lingüística χ filologia, embora talvez com menor impacto. Não houve

tempo ainda para que se traçasse um distanciamento propício à reflexão histórica. Os próximos anos dirão.

2.2 Levantamento dos artigos analisados: critérios de seleção

A perspectiva pragmática orientou a seleção dos artigos no que se refere ao seu conteúdo. Os procedimentos historiográficos propostos por Altman (1998) forneceram a base metodológica geral para o recorte.

A revista DELTA (Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada) foi a publicação escolhida como fonte para seleção dos artigos por se tratar de veículo consensualmente expressivo da produção científica em lingüística no Brasil, não apenas pela qualidade dos artigos, como também pela diversidade de linhas teóricas que apresenta.

Foram lidos os resumos de todos os artigos publicados de 1985 (ano inaugural) a 1999. Se o resumo se apresentou insatisfatório, recorreu-se ao texto na íntegra a fim de se esclarecer o uso de conceitos e apreender com mais precisão a linha teórica.

Todos os artigos que trataram a questão produção de sentido direta ou indiretamente, de uma perspectiva mais ou menos pragmática, foram catalogados. Pudemos observar que a porcentagem de artigos sobre o sentido se apresentou regular, embora os enquadramentos teóricos específicos e as categorias analisadas divergissem. A seguir, apresentamos os quadros resultantes desta catalogação, que por si trazem informação relevante. O item 3 deste artigo tratará de analisar a informação levantada nos quadros, procurando traçar um panorama inicial sobre o percurso dos estudos sobre produção de sentido no Brasil.

É importante observar que não foi levado em conta neste trabalho o nome da instituição a que se filiam (ou se filiaram na época da produção dos artigos) os autores dos textos selecionados. As razões para esta exclusão metodológica são duas: a primeira é evi-

tar que o escopo deste trabalho ultrapasse o esperado em um artigo; a segunda refere-se ao fato de considerarmos necessário deixar aos especialistas a continuidade desta pesquisa. Sabemos que considerar o aspecto “filiação” pode reorientar as considerações finais, pois a análise se amplia em função de fatores extralingüísticos. Poder-se-ia ainda, em contrapartida, argumentar que realizar a análise externa aqui se coadunaria com nossa perspectiva pragmática sobre questões de língua e linguagem, o que emprestaria maior coerência a este estudo. No entanto, não possuímos condições para um empreendimento deste porte no momento, o que pressupõe algum tipo de vivência nas instituições em foco e uma pesquisa historiográfica específica referente à produção lingüística nessas instituições no período. Sem isso, não há como evitar colocações precipitadas e de fundamentação duvidosa.

2.2.1 Número de artigos publicados na revista DELTA (período 1985-1999) com destaque para os artigos que tratam a questão produção do sentido (direta ou indiretamente) e considerados de perfil pragmático

ANO	VOL.	NUMERO	TOT. ARTIGOS	ARTIGOS SOBRE PROD. SENTIDO
1985	1	1-2	5	0
1986	2	1	5	1
1986	2	2	3	1
1987	3	1	3	0
1987	3	2	4	1
1988	4	1	4	1
1988	4	2	3	2
1989	5	1	3	1
1989	5	2	3	1
1990	6	1	3	2
1990	6	2	3	1
1991	7	1	3	1
1991	7	2	3	1
1992	8	1	4	1
1992	8	2	4	3
1992	8	ESP	5	2
1993	9	1	4	0
1993	9	2	4	0

1993	9	ESP	6	3
1994	10	1	4	1
1994	10	2	5	2
1994	10	ESP	7	1
1995	11	1	4	3
1995	11	2	3	1
1996	12	1	4	1
1996	12	2	5	4
1997	13	1	4	2
1997	13	2	4	1
1998	14	1	5	1
1998	14	2	6	1
1998	14	ESP	17	2
1999	15	1	6	1
		TOTAL	143	43
		TOTAL EM %	100	30

2.2.2 Artigos publicados na revista DELTA (período 1985-1999) que tratam a *questão produção do sentido (direta ou indiretamente) e considerados de perfil pragmático*

ANO	V.	N.	TÍTULO	PP.	AUTOR	DESCRIÇÃO (CATEGORIAS/PONTO DE VISTA)
1986	2	1	1. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil	1-15	Faraco	Analisa o uso da sentença imperativa da perspectiva pragmática
1986	2	2	2. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso	181-205	Magalhães	Analisa fragmentos do discurso religioso de certa comunidade destacando a importância das normas sociais como indicadores dos valores e ideologia evidenciados no discurso
1987	3	2	3. Uma abordagem teórica da concessão	139-161	Vieira Lima	Discute o fenômeno de um ponto de vista discursivo levando em conta polifonia e argumentação
1988	4	1	4. Relevância e lógica na conversação	21-40	Samara	Embora os conceitos implicatura e relevância (conf. Grice e Dascal) sejam negados a favor de explicações de ordem lógico-dedutivas, o texto interessa, pois evidencia o confronto formalismo X funcionalismo
1988	4	2	5. A relação entre produção e compreensão	193-223	Ikeda	O sentido visto a partir do princípio de cooperação de Grice
1988	4	2	6. Semântica formal X pragmática	183-192	Müller	Texto teórico preocupado com as distinções entre as áreas
1989	5	1	7. A noção de literalidade: metáfora primordial	37-49	Arrojo e Rajagopalan	O sentido posto em xeque. Nega a oposição sentido literal X sentido figurado, pois ambos dependem do contexto
1989	5	2	8. Mecanismos funcionais do uso da lógica	169-184	Votre e Navarro	Teoriza sobre o funcionalismo

SANTOS CASTINO, Sonia Breitenwieser Alves dos. A produção de sentidos e a palavra poética em *A ponte*, de Dante Milano.

ANO	V.	N.	TÍTULO	PP.	AUTOR	DESCRIÇÃO (CATEGORIAS/PONTO DE VISTA)
1990	6	1	9. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões	41-53	Arrojo	Problemas de tradução: propõe a necessidade de se aceitar que qualquer atividade humana (inclusive a tradução) é inevitavelmente produzida pelo ponto de vista psicológico, social e ideológico do sujeito em certo tempo e lugar
1990	6	1	10. A quantificação na AD: quantidade equivale à qualidade?	19-40	Indursky	Aponta diferenças na operação nos níveis lógico e discursivo sob o ponto de vista da sociologia laboviana
1990	6	2	11. L'unité de la linguistique	127-137	Maingueneau	Observa a irredutibilidade da existência de duas naturezas diferentes da abordagem lingüística: uma que leva em conta um plano gramatical e outra um hipergramatical
1991	7	1	12. Análise do discurso: em busca de uma metodologia	333-355	Coracini	Preocupação em sistematizar o estudo da produção do sentido pelo viés específico da AD
1991	7	2	13. A constituição da subjetividade no discurso da propaganda	449-462	Brandão	A subjetividade que se constrói no discurso significa o que significa veiculada às condições históricas de sua produção
1992	8	1	14. O pretérito imperfeito (a importância da superestrutura na sua compreensão)	43-70	Ikeda	Considera que a escolha da forma gramatical está ligada ao contexto de uso da língua para produção de certos sentidos
1992	8	2	15. Língua oral, língua escrita: uma questão de valores sociais	243-261	Magalhães	Observa que o uso da língua incorpora uma estrutura social e uma relação de poder entre os usuários da língua
1992	8	2	16. O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre compreensão da linguagem	205-223	Tfouni	Apesar do enfoque psicológico, o autor leva em conta a existência de um sistema de crenças e conhecimentos específicos estabelecidos social, histórica e culturalmente
1992	8	2	17. Cooperation and control in teaching: the evidence of classroom questions	187-203	Kleiman	Toda a análise é baseada no enfoque pragmático, com forte influência de Jacob Mey
1992	8	ESP	18. Entre aquele(a) que diz sim e aquele(a) que diz não: questões sobre a negação na construção da linguagem	125-151	Castro	Análise que leva em conta a polifonia na construção do sentido
1992	8	ESP	19. Discurso de elite e a reprodução do racismo	1-36	Dijk	Discute como o discurso legitima, naturaliza e reproduz o racismo nas falas institucionais e interpessoais, a partir da própria escola
1993	9	ESP	20. Interação e produção de texto: elementos para uma análise interpretativa crítica do discurso do professor	417-435	Kleiman	Analisa a produção do sentido no discurso levando em conta os aspectos interação e papel social

ANO	V.	N.	TÍTULO	PP.	AUTOR	DESCRIÇÃO (CATEGORIAS/PONTO DE VISTA)
1993	9	ESP	21. A produção de inferências e sua contribuição na construção do sentido	399-416	Koch	Verifica a produção do sentido com a análise da inferência, levando em conta que o sentido se produz na língua em uso
1993	9	ESP	22. "Chamaleon-linguist" and the revival of casuistry: afterthoughts on a controversial suggestion by Fernando Tarallo	339-351	Rajagopalan	Reflete sobre novas formas de abordar fatos lingüísticos, considerando-os experiências vividas que escapam à tendência universalizante de teorias lingüísticas totalizantes
1994	10	1	23. Motivações discursivas para o estudo da passiva	21-27	Cunha	Observa que a ocorrência da passiva em Português possui coersões contextuais, não apenas sintáticas
1994	10	2	24. Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução	329-338	Moita Lopes	Discute a tradição interpretativista em lingüística aplicada e observa que a realidade social é construída pela linguagem assim como a linguagem oferece os meios para sua compreensão
1994	10	2	25. O lugar das sistematicidades lingüísticas na AD	295-307	Orlandi	Distingue a AD de linha francesa da Pragmática: a primeira preencheria um vácuo na lingüística ao ocupar o lugar em que a língua encontra os elementos histórico e ideológico. A Pragmática trabalharia o exterior lingüístico sem levar em conta o fator ideológico
1994	10	ESP	26. Spanish preferred argument structure across time and space	277-293	Bentivoglio	Discute se a PAS ("preferred argument structure") como estrutura gramatical e pragmaticamente motivada estava presente no espanhol antigo
1995	11	1	27. Interação e discurso oral: questões de aquisição de linguagem e letramento emergente	65-90	Rojo	Entende que os mecanismos para a interação (e consequente produção de sentido - grifo meu) variam dependendo das práticas sociais de grupos e culturas
1995	11	1	28. Strategies dans la gestion des interactions discordants	41-63	Chabrol	Trata da produção do sentido na interação, levando em conta os "contratos" que os falantes estabelecem entre si, as estratégias interacionais e orientações ritualizantes que implicam contexto de uso da língua
1995	11	1	29. Empregos do <i>porque</i> no discurso oral	27-39	Paiva	As ocorrências não se explicam meramente por razões lógico-semânticas, mas por razões pragmáticas (conf. Ducrot e Anscombe)
1995	11	2	30. Letramento e legitimidade de poder em contextos institucionais	185-200	Signorini	A preocupação com a produção do sentido no contexto da luta entre vozes divergentes
1996	12	1	31. A emergência da "coesão" narrativa "e daí" em narrativas infantis	57-86	Rojo	Produção de sentido analisada pelos aspectos contexto, interação e função
1996	12	2	32. Grammatical aspects of roles in culturally diverse oral presentations	281-306	Collins e Thompson	Ao analisar papéis sociais pelo discurso, percebe-se a linguagem como prática social e, portanto, geradora de sentido

ANO	V.	N.	TÍTULO	PP.	AUTOR	DESCRIÇÃO (CATEGORIAS/PONTO DE VISTA)
1996	12	2	33. A organização de preferência em cartas de pedido de empresas estatais brasileiras	265-280	Oliveira	Analisa a produção do sentido nas cartas em pauta, levando em conta polidez, interação e atos de fala no discurso empresarial
1996	12	2	34. Isto é um simples artigo, entendeu?	239-264	Machado	Analisa a produção de sentido pelos marcadores discursivos e pelo processo argumentativo; leva em conta memória discursiva e função
1996	12	2	35. O assujeitamento no discurso proverbial	207-220	Oliveira	Verifica que a conjuntura social determina a significação do provérbio
1997	13	1	36. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas	63-81	Serrani-Infante	Focaliza o funcionamento de fatores não cognitivos no processo de aquisição de segunda língua; propõe abordagem bipolar biológico-social do sujeito de linguagem
1997	13	1	37. A transparência ilocucionária e a marcação pragmática sob perspectiva interlingüística	35-61	Mitrano-Neto	Por meio de estudos empíricos de aprendizado de segunda língua, aponta para a importância da marcação pragmática para se entender a ocorrência de influência interlingüística na interlíngua
1997	13	2	38. "A manhã é uma esponja": um estudo sobre a engenhosidade semântica	247-273	Pires de Oliveira	Atribui a capacidade de se construir relação de similaridades no ato da interpretação da metáfora a restrições sintáticas, semânticas e pragmáticas
1998	14	1	39. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer "não"	59-85	Rocha	Mostra o conflito de vozes no discurso empresarial (empregado X empregador) na construção dos sentidos
1998	14	2	40. As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder	331-348	Mey	Aponta para as dificuldades encontradas por discursos emergentes na luta por construir sentido
1998	14	ESP	41. O seu trabalho está bom, mas ...	269-276	Urbano	Reflete sobre o uso da partícula "mas" como elemento que constrói sentido
1998	14	ESP	42. Processos de referenciação na produção discursiva	169-190	Kock e Marcuschi	Considera o processo de referenciação levando em conta o contexto de produção
1999	15	1	43. A interação sincronia / diacronia no estudo da sintaxe	85-111	Furtado da Cunha et al	Realiza o exame das formas gramaticais como fenômeno discursivo-pragmático, apenas primariamente sintático

3. ANÁLISE "INTERNA": PERSPECTIVAS TEÓRICAS E CATEGORIAS EM FOCO

O quadro esboçado no item 2.2.1 mostra a quantidade de artigos de viés pragmático (conforme nossa definição) publicada no período 85-99 na revista DELTA. Como já foi dito, a quantidade se mantém estável durante todo o período, o que pode revelar, por um lado, a preocupação da revista em manter o paradigma funcionalista

em pauta (e conseqüentemente a perspectiva pragmática) e, por outro, a produção suficiente de artigos do gênero para cobrir as necessidades de publicação. A distribuição regular dos artigos em cada revista e no decorrer dos anos pode mostrar ainda que a DELTA procura abrir espaço de forma eqüitativa entre as diversas tendências.

O que chama nossa atenção é menos a quantidade de artigos que abordam diretamente ou não a questão produção do sentido e mais a diferença qualitativa entre eles com o passar dos anos. E aqui entenda-se qualitativo de forma não avaliativa, ou seja, não fizemos julgar a pertinência analítica e teórica dos artigos, mas sim verificar mudanças de foco no decorrer do tempo.

De uma maneira geral, até aproximadamente 1993, nota-se a necessidade de consolidar o paradigma funcionalista por meio de textos teóricos que propunham a distinção formal X funcional. São desses primeiros anos os artigos de Rajagopalan (número 22 do quadro), Maingueneau⁶ (número 11), de Votre e Navarro (n. 8), de Arrojo e Rajagopalan (n. 7), Müller (6), e Samara (4). Todos trazem à cena em termos teóricos a questão que preocupava na época, a saber, a dualidade que se configurava dentro da lingüística entre as perspectivas formalista e funcionalista.

Após esse período, os textos são todos analíticos, como que procurando demonstrar na prática lingüística a procedência deste novo olhar para a língua. Isto confirma também nossa posição como lingüistas de recepção, uma vez que a teoria nos serve quase que unicamente como maneira de justificar uma prática.

No período todo (85-99), o conjunto dos artigos selecionados – no que se refere ao conteúdo que enunciam, levando-se em conta a perspectiva teórica e as categorias analisadas – pode ser visualizado no esquema abaixo, em “paradigma funcionalista, perspectiva pragmática”, conforme segue:

⁶ Optamos por não distinguir entre lingüistas brasileiros e estrangeiros na seleção dos artigos. Partimos do pressuposto de que a escolha de certos textos de lingüistas estrangeiros por parte dos editores da revista revela por si uma posição nacional.

Paradigma Formalista -> Perspectivas lingüísticas senso estrito

X

Paradigma Funcionalista -> Perspectiva pragmática:

1. Textos analíticos:

a) que analisam categorias de caráter pragmático

b) que analisam categorias não consensualmente vistas

como pragmáticas, mas que se enquadram na nossa definição de pragmática

2. Textos teóricos:

a) Fundamentam o paradigma funcionalista, embora não se definam necessariamente de perspectiva pragmática

De acordo com o conteúdo dos artigos e com nossa definição geral de pragmática (item 1.2), as perspectivas teóricas que enquadraremos como de perfil pragmático e portanto preocupadas basicamente com a produção de sentido na e pela língua são: a lingüística textual, lingüística aplicada, análise da conversação, semânticas não formais, análises do discurso e teorias da enunciação.

As categorias que foram analisadas nos artigos e que são de caráter consensualmente pragmático são: a polifonia e estruturas, conectores e marcadores argumentativos.

Entendemos que qualquer categoria lingüística se vista de uma perspectiva discursiva (que implica língua em uso) se enquadra no que chamamos de categoria pragmática. Assim, demais categorias analisadas nos artigos que enquadraremos como categorias pragmáticas são: diacronia e sincronia do ponto de vista discursivo, refe-

renciação, metáfora (sentido literal X sentido não literal), marcadores discursivos, polidez, interação, contratos entre falantes, inferências, subjetividade, implicatura e relevância.

Expressões utilizadas regularmente e que nos remetem à pragmática como uma disciplina que interage fortemente com a sociologia e a psicologia são: conjuntura social, fatores cognitivos e não cognitivos, contexto, práticas sociais e culturais, aspectos psicológicos, realidade social, papel social, falas institucionais, ideologia, sistema de crenças, estrutura social, poder, assujeitamento, condições históricas e sociais e normas sociais.

O casamento entre as teorias específicas, as categorias em foco e os empréstimos feitos à sociologia e à psicologia confirmam o florescimento no Brasil de uma pragmática lingüística comprometida socialmente e que leva em conta a posição do sujeito no contexto social, embora os próprios lingüistas brasileiros não se vejam atuando desta forma. Observe-se que poucos utilizam explicitamente o termo “pragmática” para se definir ou definir seu trabalho, no todo ou em parte (o termo aparece nos resumos dos artigos de Faraco (1), Kleiman (17), Orlandi (25) – neste caso, por oposição –, Bentivoglio (26), Paiva (29), Mitrano-Neto (37), Pires de Oliveira (38) e Furtado da Cunha et al. (43)). Nota-se, isto sim, com maior ou menor intensidade, a luta pela institucionalização de uma teoria específica, por vezes forçando-se distinções nem sempre evidentes, como no artigo de Orlandi (25) ou Samara (4).

Observamos ainda que, embora alinhados a nosso ver à perspectiva pragmática, os textos em geral não conversam entre si, polemizando-se ou retomando-se uns aos outros. Este é mais um tipo de desarticulação que impede a visão de conjunto dos próprios lingüistas em relação à sua produção como um todo. Há uma espécie de continuidade descontínua nos textos analisados (a produção lingüística sobre produção do sentido caminha na mesma direção, mas sem diálogo) que não reflete exatamente diferenças de perspectiva teórica, mas sim antagonismos entre grupos de poder. A análise externa a ser feita deverá aprofundar este ponto.

A convergência entre as diferentes teorias específicas e os grupos de poder que as manipulam está no interesse geral em direção à compreensão do sentido como um todo e dos processos linguísticos que orientam sua produção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este movimento em direção ao entendimento sobre como são e como caminham os estudos sobre produção do sentido no Brasil não é, portanto, uniforme. Optamos por chamar todo este esforço de Pragmática, mesmo quando os próprios autores dos estudos não se identificam com o conceito. Eleger o ponto de vista pragmático não significa não reconhecer a imprecisão que permeia o termo e a própria disciplina. Esta escolha implica correr vários riscos. Alguns deles podem ser:

- Sermos considerados pouco rígidos e suscetíveis *demaix* à interdisciplinaridade, permitindo que o objeto específico da linguística se confunda com outros, sendo-lhe negado tratamento específico e especializado.
- Sermos acusados de irresponsabilidade teórica por colocarmos no mesmo “saco” (ou “cesto de lixo”) linhas teóricas sérias que buscam autonomia dentro da linguística.
- Sermos considerados teoricamente superficiais, ou mesmo simplistas, ao deslocar várias disciplinas para o bojo de uma só, com a agravante de ser esta última uma disciplina considerada difusa em seus objetivos e métodos.
- Sermos criticados por eventualmente sugerir que a linguística (ou parte dela) passe a fazer parte da Pragmática, que surgiria no meio científico (como de fato está) como uma vasta Teoria da Ação ainda por se normalizar.

Tais críticas procedem. Mas a reflexão que se instala também procede. Permitimo-nos reforçar a idéia de que entender o sentido

exige aceitarmos que este se produz na língua em uso e que qualquer visão alternativa implica perda de sentido. As teorias lingüísticas preocupadas com a produção do sentido de modo amplo têm mais em comum entre si do que imaginam, pois a própria noção de discurso aceita por todas elas traz em si a noção de movimento, de dinamismo, de ação, a qual a Pragmática se esforça por definir em termos lingüísticos. Se, além disto, pensarmos que a lingüística brasileira para se fortalecer perante a comunidade lingüística nacional e internacional precisa mais de unidade e menos de fragmentação, é no mínimo conveniente levar em conta mais o que há de comum nas diversas concepções atuantes e menos o que há de divergente entre elas. Isto não significa abafar correntes em nome de uma falsa unidade. Não é deste tipo de unidade forjada que falamos. Trata-se de trabalhar em prol de um tipo de unidade que tem relação com maturidade intelectual e preocupação concreta com o percurso da lingüística no Brasil e o avançar de seus estudos, em particular daqueles que vêm no sentido seu fim último.

Podemos concluir, de forma parcial, que os estudos sobre sentido no Brasil, embora recentes, caminham firmemente abarcando muitos aspectos relevantes, mas falta-lhes a atribuição de seu próprio sentido, a ser dada pelos próprios responsáveis pelo seu desenvolvimento. A fragmentação deve-se mais à falta de visão de conjunto dos pesquisadores do que a divergências teóricas irreconciliáveis. Falta aos estudos sobre produção de sentido no Brasil a coesão necessária a toda produção científica coerente. A pragmática lingüística, sob a qual enquadramos os estudos sobre o sentido entendido de modo amplo, atua vigorosamente no nosso meio acadêmico/científico, embora se apresente com diferentes nomes.

BIBLIOGRAFIA

- ALTMAN, C. (1998). *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas.
- KUHN, T. (1970). *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.

PICCARDI, Tatiana. O estudo do sentido no Brasil: a língua em uso como critério de análise.

LEVINSON, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge Press University.

MEY, J. (1993). *Pragmatics: an introduction*. Oxford/Cambridge: Blackwell.

NERLICH, B.; CLARKE, D. (1996). *Language, action and context (the early history of pragmatics in Europe and America: 1780-1930)*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co. (Coleção Studies in the History of the Language Sciences).

____ (1994). Language, action and context (linguistics pragmatics in Europe and America: 1800-1950). *Journal of Pragmatics*, 22.

SWIGGERS, P. (1999). *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XXe. siècle*. Paris: PUF.

ABSTRACT: From a pragmatic point-of-view, this article delineates a short panorama of the studies about meaning in Brasil, through the survey and analysis of the summaries of the articles about the theme published between 1985 and 1999 in DELTA magazine (specialized Brazilian periodical on linguistics, whose complete name is “Documentação de Estudos em Línguística Teórica e Aplicada” (documentation on theoretical and applied linguistics studies).

Keywords: Functionalism, Pragmatics, Linguistic Pragmatics, Meaning, Meaning Production.

RESENHA

BEARZOTI FILHO, Paulo (2002). *Formação lingüística do Brasil*. Curitiba: Nova Didática. 91 pp.

Esta obra compõe-se de sete capítulos, escritos em linguagem clara e objetiva, assim distribuídos: 1) *História externa da língua portuguesa*, 2) *História interna da língua portuguesa*, 3) *O português e as línguas indígenas*, 4) *O português e as línguas africanas*, 5) *A formação do português brasileiro*, 6) *Características do português do Brasil*, 7) *O português entre as línguas do mundo e Referências bibliográficas*.

Mais pormenorizadamente, podemos assim descrevê-los: 1) *História externa da língua portuguesa* – em que se salientam os contextos culturais, históricos, sociais, políticos e econômicos que intervieram na formação e no desenvolvimento da língua portuguesa até o seu período clássico; 2) *História interna da língua portuguesa* – aqui são abordadas algumas das principais transformações por que passou o português, do período latino ao clássico; 3) *O português e as línguas indígenas* – em que são tecidas rápidas considerações sobre os grupos indígenas brasileiros, suas ligações com o colonizador português, e, em seguida, parte-se para uma cuidadosa análise da língua geral e de suas prováveis influências no português brasileiro; 4) *O português e as línguas africanas* – neste capítulo, abordam-se as relações entre Portugal e África, que desembocaram na escravidão no Brasil. Em seguida, questiona-se se houve no Brasil línguas gerais de base africana. Conclui-se com uma rápida descrição das pesquisas sobre línguas africanas “vivas” no Brasil e sobre a influência africana no português brasileiro; 5) *A*

formação do português brasileiro – este é o capítulo central da obra, discute-se a implantação do português no Brasil e sua institucionalização como língua nacional. É de se destacar a preocupação do autor em apresentar o trabalho do lingüista norte-americano Gregory Riordan Guy, que renovou a polêmica tese da origem crioula do português popular brasileiro; 6) *Características do português do Brasil* – em que se trata de peculiaridades significativas do português brasileiro, que possam fazer compreender os fatores internos que determinam sua evolução e que colocam em destaque semelhanças e diferenças com o português lusitano; e, finalmente, 7) *O português entre as línguas do mundo* – capítulo que visa a situar mundialmente a língua portuguesa, sem, contudo, se considerar aspectos da variação lingüística entre as falas dos países cuja língua oficial se diz portuguesa.

É de se destacar as interpretações feitas no Capítulo 3 – *O português e as línguas indígenas*, no qual o autor faz leituras muito competentes de textos clássicos, como o *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Aliás, todo o debate sobre a “criação” da língua geral é muito bem conduzido e não se deixa – em momento algum – contaminar por falsas generalizações, nem por discursos nacionalistas.

Igualmente, pode-se salientar o Capítulo 5 – *A formação do português brasileiro*, central para a obra, no qual o autor discute a implantação, formação e institucionalização do português como língua nacional. É ainda louvável o destaque dado ao trabalho, pouco divulgado para o grande público, do lingüista norte-americano Gregory Riordan Guy, que renovou a polêmica tese da origem crioula do português popular brasileiro.

Trata-se, ainda, de um trabalho muito interessante para os que se iniciam nos estudos do português brasileiro, dado que o autor condensa – com inegável habilidade – estudos já tidos como clássicos, a par de pesquisas recentes sobre esse tema, como salientou o prefaciador, o Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco.

Também é do Prof. Faraco esta justa observação: “Se os especialistas estão relativamente bem servidos de publicações, o mesmo não se pode dizer, contudo, do público em geral. Para este, têm faltado boas obras de divulgação daquele (desse) importante conhecimento científico.” Assim, essa obra vem preencher uma lacuna existente no mercado editorial e também fazer importante ligação entre a lingüística teórica sobre o português brasileiro e o público leitor não especialista.

Feitas essas considerações, destacaríamos 14 pontos que mereceriam ser revistos ou atualizados para uma futura reedição desse texto.

1) O mapa “Línguas Latinas na Europa” (p. 9) possui vários erros:

i) O sardo, que é falado na ilha da Sardenha, acaba por se tornar a língua de praticamente toda a Itália;

ii) Ao italiano sobra apenas uma pequeníssima área, ao norte do continente, que, na realidade, é território onde se fala o friulano;

iii) O rético – que seria chamado mais adequadamente reto-românico e no caso da variante suíça, romanche – cobre praticamente toda a Suíça, quando deveria ocupar apenas o cantão dos Grisões (e ainda não completamente), a leste do território suíço;

iv) O provençal, por sua vez, fica restrito à parte leste do território francês, quando deveria ocupar praticamente todo o sul desse território, convivendo atualmente com o francês. Além disso, na Córsega, além do francês convive um dialeto italiano, o corso.

Também no mapa da página 88, a região da Galiza aparece marcada com o número “8”, que equivale, na legenda, a Macau - China.

2) “Os mais antigos textos conhecidos em galego-português datam do início do século XIII⁴.” (p. 13)

A nota feita pelo autor em “século XIII⁴”, na citação acima, é a seguinte: “Há polêmica sobre qual o texto mais antigo em galego-

português. Seguimos aqui o parecer de TEYSSIER *op. cit.*, p. 126, nota 9.”

O autor mostra-se cauteloso ao afirmar qual o texto mais antigo em galego-português, admitindo, talvez implicitamente, reflexões já feitas por EMILIANO (2001).

Entretanto, Maria Helena Mira Mateus e Ernesto d’ Andrade não hesitaram em mencionar a *Notícia de fiadores* como um dos textos portugueses mais antigos no capítulo introdutório do seu livro *The phonology of portuguese*, em que se pretende dar uma breve panorâmica da história da língua portuguesa: “Earlier texts written in Portuguese date back to 1175 – *Notícia de Fiadores* – and 1214-16 – *Notícia do* [sic] *Torto* and the *Testamento de D. Afonso II*” MATEUS & ANDRADE (2000:2). Mais recentemente, o Instituto Camões, na sua *Agenda 2001*, apresentou uma reprodução fac-similada da *Notícia de fiadores* com a legenda “*Notícia de fiadores* (1175), o mais antigo texto conhecido escrito em português” (*Agenda 2001*, pág. s.n.). Ainda a mesma instituição organizou uma exposição em finais do mesmo ano, com o nome “Tempo da língua: imagens da história da língua portuguesa”, em cujo catálogo, assinado por CASTRO, MARQUILHAS & ALBINO (2001), a *Notícia de fiadores* – reproduzida em fac-símile – é classificada como um dos “mais antigos textos escritos em português”, a par da *Notícia de Torto* e do *Testamento de D. Afonso II*.

Dado o impasse, restaria, por conseguinte, remeter o leitor a essa bibliografia.

3) “A função sintática de objeto indireto, por exemplo, poderia ser expressa em latim apenas pela terminação do nome. Em português, no entanto, faz-se necessário o emprego de preposições com *a*, *de* ou *para*.” (p. 17)

Existe em português um estatuto sintático diferente para o objeto indireto e para o complemento oblíquo.

A preposição “a” é típica introdutora do objeto indireto em português. Mais raramente, pode ocorrer também a preposição “para” Exemplos:

i) Enviaram o presente de aniversário à aniversariante.

“à aniversariante”, nessa sentença, é pronominalizável por “lhe” Assim, teríamos “Enviaram-lhe o presente de aniversário”

ii) Dei o livro de receitas para a Joana.

“para a Joana!”, nessa outra sentença, também é pronominalizável por “lhe” Assim, teríamos “Dei-lhe o livro de receitas”

Já a preposição “de” pode ser introdutora de um complemento verbal preposicionado, chamado de complemento oblíquo ou complemento relativo (como querem os gramáticos Carlos Henrique da Rocha Lima e Evanildo Bechara). Exemplo:

iii) Todos gostaram da secretária.

Nesse caso, o complemento “da secretária” não é pronominalizável por “lhe”, e sim pela preposição “de” + o pronome pessoal “ela”: “Todos gostaram dela”

Os complementos verbais introduzidos pela preposição “de” têm, portanto, um estatuto sintático diferente dos introduzidos pela preposição “a” ou “para” Não podem, conseqüentemente, ser colocados sob a mesma nomenclatura sintática.

4) “Os futuros latinos, por exemplo, desapareceram do português medieval. A função de expressar o tempo futuro foi preenchida, então, por locuções com o verbo auxiliar *haver*, como *vencer hei* (= *hei de vencer*) e *vencer hia* (em que a forma *hia* é redução de *havia* = *h(av)ia de vencer*), que evoluíram para as formas modernas *vencerei* e *venceria*.” (p. 18)

4.1) “Na fala corrente do Brasil, contudo, frases com esse padrão são relativamente raras. O mais normal seria ouvirmos:

(4b) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado por ela.

Ou ainda:

(4c) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado.

Nesses enunciados, o pronome relativo que ‘esvazia-se’ de significado, passa a funcionar como um termo mais gramatical, semelhante à conjunção integrante das orações substantivas. É o que alguns autores denominam pronome relativo lembrete.” (p. 76)

O autor deveria ter explorado, nesses dois trechos, a noção de gramaticalização, programa de investigação muito produtivo da lingüística atual. Seria interessante salientar a abrangência desse fenômeno lingüístico, que começou a ser debatido pelo lingüista francês Antoine Melleit em seu brilhante ensaio *L'évolution des formes grammaticales* (1912).

5) “No tocante à representação ortográfica dos fonemas, o que nos chama a atenção é a ausência quase completa de motivação etimológica no alfabeto latino. [...] Em comparação com o nosso, o sistema ortográfico latino parece gerar menos dúvidas.” (p. 18)

Não há relação direta entre ortografia e etimologia (“motivação etimológica”, nas palavras do autor), como sugerida no trecho acima. Também, sob um olhar científico, é complicado afirmar que um sistema ortográfico é mais profícuo que outro. As línguas são auto-reguláveis e procuram “sanar suas deficiências”

6) “Por exemplo, *luna* foi pronunciada luna, depois (*sic*) lua, antes de, finalmente, derivar para a forma moderna *lua*.” (p. 24)

Nesse trecho, o til (˘) não deveria estar sobre o “s” de “depois”, e sim sobre o “u” de lua (> lua). Naturalmente, um pequeno problema de impressão.

7) “Se bem que raros, há também adjetivos de origem árabe, como mesquinho e baldio, e uma preposição, até.” (p. 28)

A origem árabe da preposição “até” vem sendo questionada há algum tempo. Serafim da Silva Neto, em SILVA NETO (1958), admite parcialmente a origem árabe, ao lado do étimo *ad tenus*, que explicaria (segundo uma forma hipotética *adtenes) formas nasaladas como *atões*.

Já VIARO (1995) sustenta que a preposição “até” viria do *intra/intro* latinos, uma vez que ao lado das formas *ata*, *até*, *atões*, encontram-se, nas Cantigas de Santa Maria, outras: *tra*, *tro*, *trões*.

8) “Essa fase [de influência do espanhol] deixou marcas na fraseologia portuguesa, como talvez seja o caso de certa tendência que vê como mais culto o emprego da preposição *a*, mesmo quando ela não é obrigatória (amar a Deus, respeitar ao próximo).” (p. 29)

Fica difícil sustentar a hipótese da influência da língua espanhola na formação de alguns objetos diretos preposicionados em português. Pela leitura do clássico MEYER-LÜBKE (1900, p. 387), vemos tratar-se de fenômeno que ocorre em outras línguas ou dialetos românicos, além do Português e do Espanhol: “*En dehors de l’Espagne on rencontre a en Sicile, en Calabre, à Lecce, dans les Abruzzes et à Rome: cf. en sic. illu ceca lu homu si ki illu non connosci a si (Libr. Viz. 16), l’aviti vistu a me frati (Fiabe 47), en calabr. piyya a fratetta, kyama a Maria, en abruz. a tte te piglia (Trad. 57), en rom. sentiteme a me (Belli 2, 8), me konoše a mme (ils me connaissent).*”

Também documenta MEYER-LÜBKE (1900, p. 388): “[...] *mais voici maintenant que nous trouvons aussi cet emploi entièrement isolé dans l’ENGADINE et la vallée de Münster: amar a Dieu sur tottas chiasas e al prossem sco a nu, et ici encore surtout avec le pronom.*”

Já o romeno também marca o objeto direto de nomes próprios com uma preposição *pe* < *per*, como em *am vazut pe Maria*: “vi Maria”

9) No subcapítulo “A língua geral paulista” (p. 39), o autor cita Sérgio Buarque de Hollanda e Teodoro Sampaio para apoiar sua argumentação sobre essa língua geral de base tupi.

Seria frutífero levantar as considerações feitas por John Manuel Monteiro, em especial MONTEIRO (1994, p. 164-5), nas quais o autor lança boas hipóteses sobre esse tema ainda pouco explorado. MONTEIRO (1994, p. 164) sustenta que observadores portugueses da época colonial facilmente confundiam o português da época, “corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte”

Essas considerações seguramente poriam por terra muitas explicações repetidas à exaustão (e provavelmente erradas) sobre esse assunto.

10) “A observação, porém, de que os bandeirantes empregavam a língua geral mais do que o Português se popularizou a partir da importante obra de Teodoro Sampaio, **O tupi na geografia nacional** (1928).” (p. 39)

Estudos recentes, como o de PRADO (1998, p. 65-75), pesquisadora do Projeto Filologia Bandeirante, mostram que esse assunto ainda é controverso. Segundo a autora, há basicamente três posições sobre a língua falada pelos bandeirantes: i) os bandeirantes possuíam um dialeto próprio, ii) os bandeirantes falavam a língua tupi (poderíamos encaixar essa opinião no terceiro subgrupo) e iii) os bandeirantes falavam a língua geral.

À guisa de exemplo, transcrevemos depoimento do Prof. Dr. Heitor Megale, da Universidade de São Paulo, à *Revista Pesquisa Fapesp* (2002), sobre documentação da grande bandeira de 1674, marcha iniciada por 40 homens liderados por Fernão Dias Paes: “Não há outra língua que não o português nos documentos, uma indicação de que os bandeirantes dominavam até a escrita. Havia assinaturas de ‘entrantes’ e transcrição de suas falas pelos tabeliões, nos livros de registros.”

Ainda sobre essa bandeira de 1674, ressalta LOPES (2002): “De acordo com os pesquisadores, dois fatos revelados pelos documentos lançam dúvidas sobre a hipótese da ‘língua geral’: há pouquíssimo registro de palavras indígenas, exceto nos nomes de lugares.”

Até o presente momento da pesquisa, não há evidências de que os componentes dessa bandeira, em particular, usavam a língua geral.

11) “O estudo mais completo sobre o assunto é o valioso **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi** (1976), de Antônio Geraldo da Cunha, em que constam cerca de 1300 vocábulos básicos [...]” (p. 43)

A primeira edição desse dicionário saiu, efetivamente, em 1978, conforme nota introdutória da 5ª. ed. dessa mesma obra, lançada em 1999: “Em 1976, na Introdução que preparamos para este Dicionário, cuja primeira edição foi publicada dois anos depois [...]” (p. 320).

Essa citação feita pelo autor, CUNHA (1976), também não confere com a da bibliografia (p. 89), em que aparece o mesmo livro como CUNHA (1998).

12) “Politicamente, essa seria, aliás, a melhor postura. De nada nos valeria o esforço em favorecer o incremento das diferenças entre os dois falares [a saber, PE x PB]. Melhor, para a sobrevivência da língua portuguesa no mundo globalizado (em que predomina o inglês), que esta mantenha os meios de contato entre as várias populações nacionais que a utilizam.” (p. 61)

O autor, neste trecho, “rema contra a corrente” da deriva lingüística, na medida em que não se pode estancar a variação e eventuais mudanças de uma língua, exposta a novo contexto social, econômico e político, como foi e é o caso do Brasil. Como bem afirma CAMACHO (1998, p. 29): “Os membros de uma nação, ligados por traços socioculturais, econômicos e políticos, tradicionalmente firmados, **identificam-se e distinguem-se dos membros de outra**

pelo seu instrumento de comunicação, além, evidentemente, de outros traços até mais importantes.” (Negrito nosso)

13) “Essa é ‘hierarquia política das línguas’ apresentada por Antônio Houaiss. Difícil avaliar em que medida é exata. Pode trazer imprecisões ou mesmo ser contaminada por alguma visão ideológica sobre as línguas ou as nações envolvidas. A notável autoridade moral e intelectual de seu elaborador, contudo, respalda nossas reflexões.” (p. 84; sublinhado nosso)

Seguramente, Antônio Houaiss foi uma personalidade ímpar na Filologia brasileira. Entretanto, “autoridade moral e intelectual” não nos parece respaldar uma argumentação científica, que deveria seguir a formulação da “hierarquia política das línguas”

14) “Potencialmente, o incremento das comunicações pode criar esses necessários meios de contato [entre Brasil e Portugal]. Na prática, entretanto, o que se tem visto é que o processo de globalização mais favorece o inglês, língua da nação capitalista mundialmente hegemônica.

Nesse quadro, é desejável favorecer a maior interação dos povos falantes do português ou de suas variedades como forma de afirmação de nossa especificidade lingüística e cultural.” (p. 87)

Naturalmente, essa interação seria desejável, o que reforçaria entre outras a lusofonia no mundo moderno. No entanto, a interação entre os povos pauta-se mais por relações socioeconômicas do que lingüísticas.

Mesmo com esses reparos, concluimos – reafirmando a boa qualidade desse trabalho, pela riqueza das informações científicas, didática e cuidadosamente transpostas. É um trabalho de divulgação sério, que merece ser lido.

Esperamos ainda que, com a iniciativa do Prof. Bearzoti, + mais pesquisadores sintam-se estimulados a divulgar ao grande

público os estudos e as pesquisas lingüísticas sobre o português brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- CAMACHO, Roberto G. (1998). A variação lingüística. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio: coletânea de textos*. São Paulo: SE/CENP, v. 1.
- CASTRO, IVO; MARQUILHAS, Rita & ALBINO, Cristina (2001). *Tempo da língua: imagens da história da língua portuguesa*. Lisboa: Instituto Camões.
- EMILIANO, Antônio H. A. Sobre a questão d'os mais antigos textos escritos em português. In.: CASTRO, IVO; DUARTE, Inês (Ed) (2001). *Razões e emoção: miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação*. Versão preliminar, http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/Emiliano2003_Mateus.pdf. 5.1.2003
- LOPES, Reinaldo José (2002). *A língua portuguesa falada pelos bandeirantes*. Folha de S.Paulo, Caderno Mais!, 10 de março.
- MATEUS, Maria Helena; ANDRADE, Ernesto d' (2000). *The phonology of Portuguese*. Oxford University Press.
- MEILLET, Antoine (1912). L'évolution des formes grammaticales. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion (1958).
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1900). *Grammaire des langues romanes*. Paris: H. Welter, t. III.
- MONTEIRO, John M. (1994). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras.
- PRADO, Soelis Teixeira do. Que língua falavam os bandeirantes na região das Minas Gerais? In: MEGALE, Heitor (Org.) (2000). *Filologia bandeirante: estudos 1*. São Paulo: Humanitas.
- Revista Pesquisa Fapesp* (2002). Linguagem bandeirante ainda é um mistério, n. 72, fevereiro.
- SILVA NETO, Serafim da (1958). História da preposição portuguesa até. *Etymologica Festschrift für Walther von Wartburg zum siebzigsten Geburtstag*. Tübingen: M. Niemeyer, p. 751-61.
- VIARO, Mário E. (1995). Sobre a presença de *tenus* no Ibero-Romance. *Confluência - Boletim do Departamento de Lingüística*. Assis: UNESP, 4, p. 269-77.

Marcelo Módolo
Pós-graduando de Filologia e Língua Portuguesa
DLCV-FFLCH/USP

NOTICIÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

Conferências ministradas por professores visitantes

02. maio 2002

Direitos e deveres terminológicos de cientistas de língua portuguesa: fundamentos e implicações – Prof. Dr. Francisco Gomes de Mattos (Universidade Federal de Pernambuco).

17. ago. 2002

Semiótica e Retórica: confluências – Prof. Dr. Denis Bertrand (Université Paris VIII e Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França).

29. ago. 2002

Gramáticos do século XVIII – Profa. Dra. Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal).

04. nov. 2002

A semântica dos conectores – Prof. Dr. Hardarik Blündorn (Institut für Deutsche Sprache, Mannheim, Alemanha).

06. dez. 2002

O dicionário do porto-alegrês – Prof. Dr. Luiz Augusto Fischer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Seminários de Pesquisa realizados por docentes e pós-graduandos do Programa

11. abr. 2002

Seminários de Pesquisa (linhas de pesquisa Análise do Discurso em Língua Portuguesa e Estudos de Lingüística Aplicada do Português) – Livia Maria Louzada: *Os gêneros do discurso em Bakhtin*.

24. maio 2002

XII Seminar of functional syntax - Talks on grammaticalization – Presidente: Prof. Dr. Paul J. Hopper (Carnegie Mellon University). Participantes: Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho – *Unidirectionality or multidirectionality?*; Profa. Dra. Marilza de Oliveira – *Amare aveva or amare iva? A new look at the grammaticalization of Portuguese conditional*; Prof. Dr. Mário Viaro – *A third hypothesis for the etymology of the Portuguese preposition até*; Verena Kewitz – *The grammaticalization of old Portuguese hu, modern Portuguese onde*.

13. set. 2002

Seminários de Pesquisa (linhas de pesquisa Análise do Discurso em Língua Portuguesa e Estudos de Lingüística Aplicada do Português). Participantes: Isabel Yamanaka - *Produção textual: um estudo da topicalidade*; Regina Venâncio - *Como, por que e para que usamos o discurso citado (DCD)?*

18. out. 2002

Seminários de Pesquisa (linha de pesquisa Estilística da Língua Portuguesa). Participantes: Ana Boaventura Lopes – *O papel da recorrência na poesia de Adalgisa Nery*; Elisabeth Hormizida Brito Cury - *A morfologia na poesia de Renata Pallotini: um traço de estilo*.

22. nov. 2002

Seminários de Pesquisa (linha de pesquisa Análise do Discurso em Língua Portuguesa). Participantes: Patrizia Collina Bastianetto – *A Análise do*

Discurso e a Lingüística Aplicada na avaliação do processo tradutório de um texto jurídico; Rita de Cássia da Silva – *Argumentação de modalidade. O discurso da incerteza nas questões do desemprego*.

29. nov. 2002

Seminários de Pesquisa (linha de pesquisa Lexicologia e Terminologia) – *Estrangeirismos no Português Brasileiro*. Participantes: Maria Cecília Zanon – *Estrangeirismos de origem francesa empregados durante a Belle Époque*; Paola Giustina Baccin – *Estrangeirismos de origem italiana empregados na culinária paulistana*; Mariangela de Araujo – *Estrangeirismos de origem inglesa na terminologia da Economia*; Bruno Oliveira Maroneze – *Estrangeirismos na imprensa jornalística*.

Dissertações defendidas

Ana Paula Nogueira Couceiro. *O campo léxico mulher nos dicionários de língua portuguesa*. Orientadora: Ieda Maria Alves. Defesa: jan. 2002;

Daniela Macedo Tavares. *Discurso político e política: a construção da imagem de uma candidata*.

Orientadora: Helena Hathsue Nagamine Brandão. Defesa: fev. 2002;

Keila Makarovsky Galvão. *Edição semidiplomática de documentos do ouro: subsídio para o estudo do bandeirismo*. Orientador: Heitor Megale. Defesa: fev. 2002;

Verena Kewitz. *A gramaticalização de ser e estar*. Orientadora: Marilza de Oliveira. Defesa: mar. 2002;

Irene da Silva Coelho. *A lavra da palavra na crônica de Cecília Meireles: discurso e estilo*. Orientadora: Norma Seltzer Goldestein. Defesa: abr. 2002;

Sônia Freire Lula Almeida. *A poética do mostrar: um estudo do conto de Lygia Fagundes Telles em A noite escura e mais eu*. Orientadora: Norma Seltzer Goldstein. Defesa: abr. 2002;

Leni Maria Gozzi. *A interação verbal em sala de aula: relações sociointeracionais*. Orientadora: Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade. Defesa: abr. 2002;

Luciana Maria de Jesus. *Análise do discurso religioso da igreja universal do Reino de Deus: uma abordagem do culto televisivo*. Orientadora: Helena Hathsue Nagamine Brandão. Defesa: abr. 2002;

Alexandre Miranda Rosa. *Linguagem e poesia em Mário Faustino*. Orientadora: Guaraciaba Micheletti. Defesa: maio 2002;

Aline Aparecida da Silva Pereira. *A expressão de futuridade nas formas verbais do português do Brasil: flexão e auxiliaridade*. Orientadora: Ângela Cecília de Souza Rodrigues. Defesa: jun. 2002;

Marcelo César Cavalcante. *A retórica da sedução em FHC: um estudo argumentativo da proposta de governo para o segundo mandato*. Orientadora: Lineide do Lago Salvador Mosca. Defesa: jun. 2002;

Elza de Lima Ferrari. *Uso dos pronomes pessoais de terceira pessoa em função acusativa: um fato de variação*. Orientadora: Ângela Cecília de Souza Rodrigues. Defesa: ago. 2002;

Maria do Rosário Montes Gallego. *A interlíngua na fala de adultos e jovens, aprendizes da língua portuguesa*. Orientadora: Guiomar Fanganiello Calçada. Defesa: ago. 2002;

Isabel Yamanaka. *Progressão tópica e gêneros discursivos: o ensaio escolar e o relato*. Orientadora: Helena Hathsue Nagamine Brandão. Defesa: ago. 2002;

Tércio Campos Polli. *Advérbios em -mente do português brasileiro: posições & interpretações*. Orientadora: Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres Morais. Defesa: ago. 2002;

Regina Venâncio. *Como, por que e para que usamos o discurso citado direto (DCD)?* Orientador: Manoel Luiz Gonçalves Corrêa. Defesa: ago. 2002;

Mariza Fátima Fischer. *A improvisação lingüística teatral em Pérola, de Mauro Rasi*. Orientador: Hudinilson Urbano. Defesa: set. 2002;

Eugenio Pagotti. *Uma análise cognitivo-discursiva das metapredicações com inserções enunciativas*. Orientadora: Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade. Defesa: out. 2002;

Isabel de Andrade Moliterno. *A poesia e o sagrado: traços do estilo de Adélia Prado*. Orientadora: Guaraciaba Micheletti. Defesa: out. 2002;

Ana Boaventura Calderaro Lopes. *O papel da recorrência na poesia de Adalgisa Nery*. Orientadora: Guaraciaba Micheletti. Defesa: nov. 2002;

Elisabeth Hormizida Britto Cury. *A morfossintaxe na poesia de Renata Pallottini: um traço de estilo*. Orientadora: Guaraciaba Micheletti. Defesa: nov. 2002;

Karin Gutz Inglez. *A referência no discurso oral e escrito de falantes nativos de português e aprendizes alemães do português brasileiro*. Orientadora: Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira Andrade. Defesa: dez. 2002;

Rita de Cássia da Silva. *A incerteza no discurso jornalístico do desemprego: um estudo argumentativo das modalidades nos jornais*

Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Orientadora: Lineide do Lago Salvador Mosca. Defesa: dez. 2002.

Teses defendidas

Josenir Alcântara de Oliveira. *A produtividade fonético-semântica e cultural de raiz indo-européia *FEL-, “dobrar”* Orientadora: Elisa Guimarães Pinto. Defesa: set. 2002;

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. *“Dos benefícios de Deus”, “Livro da consciência e do conhecimento próprio”, “Da amizade e das qualidades do amigo”: edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “Castelo Perigoso”(cód(s). ALC 199 e ALC 214).* Orientador: Heitor Megale. Defesa: nov. 2002.

NORMAS PARA OS COLABORADORES

1. Os textos deverão ser enviados em disquete, digitados em Win Word 6.0 ou superior, acompanhados de três cópias impressas, sendo duas anônimas;
2. Deverão ser apresentados sem formatação especial (várias colunas, cabeçalhos, numeração de páginas, divisão silábica hifenizada);
3. Devem ser mantidas as formatações de fontes (itálico, negrito, sobrescrito, subscrito);
4. As notas devem vir ao pé da página;
5. O trabalho deve ser apresentado na seguinte seqüência: título; nome(s) do(s) autor(es); resumo; palavras-chave; texto com notas de rodapé; bibliografia; abstract; keywords.
6. Pede-se especial atenção para a seguinte disposição:

Título: caixa alta, corpo 10, negrito, centralizado;

Autor: caixa alta e baixa, corpo 10, alinhado à direita, com asterisco indicando para o pé de página a instituição a que está filiado;

Resumo: caixa alta, corpo 8, negrito, alinhado à esquerda, texto com espaço 1,5;

Palavras-chave: caixa alta e baixa, corpo 8, negrito, alinhadas à esquerda, espaço 1,5;

Texto: corpo 10, espaço simples; palavras que necessitem de destaque em *itálico*; versos e trechos de textos blocados em

espaço dois no início e no fim, separando-os do restante para destacar; referências bibliográficas ao longo do texto devem apresentar-se como o modelo a seguir: (INGARDEN, 1973, p. 28-9)

Notas: chamada e número da nota em superscript, texto do rodapé em corpo 8, espaço 1,5; os destaques (livros, autor, artigo) em itálico e/ou negrito, conforme as normas bibliográficas;

Bibliografia: caixa alta, corpo 10, alinhada à esquerda; entradas alinhadas à esquerda, as demais linhas com endentação de 1,27

Os números de página devem entrar somente em publicações periódicas, sendo desnecessária sua indicação quando não se tratar desse tipo de publicação. Observem-se os modelos seguintes:

COSTA, I. (1989) A pesquisa sociolingüística. *Linguagem*, 3, p. 25-33.

INGARDEN, R. (1973) *A obra de arte literária*. Trad. Albin E. Beau, Maria da Conceição Paga e João F. Barrento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, H. (1995) A respeito da teoria dos protótipos. In: MATOS, I. (Org.). *Teorias lingüísticas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Abstract: caixa alta, corpo 8, negrito, alinhado à esquerda, texto com espaço 1,5;

Keywords: caixa alta e baixa, corpo 8, negrito, alinhadas à esquerda, espaço 1,5;

Intertítulos: caixa alta, corpo 10, negrito, alinhados à esquerda;

Itens e sub-itens: numerados (1.0; 1.1; 1.2 etc.), caixa alta e baixa, corpo 10, negrito, alinhados à esquerda;

Em caso de dúvida quanto às normas, a Humanitas Publicações coloca o telefone (011) 3091-4593 à disposição para esclarecimentos.

LIVRARIA HUMANITAS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: 3091-3728 / Telefax: 3091-3796
e-mail: livrariahumanitas@usp.br

HUMANITAS – DISTRIBUIÇÃO
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: 3091-4589
e-mail: pubfflch@edu.usp.br
<http://www.flch.usp.br/humanitas>

FICHA TÉCNICA

Mancha 11,5 x 19,5 cm

Formato 16 x 22 cm

Tipologia Amerigo 12, Bauhaus 14

Montagem Charles de Oliveira/Marcelo Domingues

Papel miolo: off-set 75 g/m²

capa: cartão branco 180 g/m²

Impressão da capa 2 cores

Impressão e acabamento Seção Gráfica – FFLCH/USP

Número de páginas 378

Tiragem 500 exemplares



USP

ISSN 1517-4530



9 778575 069494